

**PESQUISAS
EM FILOLOGIA
E LÍNGUA
PORTUGUESA
VOLUME II**

**BEATRIZ DARUJ GIL
ELIS DE ALMEIDA CARDOSO
MARCELO MÓDOLO
MARIA INÊS BATISTA CAMPOS
PHABLO ROBERTO MARCHIS FACHIN
(ORGS.)**

Copyright © 2021 FFLCH-USP

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandes

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Vice-Diretora: Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani

DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

Chefe: Profa. Dra. Adma Fadul Muhana

Vice-Chefe: Profa. Dra. Cilaine Alves Cunha

COMISSÃO ORGANIZADORA

Beatriz Daruj Gil

Elis de Almeida Cardoso

Marcelo Módolo

Maria Inês Batista Campos

Phablo Roberto Marchis Fachin

COMISSÃO CIENTÍFICA

Elizângela Nivardo Dias

Helena de Oliveira Belleza Negro

Jorge Viana

Leonardo Marcotulio

Lígia Negri

Marcelo Módolo

Nathalia Reis Fernandes

Nathalia Reis Fernandes

Norma Seltzer Goldstein

Paula da Costa Souza

Renata Ferreira Costa

Sandro Marengo

Valéria Gil Condé

Vanessa Regina Duarte Xavier

CONSELHO EDITORIAL

Aloísio de Medeiros Dantas (Universidade Federal de Campina Grande)

Artur Costrino (Universidade Federal de Ouro Preto)

Eckhard Bick (University of Southern Denmark)

Joyce Elaine de Almeida Baronas (Universidade Estadual de Londrina)

Maria Beatriz Nascimento Decat (Universidade Federal de Minas Gerais)

Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora, Portugal)

Mário Eduardo Viaro (Universidade de São Paulo)

Mikel Iruskieta (University of the Basque Country)

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Elis de Almeida Cardoso

Revisão técnica

Beatriz Daruj Gil

Elis de Almeida Cardoso

Marcelo Módolo

Maria Inês Batista Campos

Phablo Roberto Marchis Fachin

Beatriz Daruj Gil
Elis de Almeida Cardoso
Marcelo Módolo
Maria Inês Batista Campos
Phablo Roberto Marchis Fachin
(Organizadores)

**PESQUISAS EM FILOGIA
E LÍNGUA PORTUGUESA**

VOLUME II



FFLCH/USP
São Paulo, 2021
DOI: 10.11606/9786587621817

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

P474 Pesquisas em filologia e língua portuguesa [recurso eletrônico] : volume II /
Organizadores: Beatriz Daruj Gil ... [et al.]. -- São Paulo : FFLCH/USP,
2021.
14.378 Kb ; PDF.

ISBN 978-65-87621-81-7
DOI 10.11606/9786587621817

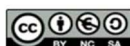
1. Língua portuguesa – Estudo e pesquisa. 2. Linguística. 3. Filologia.
I. Gil, Beatriz Daruj. II. Cardoso, Elis de Almeida. III. Módolo, Marcelo. IV.
Campos, Maria Inês Batista. V. Fachin, Phablo Roberto Marchis.

CDD 410

ISBN: 978-65-87621-81-7
DOI: 10.11606/9786587621817

1. Língua Portuguesa. 2. Linguística. 3. Filologia. GIL, B.D., CARDOSO, E.A.,
MÓDOLO, M., CAMPOS, M.I.B., FACHIN, P.R.M.

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra,
desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença *Creative Commons* indicada.



Os artigos publicados nesta obra são de inteira responsabilidade de seus autores.

PESQUISAS EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

VOLUME II

SUMÁRIO

Pesquisas em Filologia e Língua Portuguesa: Filologia, Discurso e História	7
Beatriz Daruj Gil, Elis de Almeida Cardoso, Marcelo Módolo, Maria Inês Batista Campos, Phablo Roberto Marchis Fachin	
Os datiloscritos de <i>O ano da morte de Ricardo Reis</i>, de José Saramago: variantes, variação e emendas silenciosas na passagem a limpo	13
Edgard Murano Fares Filho	
A repercussão do terremoto de Lisboa em manuscritos setecentistas da Vila Real de Sabará	37
Maria de Fátima Nunes Madeira	
As cartas de mulheres na América Portuguesa: uma análise da habilidade dos punhos	57
Beatriz de Freitas Cardenete	
Cruzamento das vozes do Santo Ofício e de Ana Rodrigues: a interdiscursividade nas confissões do LRC	77
Gabriele Franco	
Tipologia documental em um livro manuscrito da Câmara de Santana de Parnaíba (1751-1756)	96
Ivan Douglas de Souza	
Atas de Jundiaí de 1732 a 1744: descrição preliminar	109
Kathlin Carla de Moraes	
Processos criminais no século XIX: homicídio e pena de morte em Campinas	130
Carla Regiane Dias	
Análise diplomática de cartas da administração colonial da região norte do Brasil	149
Marina Pessoa Silva	
Dona Jeronima d'Almeida: um olhar paleográfico sobre a prática de escrita	167
Antonio Ackel	
Testemunhos da religiosidade popular: apontamentos paleográficos de três tábuas votivas setecentistas	187
Marcus Vinícius Pereira das Dores	
Diário Político de Caio Prado Jr.: questões filológicas	202
Maria Eugênia Duque Caetano	
Sobre o processo de edição eletrônica de manuscritos novecentistas baianos	212
Priscila Starline Estrela Tuy Batista	

Ciber-reportagem: uma caracterização bakhtiniana sobre esse gênero do discurso jornalístico	229
Giulia C. Gramuglia Araujo	
Representação de atores sociais e do posicionamento de <i>O Estado de S. Paulo</i> em relação à notícia “Haddad recua de alterar previdência”	253
Érica Alves Soares	
Modos verbais na Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza (1822)	271
Jordana Tavares Silveira Lisboa	
Epítome da Grammatica Portugueza: o modo de sua historicização e seu modelo gramaticográfico	288
Francivaldo Lourenço da Silva	
Língua, metáfora do espaço	304
Clóvis Luiz Alonso Júnior	
Sobre os organizadores	318
Sobre os autores	319

Pesquisas em Filologia e Língua Portuguesa: Filologia, Discurso e História

Beatriz Daruj Gil
Elis de Almeida Cardoso
Marcelo Módolo
Maria Inês Batista Campos
Phablo Roberto Marchis Fachin

Os capítulos deste volume consistem em resultados de pesquisas desenvolvidas por pós-graduandos do Programa de Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Inserem-se em três linhas do Programa, a saber: Filologia do Português, Linguística Textual e Teorias do Discurso no Português e História e Historiografia do Português.

Nessas três linhas, desenvolvem-se, respectivamente, i) pesquisas sobre o texto escrito, literário e não-literário, que o descrevem e o editam, identificando a forma que seja base fidedigna para estudos filológicos e para a constituição de *corpora* em língua portuguesa, impressos e digitais; ii) pesquisas que se dedicam à investigação dos processos de constituição de textos orais e escritos, bem como de discursos de variadas esferas sociais em língua portuguesa; iii) pesquisas diacrônicas ou históricas da língua portuguesa, sob diferentes níveis de análise, assim como os estudos de história das ideias linguísticas, referentes ao português.

A despeito de serem trabalhos conduzidos em perspectivas variadas, reúnem-se em torno do estudo da língua portuguesa, objeto ao qual inúmeros pesquisadores vêm se dedicando ao longo dos 50 anos de existência do Programa.

Para dar maior divulgação a esse conjunto de estudos, o Programa promove, desde 2018, o Colóquio de Pesquisa Discente (COPED), evento bienal no qual estudantes compartilham suas pesquisas, são avaliados por pesquisadores externos ao programa e têm a oportunidade de publicar seus trabalhos em obras como esta.

Os 17 capítulos deste volume são resultado dos trabalhos apresentados no II COPED, realizado em dezembro de 2020, e abordam questões filológicas variadas, propostas de classificações de gêneros textuais e estudos historiográficos.

Tratando de questões filológicas, o volume inicia-se com *Os datiloscritos de O ano da morte de Ricardo Reis, de José Saramago: variantes, variação e emendas silenciosas na passagem a limpo*. Nesse trabalho, Edgard Murano Fares Filho analisa o método de composição do autor José Saramago à luz da crítica genética. Por meio do levantamento das operações

editoriais deixadas por ele nos testemunhos que compõem essa edição — dois datiloscritos e a edição príncipe publicada pela Editorial Caminho —, é possível acompanhar a dinâmica das variantes, em particular das operações efetuadas diretamente na passagem a limpo do texto pelo autor, às quais Murano batizou de "emendas silenciosas" em virtude de sua natureza elíptica, detectável por meio da comparação dos textos.

Em *A repercussão do terremoto de Lisboa em manuscritos setecentistas da Vila Real de Sabará*, Maria de Fátima Nunes Madeira estuda e edita filologicamente — por meio de edição semidiplomática — três documentos que fazem parte do códice AL 014, do acervo do IEB, coleção Alberto Lamego: o termo em junta de 1756, assinado pelos procuradores das câmaras das cidades e vilas, e pelo governador da capitania de Minas Gerais; o auto de verificação, assinado em 1768 pelos juízes e oficiais da câmara da Vila Real do Sabará e por mais oito homens da governança; e a representação assinada em 1777 por oficiais da câmara da Vila Real de Sabará.

No texto *As cartas de mulheres na América Portuguesa: uma análise da habilidade dos punhos*, Beatriz de Freitas Cardenete apresenta parte da pesquisa intitulada "Punho de mulher: um trabalho filológico a partir das cartas de mulheres na América Portuguesa", desenvolvida no âmbito do Projeto M.A.P. (Mulheres na América Portuguesa). O *corpus* do trabalho é constituído por 28 cartas escritas por mulheres no espaço atlântico português, entre os anos de 1778 e 1821, e salvas em três arquivos: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Brasileiros da USP e Arquivo Nacional da Torre do Tombo. As cartas são editadas eletronicamente a partir da ferramenta eDICTOR, e a análise paleográfica busca responder às perguntas: o que, como, quando, onde se escreveu; quem escreveu; e por que o texto foi escrito.

Ainda na América Portuguesa, durante a visita da Inquisição, as confissões dos possíveis "réus" eram registradas pela comissão da visita do Tribunal do Santo Ofício no Primeiro Livro das Reconciliações e Confissões (1591 - 1592). Gabriele Franco, em capítulo intitulado *Cruzamento das vozes do Santo Ofício e de Ana Rodrigues: a interdiscursividade nas confissões do LRC*, apresenta uma análise da interdiscursividade ou cruzamento de vozes relacionadas à confissão de uma mulher chamada Ana Rodrigues, localizada na Torre do Tombo, Portugal. Com base no modelo tridimensional proposto pela teoria da *Análise Crítica do Discurso*, a autora procura compreender como esse gênero discursivo constituía e validava uma ideologia que silenciava para incriminar.

Ivan Douglas de Souza, no artigo *Tipologia documental em um livro manuscrito da Câmara de Santana de Parnaíba (1751-1756)*, analisa as espécies e os tipos de documentos exarados em um "Livro de Actas de 1751 a 1756". As bases da investigação unem duas disciplinas afins à Filologia: a Codicologia e a Diplomática. Os resultados da pesquisa mostram que o códice

em apreço foi utilizado como suporte material para a produção de documentos da espécie *termo*, pois apenas 2 dos 181 textos estão configurados em outra espécie (traslado). Quanto aos tipos, o termo de vereança apresenta maior ocorrência frente aos demais. O trabalho permite uma discussão teórica a respeito de como a Codicologia e a Diplomática podem dialogar no âmbito de pesquisas filológicas, sobretudo quando focadas no exame de códices de conteúdo não-literário.

Em *Atas de Jundiá de 1732 a 1744: descrição preliminar*, a autora Kathlin Carla de Moraes considera o valor do reconhecimento e registro de características codicológicas, paleográficas e diplomáticas de documentos manuscritos, analisa e descreve as particularidades desse códice. O material está depositado no Centro de Memória de Jundiá (CMJ), o qual conta com documentação manuscrita, iconográfica, impressa, sonora e multimídia de diversos momentos da história da cidade, sendo o mais antigo o caderno de Cartas de Datas de 1657. Arquivado sob a categoria de Administração Pública Municipal de Jundiá, os manuscritos sob análise não estão classificados em um catálogo com número ou código que possa ser utilizado para sua referência, de modo que o nome *Atas de Jundiá de 1732 a 1744* foi escolhido pela autora.

Na sequência, em *Processos criminais no século XIX: homicídio e pena de morte em Campinas*, Carla Regiane Dias apresenta dois processos criminais do século XIX (1845 e 1871), ocorridos na cidade de Campinas, em que negros (escravizados e livres) são réus. O objetivo é demonstrar como o conhecimento mais aprofundado de fatores extralinguísticos permitem estudar de forma mais ampla a macroestrutura dos processos criminais, levando em consideração o contexto no qual eles são produzidos e como esse contexto influencia o produto final. Para tanto, Dias utiliza como embasamento teórico o modelo das Tradições Discursivas e estabelece uma comparação entre os dois processos e dados histórico-sociais da época a fim de indicar hipóteses que auxiliem a compreensão das diferenças e similaridades estruturais entre eles. Mais pormenorizadamente, apresenta uma breve descrição dos documentos manuscritos; o contexto histórico no qual eles foram produzidos; o modelo de análise que utiliza para melhor compreendê-los; e, por fim, uma análise comparativa da macroestrutura dos dois processos.

Em *Análise diplomática de cartas da administração colonial da região norte do Brasil*, Marina Pessoa Silva apresenta resultados parciais da análise diplomática de dezoito cartas da administração colonial da região norte do Brasil, remetidas por Gonçalo Pereira Lobato e Sousa. Partindo da definição de “carta” apresentada por Bluteau no século XVIII, período em que o *corpus* foi produzido, e, por meio de outros dicionários e manuais, pretende, de modo geral, identificar a carta como correspondência administrativa no século XVIII.

No texto *Manuscritos seiscentistas: um olhar paleográfico sobre a prática da escrita*, Antonio Ackel propõe reflexões paleográficas com base em documentos inéditos sobre a colonização holandesa no Brasil. Por meio de formas caligráficas encontradas nos manuscritos procura questionar de que maneira a língua escrita estava presente na sociedade da época, em punhos de pessoas anônimas principalmente, verificando de que forma indivíduos de uma sociedade marcada pela oralidade, mulheres, por exemplo, puderam estabelecer modos diferentes de relação (linguística e social) com a cultura escrita por meio de suas formas caligráficas e domínios de leitura e escrita.

O artigo *Testemunhos da religiosidade popular: apontamentos paleográficos de três tábuas votivas setecentistas*, de Marcus Vinícius Pereira das Dores, apresenta uma proposta de edição e alguns comentários paleográficos de três tábuas votivas do século XVIII que têm por orago Sant'Ana. A edição aqui adotada é a semidiplomática, pois, ao mesmo tempo preserva a constituição textual do manuscrito e permite uma certa interpretação do editor. O autor ainda ressalta que, em virtude do valor artístico, é importante reconhecer que esses objetos pictóricos estão cada vez mais escassos e, por isso, precisam ser documentados e preservados.

Na perspectiva da filologia de textos modernos, Maria Eugênia Duque Caetano, em *Diário Político de Caio Prado Jr.: questões filológicas*, apresenta o *Diário Político I*, de Caio Prado Jr. com vistas a disponibilizá-lo como fonte fidedigna para os trabalhos sobre a biografia e a obra desse autor. O documento não é tratado apenas como base de informações, mas como objeto de estudo, verificando-se seu conteúdo, sua organização, sua relação com o autor e a prática de construção de texto e registro de acontecimentos que ele configura. A pesquisa é interdisciplinar, com relações que a colocam em contato com a Filologia e suas ciências afins, entre elas, Paleografia e Diplomática, além de História, Política e Cultura Material.

Priscila Starline Estrela Tuy Batista, em diálogo entre Filologia e Humanidades Digitais, apresenta reflexões sobre edição eletrônica realizada com o objetivo de preparar textos para análise linguística automática, mantendo as versões dos textos que possibilitam um rigoroso trabalho filológico. Em capítulo intitulado *Sobre o processo de edição eletrônica de manuscritos novecentistas baianos*, apresenta, de forma pormenorizada, como foi realizada a edição do conjunto de documentos que compõem o *corpus* da sua pesquisa, Cartas do Acervo da Família Estrela Tuy, utilizando o programa computacional eDICTOR. Discorre ainda acerca das transformações no labor filológico e linguístico com a utilização de ferramentas computacionais.

As propostas de classificações de gêneros textuais são representadas por dois trabalhos. A caracterização da ciber-reportagem é o tema da reflexão de *Ciber-reportagem: uma caracterização bakhtiniana sobre esse gênero do discurso jornalístico*. A autora Giulia C. Gramuglia Araujo define, a partir da perspectiva do Círculo de Bakhtin, a ciber-reportagem como

um gênero discursivo praticado pelo ciberjornalismo. Para tanto, considera a transformação dos gêneros dentro de um processo dialógico em que eles se esbarram e se hibridizam, recorrendo às metodologias propostas nas obras de Mikhail Bakhtin e de Valentin Volóchinov, para constituir essa caracterização. De modo a identificar as particularidades do gênero, além da bibliografia consultada, a autora entrevistou, em 2020, três jornalistas da grande imprensa que atuam na produção de ciber-reportagens. O trabalho foi organizado de forma a abordar o nome, a história e as características dos gêneros reportagem e ciber-reportagem. Ao final da discussão, a autora conclui que as transformações produzidas pelo advento da *internet* e suas inovações tecnológicas fizeram surgir a autonomia do gênero ciber-reportagem, que adquiriu uma construção composicional própria, com características essenciais – como o audiovisual, a infografia e a interatividade –, somadas às técnicas já consagradas de se fazer reportagem e aos procedimentos básicos que são empregados pelo ciberjornalismo.

Em *Representação de atores sociais e do posicionamento de O Estado de S. Paulo em relação à notícia “Haddad recua de alterar previdência”*, Érica Alves Soares investiga como o jornal *O Estado de S. Paulo* representa os atores sociais e o seu posicionamento em relação a Fernando Haddad – candidato à prefeitura do município de São Paulo nas eleições municipais de 2016. Ao analisar tal aspecto, a autora almeja compreender o posicionamento do jornal e o favorecimento a um dos candidatos e o desfavorecimento em relação ao candidato adversário. Parte ainda da hipótese de que o jornal influencia direta e indiretamente os eleitores na decisão do seu voto.

A história e a historiografia linguística estão representadas em três capítulos.

Em *Modos verbais na Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa (1822)*, Jordana Tavares Silveira Lisboa discute quais os critérios utilizados nessa gramática para a definição dos modos verbais e verifica mudanças do conhecimento sobre essa categoria, tendo em vista as obras anteriores a ela, constantes do horizonte de retrospectiva do autor. A autora conclui que o sistema de modos verbais na *Grammatica Philosophica*, de Barbosa, é reorganizado a partir do critério funcional-sintático, o que resulta na distribuição dos tempos em apenas três modos verbais: infinito, indicativo e subjuntivo.

O texto que trata de Francivaldo Lourenço da Silva, *Epítome da Grammatica Portuguesa: o modo de sua historicização e seu modelo gramaticográfico*, discute dois aspectos do *Epítome da Grammatica Portuguesa*, de António de Moraes Silva. Avalia a revalorização das disciplinas históricas e historiográficas das ciências da linguagem, empregando o conceito de modo de historicização e o modelo gramaticográfico adotado por Moraes Silva, representado pela *Short Grammar* e pelos *Rudiments* da gramática da língua inglesa, respectivamente, de Robert Lowth e de Joseph Priestley, e pelo *Abrégé* da gramática

francesa, de M. de Wailly. O trabalho pretende refletir sobre a originalidade da obra gramaticográfica de Moraes Silva, aplicando a perspectiva epistemológica do empirismo externalista na análise dos aspectos escolhidos.

No término da sequência de artigos, apresenta-se *Língua, metáfora do espaço*, de Clóvis Luiz Alonso Júnior. O objetivo desse texto é apresentar um estudo da língua como metáfora e, para isso, o autor parte do pressuposto de que o espaço físico do mundo e os deslocamentos aí realizados são mimetizados pela percepção humana e, então, postos como mote metaforizador na confecção da Língua.

Esses trabalhos — reunidos e dispostos por sua respectiva área de pesquisa — apontam para diferentes vertentes do pensamento acerca da linguagem e reiteram o compromisso com a diversidade e a qualidade do pensamento acadêmico em nossos campos de estudo, sendo, portanto, índices de caminhos já trilhados e, ao mesmo tempo, potencialmente produtivos para o desenvolvimento de investigações que contribuam para a construção de um pensamento, em todos os sentidos, inovador e revigorante.

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa e a todos os seus colaboradores, aos autores e aos pareceristas, que, com ânimo e contínua resistência, têm dado prosseguimento a este importante projeto científico, mesmo em momento tão adverso.

Excelente leitura a todos!

Os datiloscritos de *O ano da morte de Ricardo Reis*, de José Saramago: variantes, variação e emendas silenciosas na passagem a limpo

Edgard Murano Fares Filho

Introdução

Os datiloscritos do romance *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, de José Saramago, compõem um retrato muito próximo do texto estabelecido pela edição príncipe, publicada pela Editorial Caminho (1984). O primeiro testemunho de textualização de que se tem notícia desse romance, disponibilizado para consulta em formato digital pela Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) como parte integrante do espólio Colecção José Saramago (SARAMAGO, 2008), traz o texto datiloscrito sobre o qual se acumulam emendas manuscritas autógrafas em diferentes cores. Para além de meras "correções ortográficas" (ROANI, 2003), essas emendas constituem-se variantes substantivas, que se não chegam a produzir variações no enredo, por outro lado indicam que, naquela altura, o processo de gênese da obra ainda se encontrava em pleno andamento.

Quando decidimos abordar esse datiloscrito no Mestrado, segundo os fundamentos da Crítica Genética e Textual, buscamos compará-lo ao texto estabelecido pela primeira edição, sendo nosso objetivo desempatar as variantes do testemunho autógrafo e fazer uma ponte entre o domínio da gênese e o editorial. Resultou dessa pesquisa a constatação de que o texto estabelecido pela edição impressa apresentava lições divergentes daquelas trazidas pelo datiloscrito da BNP, uma questão para a qual então elaboramos hipóteses, entre elas a de que poderia haver um testemunho intermediário ao qual não tivemos acesso — explicando assim essas divergências — ou que tais discrepâncias teriam sido resultado de acertos entre autor e editor por outros meios (correspondência, telefonemas, encontros pessoais, etc.). Àquela altura, era o único testemunho genético do qual dispúnhamos para nossa edição. A essa incógnita das lições divergentes, batizamos de “emendas invisíveis”.

Anos mais tarde, na altura do Doutorado que se iniciava e que daria continuidade à edição dos inéditos de José Saramago, descobrimos por acaso em exposição na Fundação José Saramago, em Lisboa, a presença de um segundo testemunho genético do romance (não incluso no espólio da BNP) o qual, visto de relance sob o vidro que o protegia, indicava ser um datiloscrito mais “limpo”, isto é, com bem menos emendas (aparentemente) do que o testemunho da BNP, representando, como veríamos depois, uma etapa mais avançada da

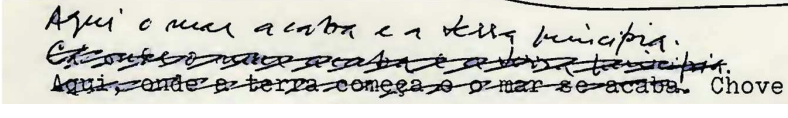
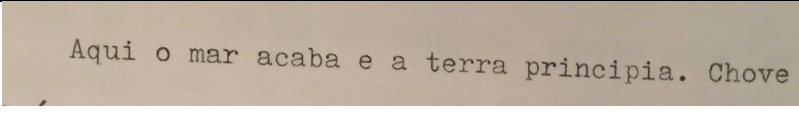
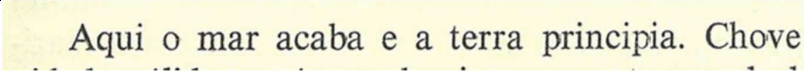
gênese. Tínhamos aí um ponto de partida para o Doutorado: descobrir como aquele novo testemunho ampliaria o horizonte de nossa edição genética, corroborando ou refutando nossas hipóteses, mas, também, introduzindo novas questões.

Mais tarde, esta pesquisa culminaria numa temporada de estudos na Universidade de Lisboa (UL) por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior/CAPES¹ (2019-2020), quando tivemos a oportunidade de entrar em contato com a produção acadêmica dos grupos de estudos do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, além de obter acesso direto aos testemunhos da BNP e da Fundação José Saramago.

De fato, aquele novo testemunho parecia ser a peça que faltava para explicarmos as emendas invisíveis aventadas na altura do Mestrado. Muitas das divergências entre o texto do testemunho da BNP (doravante designado pela letra **A**) e o da edição príncipe (letra **B**) passavam pelo testemunho intermediário da FJS (**A'**) ao qual, então, tínhamos acesso. Contudo, ao cotejarmos os testemunhos A e A', descobrimos que algumas das discrepâncias persistiam, porém deslocadas da relação A-B para a relação A-A'. As lições de B, salvo algumas poucas exceções, eram as mesmas lições de A' (em outras palavras, B incorpora praticamente todas as variantes mais recentes de A', destoando apenas no que diz respeito à ortografia em alguns poucos casos). Mas entre os testemunhos A e A' ainda era possível detectar várias diferenças que não necessariamente passavam pelo registro da emenda manifesta. Tratava-se, se não de emendas de todo invisíveis, ao menos de emendas *silenciosas*, como fizemos questão de rebatizá-las, ressaltando assim, com a mudança sutil no adjetivo, a natureza antes sorrateira do que impalpável dessas divergências entre A' e A. Traçávamos, assim, um objetivo mais específico para este Doutorado, dentro do panorama mais amplo dos estudos de gênese, concentrando-nos nas chamadas emendas silenciosas e na análise do seu estatuto em relação às demais campanhas de revisão.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Quadro 1-Reprodução fac-similar do trecho inicial do romance nos três testemunhos (A, A'eB)

Testemunho A (Biblioteca Nacional de Portugal)
 <p>Aqui o mar acaba e a terra principia. Chove onde o mar acaba e a terra principia. Aqui, onde a terra começa e o mar se acaba. Chove</p>
Testemunho A' (Fundação José Saramago)
 <p>Aqui o mar acaba e a terra principia. Chove</p>
Testemunho B (Editorial Caminho)
 <p>Aqui o mar acaba e a terra principia. Chove</p>

1 Considerações metodológicas

Diante do avanço de nossa pesquisa, representado pela inclusão de um testemunho até então desconhecido, nos vimos às voltas com a necessidade de um reenquadramento no tocante ao tipo de edição adotada que melhor atendesse às especificidades do conjunto dos testemunhos. Com essa mudança em mente, procedemos a uma transcrição conservadora dos documentos (A, A' e B) que sintetizasse o conjunto de todas as lições, dispensando-nos da presença dos fac-símiles de A que compunham o apêndice da transcrição que nos guiava no Mestrado (ainda que recorramos aqui e acolá, de maneira pontual, a reproduções fac-similares apenas na medida do necessário para justificar decisões apoiadas em evidências materiais). Optamos assim por uma edição semidiplomática (CASTRO, 2013, p. 103), pautada pelo conservadorismo descritivo e pela fidelidade ao original, buscando fixá-lo da maneira mais exata possível, haja vista que todas as lições de uma edição genética são genuínas, pois retratam as diversas fases da gênese.

No tocante à sinalética, adotamos o modelo da Equipa Pessoa (CASTRO, 2013), uma vez que a distribuição das emendas nos testemunhos genéticos em questão não foge à lógica de boa parte dos manuscritos/datiloscritos, sobretudo daqueles que se encontram numa etapa de elaboração já mais próxima da edição publicada. Essa etapa, também conhecida como “testemunho definitivo”, constitui “um estado quase final da obra no qual ainda podem aparecer alguns arrependimentos, mas que já apresenta a imagem do modelo sobre o qual será

reproduzida a versão impressa” (DE BIASI, 2010, p. 60). A lógica que geralmente rege a ocupação da página pelas emendas em rascunhos nesse estágio prevê que a entrelinha superior seja priorizada para receber as variantes, em seguida a entrelinha inferior, e, no caso de emendas mais extensas, utilizem-se as margens.

<	>	segmento	autógrafo	riscado
□	espaço	deixado	em branco	pelo autor
+		palavra		ilegível
< > / \	substituição por superposição, na relação <substituído> /substituído\			
< > [↑]	substituição por riscado e acréscimo na entrelinha superior			
[↑]	acréscimo	na	entrelinha	superior
[↓]	acréscimo	na	entrelinha	inferior
[→]	acréscimo	na	margem	direita
[←]	acréscimo	na	margem	esquerda
<+>	riscado		autógrafo	ilegível
[<i> marg. sup.</i>]	acréscimo	na	margem	superior
[<i> marg. inf.</i>]	acréscimo na margem inferior			

(CASTRO, 2013, p. 106)

Nosso adendo à sinalética adotada nesta edição foi o sinal de transposição [↔] que corresponde, neste caso, à inversão de segmentos já dados pelo texto realizada de uma só vez por meio de uma chave manuscrita, que começa numa linha e atravessa para a outra linha no ponto onde a inversão entre os segmentos deve ser realizada (Quadro 2). A necessidade da inclusão deste símbolo em nossa edição resulta da singularidade que esta operação assume nos datiloscritos, diferindo de um reordenamento que se vale, por exemplo, da supressão de um segmento para seu acréscimo em outro ponto do enunciado. Vale dizer que há um número significativo desse tipo de ocorrência nos datiloscritos, sobretudo no testemunho A, o que talvez se explique pelo ponto adiantado em que se situava o processo de gênese, no qual, tanto quanto inserir ou suprimir elementos, há também a necessidade de rearranjá-los sem recorrer a marcas editoriais excessivas, que poderiam sobrecarregar o documento.

Quadro 2 – Exemplo de reordenamento no testemunho A (reprodução fac-similar) + transcrição

do constante mau tem	de meteorologia ame
do [constante↔mau tempo]	de [meteorologia↔amena]

Outro aspecto da sinalética fundamental para a leitura desta edição diz respeito ao emprego de colchetes [parênteses retos] para indicar as operações editoriais que se dão no

testemunho A, ao passo que o uso de chaves {} serve para designar as operações que se dão *fora* do testemunho A, isto é, em A' {^A} ou em B {^B}. Como há operações que começam num testemunho e terminam em outro — quando ocorrem discrepâncias entre as lições dos testemunhos, caso das emendas silenciosas entre A e A' ou entre A' e B, por exemplo —, na representação desse tipo de emendas aparecerão colchetes e chaves justapostos, conforme vemos nos exemplos de substituição a seguir, extraídos do aparato genético:

(1) <^{A^d}contava>{^{A'^d}conta}

(2) <^{A'^d}contra-curvas>{^Bcontracurvas}

Dada a natureza politestemunhal desta edição (CAMBRAIA, 2005, p. 91), a fim de apresentar as diferentes etapas de transformação de um mesmo ponto crítico do texto ao longo dos testemunhos e das campanhas que os compõem, optamos por apresentar os exemplos sob a forma de uma "transcrição diacrônica linearizada" (2010, p. 87), isto é, simulando sucessivas etapas ou versões de paradigmas editoriais, os quais se encontrarão separados, dentro da mesma linha, por um espaço maior. Essa forma de transcrição adotada para os exemplos, em que se pese ocupar mais espaço, foi ajustada às nossas necessidades para que mostrasse não apenas as sucessivas lições de forma estanque — cujas emendas estariam subentendidas entre um estado e outro —, mas para sinalizar a sucessão *das próprias emendas* como paradigmas em si, conforme o exemplo abaixo:

(3) [^{A^a}↑seja essa...] {seja^{A'^d}↔essa} [essa^{A'^a}↔seja]

No exemplo 3 acima, há três etapas de transformação relativas a um mesmo ponto do enunciado: na primeira, que ocorre no testemunho A (na altura da campanha manuscrita em tinta azul), um segmento é acrescido na entrelinha superior; na segunda etapa, no testemunho A', o segmento passa por um reordenamento silencioso sem qualquer cerimônia na altura da campanha datiloscrita; e, por fim, ainda em A', o mesmo segmento que sofrera um reordenamento silencioso é revertido à ordem original (da primeira etapa) por meio de um sinal de transposição na campanha manuscrita em tinta azul.

Como se nota, a questão das emendas silenciosas nos impõe um desafio da ordem da representação, uma vez que na transcrição adotada coexistem lições de três testemunhos. Além disso, muitas dessas emendas não manifestas pressupõem uma sucessão de operações editoriais que, de outro modo, em emendas manifestas, seriam mais simples de contabilizar (e há fartos exemplos de manifestas em A, ao passo que bem menos em A'). Em se tratando de emendas silenciosas, ocorre que uma determinada divergência entre dois pontos críticos

equivalentes em A e A' assume, sob um exame minucioso, não apenas um caráter de substituição de X por Y, de supressão ou de acréscimo silencioso de um dado segmento.

É possível afirmar que essas divergências às vezes ocultam, sob a limpidez da emenda efetuada em pleno ato de cópia, mais de uma operação editorial (adição, supressão, substituição e/ou reordenamento), cabendo à nossa edição comparar os pontos críticos divergentes e reconstituir no aparato o percurso dessas operações que foram sublimadas na passagem a limpo, sendo esta marcada por deliberações intempestivas que são comuns ao processo criativo. Não deixa de ser didático visualizarmos a transcrição de emendas manifestas juntamente à transcrição de emendas não manifestas, conforme vimos no exemplo 3, no sentido de materializarmos e contabilizarmos os desdobramentos subjacentes a alterações que são aparentemente simples, decorrentes de cálculos mentais instantâneos do autor no ato da cópia. Por outro lado, devemos nos perguntar, fazendo jus ao desafio de representação que se coloca ao nível da transcrição, como podemos afinal reproduzir diferentes tipos de operações editoriais — tanto as manifestas quanto as silenciosas — que têm lugar em diferentes testemunhos, sem onerar o aparato genético com uma profusão de símbolos a ponto de inviabilizar sua leitura?

Um das soluções desta edição para esse impasse foi dividir a transcrição do aparato em dois formatos com finalidades distintas: uma transcrição "corrida" do texto, que sintetiza as lições dos três testemunhos; e, numa fase seguinte, a compilação de cada ponto crítico da transcrição em formato de tabela, à maneira da transcrição diacrônica linearizada mencionada anteriormente, onde as emendas encontram-se já descritas e categorizadas segundo diversos parâmetros, tais como o tipo de operação editorial (acrécimo, supressão, substituição e reordenamento), se manifestas ou silenciosas, o fôlio onde se encontram, além de sistematizar informações de viés estatístico sobre as operações. Ambos formatos apresentam prós e contras, e por isso devem ser lidos como complementares: enquanto na transcrição corrida temos acesso ao contexto dos enunciados da obra, por outro lado temos um grande número de emendas e variantes, muitas vezes se acumulando num mesmo ponto crítico e demandando mais esforço para perceber sua cronologia; ao passo que na tabela, embora percamos a noção do todo do texto, a transcrição linearizada de cada ponto crítico facilita a compreensão das operações editoriais ao decompô-las em estados sucessivos, mostrando-se particularmente útil na elucidação das elipses representadas pelas emendas silenciosas.

Quadro 3 – Comparação entre os dois formatos do aparato: transcrição do texto "corrido" x tabela com classificação dos pontos críticos (exemplos)

3.1) Transcrição

<p><Aqui, onde a terra começa e o mar se acaba.><[^{Aa}↑Eis onde o mar acaba e a terra principia.]>[^{Aa}↑Aqui o mar acaba e a terra principia.] Chove sobre a cidade pá-</p> <p>lida, as águas do rio <vêm>[^{Aa}↑correm] turvas de barro, há cheia<^{Aa}s><lá para cima.>[^{Aa}↑nas lezírias]. Um<^{Aa}a> <escuríssima barca>[^{Aa}↑barco escuro] sobe <a corrente soturna>[^{Aa}↑{^{A'd}o}fluxo soturno,] [^{Aa}↑é] o Highland Brigade [^{Aa}↑que] vai{^{A'd}<vai>[^{A'a}↑vem]} atra-</p> <p><s>/^{Aa}c\ar ao cais de Alcântara. <É inglês este vapor.>[^{Aa}↑O vapor é inglês,]</p>

3.2) Tabela de pontos críticos (com classificação das emendas)

l. 1	adição	supressão	substituição	reordenamento
			<Aqui, onde a terra começa e o mar se acaba.> [^{Aa} ↑Eis onde o mar acaba e a terra principia.]	
			<[↑Eis onde o mar acaba e a terra principia.]> [^{Aa} ↑Aqui o mar acaba e a terra principia.]	
			<vêm>[^{Aa} ↑correm]	
		cheia< ^{Aa} s>		
			<lá para cima.> [^{Aa} ↑nas lezírias]	
		Um< ^{Aa} a>		
			<escuríssima barca> [^{Aa} ↑barco escuro]	
			<a corrente soturna>	

			[^{Aa} ↑fluxo soturno,]	
<i>dic. sil.</i>	{ ^{A'o} }fluxo soturno,			
	[^{Aa} ↑é]			
	[^{Aa} ↑que]			
			<vai>{ ^{A'a} ↑vem}	
<i>rt.</i>			atra- <s>/ ^{Aa} c\ar	
<i>upr. + adic. = reord.</i>		<É inglês este vapor.>		
	[^{Aa} ↑O vapor é inglês,]			

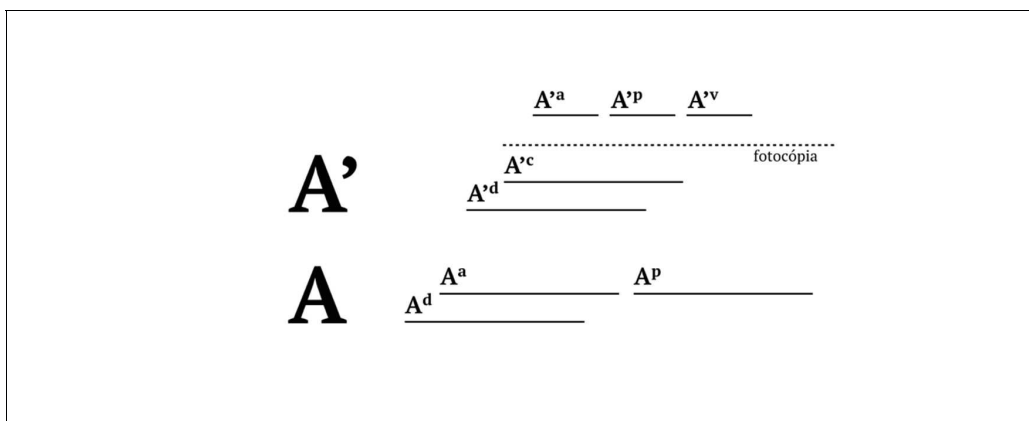
Em ambos exemplos apresentados no Quadro 3 — os quais, vale ressaltar, equivalem exatamente à mesma amostragem de texto transcrito —, observamos logo de cara não apenas a diferença de extensão entre as representações de um mesmo texto, mas, sobretudo, a organização das informações. No exemplo 3.1 temos uma transcrição conservadora que sintetiza os três testemunhos e que obedece à quantificação de texto, linha por linha, do testemunho-definitivo A — opção que se justifica pelo fato de ser o primeiro testemunho genético de textualização da obra e pela maior concentração de emendas manifestas. E no exemplo 3.2, vemos o desdobramento da formatação anterior, sacrificando-se, porém, a integralidade do texto em prol da compilação e da classificação dos pontos críticos segundo os tipos de emendas (colunas "adição", "supressão", "substituição" e "reordenamento"), acrescidas de informações pontuais sobre a natureza da operação (ver primeira coluna à esquerda, "fl. 1" = fólio 1, "adic. sil." = adição silenciosa, "ort." = correção ortográfica, "supr. + adic. = reord." = reordenamento por supressão e adição, etc.). Aqui, diferentemente do método da transcrição corrida, cada uma das emendas ou etapas que compõem a operação editorial encontram-se numa linha para melhor as visualizarmos e contabilizarmos, procedimento que se mostra bastante útil na decomposição de emendas silenciosas que, por sua vez, podem "ocultar" outros tipos de emendas, conforme já mencionamos.

O aporte do testemunho A' em nossa edição trouxe um deslocamento na dinâmica entre os testemunhos tal como a concebíamos até então. Essa mudança no eixo de gravitação das emendas, anteriormente definida como A-B, mostrou que aquelas emendas invisíveis com que trabalhávamos na altura do Mestrado não correspondiam apenas a discrepâncias corriqueiras, ainda que misteriosas, entre o testemunho genético A (BNP) e o testemunho editorial B representado pela edição príncipe da Editorial Caminho (1984), divergências que poderiam ser hipoteticamente atribuídas a um revisor ou editor, afastando-se assim da esfera autógrafa. Aquelas discrepâncias que, antes de A', não podíamos explicar e à qual chamávamos de

"emendas invisíveis", com a chegada desse novo testemunho puderam ser elucidadas em sua maioria. E ao refazermos essa cadeia genética, agora com uma edição de três testemunhos em vez de apenas dois, descobrimos que o texto de B corresponde ao de A', como já mencionamos no início.

Assim, das hipóteses que fugiam dos domínios da autoridade, em jogo na edição A-B, passamos a lidar com uma relação de cópia ou passagem a limpo entre dois datiloscritos com emendas autógrafas, como vemos em A-A'. Se antes trabalhávamos com a possibilidade de uma conjuntura editorial (B) externa ao processo genético, com A' tiramos da frente essa linha de investigação para nos concentrarmos nas tipologias genéticas de A e A', ou seja, em emendas de natureza criativa, tanto as manifestas quanto aquelas realizadas *on-the-fly*, expressão esta que pode ser traduzida literalmente como "em pleno voo" (CAMBRIDGE, 1990), na acepção de algo feito de improviso. A maioria dessas emendas silenciosas ocorrem na etapa datiloscrita de A', a qual especificamos, à maneira das outras campanhas, por meio de uma letra sobrescrita: A'^d ("d" de datiloscrito), conforme vemos no esquema a seguir.

Quadro 4 – Cronologia das campanhas de revisão em A e A'



No Quadro 4, no sentido de baixo para cima, temos a sequência das campanhas de revisão que perspassa os testemunhos A e A'. Esse esquema cronológico das campanhas, fruto deste trabalho de edição, parte do pressuposto de que primeiro vem a campanha datiloscrita A^d e, a seguir, as campanhas manuscritas em tinta azul e preta (A^a e A^p), cuja ascendência de uma sobre a outra é impossível determinar com base nos vestígios de que dispomos, de modo que as colocamos no mesmo patamar para efeitos de representação. Depois, na altura do testemunho A' — sucedâneo de A na cadeia genética —, temos primeiramente a campanha datiloscrita A'^d, mencionada anteriormente devido à natureza elíptica das emendas por ela representadas no processo de passagem a limpo; em seguida, temos a campanha manuscrita A'^c

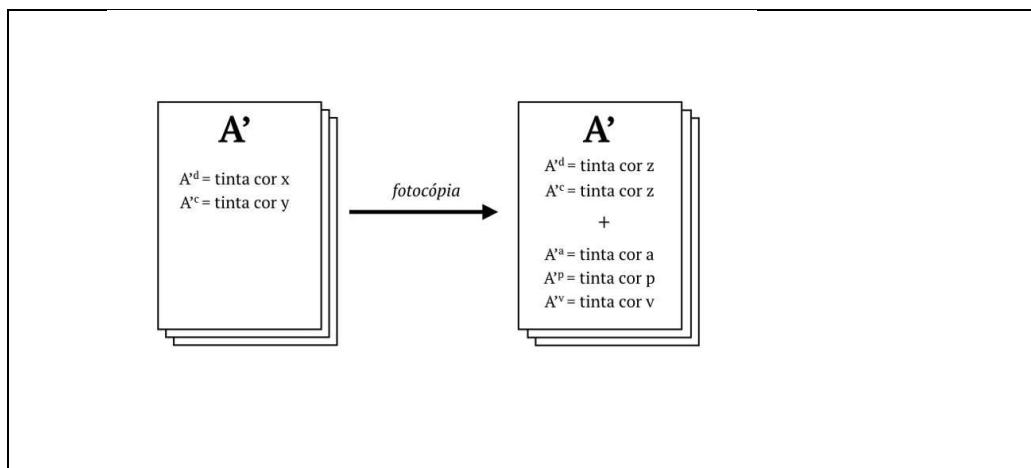
cuja tonalidade esmaecida pode indicar que o documento A' tenha passado por um processo de fotocópia, hipótese que discutiremos logo a seguir; e, por último, as campanhas manuscritas em tinta azul, preta e vermelha (A^a, A^p e A^v), também representadas no mesmo patamar justamente pela impossibilidade de determinar uma sequência entre elas com base na análise das variantes. Temos, assim, a seguinte sequência de campanhas: A^d > A^a e A^p > A^{id} > A^c > A^a, A^p e A^v > B.

A respeito da hipótese da fotocópia e da tonalidade das emendas pertencentes à campanha A^c, quando tivemos acesso ao testemunho A' na Fundação José Saramago, foi possível notar manchas escurecidas de formato vertical nas laterais de muitas das páginas (Anexo I), típicas de documentos fotocopiados. Reforça a nossa convicção sobre essa possibilidade o fato de certas emendas manuscritas de A' apresentarem, a olho nu, uma tonalidade monocromática, todavia diferente de outras emendas em tinta preta mais nítidas. A essas emendas “suspeitas”, de textura mais tênue e próxima da tonalidade do datiloscrito, atribuímos uma campanha de revisão específica: A^c (“c” de caneta, numa alusão genérica ao material). Do ponto de vista de um padrão de campanha, A^c estaria associada majoritariamente à correção ortográfica ou ao que seriam erros de cópia ocorridos na campanha datiloscrita precedente (A^d). Ou seja, o autor teria passado a limpo o texto (A^d), realizado algumas emendas pontuais (A^c) em sua maioria ortográficas, então teria fotocopiado essas páginas nesse estado de revisão e, mais tarde, realizado sobre essa fotocópia as demais campanhas (A^a, A^p, A^v). Isso explicaria o aspecto visual das campanhas A^d e A^c juntas, cuja cor original da tinta, desconhecida, tornou-se monocromática após a fotocópia, posteriormente dividindo o espaço na página com emendas manuscritas nas cores azul, preta e vermelha. É importante ressaltar, contudo, a sutileza desses indícios materiais que serviram de base para esta hipótese, marcas que dificilmente seriam percebidas por meio de reproduções digitalizadas, do mesmo modo como foi necessário, no caso do testemunho A, que solicitássemos acesso ao documento à BNP para que conseguíssemos diferenciar emendas em tinta preta daquelas em tinta azul.

No caso das campanhas A^c e A^p, ambas monocromáticas, em que se pesem as tonalidades muito semelhantes entre elas, de sutil diferenciação a olho nu, optamos por representá-las como campanhas distintas ao invés de uni-las numa só campanha sob a justificativa de apresentarem praticamente o mesmo tom. Decisão que se pauta pela observação de que as emendas esmaecidas de A^c se associam àquelas operações editoriais de natureza ortográfica (como por exemplo a retificação de erros de cópia cometidos na campanha A^d); ao passo que as emendas supostamente caracterizadas por tons escuros mais saturados aparecem associadas a operações de natureza mais criativa, portanto genéticas, como por

exemplo substituições por sinônimos, reordenamentos e acréscimos mais substanciais que se mostram em consonância com as emendas encontradas no patamar da campanha A^{1a} (ver Anexos II, III e IV e Quadro 5).

Quadro 5 - Hipótese da fotocópia do testemunho A' e o processo de homogeneização das cores das campanhas de revisão (A^d e A^c)



Diferentemente de uma edição crítico-textual, em que se busca recompor um texto à sua forma mais pura, purgando-o muitas vezes de variantes que não contribuam para esse propósito, uma edição crítico-genética deve ser conservadora na edição dos testemunhos, haja vista que todas as lições são legítimas quando o que está em jogo é a fixação das etapas do processo de composição. Daí a nossa preocupação de deixarmos registradas as mínimas nuances materiais detectáveis em relação às referidas campanhas. E ainda que essa distinção possa incorrer num certo preciosismo, nossa hipótese, não obstante, baseia-se não somente na observação material da escrita, mas também editorial, em cuja intersecção — isto é, entre a investigação material e editorial — encontra-se a campanha A^c, separada da campanha A^p por uma hipotética fotocópia: antes dela, uma campanha na qual se buscava revisar eventuais erros de cópia e de ortografia; depois dela, uma campanha cujas intervenções são mais esparsas e de caráter criativo, já bem próximas do texto definido pelo testemunho B. Em relação às demais campanhas, cuja classificação se dá com base numa materialidade mais evidente (seja a cor da tinta colorida ou a campanha datiloscrita em contraste com a manuscrita, por exemplo), não há nada por enquanto — para além da cronologia — que nos permita vinculá-las a uma determinada função dentro do processo de criação, como a associação de uma determinada campanha à alteração dos tempos verbais ou ao reordenamento entre substantivos e adjetivos, etc. Daí que o interesse genético desta edição naturalmente recaia na descrição e na discussão

das campanhas mais ambivalentes, tal como A^c e, obviamente, A^d, cujos estatutos podem ser discutidos à luz do processo de criação do autor.

No que diz respeito à autoria dos datiloscritos, assumimos que o testemunho A' foi datilografado pelo próprio escritor², sendo, portanto, um "datiloscrito autógrafo" (tal como o testemunho A), dado o caráter substantivo das emendas de A^d que dificilmente seriam obra de um copista, ainda que sob a vigilância estrita do autor. Este, supomos, ao passar a limpo na máquina de escrever o datiloscrito A, ia incorporando as emendas manuscritas, embora refutasse aqui e ali algumas delas, e até inserindo outras variantes no lugar, as quais poderiam ser inovações imprevisas ou variantes que haviam sido descartadas no decorrer do processo. Não se trata, pois, de uma "cópia" ou passagem a limpo num sentido ortodoxo, convém ressaltar, havendo deliberadas omissões e extrapolações do autor em relação às lições a serem transpostas de um testemunho para outro, e tampouco há variantes em aberto entre as quais decidir. Não se trata, portanto, apenas de uma passagem a limpo de A que incorpora as variantes mais recentes deste, mas de uma campanha caracterizada pelo processo de criação.

2 Análise das emendas silenciosas

A partir da observação das emendas silenciosas, sintetizadas na campanha A^d em articulação com as emendas manifestas (A^d, A^a, A^c, A^{ia}, etc.), fomos capazes de elaborar padrões para essas operações editoriais que se estendem ao longo dos testemunhos. Para tanto, baseamo-nos no conceito de tipologias antetextuais para descrevermos esses "hábitos variáveis dos escritores" (GRÉSILLON, 1991, p. 11). Essas tipologias tomam como referência o marco das emendas silenciosas, associadas ao momento da passagem a limpo, levando em consideração tanto as lições anteriores quanto as posteriores à campanha A^d na medida em que elas ajudem a delinear de maneira transversal um padrão de variações que seja de interesse genético. Para elaborar e exemplificar cada um desses paradigmas de composição, recorreremos assim à noção

² É razoável concluir que José Saramago produziu diretamente na máquina de escrever os testemunhos de textualização de *O Ano da Morte de Ricardo Reis*. Essa constatação não decorre apenas, evidentemente, de relatos de pessoas próximas ao autor ou de obras documentais audiovisuais que o mostram datilografando seus romances, mas também da avaliação de emendas datiloscritas de natureza criativa que dificilmente poderiam ser atribuídas a um eventual assistente incumbido de passar a limpo seus rascunhos. A partir do espólio genético não apenas desta obra, mas de outras, como por exemplo de *Levantado do Chão* (1980), observa-se um padrão: o material pré-redacional, como anotações relacionadas à pesquisa, agendas e cadernos de viagem, apresenta-se geralmente sob a forma manuscrita; ao passo que documentos mais avançados no processo de gênese, como apontamentos, até chegar ao testemunho de textualização da obra propriamente dito, apresentam-se sob a forma datiloscrita, e, com o avanço tecnológico, passam a ser digitados no computador, como no caso de *A Viagem do Elefante* (2008) ou mesmo do último de seus Diários, cujos arquivos até então desconhecidos foram encontrados numa pasta de seu computador em 2018.

de *variação* de um dado ponto crítico através de seus desdobramentos em pontos equivalentes dos enunciados que se encontram distribuídos pelos testemunhos. A ideia, aqui, é reconstituir as variantes sublimadas na campanha A^d e relacioná-las com as demais campanhas manifestas. De maneira que, para além das lições em si, importam também o número e a ordem das variantes a partir das quais se dão as escolhas do autor. Em outras palavras, o que buscamos saber é se a variante cunhada se deu a partir de uma única lição ou se o autor tinha variantes entre as quais escolher, e, neste caso, se ele optou pela variante que ele cunhara por último ou se pela anterior.

Em linhas gerais, classificamos essas tipologias ao redor das emendas silenciosas em três grandes grupos que levam em consideração a pluralidade de lições em jogo para cada ponto crítico. Temos basicamente: **1) quando o testemunho A' se depara com uma única lição no testemunho A;** **2) quando o testemunho A' se depara com mais de uma lição no testemunho A;** e **3) quando o testemunho B produz uma inovação em relação a A'.** Por se tratarem de testemunhos genéticos, nos interessam aqui sobretudo as primeiras duas situações, 1 e 2, com seus desdobramentos e suas especificidades. A situação 3 diz respeito ao estabelecimento do texto na edição príncipe, **ao passo que as situações 1 e 2 se organizam em torno da campanha associada à passagem a limpo** — nosso foco de interesse —, desdobrando-se por sua vez em subcasos particulares que explicaremos a seguir.

Na **situação 1**, temos que o testemunho A' produz uma inovação quando diante de uma única lição no testemunho A. Isto é: diante de um segmento da campanha A^d, produz-se uma variante. Essa variante, porém, em vez de criativa, pode ser a retificação de um erro de cópia ligado à campanha A^d. Temos abaixo, no exemplo 1, o segmento “bons” (presente no testemunho A) que é omitido na campanha A^d (associada à “passagem a limpo”), sendo, posteriormente, resposto na campanha A^c como um acréscimo na entrelinha superior. No exemplo 2, o segmento datiloscrito “emciados” é acrescido da sílaba “ba” na campanha A^c, após ter sido omitida por engano no ato da passagem a limpo.

(1) que <A^dbons> ventos que {A^c↑bons} ventos

(2) em{A^c↑ba}ciados

Em outro subcaso da situação 1, pode acontecer também que o testemunho A', diante de uma única lição em A, produza uma inovação no ato da cópia para, mais tarde, retomar a lição preterida valendo-se de uma emenda manifesta. No exemplo 3 abaixo, o segmento “cais” é substituído diretamente por “cofre” no ato da cópia, sendo depois retomado por meio de um acréscimo superior (A^c).

(3) <A^dcais>{A^dcofre} <A^dcofre>{A^c↑cais}

(4) [^{Aa}↑seja essa...] {seja^{A'd}↔essa} [essa^{A'a}↔seja]

Vale notar que, no exemplo 3, embora aparentemente a campanha A^c esteja associada a uma variante criativa, uma vez que, num primeiro olhar, diga respeito à substituição de uma palavra por outra, uma análise mais detida pode denunciar a ocorrência de um lapso. Ao passar a limpo o texto de A, o "autor-copista" teria enganado-se e, em vez de "contra as pedras do **cais** foi desfazer-se o **cofre**", datilografou "contra as pedras do **cofre** foi desfazer-se o **cofre**". Tal erro pode acontecer, como boa parte dos erros de cópia, na etapa de "retenção do texto" ou "ditado interior" (CAMBRAIA, 2005, p. 80), em que o copista dita para si internamente aquilo que vai escrever, porém o faz à sua maneira. No exemplo 3, o fato dos dois elementos começarem pela mesma letra pode ter sido um facilitador. Posteriormente, o segmento "cofre" é rasurado e a lição "cais" é restituída na entrelinha superior (campanha A^c). No exemplo 4, por sua vez, a lição "seja essa" (A^a) é abandonada na passagem a limpo e grafada diretamente como "essa seja" na campanha A^d, para que, depois, seja retomada a lição que fora abandonada, utilizando-se para esse fim um sinal de transposição (emenda manifesta ligada à campanha A^a). Temos, portanto, um arrependimento (exemplo 4) e uma retificação de um erro de cópia (exemplo 3).

A situação 1, em suma, abrange casos em que há divergência da lição de A^d em relação a uma única lição presente em A, seja esta divergência um erro de cópia involuntário a ser corrigido na campanha A^c, seja uma divergência deliberada no ato da cópia que será, posteriormente, anulada por uma emenda manifesta, a qual restituirá a lição que fora rechaçada pela campanha A^d.

Já na **situação 2**, a diferença em relação à situação 1 reside no fato de que o testemunho A' terá diante de si mais de uma lição em A, inclusas aí variantes abandonadas em prol de outras mais recentes. Nesse cenário, em que se pese a multiplicidade de lições, uma das ocorrências mais comuns é quando o testemunho A' produz uma inovação em relação a A:

(5) <A^dhesitam,>[^{Aa}↑hesitantes] <[^{Aa}↑hesitantes]>{A^dhesitando}

(6) <habilidades>[^{Aa}↑aproximações] <[^{Aa}↑aproximações]>{A^dimitações}

Aqui, a última variante de A (nos exemplos 5 e 6, representada pela campanha A^a) é suprimida no ato da cópia e diretamente substituída por uma variante nova (A^d). Logo, nem a variante anterior (A^d) nem a mais recente (A^a) são incorporadas, mas uma terceira entra em cena.

Outro subcaso possível da situação 2 é quando essa inovação silenciosa diante de mais de uma lição ocorre para que, depois, a lição mais recente seja retomada por meio de uma emenda manifesta em A'.

(7) <motivo>[^{Aa}↑vantagem] <[^{Aa}↑vantagem]>{^{A'd}proveito}
 <^{A'd}proveito.>{^{A'a}↑vantagem.}

No terceiro subcaso da situação 2, o testemunho A' retoma diretamente no ato da cópia a primeira lição de A que fora preterida (preterindo assim a mais recente das lições de A).

(8) [o céu^{Aa}↔anda] {^{A'd}o céu anda}
 (9) <^{A'd}faziam>[^{Aa}↑fizessem] <[^{Aa}↑fizessem]>{^{A'd}faziam}

No quarto e último subcaso da situação 2, temos uma exceção que não envolve variantes silenciosas associadas à campanha A'^d, mas encontra-se inclusa nessa classificação por implicar a passagem a limpo e a restituição de variantes abandonadas. Aqui, acontece justamente que, diante de mais de uma lição, A'^d incorpora a última delas, fazendo valer a hierarquia da sucessão de variantes contida em A. Mas depois se observa que esta lição incorporada é abandonada por meio de emenda manifesta em prol da restituição da primeira lição (A^d). Ou seja, neste subcaso o arrependimento se dá por escrito, isto é, de forma manifesta.

(10) <^{A'd}encontrava>[^{Aa}↑encontrou] <^{A'd}encontrou>{^{A'a}↑encontrava}
 (11) <^{A'd}nos>[^{Aa}↑em seus] <^{A'd}em seus>{^{A'a}↑nos}

Nos exemplos acima (10 e 11), vemos que as variantes manuscritas A^a são acatadas na passagem a limpo, para que, posteriormente, sejam retomadas as primeiras lições (A^d) valendo-se de emendas manifestas (A'^a). Em relação ao desdobramento anterior, a única diferença é que naquele a primeira lição datiloscrita era restaurada diretamente no ato da cópia (A'^d), sem deixar vestígios, ao passo que neste a variante mais recente (A^a) é passada a limpo e, depois, acaba por cair na campanha A'^a.

Finalmente, na **situação 3**, única a envolver o testemunho B, temos poucas e pontuais divergências deste em relação a A', sendo o mais comum que B reproduza a última lição de A'. Trata-se, com raras exceções, de adequações ortográficas.

(12) <^{A'd}números>{^Bnumeros}
 (13) <^{A'd}mesa de cabeceira>{^Bmesa-de-cabeceira}

Entre as exceções mencionadas, encontramos pouquíssimas alterações mais substantivas que envolvem a substituição por sinônimos:

(14) <^{A'd}baixaram>{^Barrearam}
 (15) <^{A'd}arreia>{^Bpousa}

Essas tipologias, em resumo, definem-se basicamente em termos de singularidade/multiplicidade de lições do testemunho A, diante do qual o testemunho A' se vê, no ato da cópia, em posição de passar a limpo ou não, incorporando as variantes mais recentes e/ou recorrendo àquelas que haviam sido abandonadas, mostrando assim que não existem

hierarquias rígidas na cronologia das campanhas que não possam ser flexibilizadas no decorrer do processo criativo.

Considerações finais

Após nos alongarmos na classificação das discrepâncias entre as lições apresentadas pelos testemunhos, voltemos aos princípios que nortearam a elaboração dessa tipologia. A propósito das primeiras duas situações que dizem respeito aos testemunhos genéticos, temos: a situação 1, em que a lição do testemunho A' diverge de *uma única lição* de A na passagem a limpo; e a situação 2, em que o testemunho A' diverge de A tendo *mais de uma lição* a escolher. Diante de tantos exemplos, casos e subcasos organizados segundo essas tipologias, cabem ainda algumas perguntas que podem ajudar a nortear nossas considerações e nos ajudar a entender melhor como esses padrões de reescrita se manifestam ao nível das campanhas de revisão, como por exemplo a questão da diferença entre divergir de uma lição ou divergir de várias no contexto da gênese. Outro ponto importante tem a ver com o duplo estatuto do testemunho A' — testemunho de cópia e de gênese ao mesmo tempo — e como isso afeta a leitura da cronologia das variantes. O que puxa outra questão, ligada à maneira como as variantes descartadas pesariam nas decisões posteriores do autor — ou, do ponto de vista da crítica — como a ressurgência dessas variantes nos informam geneticamente.

No momento da passagem a limpo, levado a produzir uma versão do testemunho anterior menos carregada de emendas, o escritor está diante não só de suas mais recentes decisões — isto é, as últimas variantes do testemunho A —, mas também daquelas variantes deixadas para trás, superadas por outras na cadeia cronológica. Contudo, essas variantes canceladas, conscientemente ou não, ainda se encontram ali, legíveis na maioria das vezes sob o tachado da caneta ou da máquina de escrever. A obediência estrita à cronologia determinada pela sucessão de emendas pode fazer sentido para o crítico diante de rascunhos alheios, uma vez que almeja estabelecer a sucessão dessas operações. Mas de que valeria essa lógica para o autor às voltas com a própria obra em andamento? É de se supor que essa hierarquização verticalizada das variantes poderia se abrir para o autor, antes, como uma constelação de lições — menos rígida e mais horizontal —, cujas lições ele poderia visitar e reconsiderar a qualquer momento.

Há várias situações em que a presença “residual” de lições anteriores pode adicionar uma camada extra à compreensão do processo genético que se dá na passagem a limpo. Por exemplo, quando temos uma variante cunhada a partir de uma lição datiloscrita, até então aparentemente consolidada, sobre a qual o escritor não se detivera anteriormente nem

tampouco problematizara sobre até resolver passá-la a limpo. Avançando um pouco mais, deparamo-nos também com casos em que uma variante se dá a partir de uma lição manuscrita que, neste caso, já é em si uma variante cunhada sobre outra lição datiloscrita. Pode acontecer também de ele, durante a passagem a limpo, rechaçar a última variante cunhada — e de tabela estará rechaçando a primeira — para imprimir uma terceira variante; como também ele pode rejeitar a variante mais recente em prol da primeira variante que fora preterida (ele pode cancelar uma supressão, por exemplo, tornando-a sem efeito, restituindo assim a validade da variante cancelada). Há também casos, conforme descrevemos em nossas tipologias, em que a última das variantes de A é por direito incorporada na passagem a limpo, porém é destituída mais tarde por meio de uma emenda manifesta que age em favor da primeira emenda que fora desprezada. Poderíamos especular se essa campanha de restituição da primeira lição deu-se com a presença do testemunho que serviu de base para a cópia. Ou se teria sido cunhada uma "nova variante" sem a consciência por parte do autor de que se tratava, coincidentemente, da mesma lição que ele abandonara durante as campanhas de revisão iniciais. Em se tratando de um escritor zeloso pela forma da expressão como o era Saramago, é pouco provável que se trate de uma coincidência, mas sim de um deliberado retorno à primeira solução diante de um eventual descontentamento com as soluções que produzira por último.

Considerando o testemunho A um "testemunho definitivo" (DE BIASI, 2010), ou seja, uma imagem bem próxima do texto a ser impresso, podemos afirmar que o testemunho A' — em suas discrepâncias pontuais em relação ao primeiro, além da baixa incidência de emendas manifestas — seja uma passagem a limpo de A cujo intuito era torná-lo mais limpo, mas que acabou se tornando um exemplo de cópia convertida em gênese. O testemunho A' termina, assim, por ser mais carregado de variantes do que aparenta com suas relativamente escassas intervenções manuscritas. Para se ter uma ideia, tomando como referência a amostragem de texto equivalente às 20 primeiras páginas do testemunho A (20 fólios), verificamos a incidência de 193 emendas manifestas em A' contra 461 emendas manifestas de A. As emendas ou variantes introduzidas pelo testemunho B, segundo essa mesma amostragem de texto, correspondem a 18 ocorrências (aqui contabilizadas como emendas silenciosas apenas para efeito metodológico, haja vista que são constatáveis somente por meio do cotejo entre os testemunhos). No entanto, quando somamos as emendas silenciosas às emendas manifestas no testemunho A', o total de emendas sobe de 193 para 326 ocorrências, dissipando assim a impressão inicial de que se tratava de um testemunho pouco trabalhado (ver Quadro 5).

Quadro 6 - Tabela estatística de emendas da edição (correspondente aos 20 primeiros fólios)

	A	A'	B
Emendas manifestas	461	193	0
Emendas silenciosas	0	133	18
Emendas manif. + sil. (total)	461	326	18

Mas para além das estatísticas que reforçam o estatuto genético do testemunho A', em detrimento da visão de que conteria poucas emendas, resta a questão de como lidar com o estatuto ambivalente da campanha silenciosa A'^d. Em outras palavras, se o testemunho A', por um lado, almeja a passar a limpo A — transmitindo suas lições e consolidando-o num outro testemunho mais representativo da vontade do autor —, por outro lado também é responsável por tensioná-lo ao inserir novas variantes em pleno ato da cópia. Essa dualidade de funções do testemunho A' e, mais especificamente, da campanha A'^d, pode ser motivada por uma necessidade de continuar produzindo variantes criativas sem todavia "sujar" com eventuais emendas o novo testemunho a ser enviado à casa editorial. A esta altura, nos devemos perguntar se seria possível fazermos uma distinção, em meio às campanhas que compõem nossas tipologias genéticas, entre os movimentos ligados ao impulso de cópia e aqueles movimentos que privilegiam variantes inéditas, isto é, não contempladas por campanhas anteriores, e como esses dois impulsos — de consolidação e de desestabilização — relacionam e interagem entre si. Neste ponto, talvez seja necessário nos determos em conceitos teóricos como o de transmissão, de uso corrente na Crítica Textual, e o de variantes genéticas para nos ajudar na definição do estatuto do testemunho A' em relação aos demais testemunhos.

Do ponto de vista do autor, durante a escrita, variações ocorrem *in presentia*. Quando faz uma alteração e produz uma variante, um escritor (geralmente) está bem consciente da versão à qual ela se sobrepõe: a nova variante é um exemplo deliberado, direto ou contrastante, das propriedades relevantes da versão descartada. Do ponto de vista do crítico, ler uma variante como variação esclarece a interação dinâmica das versões que se dão durante o processo criativo. (FERRER, 2016, parag. 25)

Uma variante constitui-se um comentário sobre a versão abandonada, trazendo em seu bojo uma demarcação de posição ou diferença em relação àquilo que substitui. No caso desta edição, a expansão do conceito de variante para o de variação ganha relevo com o fato de que as tipologias esboçadas preveem a irrupção de variantes de campanhas anteriores em

campanhas posteriores. Essa "interação dinâmica das versões" de que nos fala Ferrer adquire de certa forma, em determinados pontos da passagem a limpo em A', um caráter de circunscrição que seria oposto ao de expansão, o qual, por sua vez, dá a tônica das variantes do testemunho A como um todo. Se em A observamos um movimento claro de inovação, no sentido de expandir as possibilidades semânticas por meio de desdobramentos sucessivos de variantes, é possível distinguir em A' um movimento paralelo ao de inovação que não perde de vista as lições de A.

Como primeira campanha de revisão do testemunho A', observamos em A'^d um impulso não apenas de reprodução — repetição, cópia — mas também de ponderação acerca das lições de A, abrindo-se aí um terreno para uma leitura de variações, uma vez que essas oscilações ocorrem dentro de um espectro mais ou menos previsível do universo de variantes representado pelo conjunto dos testemunhos desta edição. Lembremos que, na crítica genética ou crítica de original presente, todas as lições são genuínas justamente por fixarem as etapas da composição, ao passo que na Crítica Textual o que se busca é remontar à versão do texto mais puro.

Quando a Crítica Textual alcança este ponto [o de entender as variantes como resultado da interação entre dois sistemas diferentes], a oposição entre Crítica Textual e Crítica Genética se enfraquece e tende a desaparecer: eu escrevi algures que a Crítica Textual é uma ciência da repetição e que a Crítica Genética é uma ciência da invenção; que a meta da Crítica Textual é estabelecer o texto (ao eliminar suas variantes), ao passo que a Crítica Genética desestabiliza o texto ao confrontá-lo com suas versões atuais ou potenciais. (*Ibidem*, parag. 4)

Ainda que não faça muito sentido falarmos em pureza do texto em Crítica Genética, é razoável afirmar que o princípio da repetição numa "cópia autógrafa", se assim podemos chamá-la, divide espaço com impulsos criativos. E se não podemos chamar um autor de copista da própria obra nesse contexto, há sem dúvida margem para uma compreensão particular dessa passagem a limpo como uma campanha de revisão que comporta tanto variantes criativas quanto erros de cópia³. Daí podermos vislumbrar ao longo dessas campanhas movimentos de

³ No testemunho A', os erros de cópia (também conhecidos como lapsos) ocorrem na campanha A'^d, e constituem-se, em geral, de supressões de letras ou de sílabas, embora também possam ocorrer como substituição inadvertida de letras, sílabas ou palavras. Por exemplo, no testemunho A temos a palavra datiloscrita "embaciados", que em A', por sua vez, encontra-se datilografada apenas como "emciados" (A'^d), posteriormente acrescida da sílaba suprimida "ba" na entrelinha superior por meio de uma cunha (na altura da campanha A'^c). Vale ressaltar que, nesta edição, a distinção entre erros de cópia e variantes criativas serve ao propósito de discutir o estatuto das campanhas de revisão dos testemunhos, em particular do testemunho A', em que a incidência de emendas é lida majoritariamente sob a chave genética mas, em alguns casos, também como resultado de um processo de cópia, ainda que seja autógrafa e dentro do domínio da gênese.

recuo, de retorno a uma visão, em que o diálogo entre a variante e aquilo que ela substitui, nos termos colocados por Ferrer, se dá de forma inversa, ou seja, o substituído passa, grosso modo, a substituir aquilo que o substituíra. Trata-se de uma forma de retomada do sentido primeiro — sobre o qual provavelmente não havia muita certeza de suas propriedades, tendo sido deixado de lado pelo escritor —, o que não é senão traço característico de processos criativos exploratórios, não raro erráticos. Ao mesmo tempo, podemos nos indagar quais orientações estariam por trás de cada uma das campanhas que compõem os testemunhos, separadas por um período indeterminado de tempo — tempo suficiente, no entanto, para que o autor repensasse aonde queria chegar e corrigisse sua rota.

Quando a Crítica Textual adota tal ponto de vista — tratando variantes como partes de um sistema autônomo que interfere e remodela o sistema original — ela pode se tornar uma fonte de inspiração para a Crítica Genética. Um tipo similar de interferência entre sistemas ocorre no decurso da escrita: o ponto de vista do escritor muda constantemente durante o processo de criação, de modo que aquilo que já está escrito deve ser reinterpretado a partir de uma perspectiva — marginal, na maioria dos casos, mas às vezes radicalmente nova —, de certa forma como o escriba medieval de Segre luta para assimilar o texto que ele está copiando para o seu próprio sistema linguístico. Variantes são traços desse processo de reinterpretação que, às vezes, equivalem à creolização: se o ponto de vista do escritor não mudasse, não haveria modificações, cancelamentos, adições... (*Ibidem*, parag. 5)

Nunca é demais lembrar que, no canto superior da página de abertura do testemunho A, lemos a seguinte anotação autógrafa: "Rever, repensar, reescrever" (ver Anexo II), uma emenda de gerenciamento em tinta azul, riscada diagonalmente por um traço duplo à maneira de uma tarefa cumprida ou, quem sabe, abortada. Em que grau essa latência das lições, com idas e vindas entre "novas" e "velhas variantes", dialogam com o conceito de variação? Seriam tais variantes resultado da interação entre os dois sistemas de que fala Ferrer, os quais corresponderiam, no caso da passagem a limpo de A em A', aos impulsos de cópia sobrepostos aos movimentos de gênese? Indo além, seria possível atribuir uma natureza mais expansiva e inovadora às campanhas do testemunho A, como aventamos há pouco, ao passo que em relação ao testemunho A' caiba fazermos uma distinção entre campanhas mais inovadoras (A^d) e outras campanhas mais "conservadoras" e restitutivas (A^p, A^c, etc.) à medida que se aproxima do texto *bon à tirer*? A elaboração de tipologias genéticas híbridas como essas, em que se articulam campanhas de revisão, emendas elípticas e emendas manifestas, bem como inovações e variantes reabilitadas, pode soar inconclusivo a esta altura, mas é também capaz de fomentar debates produtivos não só em torno do processo de criação de uma obra consequente e

seminal, como é o caso de *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, mas também no que diz respeito às intersecções entre os métodos da Crítica Genética e da Crítica Textual.

Referências bibliográficas

- CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. SP: Martins Fontes, 2005.
- CASTRO, Ivo. **Editar Pessoa**. Volume 1. Lisboa: Impr. Nacional-Casa da Moeda, 2013.
- DE BIASI, Pierre-Marc. **A genética dos textos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- FERRER, Daniel. Genetic Criticism with Textual Criticism: From Variant to Variation. In: **Variants**, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/variants/284>. Acesso em: 18/11/2018.
- GRÉSILLON, Almuth. Alguns pontos sobre a história da crítica genética. In: **Revista Estudos Avançados**, [S.l.], v. 5, n. 11. São Paulo: 1991, p. 7-18.
- ON THE FLY. In: **Cambridge Dictionary Online**, 1990. Disponível em <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/on-the-fly>. Data de acesso: 04/08/2020.
- ROANI, Gerson Luis. O jornal como elemento de transfiguração da história em *O Ano da Morte de Ricardo Reis* de Saramago. In: **Revista Letras**. nº 60. Curitiba: Editora UFPR, 2003, p.153-176.
- SARAMAGO, José. **O Ano da Morte de Ricardo Reis**. Lisboa: Editorial Caminho, 1984.
- SARAMAGO, José. *O Ano da Morte de Ricardo Reis - materiais preparatórios*. In: **Coleção José Saramago**, 2008. Disponível em: <http://purl.pt/13867/1/morte-ricardo-reis.html>. Acesso em: 16/11/2018.

Anexos

Anexo I – Reprodução do datiloscrito de *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (testemunho A'), da Fundação José Saramago

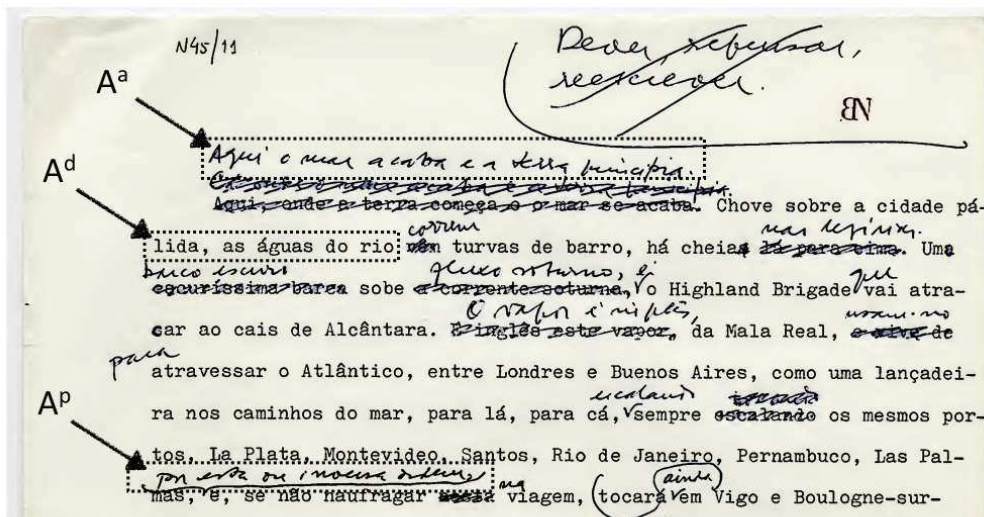
2

esforçada, um vulto que parece ruína de castelo, salvo se tudo ~~isso~~ ^{química,} é
 ilusão, miragem criada pela movediça cortina das águas que descem do céu
 fechado. As crianças estrangeiras, a quem mais largamente dotou a ratur
 reza da virtude da curiosidade, querem saber ^o nome do lugar, e os pais
 informam-nas, ou declinam-no as amas, as nurses, as bonnes, as frauleins
 ou um marinheiro que passava para ir à manobra, Lisboa, Lisbon, Lisbonne
 Lissabon, quatro maneiras diferentes de enunciar, fora as intermédias e
 imprecisas, assim ficaram os meninos a saber o que ^{antes} ignoravam, e isso foi
 o que já sabiam, ~~antes~~, nada, apenas um nome, aproximativamente pronuncia
 do, para maior confusão das juvenis inteligências, com o acento próprio
 de argentinos, se deles se tratava, ou de uruguaios, brasileiros e espa
 nholis, que, escrevendo certo Lisboa no castelhano ou português de cada
 qual, dizem cada um sua coisa, fora do alcance do ouvido comum e das imi
 tações da escrita. Quando amanhã ^{cedo} o Highland Brigade sair a barra, que ao
 menos haja um pouco de sol e de céu descoberto, para que a neblina perda
 deste tempo astroso não obscureça por completo, ainda à vista de terra,
 a memória já esvaecente dos viajantes que pela primeira vez aqui passa
 ram, estas crianças que repetem Lisboa, por sua própria conta transfor
 mando o nome noutra nome, aqueles adultos que franzem o sobrolho e se
 arpejam com a geral humidade que repassa as madeiras e os ferros, como
 se o Highland Brigade viesse a escorrer do fundo do mar, navio duas ve
 zes fantasma. Por gosto e vontade, ninguém ^{haveria de} querer ficar neste porto.

São poucos os que vão descer. O vapor atracou, já baixaram a escada
 do portaló, começam a mostrar-se em baixo, sem pressa, os bagageiros e
 os descarregadores, saem do refúgio dos alpendres e guaritas os guarda
 -fiscais de serviço, assomam os alfandegueiros. A chuva abrandou, é qua
 se nada. Juntam-se no alto da escada os viajantes, hesitando, como se du
 vidassem de ter sido autorizado o desembarque, se haverá quarentena, ou
 temessem os degraus escorregadios, mas é a cidade silenciosa que os ~~deixa~~

Anexo II – Exemplos de campanhas de revisão do testemunho A

Exemplos de campanhas de revisão no testemunho A



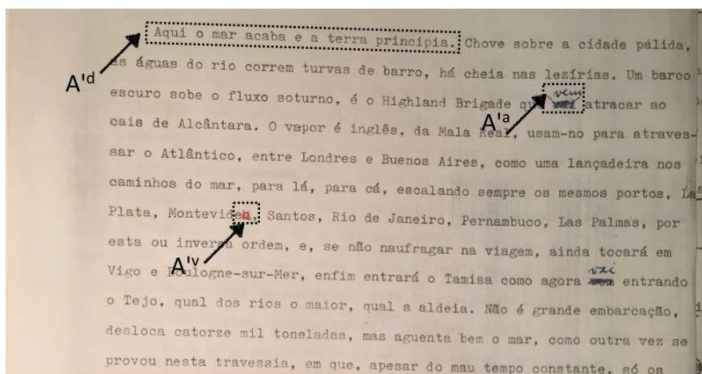
A^a = campanha de revisão manuscrita em tinta azul no testemunho A

A^d = campanha de revisão datiloscrita no testemunho A

A^p = campanha de revisão manuscrita em tinta preta no testemunho A

Anexo III – Exemplos de campanhas de revisão do testemunho A' (parte 1)

Exemplos de campanhas de revisão no testemunho A'



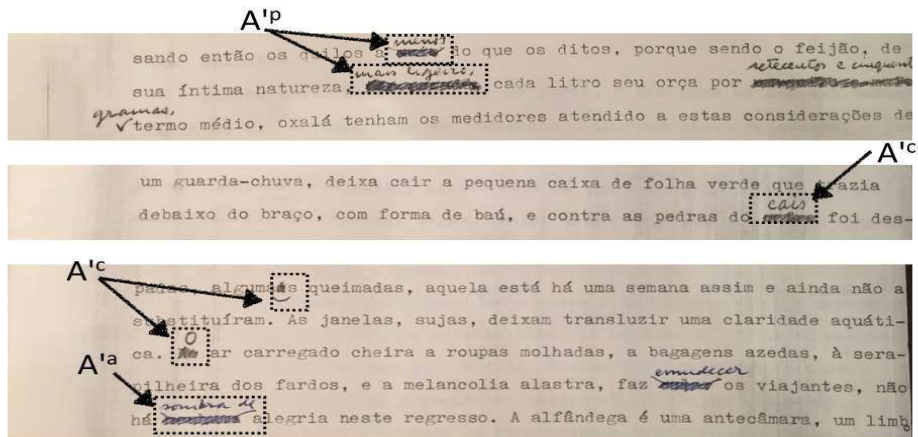
A^d = campanha de revisão datiloscrita no testemunho A'

A^a = campanha de revisão manuscrita em tinta azul no testemunho A'

A^v = campanha de revisão manuscrita em tinta vermelha no testemunho A'

Anexo IV – Exemplos de campanhas de revisão do testemunho A' (parte 2)

Exemplos de campanhas de revisão no testemunho A'



A'p = campanha de revisão manuscrita em tinta preta no testemunho A'

A'c = campanha de revisão manuscrita em tinta monocromática (fotocópia) no testemunho A'

A repercussão do terremoto de Lisboa em manuscritos setecentistas da Vila Real de Sabará

Maria de Fátima Nunes Madeira

Considerações iniciais

Ivo Castro, refletindo sobre o conceito estrito de filologia, escreveu que a essência do trabalho filológico é

interrogar os objectos escritos sobre a sua proveniência e a sua existência, antes de os declarar aptos a serem lidos pelos outros, os literatos, os linguistas, e outros que, distraídos pelas suas especialidades, tendem demasiadas vezes a confiar em que a palavra escrita é sempre a palavra do seu autor (CASTRO, 1984, *apud* MARQUILHAS, 2010, p. 360).

Ciências como a Codicologia, a Paleografia e a Diplomática, dentre outras, propiciam a realização de edições fidedignas de manuscritos das mais diversas épocas, que podem ser utilizadas pelos pesquisadores que buscam nesses textos evidências de empregos linguísticos ou de fatos históricos, para citar apenas duas das áreas do conhecimento que se beneficiam dos resultados da crítica textual.

A edição dos quatro documentos do códice AL 014, catalogado no Instituto de Estudos Brasileiros da USP, tem por objetivo colaborar com a disponibilização, aos grupos de pesquisa, de mais esse conjunto de manuscritos, que se destacam principalmente pelo seu conteúdo histórico, mas também pela conveniência científica de virem a constituir *corpora* representativos para os estudos sobre as práticas de escrita dos contextos da administração no Brasil-colônia.

Começa assim a atividade filológica na perspectiva da curadoria do texto histórico, metodologia pela qual o filólogo aproxima o texto e o leitor, distanciados um do outro pela ação do tempo. O texto, como bem cultural e patrimonial, razão de ser da filologia, será apresentado por meio da edição fac-similar, de uma transcrição dos testemunhos, adequada ao público-alvo específico, e também de estudos filológicos, que se entrelaçam com a análise do contexto histórico em que se insere o manuscrito, desde a sua produção, numa sede administrativa colonial, até a sua transformação numa fonte de informação histórica, com o propósito de comprovar a sua existência histórica e de preservar esse patrimônio cultural escrito.

Ao filólogo cabe também a ponderação sobre a maneira mais eficaz de apresentar todos esses estudos aos leitores contemporâneos. Por isso, neste capítulo, serão apresentadas linhas

gerais sobre os destaques dos aspectos filológicos, linguísticos e históricos da documentação, bem como as propostas de apresentação dessas propriedades ao público que se valerá dos textos dos manuscritos tanto como fonte documental para estudos mais aprofundados, quanto apenas como leitura pedagógica.

Quando a codicologia descreve os elementos materiais dos manuscritos, além de trazer ao leitor contemporâneo os aspectos materiais que não puderam ser capturados pela edição fac-similar, ela também explica o significado das marcas que comprovam a autenticidade e a trajetória dos documentos estudados. As principais propriedades codicológicas do códice e dos manuscritos serão apresentadas na primeira parte deste estudo.

Nada substitui a consulta presencial a um manuscrito, cuja escrita enseja, de imediato, ser lida. Para se fixar a forma genuína de um texto, e torná-lo legível a todos os tipos de leitores, entretanto, é preciso antes decifrar a escrita. A transcrição, tarefa realizada pelo filólogo, a partir de normas pré-definidas, e de técnicas e metodologias da paleografia, garante a apresentação do texto na sua forma original. Na segunda parte deste artigo, serão apresentados aspectos paleográficos que identificam a escrita dos manuscritos, bem como a sua relação com a autenticidade dos documentos. Neste capítulo, em que o texto e sua escrita estão em evidência, será aberto um subitem para a proposição de estudo linguístico baseado no funcionamento do emprego de vírgulas.

A partir da fixação do texto original do manuscrito pode-se então iniciar o estudo de como esses documentos foram produzidos, em que espécies documentais foram lavrados e como se estruturaram internamente, ou seja, quais são suas propriedades diplomáticas, as quais serão apresentadas na terceira parte deste trabalho.

Finalmente, a quarta parte traz uma proposta de como esses documentos podem ser apresentados na dissertação de mestrado em curso. A reflexão leva em conta o contexto histórico que culminou na produção do manuscrito principal do códice, ou seja, a representação, documento diplomático em cujo texto se evidencia a tentativa de fazer prevalecer, pelos próprios governantes da Vila de Sabará, os interesses dos colonos junto à metrópole.

1 Marcas culturais nos manuscritos: descrição dos aspectos codicológicos

Os manuscritos selecionados para serem editados – uma representação, documento diplomático assinado em 04 de agosto de 1777 pelos oficiais da câmara da Vila Real do Sabará/Minas Gerais, reivindicando o fim da cobrança do imposto intitulado “subsídio voluntário”, e mais três espécies documentais: i) carta régia de 16/12/1755; ii) termo em junta de 06/07/1756; e iii) auto de verificação de 19/10/1768, que foram copiados e anexados à

representação como comprovantes dos argumentos utilizados no texto – fazem parte de um mesmo códice, catalogado no IEB/USP. Armazenado na Caixa 28, em condições recomendadas de preservação, o códice é localizado pelo código AL-014 no Acervo Alberto Lamego, cada documento sendo identificado como AL 014 – 001, 002, 003 e 004, respectivamente.

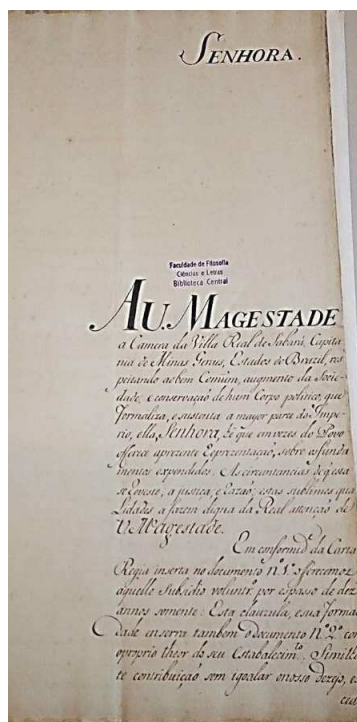
O códice que abriga os referidos documentos foi encadernado pelo próprio colecionador, Alberto Lamego, procedimento que se mostrou eficaz no seu propósito de proteger os manuscritos pelos seus já duzentos e quarenta e quatro anos de existência. Medindo 360 mm de altura por 230 mm de largura, a encadernação é costurada, com capa de tecido de juta, na cor rosada, e reúne 11 fólhos opistógrafos.

Apenas para dar a conhecer o aspecto geral tanto do códice quanto dos documentos, já que não é possível, pela limitação de páginas deste estudo, apresentar as imagens fac-similares, ou a edição de todos os fólhos dos manuscritos, seguem as imagens da encadernação do códice e do primeiro fólho da representação:

Figura 1: Capa do códice AL 014



Figura 2: Fólho 1 r da Representação de 1777



Fonte: produção fotográfica das imagens realizada pela autora deste artigo

Além das marcas do tempo, que tipo de informações sobre as formas de produção, circulação e preservação do testemunho escrito podemos encontrar, observando o suporte material desses manuscritos?

A coleção de Alberto Lamego foi adquirida pelo governo do estado de São Paulo, em 1935, e entregue à guarda da então fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. O carimbo, que poderia ser interpretado como uma intervenção malvinda, transforma-se num sinal que comprova a passagem dos manuscritos pela referida Faculdade. Da mesma forma, as anotações a lápis que correspondem à numeração do registro dos documentos – AL 014 – 001, 002, 003 e 004, respectivamente – deixa transparecer o trabalho de catalogação no Arquivo do IEB, para onde a coleção foi transferida em 1968.

A Codicologia revela ainda que os cuidados com a validade, com a durabilidade e com a preservação desses documentos começaram muito antes, já no ato da sua produção. Papel, tinta e pena, todos de boa qualidade, conforme descrição a seguir, utilizados por escrivão hábil, são desvelos que conferem à documentação a formalidade apropriada, já que seria encaminhada à Corte, e ao mesmo tempo a garantia jurídica para resguardar a Vila de Sabará num futuro questionamento sobre o pagamento do subsídio voluntário. Para completar o ritual forense, cada documento anexado foi enumerado: N. 1º, N. 2º, N. 3º. Essas cópias foram lavradas por escrivão autorizado, e validadas por tabelião, que as autenticou, conferindo-lhes assim a mesma fé notarial e força jurídica do original. As assinaturas com sinal público terminam por imprimir aos manuscritos a formalidade inerente aos documentos públicos do século XVIII.

O costume, à época, de enviar mais de uma via do documento, em datas e embarcações diferentes, para evitar o extravio, dada a precariedade das embarcações que transportavam os documentos (BELLOTTO, 2002, p. 106-107), foi obedecido. É possível deduzir isso pela constatação da existência de um segundo testemunho do manuscrito, no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa.

Como os documentos foram todos copiados no dia 29 de julho de 1777, mesma data da criação da representação, estão lavrados no mesmo tipo de suporte: Papel de trapos (algodão, linho ou cânhamo), de boa gramatura, na cor originalmente bege, amarelado pelo tempo, com alguns pequenos furos, causados por insetos; presença de vergaturas (de 1 em 1mm) e pontusais (8 por fôlio, a cada 26mm); presença de marca d'água, evidenciando um brasão com árvore no cimo, enfeitada com rolos de papiro, e as letras HCW & Zoonen, indicando as iniciais do nome do fabricante holandês do papel. Pena de ganso e tinta ferrogálica foram os instrumentos utilizados para a escrita.

Essas informações contribuem para a validação das datas tópica e cronológica constantes nos documentos, já que estudos sobre o papel e suas marcas de fabricação indicam

que esse tipo de papel circulava em Portugal e no Brasil na época em que os manuscritos foram produzidos.

Podemos afirmar que cada uma dessas marcas deixadas no suporte material, desde a origem do manuscrito, revela, segundo Petrucci (1999, *apud* ALMADA, 2014), a fascinante constatação das ações políticas na escolha dos testemunhos escritos da história das sociedades que foram selecionados para serem preservados.

Além disso, as informações paleográficas, que resultam na decifração da escrita e na análise de sua relação com o contexto sócio-histórico em que se inserem os manuscritos, são utilizadas para se investigar a autenticidade dos documentos.

2 “A Uossa Magestade a Câmara, em vezes do Povo, oferece esta representação”: a paleografia dos manuscritos

O resultado mais evidente da investigação paleográfica é o reconhecimento da escrita em que os documentos foram lavrados, já que faltam ao leitor moderno não-especializado as técnicas paleográficas de leitura para reconhecer, por exemplo, abreviaturas, individualidades na escrita do escrivão, elementos não-alfabéticos, soluções necessárias para as dificuldades de leitura etc.

É tarefa do filólogo, portanto, utilizando as metodologias da Paleografia, estabelecer a forma genuína do texto, contribuindo para que a sua publicação, em novo suporte, proporcione não só a sua divulgação ao público leitor, mas também a sua conservação.

Nos documentos do códice AL 014, do IEB/USP, verifica-se pouca ou quase nenhuma dificuldade de leitura, já que a escrita humanística, muito parecida com a atual, neste caso se apresenta na forma caligráfica¹, ou seja, com pouca cursividade, sem significativas diferenças entre o modelo mental da letra (figura) e a sua execução (feitura), (NOGUEIRA, 2007, p. 27, APUD TOLEDO NETO, 2018, p. 297), condição que facilita a identificação das letras nas palavras e permite a fluência da leitura.

O módulo pequeno e homogêneo das letras, o *ductus* cursivo, a leveza do traçado, o ângulo inclinado à direita, o respeito às pautas e linhas imaginárias e os ornamentos utilizados demonstram a habilidade do escrivão e ao mesmo tempo indicam práticas gráficas habituais identificadas em documentos produzidos nas sedes administrativas setecentistas, tanto em Portugal quanto no Brasil.

¹ Para a análise paleográfica de textos setecentistas, é recomendável a consulta ao seguinte manual de caligrafia: *Nova Escola para aprender a ler escrever e contar*, de Manoel de Andrade de Figueiredo (1722), disponível em: <http://purl.pt/107>.

Os alógrafos dos manuscritos que poderiam causar dificuldades de compreensão, como os utilizados para os grafemas <r> (inicial minúsculo) e <h> (medial minúsculo), dentre outros, quando decifrados pelo filólogo, tornam-se facilmente legíveis:

Figura 3: < r >

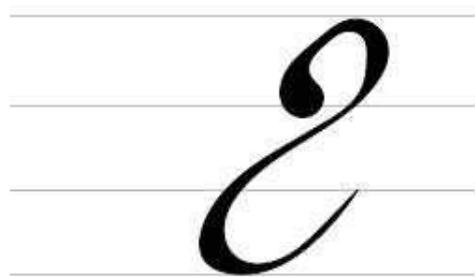


Figura 4: < h >



Fonte: ACKEL, 2019.

Mesmo depois de decifrada a sua escrita, o texto continua apresentando dificuldades de entendimento ao leitor atual, principalmente por causa do léxico desconhecido, e das relações morfossintáticas peculiares ao contexto sócio cultural e administrativo em que o manuscrito foi produzido. No entanto, são justamente essas propriedades que identificam no manuscrito a sua autenticidade enquanto documento setecentista. Ou seja, características gráficas e ortográficas incomuns ao leitor contemporâneo são marcas de identidade cultural da escrita dos textos do século XVIII, e por isso mesmo devem ser preservadas na edição semidiplomática, a qual mantém os traços originais do manuscrito, mas ao mesmo tempo oferece mediações – devidamente explicadas – para facilitar a compreensão dos textos.

Recortados do primeiro fólio deste *corpus*, os seguintes elementos gráficos devem receber comentários nos estudos paleográficos e linguísticos da edição:

1. escrita capital no vocativo “SENHORA”, na primeira linha do manuscrito, e no
2. destacado no início do documento: “A UOSSA MAGESTADE”;
3. dimensão maior das letras, destacando o vocativo “Senhora”, na linha 8, e a expressão “Uossa Magestade”, na linha 13;
4. falta de fronteira entre algumas palavras, principalmente entre os clíticos;
5. presença de alógrafos²;
6. semelhança entre as letras s e z, minúsculas;
7. consoantes dobradas (Villa, ella, offerece, aquelle, annos);
8. sinal diacrítico <~> sobre o grafema <o>, no ditongo aõ (representação);

² Diferentes tipos de grafia de uma letra.

9. sinal diacrítico <^> sobre o grafema <u> (comũm);
10. sinal diacrítico <^> sobre a palavra “hê”, sinalizando tonicidade, mas não o som fechado;
11. falta do sinal diacrítico <’> nas palavras que pelas regras atuais receberiam acentuação (politico, clauzula, subsidio, circumstancia, voluntario, tambem).
12. equivalência grafemático-fonética de usos (estabalecimento, similhante) que podem corresponder à transposição para a escrita de hábitos de fala (Telles, 2018);
13. emprego de abreviaturas nas linhas: 10, 14, 16 e 19;
14. oscilação no emprego dos grafemas <u> (como em “Uossa Magestade”), e <v> (como em “Villa”);
15. grafias sincrônicas setecentistas: Magestade, augmento, Geraes, Brazil, mayor, presente, representação, clauzula, desejo, espasso, enserra, theor.
16. presença de reclames

A seguir, a transcrição semidiplomática do fólio 1 *recto* da representação, a qual pode ser conferida com o fac-símile:

Quadro 1: Transcrição semidiplomática

1r	3	SENHORA.
	4	
	A	UOSSA MAGESTADE
		a Camara da Villa Real de Sabará, Capita
		nia de Minas Geraes, Estados do Brazil, res
5		peitando ao bem Comũm, augmento da Socie-
		dade, e conservaçaõ de hum Corpo politico, que
		formaliza, e sustenta a mayor parte do Impe-
		rio, ella, Senhora, hê que em vezes do Povo
		offerece a presente representação, sobre os funda-
10		mentos expendidos. As circumstancias de <i>que</i> esta
		se reveste; a justiça; e razaõ; estas sublimes qua-
		lidades a fazem digna da Real attençaõ de
		Uossa Magestade.
		Em conformidade da Carta

³ Anotação tardia, a lápis: 14.1

⁴ Presença de carimbo retangular com a inscrição: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Biblioteca Central

15	Regia inserta no documento nº. 1º. offerecemos aquelle subsidio voluntario por espasso de dez annos somente: Esta clauzula, e sua formali dade enserra tambem o documento nº. 2º. com o proprio theor do seu estabelecimento. Similhan
20	te contribuição sem igoalar o nosso dezejo, ex- cedeo

Fonte: Transcrição realizada pela autora deste artigo.

A transcrição – conservadora – tomou por base as “Normas para Transcrição de documentos para a História do Português do Brasil”, consideradas apropriadas às edições semidiplomáticas:

1. As abreviaturas foram desenvolvidas, marcando-se - em itálico - as letras omitidas, respeitando a grafia do manuscrito;
2. A pontuação original foi rigorosamente mantida.
3. A acentuação original foi rigorosamente mantida, inclusive a sua posição;
4. Respeitado o emprego de letras maiúsculas e minúsculas, como se apresentam no original;
5. Os casos de fronteiras de palavras foram modernizados.
6. Intervenções de terceiros no documento original foram indicadas em nota de rodapé;
7. A divisão das linhas do documento original foi preservada, ao longo do texto. O fólio recebeu a marcação com o respectivo número na sequência de duas barras verticais: ||1r||.
8. Na edição, as linhas foram numeradas de cinco em cinco, a partir da quinta. Essa numeração se encontra à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Segue de maneira contínua por todo o documento.
9. Os alógrafos contextuais de caracteres foram uniformizados segundo o alfabeto atual.

Essas informações sobre os aspectos da escrita e da disposição dos textos nos fólhos, confrontadas com os dados sobre a localização e datação dos manuscritos, ajudam na avaliação da sua autenticidade. Neste caso, podemos inferir que os documentos em questão podem ser considerados manuscritos autênticos do século XVIII, pois apresentam características paleográficas próprias de seu tempo e de seu lugar.

2.1 Estudo linguístico: O emprego de vírgulas

O funcionamento do emprego das vírgulas em cada um dos documentos é uma proposta de estudo linguístico para os manuscritos deste códice. E o objetivo é verificar possíveis mudanças no modo de emprego desse tipo de pontuação ao longo dos vinte e dois anos em que os documentos foram sendo produzidos, conforme detalharemos mais à frente.

Em artigo⁵ aceito para publicação pela revista *Confluência*⁶, apresentamos um estudo sobre o emprego de vírgulas no texto da carta régia de 1755, relacionando o funcionamento do uso das vírgulas no manuscrito com as prescrições dos seguintes compêndios: *As Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina*, de Dom Jerônimo Contador de Argote, em sua segunda edição, de 1725; e a *Ortografia ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portuguesa*, de João de Moraes Madureira Feijó, de 1734, contrapondo os critérios e os usos.

O resultado da pesquisa demonstrou que, apesar de serem prescritas vírgulas antes de pronomes relativos e de conjunções, nos compêndios ortográficos da época, a palavra “que” não foi precedida de vírgula uma única vez no texto da carta régia: “O escriba não pontua com vírgulas unidades de escrita delimitadas por recursos gramaticais, como pronomes relativos e conjunções”. (MÓDOLO, MADEIRA, prelo).

Já no texto da representação de 1777, verificamos, numa primeira leitura, o uso de vírgulas antes da palavra “que” em todas as ocorrências de conjunção – adjetiva, adverbial e integrante. Essa primeira constatação da diferença entre o emprego das vírgulas antes do relativo e da conjunção “que” sugere a presença de uma mudança na forma do uso das vírgulas nos documentos produzidos entre 1755 e 1777, o que será investigado.

3 Análise Diplomática: estrutura formal dos documentos

Outra característica relevante deste códice é a sua variedade em espécies documentais: são quatro documentos de quatro espécies documentais diferentes. Cada um deles apresenta as fórmulas de escrita que identificam as diversas partes do discurso diplomático. As quatro espécies documentais são documentos públicos emanados de autoridades, e por isso passíveis de análise diplomática.

⁵ “Crítica textual e transparência dos traços linguísticos: as vírgulas de um manuscrito setecentista”, a ser publicado em um dos próximos números da revista, de acordo com o fluxo editorial, com previsão para o segundo semestre de 2021.

⁶ Periódico semestral do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português dedicado à difusão dos estudos linguísticos, com especial relevo na língua portuguesa.

A representação⁷, documento diplomático informativo ascendente, é uma correspondência assinada por órgão colegiado, neste caso, a câmara da Vila Real de Sabará. Direcionada à rainha de Portugal, no texto podemos identificar o protocolo inicial, com o título da autoridade a quem é dirigida (*A Vossa Magestade*). O signatário é o próprio povo, representado pela câmara (*ela, senhora, é que em vezes do povo oferece a presente representação*). No texto, os oficiais da câmara afirmam não ser possível continuar a pagar o subsídio voluntário, dada a situação de precariedade em que se encontrava o povo da capitania. No protocolo final, constam as datas tópica e cronológica (*Vila Real de Sabará em Câmara aos 4 de agosto de 1777*), e o item que distingue essencialmente um original: as assinaturas.

O anexo N 1º, a carta régia, é um documento diplomático, dispositivo normativo, descendente. Uma ordem real, dirigida a uma determinada autoridade e iniciada pelo nome dela. A carta régia deste estudo é dirigida ao juiz e oficiais da Câmara da Vila Real de Sabará. Protocolo inicial: *Eu, El Rei, vos envio muito saudar*. O texto da carta narra a destruição causada pelo terremoto ocorrido no dia 1º de novembro de 1755, e pede a contribuição de um subsídio voluntário para a reconstrução de Lisboa, deixando ao arbítrio das autoridades a forma de arrecadação. Como se trata de uma cópia, o documento apresenta os nomes e assinaturas do escrivão e do tabelião. O documento apresenta duas datas tópicas e cronológicas: A da carta original, escrita em Belém, Portugal, em 16 de dezembro de 1755; e a da cópia, produzida em Sabará, no dia 29 de julho de 1777.

O documento N 2º, o termo em junta, é um documento testemunhal de assentamento. Protocolo inicial: título - *Termo em junta e estabelecimento do subsídio voluntário*, e data cronológica - *Aos seis dias do mês de julho de mil setecentos e cinquenta e seis anos*. O texto relaciona as formas de arrecadação e registro do novo imposto, os valores, e o prazo de dez anos. No protocolo final aparecem os nomes de todos os participantes da reunião e dos responsáveis pelo documento. A cópia do documento tem a mesma data tópica e cronológica da carta régia: Sabará, 29 de julho de 1777. Assim como a cópia da carta régia, o termo em junta foi autenticado.

O auto de verificação, documento N 3º, é um documento diplomático testemunhal de assentamento, horizontal. O título - *Auto de Verificação dos Juizes e oficiais da câmara com assistência de oito homens da governança no qual se ampliou o subsídio voluntário* - e as datas cronológica e tópica - *Ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos sessenta e oito anos aos dezenove dias do mês de outubro do dito ano nesta Vila Real de Nossa*

⁷ Bellotto (2002) é a fonte utilizada para a identificação de cada uma das espécies documentais presentes no códice, e de sua estrutura.

Senhora da Conceição do Sabará em os paços da Câmara – constam do protocolo inicial. Além de definirem que o imposto teria a metade dos valores arrecadados anteriormente, os representantes da câmara da Vila Real de Sabará frisam que a data máxima para a cobrança desse imposto será o último dia do ano de 1778. Como nos documentos anteriores, as assinaturas dos responsáveis pela cópia e autenticação do documento, realizada em 29 de julho de 1777, validam-no como original.

Para se compreender o documento do ponto de vista da autenticidade, da fidedignidade do conteúdo e das formas de transmissão é que a análise diplomática é realizada. As fórmulas estabelecidas para cada espécie documental devem ser seguidas rigorosamente no texto, para dar fé e força de prova aos documentos.

Observamos que os textos das quatro espécies documentais analisadas pela diplomática, pela codicologia e pela paleografia comprovam sua essência de documentos diplomáticos, formados pela junção da *actio*⁸ e da *conscriptio*⁹. A codicologia reuniu aspectos materiais dos documentos, como o suporte e os sinais de produção, de validação, de preservação etc. Os métodos da paleografia decifraram a escrita e permitiram a leitura dos textos, de onde a diplomática retira as informações para verificar a autenticidade e a fidedignidade dos documentos públicos: as fórmulas de redação convencionadas a cada espécie documental, a proveniência, as datas tópica e cronológica, a função do documento em seu contexto de produção, e inclusive as consequências da existência desses documentos, ou seja, a sua tramitação.

A etapa que naturalmente se coloca no caminho deste estudo para a compreensão do códice, após a realização da análise filológica, é uma descrição do contexto histórico dos fatos narrados nos documentos.

4 Visibilidade aos manuscritos: como apresentá-los?

O catálogo impresso dos manuscritos da coleção Alberto Lamego anuncia, como inovação metodológica, “as modificações utilizadas para dar maior visibilidade dos conteúdos documentais aos pesquisadores” (NOGUEIRA, BELLOTTO E HUTTER, 2002, p. 23). A apresentação dos verbetes da coleção e a descrição dos manuscritos em seis tipos de índices - onomástico, temático, toponímico, cronológico, de instituições e de espécies/formatos documentais e gêneros literários – demonstram a preocupação do arquivista com a eficácia da

⁸ ação, fato, ato

⁹ passagem para a escrita

recuperação da informação, seja por meio de inventários impressos, seja por meio de catálogos *online*, cada um desempenhando o seu papel nas demandas dos pesquisadores.

A descrição dos verbetes, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pela teoria arquivística, traz informações imprescindíveis para o pesquisador, como: a espécie documental; a datação tópica e cronológica; a forma¹⁰; e a quantidade de páginas. Segundo Bellotto (2006, p. 178),

o arquivista, por seu conhecimento do acervo e por sua técnica de descrição, indexação e resumo, pode fornecer elementos que, muitas vezes, permaneceriam para sempre ignorados, gerando lacunas, distorções graves ou mesmo fatais para a historiografia.

É o que verificamos no catálogo impresso (verbeta 356, à página 50), bem como no catálogo *online* do IEB¹¹ (item 361, página 37), onde se lê primeiramente as especificações do documento: espécie documental, entidade produtora, destinatário e função:

REPRESENTAÇÃO da Câmara da Vila Real de Sabará à D. Maria I, rainha de Portugal, sobre subsídio voluntário, instituído em razão da reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755.
Em seguida, a descrição do arquivista permite detectar no texto do

documento indícios de insubordinação ao governador e à ordem real:

A Câmara, desmentindo informes enviados por D. José Luís de Meneses Castelo Branco e Abranches, conde de Valadares, governador de Minas Gerais, afirmava não estar a capitania em condições de continuar enviando o subsídio, dada a decadência em que se encontrava. *Vila Real de Sabará, 4 de agosto de 1777*. 6p. Original.

A interpretação dessas informações relaciona a localização temporal e espacial dos documentos com a história das inconfidências mineiras, tema que costuma atrair vários tipos de pesquisadores. O verbete foi descrito de tal forma que resgata as potencialidades do documento, favorecendo a sua passagem da etapa administrativa, cumprida na sede da Câmara de Sabará, há duzentos e quarenta e quatro anos, para a finalidade científica e cultural. Já agora o manuscrito sai do arquivo permanente para transformar-se em objeto de estudo histórico.

¹⁰ Configuração do documento segundo o estágio de transmissão ou gradação de ingenuidade documental (BELLOTTO, 2002, p. 105).

¹¹ <http://www.ieb.usp.br>

O primeiro documento do códice AL-014 apresentado nos catálogos, por ser o documento original, é a Representação da Câmara da Vila Real de Sabará. Os demais documentos foram copiados, para serem anexados à representação, na mesma data de sua produção, ou seja, 04 de agosto de 1777.

Essa ordem de apresentação dos documentos poderia ser mantida neste estudo. Entretanto, a contextualização histórica dos documentos setecentistas propicia o traçado de uma linha cronológica dos acontecimentos descritos, que começa no dia 1^o. de novembro de 1755, data do terremoto ocorrido em Lisboa. Além de permitir uma leitura linear dos fatos que os documentos descrevem, a apresentação dos documentos de acordo com a ordem cronológica em que foram emitidos originalmente evidenciam o terremoto como a razão, direta ou indireta, pela qual todos os documentos desse códice foram produzidos. Essa é inclusive a explicação para o título deste artigo, que destaca como o evento do terremoto repercutiu na produção de cada um desses documentos.

O devastador terremoto em Lisboa ocupará o primeiro marco dessa linha do tempo, pela sua importância na história; pelas discussões filosóficas que provocou; pelo impacto político e socioeconômico tanto em Portugal quanto no Brasil; por ter dado origem aos primeiros estudos científicos sobre os efeitos de um sismo, marcando o nascimento da sismologia moderna; e pelos estudos científicos que ainda suscita.

Passados poucos mais de trinta dias dessa catástrofe em Lisboa, uma carta régia destinada à Vila Real de Sabará foi assinada pelo rei de Portugal, em dezembro de 1755. Contando rapidamente como o terremoto havia arruinado os palácios, os templos e as alfândegas, o texto da carta apela para a lealdade dos vassallos do rei para decidirem os melhores meios de se conseguirem recursos para a necessária e urgente reconstrução de Lisboa.

Em julho de 1756, os representantes das vilas e cidades da capitania de Minas Gerais reuniram-se com o governador para tomar as devidas providências. Lavraram, então, o termo em que foram registrados os modos de arrecadação do imposto, os valores, as formas de registro e contabilização e o tempo de duração, ou seja, dez anos, quando cessaria tal contribuição. Findo o prazo estabelecido, porém, em 1766, o governador ordena que o imposto seja prorrogado por mais dois anos.

Em 1768, o prazo para a cobrança do imposto foi prorrogado por outros dez anos. Os oficiais da Câmara da Vila Real de Sabará se reuniram para lavrar o auto de vereação, em que concordam com o alongamento do prazo, porém com valores 50% inferiores aos anteriormente acordados e salientando que os dez anos “findarão no último de dezembro de 1778, em cujo dia ficará cessando esta promessa sem que seja preciso nova ordem de Sua Majestade”.

No ano de 1777, tendo morrido o rei D. José I, a rainha D. Maria I assumiu o trono. Vendo aproximar-se o ano de 1778, e a real probabilidade de ser mais uma vez prorrogado o subsídio voluntário, os oficiais da Câmara da Vila Real de Sabará escreveram uma representação para informar à rainha tudo o que tinha se passado desde que a carta régia chegara à Vila Real de Sabará, ou seja, sobre o cumprimento da ordem real, com a instituição do imposto chamado “subsídio voluntário”, e a sua prorrogação durante quase vinte anos. Informaram também a precariedade da situação em que estavam vivendo as pessoas, não só na Vila de Sabará, mas em toda a capitania de Minas Gerais, com o fim do ciclo do ouro. Tudo isso para frisar que seria impossível manter o subsídio voluntário após o prazo marcado para dezembro de 1778.

A representação foi enviada diretamente à rainha de Portugal, com acusações de que D. José teria sido convencido, pelo governador da capitania, de que o povo voluntariamente concordara com a reforma desse subsídio tão oneroso, o que não era verdade.

Esse documento tão bem argumentado, inclusive com críticas à Coroa pelo desconhecimento da realidade vivida pelos colonos, nunca recebeu uma resposta da metrópole. Prova disso é a coluna à esquerda da mancha, intencionalmente reservada para um despacho do Conselho Ultramarino, a qual se manteve sempre vazia.

Ainda que o discurso da representação sinalize a ameaça de descumprimento de uma possível ordem real que chegasse, em 1778, obrigando à prorrogação do subsídio voluntário, e registre uma amostra dos movimentos inconfidentes da história de Minas Gerais contra a opressão do governo português, especialmente em relação à cobrança de impostos, uma pesquisa ao Arquivo Público Mineiro, arquivo permanente para onde foi transferida a documentação da Câmara da Vila Real de Sabará, mostra que esse imposto continuou sendo recolhido até o ano de 1816.¹²

Conforme esclarecido na primeira parte deste estudo, além dos manuscritos consultados presencialmente no acervo custodiado pelo Arquivo do IEB/USP, há um segundo testemunho desse códice no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, para consulta *online*¹³. A qualidade da cópia microfilmada permite o cotejo entre os testemunhos. Pelo privilégio de se ter encontrado essa segunda via da documentação, o que é uma raridade, em meio à imensidão de documentos catalogados no Projeto Resgate, principal repositório da documentação colonial brasileira em Portugal, e pelo compromisso de revelar aos leitores todas as informações possíveis sobre o *corpus* desta pesquisa, serão apontados também os lugares-críticos entre os dois testemunhos e as possíveis explicações para as variantes. Apenas para

¹² CMS-148 Rol. 20 - Prat. O-17 - 1813-1816 - Registro dos bilhetes do Subsídio Voluntário.

¹³ Acesso em 14/02/2021: <http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate>.

assinalar a semelhança do aspecto visual entre os dois testemunhos, seguem as imagens do fólho 1r da representação, sendo a figura 5, o testemunho do IEB/USP, e a figura 6, o testemunho do AHU de Lisboa:

Figura 5: Fólho 1r da Representação – IEB
AHU

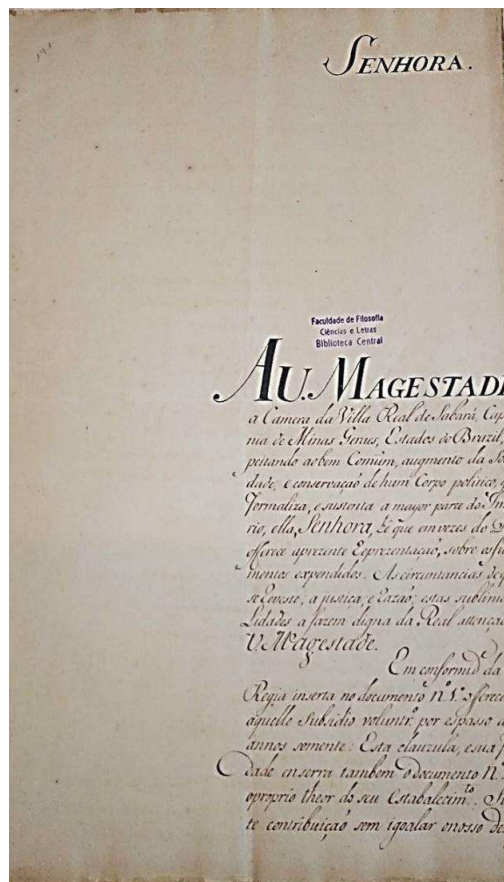


Figura 6: Fólho 1r da Representação -



Fonte: produção fotográfica das imagens realizada pela autora deste artigo.

Apesar da semelhança na disposição da mancha nos fólhos, nota-se que a distribuição das palavras foi se modificando logo a partir da terceira linha, a ponto de termos, na última linha desse fólho, dois reclames diferentes: no manuscrito do IEB/USP, a palavra “excedeo”; e no manuscrito do AHU, a sílaba “de”, da palavra “desejo”, que formará o reclame no fólho seguinte. Ainda assim, o número de 21 linhas do fólho foi mantido.

A coluna à esquerda da mancha está vazia nos dois testemunhos. O manuscrito do IEB/USP apresenta o carimbo da Faculdade de filosofia, Ciências e Letras – Biblioteca Central, sobre a mancha. No testemunho do AHU, reconhecemos, acima da mancha, assim como mais abaixo, entre as linhas 13 e 14, as marcas dos carimbos com o nome da instituição: Arquivo Histórico Ultramarino.

Uma diferença marcante, porque se revela nas capitais iniciais, é o emprego de “U”, no testemunho do IEB/USP, em “A UOSSA MAGESTADE”, e o uso de “V”, no testemunho do AHU, em “A VOSSA MAGESTADE”. Já em “Villa”, na linha logo abaixo, o manuscrito do IEB/USP apresenta a letra “V”, enquanto o testemunho do AHU apresenta a letra “U” – “Uilla”. E a alternância acontece mais uma vez, na linha 13: “U. Magestade”, no manuscrito do IEB/USP, e “V. Magestade”, no testemunho do AHU. Para Acioli (1994, p. 63), “as letras u e v são confundidas, devido a seu traçado”. Para Berwanger e Leal (2008, p. 55), “U e V inicialmente eram uma única letra. A partir do século VII o U aparece”.

Se considerarmos como modelo para a colação o testemunho A, do IEB/USP, o que ainda será apurado com vagar, algumas das variantes detectadas no testemunho B, do Arquivo Histórico Ultramarino, podem ser consideradas erros de cópia, categorizados por Blecua (1983, p. 20 a 25).

No quadro a seguir, foram anotadas todas as diferenças na escrita entre os dois testemunhos, do fólio 1 r, apenas, incluindo as alografias, as abreviações e as grafias discrepantes:

Quadro 1 - variantes entre os testemunhos do IEB – São Paulo e do AHU - Lisboa

Testemunho A – IEB/USP Original - modelo	Testemunho B - AHU segunda via	Variantes	Erro de cópia, segundo Blecua
hum (linha 6)	hũ (linha 6)	grafia	
que (linha 6)	que (linha 7)	abreviação	
parte (linha 7)	parte (linha 7)	abreviação	
ella, Senhora, hê que (linha 8)	ella hê, Senhora, que (folio1, linha 8)		Por alteração da ordem de palavras
que (linha 8)	que (linha 8)	abreviação	
fundamentos (linhas 9/10)	Fundamentos (linha 9)	abreviação	

reveste (linha 11) – R de dois	reveste (linha 11) – r	alografia	
razão (linha 11) – R de dois	rezão (linha 11) – r	grafia	
atenção (linha 12)	Atençãm (12)	grafia	
conformidad e (linha 14)	conformidade (linha 14)	abreviação	
espasso (linha 16)	espaço (linha 16/17)	grafia	
documento (linha 18)	documento (linha 18)	abreviação	
nosso (linha 20)	nojso (linha 20)	alografia	

Fonte: elaborado pela autora deste artigo.

A análise dessas variantes contribui com a reunião de dados para estudos sobre uma possível tradição gráfica contextualizada na história do português setecentista e baseada justamente na falta de regularidade na escrita, observada inclusive no mesmo testemunho, o que, segundo Fachin (2011, p. 413), são “características homogêneas que, independentemente dos discursos codificadores de pedagogos e gramáticos, indiciam o processo de consolidação das práticas de escrita setecentista, situação bem distante do “caos” ortográfico defendido por alguns pesquisadores a partir da multiplicidade de tendências gráficas manifestadas por ortógrafos da época”.

Como último desafio desta pesquisa, pretende-se localizar outros possíveis testemunhos do códice. Se o escrivão da Câmara de Sabará tinha em mãos a carta régia, o termo em junta e o auto de vereação originais, a partir dos quais fez as cópias para serem anexadas à representação, então é possível que esses documentos tenham sido conservados no Arquivo Público Mineiro. Da mesma forma, a Câmara deve ter mantido uma cópia de toda essa documentação encaminhada a Lisboa, no arquivo corrente, como comprovante de expedição. Sendo assim, também esse conjunto de manuscritos deve ter sido transferido para o arquivo permanente que recolheu esses papéis como preservação definitiva. É o que se espera.

Toda essa documentação, se juntada, ainda que virtualmente, pode oferecer informações mais consistentes sobre o grau de relação entre os manuscritos e sua matriz, e

sobre os caminhos percorridos por esses manuscritos no decorrer do tempo, desde o século XVIII até chegarem ao século XXI.

Considerações finais

Após cumprirem a função para a qual foram gerados, os documentos do cotidiano da administração governamental, desde o período colonial, chegam aos arquivos permanentes e acabam se tornando as fontes de informação de que se valem principalmente os historiadores para colherem dados sobre o passado. O códice AL-014 do arquivo do IEB/USP é um exemplo do valor permanente que os documentos adquirem, podendo fornecer informações sobre a história do próprio códice e da administração colonial, bem como sobre os aspectos sociais, políticos, históricos, linguísticos etc., detectados nos seus textos.

O trabalho filológico tem por objetivo fixar o texto na sua forma original, para dar garantias aos pesquisadores de que se trata de um texto autêntico e fidedigno. Para realizar essa tarefa, a Filologia se vale principalmente das metodologias da Codicologia, da Paleografia e da Diplomática.

Composto por quatro documentos, que se distinguem por exemplificar quatro espécies documentais – uma representação, uma carta régia, um termo em junta e um auto de verificação – o códice AL-014 foi analisado primeiramente do ponto de vista codicológico, pelo qual foram ressaltadas as propriedades dos manuscritos, a partir do suporte, da tinta, do instrumento de escrita, como também das datações tópica e cronológica, todos esses elementos validando a autenticidade dos documentos. Os cuidados com a encadernação do códice e as intervenções tardias no suporte são marcas que revelam a trajetória dos manuscritos, bem como a intenção de se preservar os documentos.

A metodologia da análise paleográfica permitiu não só decifrar a escrita dos documentos, como também identificar práticas gráficas nas sedes administrativas de Lisboa e de Sabará no século XVIII. Além de permitir a localização dos manuscritos no seu tempo e lugar, os textos dos documentos possibilitam estudos para a composição de um quadro de informações que contribua com as pesquisas sobre a história da língua portuguesa. Para esta pesquisa, propôs-se um estudo sobre o emprego das vírgulas nos documentos.

Todos os elementos que constituem a materialidade do texto dos manuscritos propiciam a verificação da autenticidade e da fidedignidade dos documentos, e resultam na edição, ou seja, na publicação do texto desses documentos, na sua forma original, para que se tornem fonte documental para pesquisadores de variadas áreas do conhecimento.

A informação histórica do terremoto de Lisboa, razão da origem dos documentos do referido códice, e da cobrança abusiva de imposto para a reconstrução da capital portuguesa, confirma um panorama de inconfidências regionais, registrado pela história da Capitania de Minas Gerais. Daí o argumento de apresentação dos documentos numa linha do tempo, de acordo com o registro desses acontecimentos, a fim de que o leitor contemporâneo compreenda o contexto de produção, circulação e transmissão dos manuscritos, à luz das circunstâncias sócio-históricas que envolveram os vinte e dois anos entre a produção do primeiro e do último documento do códice.

A existência de um segundo testemunho desse conjunto de documentos será utilizada como argumento para o cotejo entre os manuscritos, mais uma forma de se investigar o grau de relação entre os documentos e sua matriz.

À medida em que os estudos filológicos evidenciam as propriedades de um manuscrito, vão se revelando camadas de informações que abrem novas possibilidades de estudos linguísticos, históricos, dentre outros. Por isso, não é possível prever “a vasta extensão do domínio do conhecimento humano que se beneficia do exercício da crítica textual” (CAMBRAIA, 2005, p. 20).

Referências bibliográficas

- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos**. Recife: UFPE, Massangana, 1994.
- ACKEL, Antonio. Estudo paleográfico de manuscrito do século XVII. **Revista todas as letras (MACKENZIE. Online)**, v. 21, n. 3, p. 1-23, 2019. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/12308/7643> Acesso em: 13 mar. 2021.
- ALMADA, Márcia. Cultura escrita e materialidade: possibilidades interdisciplinares de pesquisa. **Pós: Belo Horizonte**, v. 4, n. 8, p. 134 – 147. 2014.
- ARGOTE, Jerônimo Contador de. **Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina**. Lisboa: Oficina da Musica, 1725. Disponível em: <http://purl.pt/10>. Acesso em: 16/02 2021.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. Disponível e acessado em 16/02/2021, no endereço eletrônico: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf
- _____. **Arquivos permanentes – Tratamento documental**. São Paulo: Editora FGV, 2006.

- BERWANGER, Ana Regina e LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática** - 3. ed. rev. e ampl. Santa Maria: Ed. da UFSM; 2008.
- BLECUA, Alberto. **Manual de Crítica textual**. Madrid: Editorial Castalia, 1983
- CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005
- CAMBRAIA, César Nardelli; CUNHA, Antônio Gerado da; MEGALE, Heitor. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. São Paulo: Série Diachronica, 1, Humanitas, 1999. p. 23-6.
- CASTRO, Ivo. **Livro de José de Arimateia**. Dissertação de Doutorado, Universidade de Lisboa, 1984.
- FACHIN, Phablo Roberto Marchis. **Práticas de escrita setecentista em manuscritos da administração colonial em circulação pública no Brasil**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-01112011-131748/pt-br.php>
- FEIJÓ, João de Moraes Madureira. **Orthographia, ou arte de escrever; e pronunciar com acerto a língua portuguesa**. Lisboa: Na Oficina de Miguel Rodrigues, 1734. Disponível em: <http://purl.pt/13>. Acesso em: 16/02/2021.
- FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de. **Nova escola para aprender a ler, escrever e contar: primeira parte**. Lisboa Occidental: Oficina de Bernbardo da Costa de Carvalho, 1722.
- MÓDOLO, Marcelo e MADEIRA, Maria de Fátima Nunes. Crítica textual e transparência dos traços linguísticos: as vírgulas de um manuscrito setecentista. **Confluência**. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português. (prelo).
- MARQUILHAS, Rita. Filologia oitocentista e crítica textual. **Alves, Fernanda M. et al. (orgs.). Filologia, Memória e Esquecimento**. Act. 20. Lisboa: Húmus, p. 355-367, 2010. Disponível em: http://www.clul.ulisboa.pt/files/rita_marquilhas/Marquilhas-MemoriaEsquecimento.pdf
- MEGALE, Heitor e TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. **Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha, BELLOTTO, Heloísa Liberalli e Hutter, Lucy Maffei. **Catálogo dos manuscritos Coleção Alberto Lamago**. 2ª. ed. São Paulo: IEB. EDUSP; 2002
- PETRUCCI, Armando. **Alfabetismo, escritura, sociedad**. Barcelona: Gedisa Editorial, 1999.

As cartas de mulheres na América Portuguesa: uma análise da habilidade dos punhos

Beatriz de Freitas Cardenete

Introdução

Ao definir o que é Filologia, Toledo Neto (2018) pontua que ela é uma ciência multidisciplinar que estuda o texto em três níveis fundamentais: sua materialidade, sua forma e sua substância. A análise do texto com base nesses níveis realiza-se a partir de disciplinas filológicas, dentre as quais a Paleografia e a Codicologia. Toledo Neto (2018, p. 294) afirma que:

[c]ada uma das disciplinas [...] examina, com seu aparato teórico, prioritariamente um, ou mais de um, dos três níveis que estruturam o texto, sob uma perspectiva filológica. O conjunto formado por esses três níveis, por sua vez, é avaliado pelo filólogo dentro do contexto sócio-histórico a que o texto estudado pertence.

Nesta pesquisa, o contexto sócio-histórico se torna o recorte principal do trabalho que está em desenvolvimento e que diz respeito às cartas de e sobre mulheres na América Portuguesa. Para tanto, é interessante investigar o que representam esses escritos no Brasil Colônia. Como bem mostra Stamatto (2008), a formação do sistema de ensino no Brasil após a chegada dos colonizadores está estritamente ligada ao papel da Igreja na sociedade da época. A primeira escola que ensinava a ler e a escrever foi criada no Brasil em 1549 pelos jesuítas e visava principalmente o ensino da catequese e a formação das elites. As mulheres brancas estavam totalmente excluídas desse sistema, porque o papel desempenhado por elas na Colônia era outro: o de serem boas esposas, cuidarem da reprodução social e se dedicarem totalmente ao lar.

Sobre as mulheres negras, vale destacar o trabalho de Federici (2017) que explica como a colonização das mulheres foi um projeto institucionalizado, assim foi o da escravidão. Nesse contexto, “fosse qual fosse sua origem social, as mulheres brancas ascenderam de categoria [com a escravidão], esposadas dentro das classes mais altas do poder branco” (FEDERICI, 2017, p. 216). Já no caso das mulheres indígenas, é importante levar em consideração que, nos documentos em que elas aparecem, os relatos foram feitos principalmente a partir da visão de um homem branco, carregada, portanto, de certo viés. A ideia vigente nessa época em relação aos povos originários é a de que “a cultura indígena foi descrita a partir do paradigma teológico

e do princípio de que os *brancos* eram os *eleitos de Deus*, e por isso superiores aos povos do novo continente” (RAMINELLI, 2004, p. 11, grifos do autor).

Em tal cenário, quase não havia alternativa para a escolarização feminina e, nos casos em que as mulheres foram alfabetizadas, esse processo ocorreu em casa ou em conventos. Como já discutido, essas duas opções eram possíveis principalmente para mulheres brancas e pertencentes à elite econômica, o que compreendia uma parcela mínima da sociedade. Nesses espaços, lições religiosas, leitura e escrita eram ensinadas, além de algumas operações matemáticas.

Somente em 1755, com a administração do Marquês de Pombal, houve um decreto que tentaria mudar essa situação e que propunha a criação de duas escolas distintas, uma para meninos e outra para meninas. Essa reforma, porém, não teve grandes resultados na prática, uma vez que não alcançou toda a população. O número de mulheres matriculadas nas escolas só começaria a ser expressivo no século XIX, quando havia uma aluna para cada três alunos. De acordo com Stamatto (2008, p. 3):

[p]odemos considerar [...] que a escolarização não foi percebida como um instrumento de inserção feminina em uma atividade pública, já que a sociedade na época concebia a mulher para o casamento, ou para a vida religiosa, ou para o trabalho doméstico e escravo, práticas que precisavam de pouca ou nenhuma educação escolar.

Em uma sociedade em que a educação feminina era um privilégio para poucas, é importante nos perguntarmos quem escrevia naquela época e, conseqüentemente, quem escreveu a história que conhecemos hoje. São raras as fontes primárias escritas na América Portuguesa por um punho de mulher e mais raras ainda são as que resistiram ao tempo e chegaram aos dias atuais. Em tal conjuntura, uma pesquisa como a que está sendo desenvolvida aqui, que visa recuperar esses escassos documentos e estudá-los a partir de um viés filológico, faz-se necessária.

O presente texto está dividido em duas seções. Na seção 1, apresenta-se o *corpus*, as remetentes e os destinatários envolvidos na troca epistolar. Na seção 2, aborda-se a importância de fazer um estudo paleográfico das missivas, bem como se expõe a metodologia e os aportes teóricos utilizados: em 2.1 fala-se da hipersegmentação; em 2.2, do uso de módulo grande; em 2.3, da ausência de regramento ideal; em 2.4, da grafia para sílabas com consoantes líquidas; e em 2.5, da representação de vogais e semivogais. Por fim, seguem as considerações finais.

1 O *corpus* de pesquisa

Como foi discutido, a situação da educação feminina na América Portuguesa e o fato de poucos manuscritos desse tipo terem chegado até nós torna o acesso a esses documentos um processo difícil e trabalhoso. Soma-se a isso o fato de que aqueles que chegaram aos nossos dias estão dispersos nos arquivos não só brasileiros, mas também de outros países. Nesse contexto, a existência de iniciativas como a desenvolvida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) pelo Projeto M.A.P. – Mulheres na América Portuguesa é muito importante. Composto por aproximadamente 25 pesquisadoras e coordenado pelas professoras Maria Clara Paixão de Sousa e Vanessa Martins do Monte, o grupo trabalha na criação de um catálogo virtual (PAIXÃO DE SOUSA & MONTE, 2020) para o mapeamento de manuscritos escritos por mulheres ou que tiveram suas vozes registradas na forma de discurso relatado. Tal trabalho possui como um de seus propósitos difundir e democratizar o acesso às informações presente nos documentos.

A pesquisa de mestrado aqui apresentada se insere no Projeto M.A.P. ao trabalhar com um *corpus* de autoras mulheres, porém acrescenta um recorte temático referente à tipologia textual: enquanto o Projeto M.A.P. se dedicou, até o momento, predominantemente à busca, à transcrição e ao mapeamento de documentos administrativos e jurídicos, esta pesquisa se propõe a estudar as missivas. A partir de tais manuscritos, estão sendo feitas transcrições e edições eletronicamente anotadas, com o uso do *software* eDictor (PAIXÃO DE SOUSA; KEPLER; FARIA, 2013), e um estudo filológico, a partir da Paleografia, Codicologia e Diplomática, que busca entender os contextos de produção e de circulação das cartas de mulheres na América Portuguesa.

Sendo assim, o *corpus* é composto por 28 cartas escritas em letra humanística, cursivas ou não, que têm as mulheres como autoras materiais ou intelectuais, e que foram enviadas ou recebidas da/na América Portuguesa entre os anos de 1778 a 1821. As missivas estão salvaguardadas em três diferentes arquivos: 18 delas estão na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), nove no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP) e uma no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). As missivas estudadas foram redigidas por 14 remetentes e enviadas a seis destinatários diferentes, como pode ser visto no quadro abaixo.

Quadro 1 – Os correspondentes das missivas¹

Nome da remetente	Número de cartas escritas pela remetente	Nome do destinatário
Alexandra Francisca Freire	6	Florêncio Francisco dos Santos Franco
Ana Teresa Salter de Mendonça	6	João Antônio Salter de Mendonça
Ana Vicência Rodrigues de Almeida	1	Antônio da Silva Prado
Eugênia Soares de Jesus e Lana	1	Florêncio Francisco dos Santos Franco
Francisca Maria Antônia Xavier	1	Miguel da Cruz Vieira
Hipólita Jacinta Ferreira	1	Florêncio Francisco dos Santos Franco
Joaquina Lopes	1	Florêncio Francisco dos Santos Franco
Josefa Maria de Santana	3	Florêncio Francisco dos Santos Franco
Maria Inácia de Lorena Silveira	1	Florêncio Francisco dos Santos Franco
Maria Justina	2	Florêncio Francisco dos Santos Franco
Maria Messias de Jesus e Lana	1	Florêncio Francisco dos Santos Franco
Rosa Maria de Jesus	1	Florêncio Francisco dos Santos Franco
Sidéria Maria da Conceição	1	Eugênia Soares de Jesus e Lana
Violante Clara de Miranda Henriques	2	Excelentíssimo Senhor [?]

Fonte: Elaboração própria.

Como mostrado, as pessoas que mais receberam cartas foram Florêncio Francisco dos Santos Franco, médico cirurgião de bastante prestígio na região de Minas Gerais durante o período colonial, destinatário de 16 missivas escritas por nove mulheres diferentes; João Antônio Salter de Mendonça, 1º Visconde de Azurara e desembargador da relação do Rio de Janeiro, que recebeu seis cartas de sua irmã Ana Teresa; e o Excelentíssimo Senhor,

¹ Para a elaboração do quadro, optou-se por manter os nomes das remetentes e dos destinatários de forma modernizada, de acordo com as regras de Monte (2015) para uniformização de antropônimos e de Motta e Monte (2019) para edições modernizadas. Além disso, nos casos em que a remetente não assina seu sobrenome mas a informação é recuperável em bibliografia complementar, outras fontes primárias ou em informações do arquivo, optou-se por manter o nome completo da mulher.

destinatário não nomeado que recebeu duas cartas enviadas de Olinda por Violante Clara de Miranda Henriques. Os demais receberam somente uma carta cada. Também é importante ressaltar que entre os destinatários há somente uma mulher, Eugênia Soares de Jesus e Lana, que recebeu uma carta de Sidéria Maria da Conceição e também é autora de uma missiva enviada a Florêncio Franco.

Para a análise paleográfica desenvolvida a seguir, optou-se por fazer um recorte com oito das 14 remetentes: Alexandra Francisca Freire, Ana Vicência Rodrigues de Almeida, Eugênia Soares de Jesus e Lana, Francisca Maria Antônia Xavier, Joaquina Lopes, Maria Inácia de Lorena Silveira, Rosa Maria de Jesus e Violante Clara de Miranda Henriques.

2 Análise paleográfica

Com nome originado das palavras gregas *παλαιός* e *γραφή*, a Paleografia é, etimologicamente, o estudo das escritas antigas. A ideia de “escritas antigas”, porém, é tema de discussão, uma vez que a Paleografia é comumente aplicada para o estudo de documento modernos. Neste texto, a relação da Paleografia com a antiguidade é vista de forma alargada, havendo “tantas paleografias como escrituras” (SAÉZ & CASTILLO, 2000, p. 21). Sendo assim, segundo defendem Saéz e Castillo, essa ciência pode ser definida atualmente como:

[...] la disciplina que estudia la historia de la escritura (y en particular de la escritura a mano) en sus diferentes fases, las técnicas empleadas para escribir y, en fin, los productos mismos de tal proceso, particularmente en su aspecto gráfico, ya se trate de libros, inscripciones, documentos o escritos de naturaleza individual y privada (cuentas, apuntes, cartas, etc.). (SAÉZ & CASTILLO, 2000, p. 21)²

Já Berwanger e Leal (2008) definem a Paleografia como uma área que “abrange a história da escrita, a evolução das letras, bem como os instrumentos para escrever. Pode ser considerada arte ou ciência. É ciência na parte teórica. É arte na aplicação prática. Porém, acima de tudo, é uma técnica” (BERWANGER & LEAL, 2008, p. 16).

Como uma mistura entre arte e ciência, a Paleografia é um campo relevante para pensar os manuscritos, uma vez que dá suporte para a análise da materialidade e da forma dos textos. Cambraia (2005) chama a atenção para a necessidade de técnicas paleográficas para fazer uma classificação da escrita, com localização e datação; descrever as características da escrita,

² “[...] a disciplina que estuda a história da escrita (e em particular da escrita à mão) em suas diferentes fases, as técnicas empregadas para escrever e, por último, os próprios produtos de tal processo, particularmente em seu aspecto gráfico, quer se trate de livros, inscrições, documentos ou escritos de natureza individual e privada (contas, anotações, cartas, etc.)” (SAÉZ & CASTILLO, 2000, p. 21, tradução nossa).

atentando-se para a forma (o exterior da letra), o ductus (ordem de execução do traçado), o ângulo (posição do instrumento em relação ao suporte), o módulo (altura e largura da letra) e o peso (relação entre traços finos e grossos das letras); descrever os sinais abreviativos e outros elementos não alfabéticos; e pormenorizar os pontos de dificuldade de leitura e as soluções adotadas. Nesse contexto, a paleografia possui uma finalidade dupla, que é ao mesmo tempo teórica e pragmática:

A finalidade teórica manifesta-se na preocupação em se entender como se constituíram socio-historicamente os sistemas de escrita; já a finalidade pragmática evidencia-se na capacitação de leitores modernos para avaliarem a autenticidade de um documento, com base na sua escrita, e de interpretarem adequadamente as escritas do passado. (CAMBRAIA, 2005, p. 23)

Para a pesquisa de mestrado que está sendo apresentada aqui, a Paleografia traz ferramentas essenciais para auxiliar tanto na leitura e interpretação das cartas, como na localização delas no espaço e no tempo; além de possibilitar o estudo da função e da difusão sociais da escrita e, como consequência, do registro da história das mulheres na América Portuguesa. Para tanto, têm-se em mente as seguintes perguntas paleográficas que norteiam a análise:

Quadro 2 – Perguntas paleográficas	
O que se escreveu?	Paleografia de leitura
Quando se escreveu? Onde se escreveu? Como se escreveu?	Paleografia de análise
Quem escreveu? Por que o texto foi escrito?	História social da escrita

Fonte: Traduzido e adaptado de Saéz e Castillo (2000, p. 31).

Partindo do quadro acima, discutiremos as formas pelas quais a Paleografia deu ferramentas e abriu caminho para reflexões importantes no que diz respeito ao trabalho com o corpus de cartas de mulheres, melhor explicitado na seção 1. Para responder à primeira pergunta, referente ao que se escreveu, e que é extremamente importante para o preparo da transcrição e edição das missivas, foram usados os métodos da Paleografia de Leitura

(CONTRERAS, 1994), que uma é dimensão da investigação paleográfica responsável por garantir uma decifração correta e precisa dos signos gráficos dispostos sobre o suporte material.

Tendo realizado uma transcrição o mais fidedigna possível ao manuscrito é possível responder com maior segurança às questões referentes à Paleografia de análise, sendo elas: quando, onde e como se escreveu? A partir de um estudo desse tipo é possível, por exemplo, fazer o levantamento dos dados presentes na primeira seção, na qual foram apresentadas informações referentes às fontes primárias que constituem o *corpus* da pesquisa. Para este texto, no entanto, interessa-nos mais a terceira classificação apresentada no quadro, que se refere à História Social da Escrita e cujas perguntas são: por que o texto foi escrito e quem escreveu? Nesta última questão nos debruçaremos mais detidamente.

Como visto na Introdução, ao falar sobre educação na Colônia, Stamatto (2008) defende que a escolarização das mulheres não serve como uma forma efetiva de inserção na vida pública, uma vez que as mulheres eram criadas com outro objetivo: cuidarem da reprodução social e serem mantenedoras da vida privada, seja por meio do casamento, da escravidão ou da vida religiosa. Sendo assim, era destinado aos homens o mundo externo, da política, das letras, o “mundo lá fora”, enquanto às mulheres eram destinadas as tarefas da casa e o exercício de atividades que praticamente não necessitavam de educação escolar. A partir de tal constatação e considerando o conjunto de missivas de mulheres aqui descrito, surge uma indagação em relação ao processo de escritura: quem foram essas mulheres que redigiram as cartas do *corpus* e qual o seu grau de habilidade de escrita?

Para responder a essas perguntas, adotaremos como base de análise alguns trabalhos desenvolvidos por outras autoras e autores que se debruçaram sobre a questão da habilidade *versus* inabilidade de escrita. O principal deles foi a pesquisa desenvolvida por Rita Marquilhas no livro *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII*, publicado em 2000, no qual é trabalhado um conjunto de documentos de mãos inábeis redigidos no contexto da inquisição portuguesa seiscentista. Também toma-se por base duas teses de doutorado: a de Afrânio Barbosa, intitulada *Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas do comércio*, defendida em 1999 (BARBOSA, 1999), na qual o autor analisou cartas de comércio do século XVIII escritas por mercadores pouco hábeis no Brasil Colonial; e a de Huda de Almeida Santiago, intitulada *A escrita de “mãos inábeis”*: uma proposta de caracterização (SANTIAGO, 2019), defendida em 2019, na qual a autora pesquisou cartas de sertanejos baianos no século XX.

2.1 Hipersegmentação

A primeira característica típica de mãos inábeis é a hipersegmentação que, segundo Marquilhas (2000, p. 243), pode ser definida como “a múltipla inscrição de branco gráfico entre grupos pequenos de letras, distintos das palavras gráficas”. Para ilustrar e analisar tal ponto, tomemos como exemplo as cartas de Maria Inácia de Lorena Silveira, Eugênia Soares de Jesus e Lana e Francisca Maria Antônia Xavier:

Figura 1 – Hipersegmentação: carta de Maria Inácia de Lorena Silveira para Florêncio Franco (1816)

Eu estava reparando por V. S. p. o corpo de De
os mais pa V. S. que assim não succede e que sinto muito
tambem para V. S. Cavalhada Muito obrigado
amuedinha que mandou e não produzi mais sim pela
lembrança que teve de mim que mal me fez sim que como
que he ja mandei a honra meostar hoje hum s. estido e a
(edinha pal istia sua sauda

Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

No recorte acima, retirado da carta de Maria Inácia, temos uma escrita hipersegmentada e sem cursividade, característica de punhos inábeis. Como pode-se perceber, as letras são grafadas de forma autônoma, ou seja, possuem ductus independentes que não se ligam às letras que as antecedem e nem às que as sucedem. Também não há a presença de ligaduras ou nexos ao longo da missiva.

Figura 2 – Hipersegmentação: carta de Eugênia Soares de Jesus e Lana para Florêncio Franco

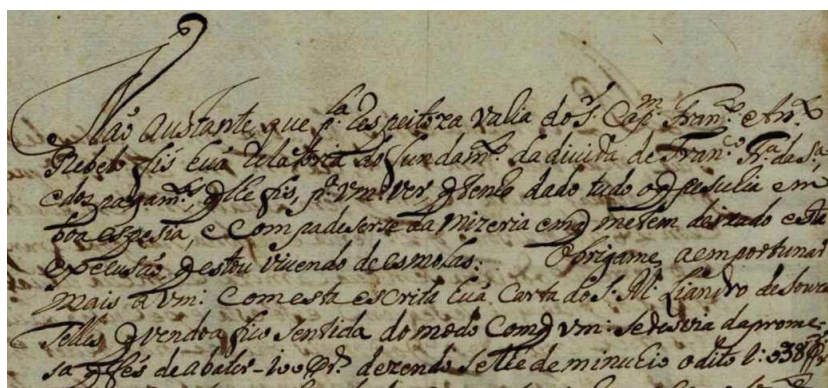
Meu Primo dam. veneravelo haverá
daj day q they envi, may'inda não
tive resposta, p' q oportades inda não
chegou: do q' es tou bem afflita, p' não
ter tido no t' dia como V. S. tem pasado
do seu em lozado. e filo de zepando the
today a felicidade de como

(sem data).

Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Já o punho de Eugênia Soares de Jesus e Lana é muito mais cursivizada que a de Maria Inácia, pois possui letras que se ligam umas às outras e não são grafadas de maneira autônoma. Ainda assim, são perceptíveis sinais de hipersegmentação quando analisamos ao nível das palavras. É característico dessa remetente dar espaços entre as sílabas, como pode ser observado em *veneraçãõ*, na primeira linha, onde ela grafa a letra “v”, acompanhada de um “e” que não se une à letra anterior, em seguida dá um espaço e escreve o “ne”, dá novo espaço para grafar o “ra” e, por fim, mais um espaço para escrever o “çaõ”. Outro exemplo em que tal característica fica bastante evidente é em *noticias*, na linha 5: a remetente escreve o “no”, dá um espaço seguido do “ti” e dá novo espaço para grafar o “cias”. É importante observar, neste último caso, que o branco gráfico entre o “ti” e o “cias” é praticamente da mesma dimensão do branco gráfico que há entre as palavras “tem” e “pasado”, um pouco mais adiante na mesma linha, o que reitera o caráter hipersegmentário deste punho.

Figura 3 – Hipersegmentação: carta de Francisca Maria Antônia Xavier para Miguel da Cruz Vieira (1778)



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Por fim, a carta de Francisca Maria é excelente para ilustrar um punho hábil que não apresenta sinais de hipersegmentação. A letra da remetente, que apresenta alto grau de cursividade, possui diversas ligaduras. Além disso, a remetente quase não tira a pena do papel, havendo, inclusive, ligações entre palavras distintas, como é perceptível na linha 6 ao grafar “com esta escrita”, em que não há os brancos gráficos entre as palavras.

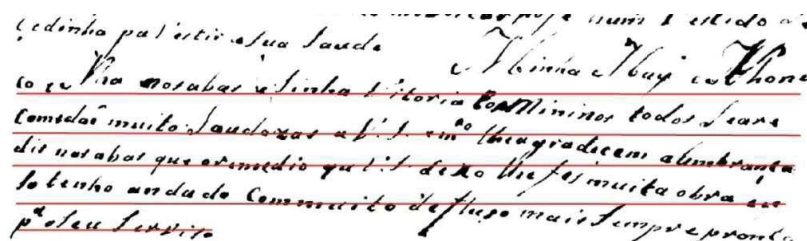
Em síntese, o que percebemos nos exemplos retirados do *corpus* são distintos graus de segmentação: Maria Inácia possui uma letra não cursiva e hipersegmentada, Eugênia tem uma escrita cursivizada porém com diversos brancos gráficos entre as sílabas e Francisca Maria não mostra sinais de hipersegmentação.

Ao colocar lado a lado os fac-símiles e suas respectivas transcrições, editadas a partir das mesmas regras de formatação,³ fica mais perceptível a questão que se pretende analisar aqui. Rosa Maria de Jesus possui uma escrita com um dos maiores módulos do *corpus*, o que fica evidente na transcrição que deixa bastantes espaços em branco na terceira coluna do quadro acima. Joaquina Lopes possui uma letra de tamanho médio se comparada com as outras mulheres missivistas. Já Ana Vicência possui um módulo pequeno, como é sustentado pelo fato de a mancha escrita da transcrição ocupar quase todo o espaço em branco.

2.3 Ausência de regramento ideal

Outro ponto a se observar a respeito da inabilidade dos punhos é a ausência de regramento ideal, definida como “a incapacidade de respeitar o pautado mental [que] manifesta-se sobretudo na tendência descendente do alinhamento, à medida que se aproxima a margem direita da folha” (MARQUILHAS, 2000, p. 239). Para ilustrar tal característica, usaremos como exemplo as cartas de Maria Inácia de Lorena Silveira e Violante Clara de Miranda Henriques.

Figura 4 – Regramento ideal: Maria Inácia de Lorena Silveira para Florêncio Franco (1816)



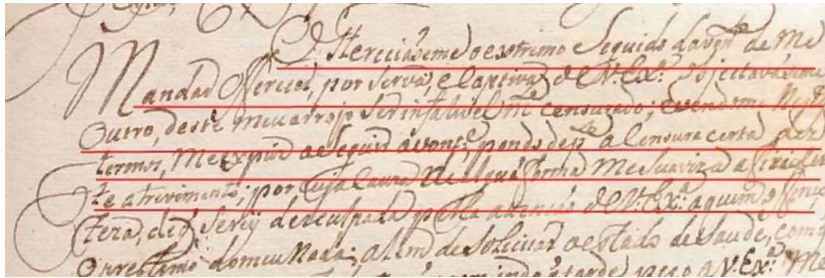
Fonte: Elaboração própria a partir de imagem da Biblioteca Nacional Digital.

Na imagem, retirada da carta de Maria Inácia de Lorena Silveira para Florêncio Francisco dos Santos Franco, traçou-se em vermelho o pautado ideal para melhor visualização da tendência de escrita. Assim como observado por Marquilhas na definição exposta acima, Maria Inácia possui um punho bastante descendente ao se aproximar da margem direita da folha. Entretanto, vale ressaltar que, ao contrário do que propõe a autora, a tendência de escrita das

³ As imagens possuem 5,5 centímetros de altura por aproximadamente 4 centímetros de largura. As transcrições possuem o tamanho 3 de fonte, com espaçamento simples e sem linhas em branco.

remetentes aqui analisadas não é descendente, tal qual a de Maria Inácia, mas sim ascendente. Essa característica pode ser observada na imagem abaixo:

Figura 5 – Regramento ideal: carta de Violante Clara de Miranda Henriques para Vossa Excelência (1737)



Fonte: Elaboração própria a partir de imagem do Instituto de Estudos Brasileiros.

Violante Clara de Miranda Henriques possui uma das escritas de maior habilidade do *corpus*: letra bastante cursivizada, sem sinais de hipersegmentação, com diversas ligaduras e um módulo pequeno. Ainda assim, aparenta dificuldade em seguir o regramento ideal, apresentando uma escrita ascendente ao se aproximar da margem direita do papel. Das oito mulheres escolhidas para a presente análise, somente Maria Inácia e Rosa Maria têm tendência de escrita descendente; as outras seis têm escritas ascendentes ou levemente ascendentes.

2.4 Grafia para sílabas com consoantes líquidas


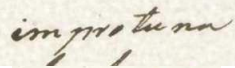
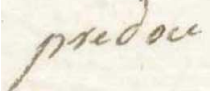


Outro ponto descrito por Marquilhas (2000) como típico de mãos inábeis é a ortografia irregular de cadeias de consoantes com /r/ ou /l/. Segundo a autora, mãos inábeis parecem não ter dificuldade na transcrição de consoantes líquidas em ataque simples (consoante – vogal), como em *disera*, *querendo* e *fora*, mas demonstram maiores irregularidades em ataque silábico ramificado (consoante – /r/ ou /l/ – vogal) ou em posição de coda (consoante – vogal – /r/ ou /l/). Alguns exemplos mostrados pela pesquisadora para exemplificar a questão do ataque ramificado ou em posição de coda são: *garmde* por *gramde*, *lembarr* por *lembrar*, *pormeteo* por *prometeo*, *fazre* por *fazer*, *mulhre* por *mulher* e *prugatorio* por *purgatorio*.

Após pontuar tal característica, Marquilhas trabalha com a hipótese de a ortografia irregular de consoantes líquidas ocorrer devido a motivações fonográficas. Segundo a autora, tal raciocínio é legítimo mas não é a única justificativa das trocas dentro da sílaba, pois há alguns exemplos encontrados nos documentos que são impronunciáveis, como *sreta* por *resta*, *tre* por *ter* e *abirl* por *abril*. Assim, ela conclui que:

Acontece que todas estas grafias irregulares (as que podem corresponder a metátese e as que não podem) coincidem em textos da mesma mão, pelo que é preferível uma interpretação que se contente com a hipótese de a estrutura complexa de sílabas com /r/ em ataque ramificado (sobretudo), mas também com /r/ em posição de coda, motivar em mãos inábeis portuguesas um problema de representação segmental. A sucessão das sílabas é apreendida e transcrita regularmente, mas ao nível da estrutura interna da sílaba, o /r/ ocorre em posição difícil de captar, parecendo ser mais concebível para o inábil que se trate de uma posição de coda. Esta interferência última tem a particularidade de quase contrariar os dados disponíveis sobre aquisição da líquida /r/, que apontam para a posição de coda medial – não a de ataque ramificado, e muito menos para a de coda final – como “o problema mais complexo a ser resolvido pelas crianças”. É preciso, no entanto, considerar a hipótese de a contradição ser apenas aparente, porque temos de imaginar constantemente estas mãos em processo de desempenho gráfico: cada nova letra era inscrita ao lado da anterior. Perante uma estrutura de difícil representação, como era a sílaba com /r/ em grupo consonântico, o facto de <r> ficar escrito depois de todas as outras letras podia apenas significar que havia sido desenhado em um segundo momento de escrita, após a mão se aperceber de que a transcrição não estava completa. Neste caso, o <r> final nada teria a ver com o conceito fonológico de vibrante de coda: era apenas a letra de difícil topografia cujo desenho ficava para o fim. (MARQUILHAS, 2000, p. 255)

No *corpus* que está sendo estudado, são poucas as mulheres que demonstram irregularidades para grafar sílabas com consoantes líquidas. Tal característica de mãos inábeis aparece com maior força em uma remetente em particular, Alexandra Francisca Freire, que é autora de seis cartas endereçadas ao seu primo Florêncio Francisco dos Santos Franco e que estão atualmente salvaguardadas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O maior número de ocorrências apresentada por Alexandra é a transformação de /r/ em coda (consoante – vogal – /r/) para o /r/ em ataque ramificado (consoante – /r/ – vogal), como pode ser visto nos exemplos do quadro abaixo:

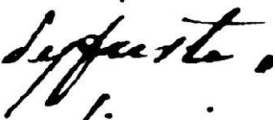


Quadro 4 – Representação de /r/ em posição de coda

	<i>protador</i> por <i>portador</i>
	<i>improtuna</i> por <i>importuna</i>
	<i>predou</i> por <i>perdoe</i>
	<i>mandra</i> por <i>mandar</i>
	<i>detriminar</i> por <i>determinar</i>

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de cinco ocorrências da característica observada por Marquilhas aparecerem nas cartas de Alexandra Francisca em posição de coda, também há três irregularidades na representação do /r/ e do /l/ em ataque ramificado (consoante – /r/ ou /l/ – vogal), que é grafado em posição de coda (consoante – vogal – /r/ ou /l/).

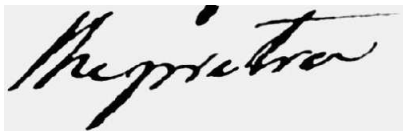
Quadro 5 – Representação de /r/ e /l/ em ataque ramificado

		
desfurte por desfrute	procurando por procurando	difulços por defluxos

Fonte: Elaboração própria.

Além dos exemplos mostrados, há outro caso bastante interessante referente à palavras com sílabas de ataque ramificado. Como pode ser visualizado abaixo, Alexandra Francisca em uma das cartas grava *pretra* por *presta*:

Quadro 6 – Pretra por presta

			
pre	tra	por	pres ta
C/r/V	C/r/V		C/r/VC CV

Fonte: Elaboração própria.

O que ocorre nesse exemplo é uma transformação de uma palavra composta por consoante – /r/ – vogal – consoante, seguida por uma sílaba de ataque simples (consoante – vogal), em duas sílabas de ataque ramificado (consoante – /r/ – vogal). Adicionando este caso às outras ocorrências expostas, os dados mostram que Alexandra Francisca tem mais representações irregulares de consoantes líquidas grafadas como ataque ramificado, ou seja, originalmente em posição de coda, do que ataques ramificados escritos como coda. No primeiro caso, há seis ocorrências nas seis cartas escritas por ela e, no segundo, há quatro.

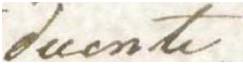



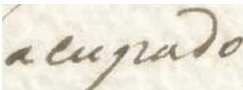
2.5 Representação de vogais e semivogais

Barbosa (1999) e Santiago (2019) defendem que outra marca característica de mãos inábeis é a existência de processos fonéticos relacionados às vogais e semivogais representados na escrita. Exemplos levantados por eles são casos de elevação e abaixamento, anteriorização e

posteriorização, centralização, aférese, apócope, sonorização, síncope, rotacismos, redução de ditongos e ditongação, entre outros.

No conjunto de cartas aqui analisado, a mulher que mais possui ocorrências de irregularidades na grafia de vogais e semivogais é, novamente, Alexandra Francisca. Um traço bastante comum no punho da remetente e referente a este tópico é a elevação, havendo diversas ocorrências de usos de [u] por [o] e de [i] por [e]. Além disso, há um caso de centralização, desarredondamento e rebaixamento em que é usado o [a] por [o].



Quadro 7 – Elevações e centralização

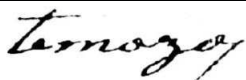
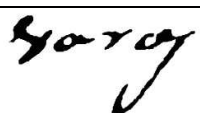
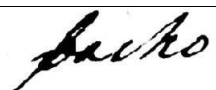
	<i>duente</i> por <i>doente</i> Elevação de [o] para [u]
	<i>difulços</i> por <i>defluxos</i> Elevação de [e] para [i]
	<i>purem</i> por <i>porem</i> Elevação de [o] para [u]
	<i>mihtor</i> por <i>melhor</i> Elevação de [e] para [i]
	<i>acupado</i> por <i>ocupado</i> Centralização, desarredondamento e rebaixamento de [o] para [a]

Fonte: Elaboração própria.

Outra característica da escrita de Alexandra é a inversão e a omissão de vogais e semivogais em encontros vocálicos. Os casos presentes nas cartas são omissões do [i] nos encontros [io], [ei] e [ai], e uma inversão em [ie], como pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 8 – Inversão e omissão de grafemas

	<i>veiram</i> por <i>vieram</i>
	<i>quecha</i> por <i>queixa</i>

	temozos por teimosos
	varos por varios
	bacho por baixo

Fonte: Elaboração própria.

Dessa forma, os dados apontam que Alexandra Francisca Freire é a responsável pelo maior número de ocorrências no *corpus* tanto de irregularidades na ortografia de consoantes líquidas como de vogais e semivogais. Como Marquilhas (2000) reforça que é interessante observar que todas as ocorrências levantadas por ela, referentes a dificuldades de transcrição de /r/ e /l/ em coda e em ataque ramificado, são registradas por uma mesma mão, o que notamos aqui, também, são distintas marcas de inabilidade relacionadas ao aspecto linguístico grafadas por uma mesma remetente.

Considerações finais

Ao analisar paleograficamente e linguisticamente as cartas de mulheres na América Portuguesa, é necessário considerar uma série de aspectos, como a hipersegmentação, o tamanho do módulo, o regramento ideal e a grafia de consoantes líquidas e de vogais e semivogais, a fim de levantar hipóteses sobre a habilidade ou inabilidade de escrita das remetentes. Sendo assim, quanto mais traços dos apresentados aqui o documento possuir, mais próximo de uma escrita inábil ou parcialmente inábil a mulher se enquadra. O quadro abaixo tem como objetivo sistematizar a presença ou a ausência de tais marcas, bem como fazer uma comparação entre as remetentes do *corpus*.

Quadro 9 – Traços de inabilidade de escrita

	Hipersegmentação	Módulo	Regramento	Consoantes líquidas	Vogais e semivogais
Alexandra Francisca Freire	Cursiva e hipersegmentada	Grande	Ascendente	10 ocorrências	14 ocorrências

Ana Vicência Rodrigues de Almeida	Sem cursividade	Pequeno	Levemente ascendente	1 ocorrência	5 ocorrências
Eugênia Soares de Jesus e Lana	Cursiva e hipersegmentada	Grande	Ascendente	-----	1 ocorrência
Francisca Maria Antônia Xavier	Cursiva	Pequeno	Levemente ascendente	-----	2 ocorrências
Joaquina Lopes	Cursiva	Grande	Ascendente	-----	-----
Maria Inácia de Lorena Silveira	Sem cursividade	Pequeno	Descendente	-----	2 ocorrências
Rosa Maria de Jesus	Cursiva e hipersegmentada em poucas palavras	Grande	Levemente descendente	-----	2 ocorrências
Violante Clara de Miranda Henriques	Cursiva	Pequeno	Ascendente	-----	2 ocorrências

Fonte: Elaboração própria.

A partir da análise realizada, nota-se que as cartas foram escritas majoritariamente por mãos hábeis, com exceção de Alexandra Francisca, que possui uma escrita ascendente, cursiva e hipersegmentada, com módulo grande e bastantes dificuldades em representar consoantes líquidas, vogais e semivogais, e Maria Inácia, que tem uma letra sem cursividade, com escrita descendente e algumas dificuldades em representar vogais e semivogais. Ainda que, como defendido por Stamatto (2008), essas mulheres fossem destinadas a atividades ligadas à vida privada e à reprodução social (FEDERICI, 2017), a habilidade de escrita das integrantes desse *corpus* pode ser justificada pelo fato de elas terem vivenciado situações em seu cotidiano que exigiram que pegassem em uma pena, seja para saber notícias de sua família, reclamar uma dívida, pedir ajuda em relação à saúde de pessoas próximas ou agradecer por donativos recebidos.

Neste contexto, é indiscutível que, ao tomarem a pena para escrever sobre assuntos privados, as mulheres acabaram se inserindo em redes de sociabilidade. Dessa forma, as cartas se tornaram uma possível ferramenta para “ultrapassar alguns limites”, uma vez que teriam o papel de tirar as remetentes “da vida privada para projetá-las em redes de sociabilidade” (DIAZ, 2016, p. 224) e por serem “a mediação mais fácil em direção à escrita de si, mas também em direção a uma palavra socializada” (DIAZ, 2016, p. 215). Em contrapartida, essa pseudosociabilidade não quer dizer que as mulheres são colocadas de modo eficaz na vida pública e nem indica uma efetiva emancipação das mulheres. Nas palavras de Diaz (2016, p. 225):

Permanecem, contudo, algumas suspeitas sobre a eficiência dessa conversação epistolar cujas promessas ficaram frequentemente sem efeito. Assim, podemos nos perguntar se a escrita epistolar não foi para muitas dessas escritoras de um dia o simulacro de uma liberdade de pensar e de falar que, em contrapartida, elas continuam a ignorar na cena social. Em sua maioria, as epistológrafas que descobrimos nessas galerias silenciosas da História, nesses arquivos, apenas murmuram seu desencanto sem conseguir construir uma nova identidade nos pilotis frágeis de suas cartas.

Com essa análise apresentada, constata-se que as cartas são fontes primárias extremamente importantes para a construção de uma história das mulheres no Brasil. Mesmo quando tratamos de punhos bastante hábeis, os manuscritos pessoais dessas escritoras de um dia colocam as mulheres em redes de sociabilidade fragilizadas, uma vez que seus papéis na sociedade da época continuavam sendo relacionados à reprodução social e ao cuidado no âmbito privado. Como escreveu Perrot (2005, p. 31): “[e]ntre fugacidade dos traços e oceano do esquecimento, os caminhos da memória das mulheres são estreitos”.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, Afranio Gonçalves. **Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas do comércio**. 1999. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- BERWANGER, Ana Regina & LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e de diplomática**. 3. ed. rev. e ampl. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008.
- CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CONTRERAS, Luis Núñez. **Manual de paleografía**. Madrid: Cátedra, 1994.
- DIAZ, Brigitte. **O gênero epistolar ou o pensamento nômade**. São Paulo: Edusp, 2016.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e a acumulação primitiva. São Paulo: Elefantas, 2017.

MARQUILHAS, Rita. **A faculdade das letras**: leitura e escrita em Portugal no século XVII. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

MONTE, Vanessa Martins do. **Correspondências paulistas**: As formas de tratamento em cartas de circulação pública (1765-1775). São Paulo: FAPESP/Humanitas, 2015.

MOTTA, Elisa Hardt Leitão & MONTE, Vanessa Martins do. A carta de Francisca Maria Xavier de Castro: edição e reflexões sobre o imaginário social de mulheres na América Portuguesa. **Revista LaborHistórico**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 42-66, 2019.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara & MONTE, Vanessa Martins do. **Catálogo do projeto M.A.P. – Mulheres na América Portuguesa**. Versão 0.2.2, novembro de 2020. Disponível em: <http://map.prp.usp.br/MAP_Recursos.html>. Acesso em 08 mar. 2021.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara; KEPLER, Fábio Natanael; FARIA, Pablo Picasso Feliciano de. **eDictor**. Versão 1.0 beta 10, 2013. Programa de Computador. URL: <https://edictor.net/download>.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2005.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. *In*: PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 11-44.

SAÉZ, Carlos & CASTILLO, Antonio G. Paleografia e historia de la cultura escrita: del signo a lo escrito. *In*: TERRERO, Ángel Riesco (ed.) **Introducción a la paleografía y la diplomática general**. Madrid: Síntesis, 2000. p. 21-31.

SANTIAGO, Huda de Almeida. **A escrita por “mãos inábeis”**: uma proposta de caracterização. 2019. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549-1910). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Sergipe: UFS; Unit, 2008. Tema: O ensino e a pesquisa em história da educação.

TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. Datação e localização dos tipos de escrita: informações relevantes para a crítica textual?. *In*: LOSE, Alícia Duhá & SACRAMENTO DE SOUZA, Arivaldo (org.) **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte, 2018. p. 294-305.

Fontes

Carta 01 – FREIRE, Alexandra Francisca. Acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos, mss1438682.

Carta 02 – FREIRE, Alexandra Francisca. Acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos, mss1411728.

Carta 03 – FREIRE, Alexandra Francisca. Acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos, mss1438684.

Carta 04 – FREIRE, Alexandra Francisca. Acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos, mss1438686.

Carta 05 – FREIRE, Alexandra Francisca. Acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos, mss1438680.

Carta 06 – FREIRE, Alexandra Francisca. Acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos, mss1438681.

Carta 13 – ALMEIDA, Ana Vicência Rodrigues de. Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, Coleção Veridiana Prado, VP-40.

Carta 14 – LANA, Eugenia Soares de Jesus e. Acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos, mss1311735.

Carta 15 – XAVIER, Francisca Maria Antônia. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, PT/TT/CS/H/001/0007/000006.

Carta 17 – LOPES, Joaquina. Acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos, mss1447292.

Carta 21 – SILVEIRA, Maria Inácia de Lorena. Acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos, mss1447296.

Carta 25 – MARIA DE JESUS, Rosa. Acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos, mss1311734.

Carta 27 – HENRIQUES, Violante Clara de Miranda. Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, Coleção Alberto Lamego, AL-50-8.

Carta 28 – HENRIQUES, Violante Clara de Miranda. Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, Coleção Alberto Lamego, AL-50-7.

Cruzamento das vozes do Santo Ofício e de Ana Rodrigues: a interdiscursividade nas confissões do LRC

Gabriele Franco

Introdução

A perseguição religiosa aos judeus foi um dos principais motivos para a criação do Tribunal da Inquisição na Espanha, seu poder foi ampliado com a união entre as coroas de Castela e Leão resultando em uma luta contra o judaísmo. Essa heresia colocava em questão a verdade revelada pela Igreja, ameaçando o modo homogêneo como se compreendia o mundo (NOVINSKY, 2015, p. 36).

Contudo, não se tratava apenas de uma divergência religiosa, os judeus incomodavam porque sua habilidade comercial os convertia em uma burguesia em ascensão que desejava o poder político, ameaçando a nobreza e o clero. Além disso, a Inquisição buscava mais do que as questões morais e religiosas, as visitas eram uma forma de arrecadar dinheiro, pois os crimes possuíam natureza espiritual, mas as penas eram também materiais como, por exemplo, o confisco de bens ou a morte (SOARES, 2018, p.124).

Em 1591, uma comissão da visitação do Santo Ofício desembarcou na Bahia e mudou todo o cenário da colônia. Ela era composta por três funcionários: o visitador Heitor Furtado de Mendonça, o notário Manoel Francisco e o meirinho Francisco Gouveia.

Em 28 de julho de 1591, foi publicado, lido em público e anexado pela comissão da visitação do Santo Ofício, na Catedral da Sé, o Édito de Fé e de Graça que determinavam o “tempo da graça”, no qual se estabelecia um período de aproximadamente trinta dias para aqueles que desejassem confessar seus pecados. O documento continha uma listagem de todos os delitos dignos de denúncias e confissões. Além disso, na leitura pública dos Autos de Fé foi declarado que “os culpados pelos crimes de heresia deveriam ser presos, sem negligência no cumprimento dessas ações, apoiadas pelo Santo Ofício” (MOTA, 2016, p.39).

As confissões realizadas durante esse período resultaram no *Primeiro Livro das Reconciliações e Confissões* (1591 - 1592), doravante LRC¹, onde se encontra a confissão de Ana

¹ Durante a visitação do Santo Ofício ao Brasil, o notário Manoel Francisco redigiu nove livros com denúncias, confissões e reconciliações: quatro de denúncias, três de confissões e dois de ratificações. Destes livros, apenas quatro foram localizados e publicados. Dois relativos às denúncias e às confissões da Bahia, organizadas e prefaciadas por Capistrano de Abreu entre 1922 e 1935 e outros dois também

Rodrigues. Ela pertence à família Antunes, muito conhecida na região do Matoim, na Bahia, por propagarem práticas judaicas e possuir um engenho. Após o falecimento de seu marido, Heitor Antunes, Ana Rodrigues assume não só a liderança da família, mas também do engenho e das atividades criptojudaicadas, visto que há registros que o engenho abrigava uma sinagoga (ASSIS, 2019). Trata-se de uma mulher com certo grau de poder e influência.

Diante desse contexto, elaboram-se hipóteses sobre a possibilidade de que foi colocada em prática uma “armadilha discursiva” para que ela confessasse sua heresia, pois o registro escrito de sua confissão viabiliza e justifica a perseguição, o confisco de bens e a condenação. Essa armadilha concretiza-se por meio do discurso reportado que emprega os verbos *dicendi* para construir o cruzamento entre as vozes do notário, do visitador e da depoente. Nesse sentido, Fairchough (2001, p.140) afirma que “as vozes do relator (a) e do relatado (a) são menos claramente demarcadas, e as palavras usadas para representar o discurso no último caso podem ser do(a) relator(a) e não as do relatado (a).”

Ao considerar essa hipótese, o primeiro ponto a ser explorado é a intencionalidade do Santo Ofício diante das confissões que se organizam em torno do discurso relatado e dos verbos de *dizer* para construir um efeito de afastamento sobre o dito e seu autor, conferindo, assim, uma aparente neutralidade. Um segundo ponto a ser considerado, são os vocábulos que acompanham os verbos de *dizer*, pois delatam as estratégias utilizadas na seleção do léxico, bem como a identidade social, a ideologia, o contexto situacional e a busca de expressividade a fim de “convencer”, “acusar” ou “condenar”.

Portanto, o objetivo deste trabalho é apresentar uma análise do cruzamento das vozes do notário, do visitador e de Ana Rodrigues na confissão n° 87 (1592, fólho 142v a 145r) registrada no LRC para compreender o modo de construção e sustentação de um discurso organizado para silenciar e incriminar.

Este capítulo encontra-se organizado em quatro partes. A primeira consiste na apresentação das bases teóricas e dos conceitos utilizados. Na segunda, encontra-se a contextualização histórica da perseguição aos judeus desde a Europa até o Brasil, bem como do processo, da finalidade e dos envolvidos na produção das confissões. As análises do cruzamento das vozes discursivas encontram-se na terceira parte. Por fim, encontra-se um apêndice com uma edição da confissão de Ana Rodrigues completa e modernizada.

sobre denúncias e confissões em Pernambuco. A documentação produzida no período inquisitorial foi alocada na Biblioteca Pública de Lisboa e posteriormente, entre 1824 e 1836, incorporadas à Torre do Tombo (FEITLER, 2014, p.56).

1 Embasamento teórico

Em relação ao *corpus* analisado, selecionamos a confissão de Ana Rodrigues, registrada no *Primeiro Livro das Reconciliações e Confissões* (1591 - 1592). Partimos da edição que Ana Claudia de Ataíde Almeida Mota (2016) realizou do LRC para modernizar a confissão de Ana Rodrigues (Ver Apêndi A)².

Como embasamento teórico para a análise da confissão, utiliza-se o modelo tridimensional de Fairclough (2001, p.73), que propõe investigar a língua como prática social considerando o discurso como qualquer evento discursivo entendido, simultaneamente, em três dimensões: prática social, prática discursiva e texto.

A prática social envolve investigação nos diferentes níveis da sociedade, no cerne de sua abordagem encontram-se as questões de ideologia e hegemonia (FAIRCLOUGH, 2001, p.122), isto é, como as relações de dominação/subordinação estabelecidas pelo Santo Ofício no Brasil colônia assumiam formas econômicas, políticas e ideológicas com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, entre outros. Para compreender como o judaísmo acontecia nesse momento histórico, especialmente em relação à família Antunes, recorreremos às obras do pesquisador e historiador Angelo Adriano Faria de Assis (2004), especialista em criptojudaísmo feminino na Bahia.

O processo de produção e consumo de uma confissão engloba a dimensão discursiva (FAIRCLOUGH, 2001), para analisá-la é importante compreender quem, como era produzida e onde circulava esse gênero. Nesse aspecto, utiliza-se também como base teórica Soares (2018) que se dedica ao estudo do crime de judaísmo, sob o ponto de vista jurídico.

Para Fairclough (2001, p.103), a dimensão do texto é explorada por meio da análise textual que pode ser organizada em itens, como o vocabulário, a gramática, a coesão e a estrutura textual (FAIRCLOUGH, 2001, p.103). Em relação à dimensão textual, será feito um recorte no vocabulário e a análise encontra-se direcionada ao uso dos verbos *dicendi* (RODRIGUES, 2008) no discurso reportado e às expressões que o qualificam ou acompanham.

Para compreender o cruzamento de vozes no texto analisado, utilizaremos o conceito de interdiscursividade (FAIRCLOUGH, 2001). Segundo Fairclough (2001, p. 134), o discurso pressupõe que enunciados ou textos “são inerentemente intertextuais, constituídos por elementos de outros textos”. As relações interdiscursivas são formadas por elementos das

² O processo de modernização da confissão ainda se encontra em andamento juntamente com minha pesquisa de doutorado, entretanto apresentamos no apêndice uma primeira versão do trabalho realizado até o momento.

ordens do discurso e organizam as práticas sociais e constituídas por elementos que compõem as ordens do discurso, posicionando-se em uma escala do menos autônomo ao mais autônomo: gênero; tipo de atividade (estrutura composicional); estilo e discurso.

Portanto, todos os textos, inclusive as confissões, apresentam algum grau de interdiscursividade que também gera o efeito de cruzamento de vozes, isto é, o discurso do visitador confunde-se com o discurso do notário que ofusca a voz da depoente.

2 O contexto de produção das confissões no Brasil colônia

Em 1492, os Reis Fernando e Isabel da Espanha expulsaram todos os judeus do território real. Aqueles que não aceitavam o exílio eram forçosamente convertidos ao cristianismo e se deixassem a Espanha perderiam seus bens e pertences comerciais. Neste cenário, Portugal foi visto como um país de abrigo. Contudo, em 05 de dezembro de 1496, o rei de Portugal, D. Manuel, pressionado pela monarquia espanhola, exigiu a conversão forçada, sem dar-lhes o direito de emigrar. Uma migração em massa levaria grande parte do capital necessário à descoberta e exploração das colônias, ameaçando a dominação hegemônica e ideológica exercida pela igreja e monarquia.

Segundo Soares (2018, p. 25), os judeus poderiam se converter ao cristianismo ou deixar Portugal. Muitos escolheram a Lei de Moisés, mas foram impedidos de saírem do porto de Lisboa, único disponível para a partida. Assim, surge o cristão-novo que construiu uma identidade própria, pois não era completamente aceito pelos judeus, nem pelos cristãos.

Alguns cristãos-novos permaneceram secretamente praticando os costumes judaicos com a intenção de manter viva a cultura religiosa que foram obrigados a abandonar e outros mantinham as práticas judaicas apenas por tradições de costumes familiares. Ambos foram denominados criptojudeus e mesmo após a conversão forçada, levantavam desconfianças gerais acerca de suas preferências religiosas.

A princípio, aqueles que vieram para o Brasil fugindo das perseguições implantadas em Portugal gozavam de certa tranquilidade. O crescimento da presença cristã-nova na América portuguesa, local dos preferidos pelos cristãos-novos que escolhiam a diáspora como forma de vencer as perseguições no reino, estenderia os olhares da Inquisição sobre o Brasil, designando o Santo Ofício para monitorar a fé, o comportamento religioso nos trópicos e confiscar bens (SOARES, 2018, p.124).

A família Antunes possuía muitos bens na Bahia, inclusive um engenho governado por Ana Rodrigues, após o falecimento de seu marido Heitor Antunes. Ela assume não só a liderança

da família, mas também das atividades criptojudias, visto que há registros que o engenho abrigava uma sinagoga (ASSIS, 2013).

Em 1591, o cenário de liberdade vivido pela família na colônia muda com a visitação de uma comissão do Santo Ofício que desembarca em terras brasileiras em 22 de julho de 1591. Nesta mesma data, o visitador e os outros funcionários da inquisição foram apresentados à população em cerimônia realizada na Câmara da cidade de Salvador. Estavam presentes pessoas de fórum nobre, como juízes, vereadores, outros oficiais e autoridades que assinaram um documento legitimando a visitação.

Houve um cerimonial ritualístico para a apresentação da comissão, acompanhada de um sermão, procissão com solenidades e festividades previamente estabelecidas nos Regimentos da Inquisição (MOTA, 2016, p.31). Após o sermão era publicado o Édito de Fé e de Graça, também denominado “tempo da graça”, no qual se estabelecia um período de aproximadamente trinta dias para aqueles que desejassem confessar seus pecados. Foi neste período que todas as mulheres da família Antunes foram confessar.

Segundo Mota (2016, p.113), a documentação produzida pela Inquisição no “tempo da graça” foi legitimada pela comissão da visitação e pelos Regimentos e manuais elaborados. Ela representa um conjunto de testemunhos que foram previamente planejados com o objetivo específico de registrar a atuação do Tribunal do Santo Ofício, descrever a confissão dos depoentes, bem como as denúncias que surgiam.

O Santo Ofício fez parte de uma tradição jurídica de origens remotas que nasce na época medieval, início do século XIII, com o IV Concílio de Latrão. O Tribunal era guiado por regimentos e manuais com a finalidade de definir uma fórmula processual e encontrar uma verdade juridicamente válida para suas sentenças. Os inquisidores comportavam-se como portadores da verdade absoluta, detinham o monopólio de salvação das almas. Segundo Feitler (2014, p.62), a Inquisição dispunha de um funcionamento incoerente e repleto de discordâncias internas que possuía a finalidade de sustentar o discurso ideológico que contribuía para a construção da verdade que se procurava impor, bem como uma justificativa legal para as atrocidades cometidas.

Em 1592, na Bahia, as confissões eram registradas pela comissão da visitação do Santo Ofício que estava composta por três funcionários: o visitador Heitor Furtado de Mendonça, o notário Manoel Francisco e o meirinho Francisco Gouveia.

O visitador Heitor Furtado de Mendonça era português, sem registro preciso da data de nascimento, acredita-se que no período da visitação possuía entre trinta e quarenta anos. Sua origem nobre permitiu que sua família custeasse seus estudos em um mosteiro e, assim, obteve o título de licenciado. Foi eleito como visitador do Santo Ofício em 1591, o processo de escolha

para tal cargo apresentava alguns requisitos, além ser douto, era necessário comprovar “limpeza de sangue”, os antecedentes da família eram vasculhados para averiguar se havia mistura de sangue com judeus ou mouros na genealogia. Vale destacar que o reconhecimento como membro do Santo Ofício conferia prestígio social, sua função estava mais relacionada às práticas jurídicas do que religiosas.

Segundo Vainfas (2014, p.282 *apud* Mota 2016, p.103), Heitor Furtado chegou doente à colônia e começou tardiamente o trabalho, assim fez o que lhe pareceu conveniente ou razoável. Por isso, o visitador abandonou as instruções do Conselho Geral e foi subjetivo em suas acusações. Talvez por esse comportamento, foi solicitado seu retorno à Lisboa antes de visitar as capitanias do Sul e as ilhas do Atlântico.

O notário Manoel Francisco era padre, de origem portuguesa. Embora os notários eclesiásticos ainda existam, a profissão equivaleria à de tabelião. Sua função era registrar os depoimentos. Os requisitos para essa função eram: ser clérigo, Manoel era padre; dominar a escrita; comprovar pureza de sangue; conhecer o funcionamento do Santo Ofício; ser fiel na redação dos depoimentos; não dialogar com os depoentes e não se ausentar durante o processo.

No Santo Ofício, buscava-se a sujeição do acusado – ao Tribunal, à Igreja e ao Monarca – pela via da confissão, arrependimento e pedido de perdão, para que fosse viável a sua reintegração social. Os testemunhos geravam medo, por isso a população, temerosa dos métodos do Santo Ofício, preferia antecipar-se a uma acusação e recorria à Mesa da Visitação para confessar e denunciar.

Segundo Soares (2018, p.72), no processo inquisitório, o réu precisava confessar algo mesmo que não tivesse “pecado”. Aqueles que negassem as culpas, poderiam ser submetido à tortura e até à fogueira: “Tamanha era a importância do falar perante à mesa inquisitorial, que o Manual do Inquisidor ensinava a extrair a confissão dos processados. O juiz deveria interrogar para obter a confissão verbal, muito mais do que para obter provas.” Portanto, a produção e o consumo das confissões eram exercidos pelo Tribunal, os documentos serviam como aparato de repressão e registro.

3 O gênero confissão como instrumento de opressão

O primeiro aspecto da interdiscursividade está na compreensão da arquitetura ou estrutura composicional, também denominada por Fairclough (2001, p. 162) como ‘tipo de atividade’, trata-se de uma sequência estruturada de ações que compõem o gênero, como o conjunto de posições de sujeito socialmente reconhecidas e constituídas em conexão com o tipo

de atividade. A confissão como um gênero é um registro dos pecados, com a finalidade de buscar absolvição, tal função é declarada no corpo do gênero: “[...] por querer confessar sua culpa. Recebeu juramento do Santo Evangelho, em que colocou sua mão direita e prometeu dizer a verdade em tudo [...]” (Apêndice A).

As confissões do LRC possuem o formato que conhecemos atualmente como interrogatório, visto que os depoentes apresentam-se para as autoridades eclesíásticas com a finalidade de confessar suas culpas e são interrogadas sobre o “crime”. Por isso, compreendem aspectos superiores de planejamento, como o modo e a ordem em que os elementos são combinados e seguem uma estrutura composicional padrão:

As confissões elencadas no +LRC obedecem a um modelo padrão de apresentação. Não se observa, do ponto de vista estrutural, alteração de um depoimento para outro. As partes fixas que compõem os textos são constituídas pelas fórmulas empregadas pelo notário tabelião (MOTA, 2016, p. 337).

Mota (2016) sistematiza a sequência estruturada de ações do gênero confissão e apresenta uma divisão estrutural das confissões do LRC, organizada em: protocolo inicial, texto e protocolo final. A seguir, apresenta-se um modelo de estrutura de confissão:

Quadro 1 – Estrutura da confissão no LRC

<p>1) PROTOCOLO INICIAL:</p> <p>a) identificação do depoente</p> <p>b) grupo religioso</p> <p>c) data cronológica</p> <p>d) data tópica</p> <p>e) tipo de confissão</p> <p>f) fórmula religiosa</p> <p>g) dados pessoais do depoente</p> <p>2) TEXTO:</p> <p>a) preâmbulo - descrição das heresias (depoente)</p> <p>b) notificação</p> <p>c) exposição</p> <p>d) dispositivo</p> <p>e) sanção</p> <p>3) PROTOCOLO FINAL:</p>
--

a) Precação (assinatura e identificação do notário e visitador)

Fonte: Adaptado de Mota (2016)

Para Mota (2016, p.338), o protocolo inicial possui como finalidade a identificação da depoente, ele divide-se em: identificação do nome, data cronológica, data tópica, fórmula religiosa e dados pessoais do depoente. A estes tópicos acrescentamos o tipo de confissão, pois o fato das depoentes apresentarem-se ao visitador no “tempo da graça” possui importante significado interpretativo.

Mota (2016, p. 339) denomina como “texto da confissão” a sequência que traz um relato pormenorizado das culpas e a organiza em preâmbulo, notificação, exposição, dispositivo, sanção, corroboração. O texto de confissão de Ana Rodrigues encontra-se sob a seguinte organização:

A) Preâmbulo: Um ornamento utilizado para chamar a atenção sobre a utilidade do documento, também denominado “arenga” (conversa fiada)” (MOTA, 2016, p. 339). Exemplo: “confessando-se disse [...]” (Apêndice A).

B) Notificação: “Trecho no qual se descreve o conteúdo global do depoimento” ou “dá conhecimento a uma ou várias pessoas” (MOTA, 2016, p.339). Neste item a depoente revela suas heresias com indicação do tipo, frequência e local em que ocorreram. Exemplo:

[...] de quatro ou cinco anos até hoje não come cação fresco porque faz mal ao estômago [...] e dizem que falava de santos, mas ela não estava lembrada se nesse tempo falou ou fez alguma coisa em ofensa de Deus (Apêndice A).

C) Exposição: defesa da depoente à arguição do visitador. Ela organiza-se como uma narrativa do diálogo, representado em discurso indireto, entre o visitador e a depoente. A finalidade da “exposição” é a de o inquisidor apontar as causas que tornaram necessário o ato. Ressalta-se que a defesa era feita pela própria depoente que tinha a possibilidade de responder às perguntas do visitador. Exemplo: “[...] perguntada quem lhe ensinou as ditas coisas, respondeu: que não se lembra que outra pessoa alguma as ensinasse [...]” (Apêndice A).

D) Dispositivo: arguição do visitador, “parte na qual o visitador admoesta o depoente a dizer a verdade e reconhecer as culpas confessadas” (MOTA, 2016, p. 340) ou “a essência do documento, expressa a vontade do autor” (MOTA, 2016, p. 339). Nota-se que a apreensão do visitador não está relacionada à avaliação do conteúdo da

confissão, pois já é parte da estrutura textual da confissão como gênero. Após esse procedimento, há uma simulação de defesa do réu, trata-se de um momento em que ele deve responder perguntas feitas pelo visitador. No entanto, estas perguntas, em geral, são elaboradas para que a depoente aprofunde-se em algum conteúdo que poderá conduzi-la mais facilmente à condenação. Exemplo:

Foi admoestada pelo Senhor Visitador com muita caridade que ela use de bom conselho este tempo de graça, que para ela alcançar-lhe era necessário fazer confissão inteira e verdadeira nesta mesa e confessar a sua intenção judaica e que confessando ela a sua intenção e toda a verdade interior aproveitar-lhe-ia muito par alcançar o perdão [...](Apêndice A).

- E) Sanção: “cláusulas finais expressando uma punição” ou “registro de sentenças” (MOTA, 2016, p. 340). Exemplo: “Foi mandado-lhe pelo senhor visitador que não saísse desta cidade sem sua licença [...]”(Apêndice A).

Por fim, há o “protocolo final” composto pela “precação”, onde se encontram as assinaturas do notário e do visitador.

Dentre as partes da confissão definidas e organizadas por Mota (2016), analisa-se, neste capítulo, apenas o “texto da confissão”, onde aparece com intensidade o discurso reportado. Gramaticalmente, ele surge quando toma forma de orações subordinadas à oração que relata, marcada pela conjunção “que”. No período “*Confessando-se disse que faziam vinte e nove ou trinta anos que estava casada*” (Apêndice A) possui quatro orações: “(1) *Confessando-se/ (2) disse/ (3) que faziam vinte ou trinte anos/ (4) que estava casada*”. No trecho citado, há um discurso reportado, isto é, o enunciador toma por objeto um outro ato de enunciação.

4 Verbos *dicendi* e o discurso reportado

No discurso reportado, o enunciador toma por objeto um outro ato de enunciação, essa modalidade depende das maneiras de narrar um discurso já enunciado e da descrição dos modos de enunciação de origem. Assim, o dizer torna-se implícito por meio dos verbos *dicendi*. Estes verbos são uma forma canônica de reportar um discurso, ao optar por ele há uma aparente neutralidade porque o narrador cria um efeito de afastamento sobre o dito e seu autor.

Os verbos *dicendi* apresentam três funções: metalinguística, argumentativa e coesiva (RODRIGUES, 2008). A função metalinguística ocorre uma vez que o narrador, ao reportar as falas, centraliza sua atenção no próprio texto, tentando caracterizá-lo ou descrevê-lo. A função argumentativa está relacionada à interpretação subjetiva que o narrador faz sobre o dito e o que deseja imprimir no texto final como verdadeiro. A função coesiva é responsável pela estruturação do texto, pois alguns verbos dão progressão e outros encerram.

Os verbos podem estar acompanhados de modificadores como advérbios, substantivos e adjetivos que também caracterizam e, assim, revelam a estratégia e as possibilidades discursivas de cada um dos envolvidos na confissão. Embora a delimitação entre as vozes não se manifeste claramente na estrutura textual, a análise revela a presença do cruzamento ou transição das vozes que é marcada pela presença de verbos *dicendi*, como “respondeu” em orações principais seguidas de orações subordinadas substantivas. Além disso, destaca-se que essa relação é marcada pela conjunção “que” e pelos dêiticos que são alterados para incorporar a perspectiva de quem relata, especificando lugar, tempo e sujeitos do enunciado.

Os verbos caracterizam e especificam a função de cada um dos interlocutores. As depoentes estão limitadas a responder, enquanto o visitador pergunta e admoesta. Seus modificadores revelam a posição que o Tribunal do Santo Ofício esperava de cada um deles. Há vários fatores importantes na escolha do léxico, entre eles a identidade social, a ideologia, o contexto situacional, busca de expressividade a fim de “convencer”, “defender-se”, “seduzir” ou “condenar”. Portanto, os verbos e seus modificadores revelam a estratégia discursiva das vozes.

Na confissão de Ana Rodrigues, os verbos e seus modificadores distribuem-se entre a depoente, o visitador e o notário. Para melhor visualização do uso dos verbos na confissão de Ana Rodrigues foram elaborados três quadros, um para cada voz discursiva: visitador, notário e depoente.

Quadro 2: Estrutura com verbos e modificadores da esfera do visitador

1	Perguntada (verbo <i>dicendi</i>) quem (modificador) lhe ensinou as ditas coisas [...] (l.39)
2	Perguntada (verbo <i>dicendi</i>) que (modificador) espada ou que sangue era esse [...] (l.45)
3	Perguntada (verbo <i>dicendi</i>) se via fazer (modificador) essas coisas o dito seu marido [...] (l.47)
4	Perguntada (verbo <i>dicendi</i>) que idade (modificador) tinha ela confessante no dito tempo e a dita parteira que lhe ensinou [...] (l.50-51)
5	Perguntada (verbo <i>dicendi</i>) se ensinou (modificador) ela às ditas suas filhas mais algumas outras cerimônias judaicas [...] (l. 56 -57)
6	Perguntada (verbo <i>dicendi</i>) quanto tempo havia (modificador) que ela confessante começou a ser judia e deixara a fé de Nosso Senhor Jesus Cristo [...] (l.59-60)
7	Foi admoestada (verbo <i>dicendi</i>) pelo Senhor Visitador com muita caridade (modificador) que ela use de bom conselho este tempo de graça [...] (l.68-69)
8	Perguntada (verbo <i>dicendi</i>) quanto tempo havia (modificador) que ela começou a ensinar as ditas suas filhas que fossem judias e cressem na Lei de Moisés [...] (65-86)
9	Foi-lhe mandado (verbo) pelo Senhor Visitador que não saísse desta cidade sem sua licença (modificador) [...] (l.95-96)

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 3 – Estrutura com verbos e modificadores da esfera do notário

<p>1</p> <p>[...] por não saber assinar eu, Notário, a seu rogo (modificador), assinei (verbo) com o Senhor Visitador. Manoel Francisco, Notário do Santo Ofício nesta visitação o escrevi (verbo). (l. 98-100)</p>

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 4 – Estrutura com verbos e modificadores da esfera da depoente Ana Rodrigues

<p>1 [...] compareceu (verbo) diante dele sem ser chamada (modificador) [...] (M AR, 1592, l.8-9)</p> <p>2 [...] por querer confessar (verbo) sua culpa (modificador) [...] (M AR, 1592, l.9)</p> <p>3 [...] recebeu (verbo) juramento dos Santos Evangelhos (modificador) [...] (M AR, 1592, l. 9-10)</p> <p>4 [...] pôs (verbo) sua mão direita [...] (M AR, 1592, l.10)</p> <p>5 Disse (verbo <i>dicendi</i>) ser cristã nova [...] (M AR, 1592, l.11)</p> <p>6 Confessando-se disse (verbo <i>dicendi</i>) que [...] (M AR, 1592, l.14)</p> <p>7 [...] respondeu (verbo <i>dicendi</i>) que: [...] (M AR, 1592, l.10, 44, 49, 52, 55, 59, 61, 67, 73)</p> <p>8 Disse e afirmou (verbo <i>dicendi</i>) [...] (M AR, 1592, l.84)</p> <p>9 Confessou (verbo <i>dicendi</i>) mais (modificador) [...] (M AR, 1592, l. 91)</p> <p>10 Prometeu (verbo <i>dicendi</i>) ter segredo (modificador) [...] (M AR, 1592, l. 96)</p> <p>11 [...] assim prometeu (verbo <i>dicendi</i>) [...] (M AR, 1592, l. 98)</p> <p>12 [...] a seu rogo (modificador) [...] (M AR, 1592, l. 99)</p>
--

Fonte: Elaborado pela autora

5 Os verbos dicendi e seus efeitos no discurso

Como se observa no Quadro 1, os verbos da esfera do visitador, em sua maioria, possuem função argumentativa, pois delatam a hierarquia e a autoridade representadas por ele. No entanto, os adjetivos utilizados nas fórmulas religiosas funcionam como uma tentativa de atenuar essa sensação de autoritarismo. No momento em que o discurso do visitador é relatado e sua voz ganha espaço nas confissões, há, inicialmente, uma sessão de perguntas dirigidas aos

depoentes, portanto, primeiro o notário utiliza o verbo “perguntar”. Posteriormente, utiliza o verbo “admoestar” e finaliza sua participação na confissão com o verbo “mandar”.

A escolha dos verbos e a ordem em que são alocados na frase dizem muito sobre a intenção do notário, e consequentemente, do Santo Ofício, em relação à construção do sentido dos discursos. Segundo o *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (2010), os significados atribuídos ao verbo “perguntar” possuem carga semântica direcionada ao ato de fazer perguntas, interrogar, inquirir, indagar e investigar. De acordo com o *Dicionário Portuguez & Latino* (1782), de *Rapahel Bluteau*, o verbo “perguntar” relaciona-se com o ato de interrogar:

Figura 2: Verbete “perguntar”

PERGUNTAR a alguém alguma cousa. *Aliquem de aliquâ re interrogare, (go, avi, atum.) Aliquid ex aliquo percontari. Aliquem de aliquâ re percontari, (tor, atus sum) Cic. Plauto diz, Aliquid aliquem percontari.*
 Perguntar de alguma cousa. *Sciscitari de aliqua re. Cic. (Depois de lhe perguntarem do bom successo da sua jornada. Lobo, Corte na Aldea, Dial. 8. pag. 137.)*
 Perguntay se veyo. *Interroga, si venerit. Plaut.*
 Perguntay vos se vistes. *Interrogo an videris. Plin.*
 Perguntoume em que estado estava a nossa Republica. *Me de nostrâ Republicâ percontatus est. Cic.*

Fonte: Bluteau (1782)

No *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (2010), o verbo “admoestar” significa “advertir de falta; censurar; repreender com brandura, aconselhar, exortar”. O *Dicionário Portuguez & Latino* (1782), de *Rapahel Bluteau* apresenta resultados similares:

Figura 3: Verbete “admoestar”

ADMOESTAR, ou Amocistar. Reprehender com brandura. *Vid. Reprehender, ou advertir a alguém algum mal moral, ou politico, para o evitar, ou algum bem para o fazer. Monere aliquem de aliqua re. Cic. Monere aliquem alicujus rei. Cic. Monere aliquem aliquid. Cic. Com-monefacere aliquem. Cic. Amocisto vos, que venhaes forrar vossa coyna. D. Franc. Man. Cent. 2. Cart. 51. pag. 229.*

Fonte: Bluteau (1782)

O Dicionário *Portuguez & Latino* (1782), de *Raphael Bluteau* também possui um verbete específico para a admoestação canônica, isto é, o tipo de admoestação específica das confissões, em que já está especificado que se trata de uma situação de jurídica que implica obediência e castigo:

Figura 4 -Verbete “admoestação canônica”

Admoestação canonica. Quando hum homem he citado, por juiz legitimo, cõ tres amoestaçoens, ou com huma, que as valha. Não obedecendo, he contumaz, & então se pode fulminar censura. *Canonica admonitio, onis.* Dentro em quatro mezes, que lhe dava, pellas tres, canonicas *Amoestaçoens.* Mon. Luf. Tom. 7. pag. 506.

Fonte: Bluteau (1782)

Considerando os significados dos verbetes em diferentes épocas, é possível inferir que as perguntas iniciais do texto de confissão apresentam nuances mais brandas, aparentemente buscam apenas informações acerca das possíveis heresias cometidas pelas depoentes. Contudo, o uso do verbo “admoestar” revela-se de forma mais brusca a autoridade e, embora também represente uma forma de perguntar, possui carga semântica relacionada a uma sentença final, uma acusação jurídica formal passível de castigo.

No entanto, essa sensação de mudança repentina de tom é amenizada pelos adjetivos e orações que compõem a fórmula religiosa. O verbo “admoestar”, por exemplo, está acompanhado da expressão “com muita caridade”. Essa afirmação altera o sentido dos verbetes ao revelar incongruências e contradições de um discurso que teria por finalidade descrever os fatos, tornar-se um discurso de ameaça e intimidação. Além disso, encontra-se dentro da fórmula religiosa um conjunto de orações que corroboram a atenuação da autoridade, construindo a falsa ideia de que a confissão pode ajudar a depoente a alcançar o perdão:

Foi admoestada pelo Senhor Visitador com muita caridade que ela use de bom conselho este tempo de graça, que para ela lhe alcançar é necessário fazer confissão inteira e verdadeira nesta mesa e confessar a sua intenção judaica e que confessando ela a sua intenção e toda a verdade interior lhe aproveitaria muito par alcançar o perdão, respondeu que: [...] (Apêndice A, grifo meu).

Portanto, os verbos *dicendi* que o notário escolhe para retratar o discurso do visitador estão, em um primeiro momento, relacionados à argumentação e não ao autoritarismo. Essa escolha reflete o que a historiografia afirma sobre a postura do Santo Ofício nas sessões de confissão:

os depoentes já estavam condenados pela Inquisição, cabia ao visitador e ao notário construir as provas para legitimar e legalizar os procedimentos que transformariam as depoentes em réus nos processos (SOARES, 2018; ASSIS, 2013).

O vocabulário escolhido por Ana Rodrigues para defender-se e argumentar com o visitador revelam uma estratégia discursiva que tende a justificar os crimes de heresia com ignorância, delírio, ingenuidade, fatalidade, descuido e esquecimento. Assim, cria-se um campo semântico em torno da inocência, com a finalidade de tornar coesa e coerente a defesa da depoente, de modo que o discurso ganhe força enunciativa para convencer.

Conforme observado no Quadro 2, dentro os verbos *dicendi* relacionados a Ana Rodrigues encontram-se com maior frequência “dizer”, “confessar”, “responder”, “receber”, “prometer”. Tais verbos indicam passividade. Apesar de tratar-se de uma confissão, onde espera-se que o depoente seja ativo em sua ação de confessar, no caso de Ana Rodrigues há uma postura diferente, pois ela responde dez vezes, confessa em dois momentos diferentes, promete segredo duas vezes. O vocabulário utilizado por ela denota a falta de liberdade para falar livremente, deixando implícito que ela apenas responde ao que é perguntado e fala aquilo que o visitador deseja ouvir.

Nas respostas ao visitador, também encontra-se registrado o uso do advérbio de tempo “nunca”, mencionado sete vezes. O termo atua como uma indicação imprecisa de tempo e possui conotação de advérbio de negação, pois remete a algo que não aconteceu, isto é, inexistente. Outra marca de expressão constante em sua confissão é a expressão “não se lembra” (ver Apêndice A).

No entanto, o visitador pronuncia a fórmula religiosa e afirma que a depoente tem “forte presunção judia” e demonstra não acreditar que Ana Rodrigues ignorasse a origem de tais cerimônias. Desse modo, a estratégia adotada pela depoente para salvar-se é fragilizada. Após negar continuamente qualquer pertencimento, intenção ou prática judaica, o visitador torna-se mais autoritário em seu discurso, pois as perguntas, tornam-se afirmações: “não é possível fazer todas as tais cerimônias de judeus tão conhecidas, sabidas serem cerimônias de judeus [...] tudo isso são cerimônias manifestadamente judaicas que ela não pode negar e, por isso, fica claro que ela é judia e que as fez como judia.” (Apêndice A)

Ana Rodrigues também utiliza o discurso reportado para esquivar-se e prevenir-se de certas acusações quando utiliza o termo “dizem”. O verbo *dicendi* na terceira pessoa do plural do Presente do Indicativo causa um efeito de indeterminação sobre os sujeitos que exercem a ação de dizer:

[...] e que havia sete ou oito anos que esteve muito doente em Matoim, onde ela foi moradora dentro desta capitania, na qual doença chegou a delirar e dizem que falava de santos, mas ela não estava lembrada se nesse tempo falou ou fez alguma coisa em ofensa de Deus (Apêndice A, grifo meu).

De acordo com o Quadro 3, o notário não usa verbos *dicendi* para descrever suas ações, pois seu discurso está em primeira pessoa. Contudo, os verbos e os modificadores que o caracterizam são relevantes para a análise de sua voz, que é marcada pela função metalinguística. Ao reportar a fala, ela permeia toda a estrutura do gênero e centraliza sua atenção no próprio texto, tentando caracterizá-lo ou descrevê-lo, traduzindo toda a realidade do que acontecia durante as sessões de confissão. Ainda que a confissão, como documento institucional, tivesse um modelo normatizado, havia intencionalidade em todas as vozes, mas o uso do discurso reportado por parte do notário torna esse processo obscuro. Partimos da hipótese de que, além da mera função prática e jurídica do discurso indireto, é possível considerar ainda uma função discursiva estratégica para simular a imparcialidade. Assim, mesmo que o discurso fosse praticamente reelaborado, era de responsabilidade do declarante.

O poder do notário está no discurso reportado, em que ele testemunha a fala da terceira pessoa de forma que o sujeito comunicante e o sujeito interpretante possam estar apagados ou desvinculados. A função de reportar os discursos requer habilidade em desenvolvê-los com coesão e coerência dentro da estrutura limitada do gênero confissão.

Por fim, o discurso indireto é responsável por criar um simulacro de realidade, uma falsa busca por justiça que mescla autoritarismo com a fé. Esse efeito só se torna possível devido ao uso do discurso reportado que gera a ideia de cruzamento entre as vozes do visitador e do notário, isto é, o limite entre a voz de um ou outro é tênue e quase imperceptível.

Considerações finais

Os verbos *dicendi* utilizados pelo notário para retratar o discurso do visitador e da depoente estão, inicialmente, relacionados à argumentação. No entanto, as análises revelam que eles escondem uma postura autoritária, pois o uso do discurso reportado que rege os registros inquisitoriais na confissão isenta de culpas seus redatores, pois constrói o efeito de cruzamento de vozes e torna confuso o limite entre o dito pelo visitador e o redigido pelo notário. Além disso, a depoente, de certa forma, já era considerada condenada pela Inquisição, cabia ao visitador e ao notário construir as provas para legitimar e legalizar os procedimentos. Assim, a confissão como gênero discursivo não atua como um agente de justiça, mas de repressão.

Para Mota (2016, p. 102), o visitador possuía poder de persuasão, pois “durante as confissões, conduzia o depoente a narrar e aprofundar os fatos de interesse para a mesa inquisitorial”. No entanto, partindo da perspectiva da Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001), observa-se que a habilidade e o poder de persuasão do visitador devem-se apenas à composição estrutural da confissão como gênero discursivo que servia como instrumento de legitimação do poder institucional que representava. Tratava-se de uma relação ideológica e assimétrica de poder, diante de pessoas que estavam em situação de fragilidade e humilhação.

Nota-se que mesmo antes de ouvir a confissão, o visitador considera Ana Rodrigues culpada e essa intenção é constantemente reforçada nas entrelinhas de seu discurso. Contudo, após utilizar a metodologia de Análise Crítica do Discurso proposta por Fairclough (2001), é possível aproximar-se dos resquícios da voz da depoente e compreender que, mesmo diante de um gênero que tanto na oralidade quanto na escrita foi elaborado para suprimir sua voz, ela também traçou uma estratégia para defender-se e optou por negar ou alegar desconhecimento das práticas de judaísmo.

É possível inferir que a forma como foi conduzida a confissão de Ana Rodrigues, dentre os outros fatores convenientes ao Santo Ofício, como o confisco de bens e a desestruturação das famílias judias, conduziram a um final trágico. Vainfas (1997, p. 282 *apud* MOTA, 2016, p. 135) revela detalhes do processo de Ana Rodrigues, bem como de seu triste final, pois foi presa por Heitor de Furtado Mendonça em 1593, cerca de um ano após sua confissão e enviada para Portugal. Após onze anos de cárcere foi condenada à fogueira, mas morreu na prisão e foi queimada em efígie³ em nove de maio de 1604.

Tratava-se de um Tribunal da consciência, mas a igreja não aceitava a liberdade de consciência, considerada heresia máxima e, por isso, precisava controlar os indivíduos. A ameaça disfarçada de misericórdia (SOARES, 2018) só poderia ser validada e devidamente registrada por meio de uma confissão que na composição de suas escolhas vocabulares e gramaticais, sustentava a falsa ideia de neutralidade, justiça e misericórdia.

Portanto, a função do Tribunal do Santo Ofício era condenar para confiscar os bens, perseguir as mulheres para separar as famílias, enfraquecendo, assim, a prática do judaísmo, uma classe social em ascensão e uma perspectiva diferente de vivenciar o mundo. Contudo, se fossem apenas temidos não conseguiriam manter as pessoas sob o jugo da Igreja. Por isso, era necessário realizar um julgamento, como sinônimo de justiça e permitir que aos “criminosos” o

³ Se o condenado à fogueira já estivesse morto, queimava-se em ato público seu retrato ou seus restos mortais.

“direito” à confissão, como sinônimo de “misericórdia”, visto que durante as sessões, as rés eram constantemente advertidas a “confessar as culpas para obter misericórdia”.

Referências bibliográficas

- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). **Primeiro livro de Reconciliações e Confissões (1591-1592)**. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2318683>. Acesso em: 21 nov. 2019.
- ASSIS, Angelo Adriano Faria de. Um Israel possível na Bahia colonial: sobre mulheres e resistência judaica em tempos de perseguição. In: *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*. Belo Horizonte, v.7, n.12, 2013.
- ASSIS, Angelo Adriano Faria de. *Macabéias da colônia: Criptojudaísmo feminino na Bahia – Séculos XVI-XVII*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2004.
- ASSIS, Angelo Adriano Faria de. Inquisição e judaísmo feminino na Bahia - séculos XVI-XVII. In: SILVA, Marco Antonio Nunes da (Org.). **Estudos Inquisitoriais: história e historiografia**. Cruz das Almas: UFRB, 2019.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.
- CONFISSÃO ANA RODRIGUES. In: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). **Primeiro livro de Reconciliações e Confissões**. 1592, n°87, fol.142v a 145r. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2318683>. Acesso em: 06 jan. 2021.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FEITLER, B. Processos e práxis inquisitoriais. **Revista de fontes**, v. 1, n. 1, p. 55-64, 23 nov. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/fontes/article/view/9184>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3 ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- MOTA, Ana Cláudia de Ataíde Almeida. **Confessar em segredo**: edição e estudo de um Livro de Confissões quinhentista (Inquisição de Lisboa, Liv. 777, Salvador, Bahia, 1591-1592). Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2016.
- NOVINSKY, Anita. **Os judeus que construíram o Brasil**: fontes inéditas para uma nova visão da história. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.
- RODRIGUES, Tânia Maria Bezerra. Funções linguísticas dos verbos dicendi. In: **I SIMELP**, 2009, São Paulo. Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa. São Paulo, 2008. v. 1.

SOARES, Evânia França. **Mulher, judaísmo e inquisição nas Minas**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

SOUSA, Maria Clara Paixão; MONTE, Vanessa Martins (Orgs). **M.A.P. (Mulheres na América Portuguesa)**: Mapeamento de escritos de mulheres e sobre mulheres no espaço atlântico português a partir de métodos das Humanidades Digitais. Projeto de pesquisa. São Paulo: MCTIC/CNPq, 2018. Disponível em: <http://www.nehilp.org/~nehilp/HD/MAP/>. Acesso em: 01 jun. 2019.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

Anexo

TERMO DE CONFISSÃO

Confissão de ANA RODRIGUES, cristã nova. No primeiro dia do mês de fevereiro de mil e quinhentos e noventa e dois, nesta cidade de Salvador, Bahia de Todos os Santos, na casa de morada do Senhor Visitador do Santo Ofício, Heitor de Furtado de Mendonça, compareceu diante dele sem ser chamada, dentro do tempo da graça, Ana Rodrigues e por querer confessar sua culpa, recebeu juramento dos Santos Evangelhos, em que pôs sua mão direita ao cargo do qual prometeu dizer em tudo a verdade. Disse ser cristã nova, natural de Covilha e criou-se na Sertã⁴, filha de Diogo Dias, mercador, cristão novo e de sua mulher, Violante Lopes, já defuntos; viúva, mulher de Heitor Antunes, mercador, defunto, de oitenta anos. Confessando-se disse que de quatro ou cinco anos até hoje não come cação fresco porque lhe faz mal ao estômago, mas come salgado e assado, outrossim, não comeria, mas que outros tempos atrás comia raia, não comia em caça; e que de dois anos a esta parte, costuma, muitas vezes, quando lança a bênção a seus netos dizer “a bênção de deus e minha te cubra”, pondo a mão estendida sobre a cabeça depois que lhes acaba de lançar a bênção e faz isso por desastre; e que havia quinze anos mais ou menos que morreu seu dito marido, Heitor Antunes, e que no tempo do nojo da sua morte ela esteve assentada detrás da porta, aconteceu por também por desastre, por acontecer ficar assim desse jeito seu assento; e que havia trinta e cinco anos que estando ela em Sertã, lhe morreu um filho de nome Antão, e depois que morreu, lançou e mandou lançar água fora dos potes, água que estava em casa fora e por nojo de sua morte; esteve os primeiros oito dias sem comer carne, sem saber que estas coisas eram de judia porque as ensinou sua comadre cristã velha, Inês Rodrigues, parteira, viúva, cujo marido foi um carpinteiro, a qual ora já é defunta e, no dito tempo, era muito velha e morava em frente da confessante, na dita Sertã, em Portugal, a qual lhe ensinou isso dizendo ser bom, por isso o fez e cuidando ser isto bom, ensinou também, neste Brasil, as suas filhas dona Leonor, mulher de Henrique Muniz, e Beatriz Antunes, mulher de Bastião de Faria, que na dita Sertã, em Portugal, ouviu e lhe ensinou não sabe quem este modo de juramento “pelo mundo que tem a alma de meu pai, de meu marido ou de meu filho” e que, deste juramento, usa ela, muitas vezes, quando quer afirmar alguma coisa, mas nunca entendeu ser juramento de judeus; e que estando seu filho Nuno Fernandes doente, havia três ou quatro anos, estava ela, por compaixão e muitas vezes, alguns dias sem comer até a véspera; e que havia sete ou oito anos que esteve muito doente em Matoim, onde ela ora é moradora dentro desta capitania, na qual doença chegou a delirar e dizem que falava de santos, mas ela não estava lembrada se nesse tempo falou ou fez alguma

⁴ A Sertã é uma vila portuguesa pertencente ao distrito de Castelo Branco, na província da Beira Baixa, integrando a Região do Centro e sub-região do Médio Tejo.

coisa em ofensa de Deus. Perguntada quem lhe ensinou as ditas coisas, respondeu que: não lembra que outra pessoa alguma as ensinasse, senão somente a dita parteira que dizia ser cristã velha, que a ensinou, na Sertã, há mais de trinta e cinco anos, não lembra a que propósito, nem lhe parece que a ensinou em ruim intenção porque lhe via fazer obras de boa cristã, a qual lhe disse também que era bom colocar água fora quando alguém morria porque lavavam a espada do sangue nela. Perguntada que espada ou que sangue era esse respondeu que: não lembra que a dita parteira lhe declarasse mais. Perguntada se via fazer essas coisas o dito seu marido, respondeu que: não as via fazer, nem ele sabia disso. Perguntada se lhe declarou a dita parteira, quando lhe ensinou estas coisas, quem as tinha ensinado e como veio a descobrir que era judia, respondeu que: não lhe declarou que era judia, nem nada mais e somente lhe ensinou as ditas coisas. Perguntada que idade tinha ela confessante no dito tempo e a dita parteira que lhe ensinou, respondeu que: ela confessante teria então quarenta e cinco anos e que a parteira teria, então, por volta de oitenta e logo pouco tempo depois morreu. Perguntada se ensinou ela às ditas suas filhas mais algumas outras cerimônias judaicas, respondeu que: não. Perguntada quanto tempo havia que ela confessante começou a ser judia e deixara a fé de Nosso Senhor Jesus Cristo, respondeu que: nunca até agora foi judia e sempre até agora teve fé de Nosso Senhor Jesus Cristo, mas que fez as ditas coisas e cerimônias sem intenção alguma de judia, não entendendo, nem sabendo que eram cerimônias judaicas, mas provavelmente as usava por lhe terem ensinado como tem dito. Perguntada quanto tempo havia que ela começou a ensinar as ditas suas filhas que fossem judias e cressem na Lei de Moisés, respondeu que: ela nunca ensinou suas filhas que fossem judias, nem a lei de Moisés, nem ela nunca teve essa lei. Foi admoestada pelo Senhor Visitador com muita caridade que ela use de bom conselho este tempo de graça, que para ela lhe alcançar é necessário fazer confissão inteira e verdadeira nesta mesa e confessar a sua intenção judaica e que confessando ela a sua intenção e toda a verdade interior lhe aproveitaria muito para alcançar o perdão, respondeu que: ela tem dita a verdade e que nunca fez as ditas coisas com ruim intenção, nem com coração de judia, nem de ofender a Deus e nunca cuidou que nas ditas coisas o ofendia. Logo, pelo dito Senhor Visitador, lhe foi dito que estava muito forte a presunção contra ela, de que é judia, vive na lei de Moisés, afastou-se da nossa Santa Fé Católica e que não é possível fazer todas as ditas cerimônias de judeus tão conhecidas, sabidas serem cerimônias dos judeus, como botar água fora quando alguém morre, não comer oito dias de carne no nojo, jurar pelo mundo que tem a alma do defunto, não comer cação, nem raja e pôr a mão na cabeça dos netos quando lhes lançava a benção, tudo isso são cerimônias manifestadamente judaicas que ela não pode negar e, que por isso, fica claro que ela é judia e que as fez como judia. Contudo, ela, confessante, disse e afirmou que nunca fez as ditas coisas com intenção ruim de judia, nem de ofensa a Jesus Cristo, mas que as fez por ignorância como tem dito e não come cação, nem raja fresco porque lhe faz mal e quando punha a mão na cabeça dos netos era por desastre e que de toda a culpa que tem em fazer as ditas coisas exteriores, sem ter a dita intenção ruim interior como tem dito, pede perdão e misericórdia neste tempo da graça e promete segredo pelo juramento que recebeu. Por não saber assinar eu, Notário, a seu rogo, assinei com o Senhor Visitador. Manoel Francisco, Notário do Santo Ofício nesta visitação o escrevi. Confessou mais que quando amortalhavam algum finado, não era bom dar agulha para o coserem na mortalha, nem era bom tirar ramo, nem pedaço fora do lençol em que o amortalharam, mas que havia de fazer com o lençol inteiro; e que não era bom a vassoura com que varriam a casa emprestá-la a nenhuma vizinha para varrer a sua e que ela confessante não se lembra bem se ensinou essas coisas as suas filhas; e prometeu ter segredo. Foi-lhe mandado pelo Senhor Visitador que não saísse desta cidade sem sua licença e assim o prometeu e por não saber assinar eu, Notário, a seu rogo, assinei com o Senhor Visitador. Manoel Francisco, Notário do Santo Ofício nesta visitação o escrevi.

Heitor Furtado de Mendonça
Visitador

Manoel Francisco
Notário

Tipologia documental em um livro manuscrito da Câmara de Santana de Parnaíba (1751-1756)

Ivan Douglas de Souza

Introdução

Por terem desempenhado uma multiplicidade de funções durante o período colonial, as Câmaras de vilas brasileiras produziram enormes quantidades de documentos. Sejam avulsos ou seriados em livros, esses textos refletem a atuação dessa instituição ao longo de séculos. Por esse motivo, estudos filológicos cujos *corpora* resgatam e analisam a produção documental das Câmaras podem representar grande contribuição não só para a Filologia, mas também para a História e para a Linguística, por exemplo.

Tendo em vista a importância da documentação camarária escrita no século XVIII, este estudo, inserido no âmbito da Filologia, tem como objetivo verificar as espécies e os tipos documentais que se encontram em um livro manuscrito lavrado na Câmara da vila de Santana de Parnaíba, atual estado de São Paulo. Muito embora o códice em apreço contenha, em sua capa, uma etiqueta na qual se lê “Livro de Actas”, seu conteúdo é formado por outras espécies e, conseqüentemente, outros tipos documentais.

Para tanto, fundamentamos as análises aqui apresentadas na premissa de que a Filologia seja uma ciência multidisciplinar cujo objetivo é a curadoria de textos históricos (GUMBRECHT, 2003)¹. Assim, dentre as disciplinas que auxiliam as pesquisas filológicas, selecionamos alguns direcionamentos teóricos e metodológicos de duas delas: a Diplomática e a Codicologia. A primeira advoga pela análise dos documentos a partir de camadas de informações, como aquela que abrange seus componentes externos, também denominados físicos, e como a dos componentes internos, ou substantivos. Já a segunda daquelas disciplinas trata justamente de elementos que a Diplomática chama de externos ao documento².

A partir dessas análises, buscamos um entendimento mais detalhado sobre a real configuração de um códice rotulado como “Livro de Actas”. Verificar as espécies e tipos documentais presentes no livro nos possibilita, além de compreender a sua verdadeira utilização na Câmara, levantar hipóteses a respeito de prováveis semelhanças entre diferentes documentos escritos.

¹ Do original: “a configuration of scholarly skills that are geared toward historical text curatorship”.

² Cf. Souza (2020a), no qual também aplicamos os princípios da Codicologia e da Diplomática a outros dois códices de Parnaíba.

1 As Câmaras municipais e sua produção documental

Estudadas por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento humano, as Câmaras Municipais têm sido objeto de grande interesse. Estudos filológicos e históricos, por exemplo, investigam diferentes aspectos dessa instituição.

Partindo-se de leis que regulamentam o seu funcionamento (CORTINES LAXE, 1885) e do conteúdo de documentos produzidos pelas próprias Câmaras, historiadores podem analisar, entre outros aspectos, a atuação de seus oficiais ao longo dos tempos, examinando as causas e consequências da atividade camarária, tanto no âmbito político quanto social (Cf., por exemplo, Fonseca (2016, [2005])). Do ponto de vista da Filologia, a sua produção textual constitui terreno fértil para pesquisas em inúmeras vertentes. Santana de Parnaíba, por exemplo, nos legou códices muito diversificados do ponto de vista documental. Rodrigues (1961) faz um levantamento minucioso de livros relacionados àquela localidade existentes, até aquela data, na seção histórica do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo. O códice mais antigo listado pela pesquisadora abrangeria o período entre 1660 e 1662. Em nossas buscas não localizamos tal livro. No entanto, nos deparamos com um códice ainda mais antigo, cujos documentos datam entre 1640 e 1642, cujo estudo filológico se encontra em Souza (2020b).

Como veremos mais adiante, os textos lavrados como resultado de reuniões dos oficiais das Câmaras podem gerar pesquisas tanto a respeito da materialidade dos documentos quanto acerca de pontos relevantes sobre a história da língua portuguesa, entre outras questões de cunho paleográfico, por exemplo³.

2 Fundamentação teórica: Codicologia e Diplomática

Para realizar este trabalho, aplicamos alguns pressupostos teórico-metodológicos de duas ciências afins ao trabalho filológico: a Codicologia e a Diplomática. De fato, o trânsito entre diferentes áreas do saber, no que se refere às pesquisas em Filologia, não é algo inesperado. Toledo Neto (2020, p. 192, nota 3) postula que “em uma perspectiva filológica estrita, o texto pode ser dividido em três níveis diferentes de exame: o nível material, o nível formal e o nível substancial”. Assim, não é de se espantar que a abordagem das diferentes dimensões de um texto escrito pressuponha a aplicação de ciências ou disciplinas cujos campos de atuação toquem em alguma (ou mais de uma) dessas dimensões.

³ Almada (2014), ao nos mostrar as possibilidades de interdisciplinaridade no trabalho com textos escritos, cita o encontro entre metodologias de diferentes campos de atuação, como a História, a restauração-conservação de documentos e a Codicologia.

Quanto à Codicologia, são poucos os materiais que se dedicam exclusivamente a ela. Digno de nota, pois, é a valiosa *Introducción a la codicología*, de Eliza Ruiz García (2002). Escrito em espanhol, este livro abrange desde as origens dessa disciplina até as suas vertentes mais atuais. Além disso, a autora disponibiliza vasta terminologia aplicável a pesquisas que se dispõem a realizar uma descrição de elementos materiais de seus *corpora*. Se, por um lado, a língua espanhola já desfruta de um manual inteiramente dedicado à Codicologia, por outro, ainda não há publicação equivalente em português. Temos, felizmente, alguns autores que, mesmo transversalmente, abordam essa matéria, como Spina (1977, p. 22-32) e, mais recentemente, Cambraia (2005, p. 28), que, em sua *Introdução à crítica textual*, formata um “Guia básico de descrição codicológica”. Como podemos depreender das palavras do próprio autor, existem limitações que o guia não pode superar por conta das especificidades de cada texto manuscrito cuja materialidade se pretende descrever.

Por sua vez, duas autoras se destacam no campo da Diplomática. Citamos, primeiramente, Luciana Duranti, que publicou uma série de 6 artigos intitulada “Diplomática: novos usos para uma ciência antiga”, no periódico *Archivaria* entre 1989 e 1992. Já no primeiro daqueles, a autora não nos deixa dúvidas sobre o escopo do trabalho. Os textos, como um todo, resgatam as origens da disciplina e apontam para as atuais aplicações de seu repertório teórico-metodológico (DURANTI, 1989). De que temos notícia, apenas o quinto artigo da série foi traduzido para o Português (DURANTI, 2015)⁴. Importantes, também, são os trabalhos da Prof. Dra. Heloísa Liberalli Bellotto, os quais têm sido citados por pesquisadores interessados em questões diplomáticas. Seu manual *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo* (2002) desponta como ferramenta obrigatória para pesquisas cujos objetivos se relacionem com o exame de documentos jurídico-administrativos.

Apresentadas somente as bases do nosso referencial teórico-metodológico, das quais ainda trataremos com mais detalhes nas próximas seções, fica mais uma vez evidente a multidisciplinaridade do trabalho filológico. Por ser complexa a própria definição de Filologia, como já apontaram Silva (2002) e Ximenes (2012), encerramos essa seção com as palavras de Castro (1997, p. 604): “Para designar esse conjunto de disciplinas, e a atitude que impregna o proceder individual de cada uma, não há termo mais apropriado que ‘Filologia’”.

3 Resultados e discussão

⁴ Tradução de Jerusa Gonçalves de Araújo, com revisão de Rosely Curi Rondinelli e Jorge Phelipe Lira de Abreu.

De fato, o códice cujas análises apresentamos neste trabalho já foi descrito em trabalho anterior (SOUZA, 2020c), no qual debatemos as linhas de atuação da Codicologia e propomos um roteiro de descrição codicológica específico para este tipo de livro manuscrito. No caso, a sua descrição codicológica foi dada no que chamamos de *formato conciso ou resumido*. Aqui, resgatamos apenas algumas daquelas informações a respeito de sua trajetória, de sua configuração intrínseca e de seu conteúdo. E, a partir desses dados, discutimos como o estudo diplomático pode decorrer de uma análise codicológica. O referido trabalho traz as seguintes informações:

Custodiado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Contém documentos datados entre 19 de dezembro de 1751 e 09 de dezembro de 1756.** [...] Constituído de material cartáceo originalmente branco, porém amarelado pela ação do tempo. [...] Ainda não se averiguou a data da encadernação. Feita em material duro, na cor marrom, mede 309 mm de altura por 225 mm de largura. **Nela, lê-se “Livro de Actas de 1751 a 1756”.** Ocupando toda a lombada, a qual apresenta 4 nervos, há uma cobertura de papel com a seguinte informação impressa: “Departamento do Arquivo do Estado”. Abaixo desse texto, foi datilografado **“Livro de Atas de Parnaíba 1751-1756”** (SOUZA, 2020c, p. 92, grifos nossos).

Temos, em primeiro lugar, o local de guarda do códice, que se encontra no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Em seguida, vemos o período de utilização do livro, que se estende por cinco anos.

Após essas informações a respeito dos itinerários do códice, são apresentadas algumas características de sua materialidade, como o tipo de suporte e tonalidade de sua superfície. Por fim, encontramos dados acerca de sua encadernação, com a descrição da capa e de etiquetas anexadas, as quais nos informam sobre o *conteúdo* do livro, que se configura, segundo elas, como *uma série de documentos individuais da espécie ata*. Esse é, a nosso ver, o ponto em que a descrição codicológica de livros dessa natureza enseja uma abordagem diplomática do códice, uma vez que o reconhecimento e a análise de espécies e tipos documentais é tarefa da Diplomática. Vejamos como isso ocorre.

Buscando uma descrição codicológica a mais detalhada possível de um livro originalmente em branco, utilizado para o registro de textos, mesmo que seriados, independentes entre si, propomos, no referido trabalho de 2020c, que o pesquisador formate uma lista (ou mais de uma) contendo cada um dos textos que compõem o livro examinado. Assim, deve-se registrar sua localização no códice, seu título e a data de redação. No sentido de ilustrarmos tal procedimento, o quadro a seguir mostra os documentos lavrados apenas no ano de 1752.

Quadro 1 – Documentos lavrados em 1752, apresetes no “Livro de Actas de 1751 a 1756”

Doc	Fólio	Título ou primeiras palavras	Data
1	4v	Termo de vereansa de 6 de Janeiro de 1752	06/jan
2	6r	Termo de vereansa de Janeiro 16 de 1752	16/jan
3	7r	Termo de vereança e Juramento dado aos officiais novoz da Camera que haõ de Servir no anno de 1752	23/jan
4	7v	Termo de vereança de 23 de Janeiro de 1752 annos	23/jan
8	8v	Termo de vereanssa e Juramento dado A Juis ordinario Agostinho Perejra da Sylva aos 25 de Janeiro de 1752	25/jan
9	9r	Termo de vereanssa e juramento dado a vereador de Elejcaõ de barrette Joaõ Martins da Crus	06/fev
10	9v	Termo de vereanssa de 7 de Fevereiro de 1752	07/fev
11	10v	A tempo em o dito autto de Camera estando ainda juntos todos officiais declarados aSima presentes (...)	07/fev
12	11r	Termo de vereanssa de 13 de Fevereiro 1752 annos	13/fev
13	12v	Termo de vereansaõ de 21 de Fevereiro de 1752 annos	21/fev
14	13r	Termo de vereanssa de 26 de Fevereiro de 1752	26/fev
15	14r	Termo de vereança de 22 de Março de 1752 annos	23/mar
16	15r	Termo de vereança de 4 de Abril de 1752 annos	25/abr
17	18r	Termo de Vereanssa aos 6 de Abril de 1752	08/abr
18	20v	Termo de Vereanssa de 16 de Abril de 1752	16/abr
19	21r	Termo de Vereansa de 29 de Abril de 1752	29/abr
20	21v	Termo de vereanca de 8 de Mayo de 1752	08/mai
21	22v	Termo de Vereansa de 15 de Mayo de 1752	15/mai
22	23v	Termo de Vereansa de 2 de Junho de 1752	02/jun
23	25v	Termo de Vereansa de 16 de Junho de 1752	16/jun
24	27r	Termo de vereanca de 26 de Junho de 1752	26/jun
25	28r	Termo de vereanssa e juramento dado ao Almotace Antonio Ferrejra de Almejda	12/jul
26	28v	Termo de Vereansa de 27 de Julho de 1752	27/jul
27	30v	Termo de vereansa de 6 de Agosto de 1752	06/ago
28	32v	Termo de vereanssa de 12 de Agosto de 1752	12/ago
29	33v	E Nella a tempo em auto de Camera estando todos (...)	12/ago
30	34r	Termo de vereanssa de 13 de Agosto de 1752 annos	13/ago
31	35r	Termo de vereanssa de 26 de Agosto de 1752 annos	26/ago
32	35v	Termo de Vereansa de 3 de 7bro de 1752	03/set
33	36v	Termo de vereanca de 8 de 7bro de 1752	08/set
34	37r	Termo de vereansa de 23 de 7bro de 1752 annos	23/set

35	37v	Termo de vereança de 30 7bro de 1752 annos	30/set
36	38r	Termo de vereanssa de 15 de 8bro de 1752	15/out
37	38v	Termo de vereanssa de 21 de 8bro de 1752	21/out
38	39r	Termo de vereansa de primejro de 9bro de 1752 annos	01/nov
39	39v	Nella a tempo requireo o EsCrivaõ (...)	01/nov
40	40v	Termo de vereanssa de 2 de 9bro de 1752	02/nov
41	41r	Termo de vereanssa de 15 de 9bro de 1752	15/nov
42	41v	Termo de vereanssa de 15 de 9bro de 1752	23/nov
43	42v	Termo de vereansa e abertura do pellouro pera Servir aos offiSiais do anno de 1753	30/nov
44	44r	Termo de vereanssa de 8 de Dezembro de 1752	08/dez
45	45r	Termo de vereanssa de 10 de Dezembro de 1752	10/dez
46	46v	Termo de vereança de 19 de Dezembro de 1752 annos	19/dez
47	47r	Termo de Retificação de fiança de Alcaide Manoel Goncalves Costa que deo em 25 de 8bro de 1749 no livro das vereanssas a folhas 136	19/dez
48	47v	Termo de vereanssa de 25 de Dezembro de 1752	25/dez

Fonte: Elaboração própria

Com essa listagem, podemos perceber que existe uma divergência entre a informação contida nas etiquetas coladas na capa do livro e o seu real conteúdo. Dos 48 textos encontrados, 45 contêm título, no qual, em todas as suas ocorrências, foi empregada a denominação de espécie documental *termo*. Logo, com o intuito de dirimir essa divergência entre etiquetas e conteúdo, surgida durante a análise codicológica, o filólogo deverá acessar o repertório teórico-metodológico da Diplomática.

Segundo Bellotto (2002, p. 24), documentos de arquivo são reconhecidos pela Diplomática a partir de dois pólos: um deles engloba os *elementos externos*, os quais também podem ser chamados de *extrínsecos*, *físicos*, *formais* ou *de estrutura*; o outro pólo abarca os *elementos internos*, também denominados *intrínsecos* ou *substanciais*⁵. Entre esses pólos, se localizam os *elementos intermediários*:

A relação matéria-conteúdo ou, em outras palavras, a relação suporte-informação necessita do elemento intermediário: em primeiro lugar, a espécie, o seu veículo redacional adequado, redigido e formatado de maneira que torne válido e credível o seu conteúdo; em segundo lugar, o tipo, isto é, a espécie “carregada” da função que lhe cabe [...] (BELLOTTO, 2002, p. 26-27, grifos da autora).

⁵ Entre os elementos físicos, Bellotto coloca o suporte (papiro, pergaminho, papel, filme etc.) como item a ser descrito nas suas mais diversas propriedades. Complementarmente, entre os elementos substanciais, a autora aponta.

Pelo exposto, compreendemos que, no que tange ao códice que analisamos aqui, as etiquetas coladas à sua capa identificam a *espécie* dos documentos que o livro contém (atas). No entanto, a listagem dos textos, prevista pela descrição codicológica, vai além da espécie, pois apresenta os títulos dos documentos, os quais deixam transparente, na sua maioria, o *tipo* documental (termo de vereança).

Considerando os elementos constitutivos dos documentos, pelo ponto de vista da Diplomática⁶, vemos que a divergência entre as etiquetas e o conteúdo do livro pode uma identificação imprecisa de componentes intermediários dos textos presentes no códice, a saber, a sua espécie e, conseqüentemente, o seu tipo. Assim, na descrição codicológica de um livro composto de documentos seriados independentes, o pesquisador poderá apresentar o que chamamos, neste trabalho, de *perfil documental* do códice, que é o conjunto de documentos para os quais ele serve de suporte.

Chegamos, portanto, às espécies e, como aponta o título deste capítulo, à tipologia documental dos textos encontrados no “Livro de Actas de 1751 a 1756”, escrito na Câmara da vila de Santana de Parnaíba. Os resultados foram obtidos por meio do exame de todos os documentos contidos no códice, os quais totalizam 182⁷. Primeiramente, separamos os textos em dois grupos. De um lado, contabilizamos os documentos que apresentam título. Isso se deve ao fato de que é possível acessar, já nesta parte do documento e de forma direta e indubitável, tanto sua espécie quanto seu tipo. De outro, situamos os documentos sem título, pois a identificação da sua espécie e tipo ocorre em outras partes do texto.

Tabela 1 – Presença ou ausência de título nos documentos

Documentos	Total
Com título	164
Sem título	18
Total	182

Fonte: Elaboração própria

⁶ Bellotto (2002, p. 31) trata, ainda, dos elementos de utilização. São eles: o uso primário e o uso secundário, referentes, respectivamente, à sua fase de utilização inicial, inerente à sua própria criação, e à sua qualidade informativa. Assim, um documento pertencente a um processo ainda em vigência encontra-se em seu uso primário, enquanto um outro, arquivado, cujo processo já se encerrou, está em seu uso secundário.

⁷ Essa contagem não engloba os termos de abertura e de encerramento, assim como não contabiliza documentos produzidos por autoridades exteriores à Câmara, como vistos de correição, por exemplo.

Num primeiro momento, vemos que 164 documentos, os quais representam 90% do total, contêm título. Assim, é possível identificar a espécie documental desse grupo inicial.

Tabela 2 – Espécies dos documentos com título

Espécie	Ocorrências
Termo	162
Traslado	2
Total	164

Fonte: Elaboração própria

A tabela 2 acima mostra que a espécie documental *termo* é a mais frequente no “Livro de Actas de 1751 a 1756”. As 162 de suas ocorrências representam 99% do total. Além deles, encontramos dois traslados. Complementarmente, podemos afirmar que todos os 18 documentos sem título também se caracterizam como *termos*. Assim, temos as espécies dos 182 documentos do referido livro.

Tabela 4 – Espécies documentais no “Livro de Actas de 1751 a 1756”

Espécie	Total
Termo	180
Traslado	2
Total	182

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 4 acima, vemos que os *termos* somam 180 documentos, o que corresponde a 99% do total. Os *traslados*, por sua vez, são 2, o que representa 1% dos textos.

Após verificarmos as espécies encontradas no códice examinado neste trabalho, podemos listar os tipos documentais. Seguimos a mesma metodologia utilizada na contagem das espécies. Ou seja, primeiramente, elencamos os tipos dos documentos que possuem título.

Tabela 5 – Tipos de documentos com título

Espécies	Tipos	Ocorrências
Termo de	Vereança	117

	Divergente ⁸	13
	Vereança e juramento	10
	Juramento	4
	Equivalente	3
	Vereança e abertura de pelouro	3
	Entrega do cartório	3
	Fiança	2
	Vereança e correição	1
	Vereança e feitura de juízes	1
	Juramento e posse	1
	Vereança e eleição	1
	Vereança para correição	1
	Vereança, juramento e posse	1
	Posse e juramento do cartório	1
Traslado de	escritura	2
Total		164

Fonte: Elaboração própria

Entre os 164 documentos com título, encontramos 16 tipologias diferentes. O tipo mais frequente é o *termo de vereança*. Os escrivães utilizam esse título em 117 documentos. Isso representa 71% do total. Somam-se a eles outros 47 documentos, ou seja, 29% do total, divididos nas 15 tipologias restantes.

Passamos, agora, aos 18 termos que não possuem título. A tabela 6 abaixo mostra a tipologia documental desses textos.

Tabela 6 – Tipologia dos termos sem título

Tipo	Ocorrências
Vereança	14
Juramento e posse	1
Juramento	1
Requerimento, posse e juramento	1

⁸ Neste trabalho, o vocábulo *divergente* é empregado para documento que apresentam ao menos duas designações tipológicas diferentes entre si, uma delas ocorrendo no título do documento e outra aparecendo no seu escatocolo.

Requerimento	1
Total	18

Fonte: Elaboração própria

Os termos sem título dividem em 5 tipologias distintas, com prevalência do *termo de vereança*, que conta 14 ocorrências. Esse valor representa 78% desses documentos.

Finalmente, podemos traçar o perfil documental do “Livro de Actas de 1751 a 1756”, códice originalmente em branco, utilizado na Câmara da vila de Santana de Parnaíba. Chegamos a esse delineamento por meio da análise diplomática do conjunto de seus 181 documentos.

Tabela 7 – Perfil documental do “Livro de Actas de 1751 a 1756”

Espécie	Tipo	Total
Termo de	Vereança	131
	Divergente	13
	Vereança e juramento	10
	Juramento	5
	Equivalente	3
	Entrega do cartório	3
	Vereança e abertura de pelouro	3
	Juramento e posse	2
	Fiança	2
	Vereança e eleição	1
	Vereança e correição	1
	Vereança e feitura de juízes	1
	Vereança para correição	1
	Posse e juramento do cartório	1
	Vereança, juramento e posse	1
Requerimento	1	
Requerimento, posse e juramento	1	
Traslado de	escritura	2
Total de documentos		182

Fonte: Elaboração própria

Considerações finais

Este trabalho traz a lume mais uma etapa de nossa caminhada na Pós-Graduação dentro da Universidade de São Paulo. Após o Exame de Qualificação, do qual participaram a Profa. Dra. Renata Ferreira Munhoz e o Prof. Dr. Phablo Roberto Marchis Fachin, avançamos nas análises concernentes a diferentes aspectos de códices provenientes de Santana de Parnaíba.

Aqui, selecionamos um livro manuscrito datado entre 1751 e 1756 para a aplicação de propostas teórico-metodológicas da Codicologia e da Diplomática com o intuito de ilustrarmos uma das possibilidades de diálogo entre essas duas ciências afins ao labor filológico. Como resultado, a descrição de elementos materiais do referido códice conduz ao delineamento do seu perfil documental. Buscaremos, com o decorrer da pesquisa, solucionar as razões pelas quais ocorre tal divergência entre a informação que se encontra na etiqueta afixada à capa do códice, na qual lemos *atas*, e o seu verdadeiro conteúdo, constituído, majoritariamente de *termos*, fato que se repete em outros livros do mesmo período.

Os dados obtidos com essas análises reafirmam o caráter multidisciplinar da Filologia pois indicam caminhos para uma harmônica congregação de diferentes campos do conhecimento. Além disso, contribuem com as pesquisas filológicas na medida em que vasculham diferentes níveis dos testemunhos examinados.

Referências bibliográficas

- ALMADA, Márcia. Cultura escrita e materialidade: possibilidades interdisciplinares de pesquisa. **Pós: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, v. 4, n. 8, p. 134 - 147, 28 nov. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15485/12341>. Acesso em: 22 set. 2020.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto Como fazer, 8).
- CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à Crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CASTRO, Ivo. Filologia. **Biblos**. Enciclopédia Verbo das literaturas de língua portuguesa. Lisboa: Verbo, 1997. vol. II.
- CORTINES LAXE, João Baptista. **Regimento das Câmaras Municipais ou Lei de 1º de outubro de 1828**. 2. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier - Livreiro-editor, 1885.

- DURANTI, Luciana. Diplomatics: New Uses for an Old Science. *Archivaria*, 28, summer 1989. p. 7-27. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11567/12513>. Acesso em: 22 set. 2020.
- DURANTI, L. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência (parte v). *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, v. 28, n. 1, p. 196-215, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/43320>. Acesso em: 22 set. 2020.
- FONSECA, Teresa. O funcionalismo camarário no Antigo Regime. Sociologia e práticas administrativas. In: CUNHA, Mafalda Soares da & FONSECA, Teresa. (Orgs.) **Os municípios no Portugal moderno** - Dos forais manuelinos às reformas liberais. Évora: Publicações do Cidehus/Edições Colibri, 2016 [2005]. p. 73-86. Disponível em: <https://books.openedition.org/cidehus/1112>. Acesso em: 22 set. 2020.
- GARCÍA, Elisa Ruiz. **Introducción a la codicología**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2002.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *The powers of philology: dynamics of textual scholarship*. Champaign: University of Illinois Press, 2003.
- RODRIGUES, Maria Regina da Cunha. Relação de 134 códices valiosos para uma eventual histórica local de Santana do Parnaíba. *Revista de História*, Nº 48 - 4º trimestre de 1961. p. 379-392. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121542/118429>. Acesso em: 28 set. 2020.
- SILVA, Maximiano de Carvalho e. A palavra *filologia* e as suas diversas acepções: os problemas da polifonia. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 23, 1º semestre de 2002. p. 51-70.
- SPINA, Segismundo. **Introdução à Edótica**: Crítica textual. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.
- SOUZA, Ivan Douglas de. Estudo codicológico-diplomático de livros manuscritos de Santana de Parnaíba (SÉC. XVIII). In: VICENTE, Renata Barbosa & DEFENDI, Cristina Lopomo. **Estudos de linguagem em perspectiva**: caminhos da interculturalidade. Pernambuco: UFRPE, 2020a. p. 6396-6403. Disponível em: <http://sites-mitte.com.br/anais/simelp/resumos/PDF-trab-0686-1.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020a.
- SOUZA, Ivan Douglas de. Estudo filológico de um livro manuscrito da Câmara da vila de Santana de Parnaíba (1640-1642). In: VICENTE, Renata Barbosa & DEFENDI, Cristina Lopomo. **Estudos de linguagem em perspectiva**: caminhos da interculturalidade. Pernambuco: UFRPE, 2020b. p. 649-6506. Disponível em: <http://sites-mitte.com.br/anais/simelp/resumos/PDF-trab-0686-2.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020b.
- SOUZA, Ivan Douglas de. Livros da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba (sécs. XVII e XVIII): estudo codicológico. In: FACHIN, Phablo Roberto Marchis & MONTE, Vanessa Martins do (Orgs.).

Pesquisas em andamento: Caminhos pela Filologia e História e Historiografia do Português. São Paulo: FFLCH, 2020c. p. 78-95. DOI: 10.11606/9786587621104.

TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. Um caminho de retorno como base: proposta de normas de transcrição para textos manuscritos do passado. **Travessias Interativas**, São Cristóvão (SE), n. 20 (Vol. 10), p. 192–208, jan-jun/2020.

XIMENES, Expedito Eloísio. Filologia: uma ciência antiga e uma polêmica eterna. **Revista Philologus**, Ano 18, N° 52. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr. 2012.

Atas de Jundiá de 1732 a 1744: descrição preliminar

Kathlin Carla de Moraes

Introdução

Sobre os estudos realizados com manuscritos de variados séculos e tipologias textuais, não é raro nos depararmos com minuciosa descrição codicológica, paleográfica e diplomática. Porém, nem sempre a importância desse detalhamento é facilmente percebida por estudantes novatos no ramo da Filologia e profissionais de outras áreas, como História, Demografia, Geografia etc.

A relevância supracitada se deve ao fato de que, comparado com outros países, pode-se dizer que o Brasil é uma nação 'nova', e pouquíssima documentação foi trabalhada filologicamente. Assim, ao elencar pormenorizadamente os aspectos paleográficos, codicológicos e diplomáticos de um determinado manuscrito, o filólogo ajuda a: (a) identificar suas características prototípicas, (b) entender a aplicação desses padrões, (c) estabelecer sua confiabilidade e fidedignidade, (d) fornecer informação sobre seu contexto de produção, (e) proporcionar conhecimento sobre o uso do documento em sua época, (f) indicar como se deu os modos de conservação desse texto ao longo do tempo e como pode ser feito posteriormente; e (g) definir o perfil do manuscrito em questão em seu século (o que pode ser feito em comparação a outros manuscritos de mesma tipologia e século).

Assim, pensando na importância do reconhecimento e registro de características codicológicas, paleográficas e diplomáticas de manuscritos de diferentes séculos e tipologias textuais, o objetivo do presente trabalho é descrever as particularidades do códice *Atas de Jundiá de 1732 a 1744* nesses quesitos.

Nas próximas páginas encontram-se: uma sessão com a descrição da fundação de Jundiá e seu desenvolvimento até o século XVIII para que o leitor compreenda o pano de fundo da produção das *Atas de Jundiá de 1732 a 1744*. Em seguida, sessões individuais que abordam os aspectos codicológicos, paleográficos e diplomáticos do códice em questão. Por fim, as Considerações Finais, as Referências Bibliográficas e o Anexo, com o fac-símile e a transcrição de uma ata.

1 Jundiaí: breve contextualização histórica

Contextualizar Jundiaí, interior do estado de São Paulo, local onde as *Atas de 1732 a 1744* foram produzidas e estão arquivadas hodiernamente, é tarefa importante, pois auxilia o leitor do presente trabalho a compreender as peculiaridades do manuscrito e em que contexto e com qual finalidade o códice foi lavrado.

Sobre o início da região de Jundiaí¹, de acordo com Abreu (1982) e Petrone (1969), durante o século XVII, os bandeirantes criaram pontos para o descanso nas várias trilhas originalmente abertas pelos indígenas nas matas. Com o tempo, os pontos de descanso acabaram por virar pequenos povoados, tendo em vista sua formação em locais estratégicos da paisagem, ou seja, próximos aos cursos dos rios, o que proporcionava abundância de água, solos bons e férteis, facilidade de circulação de pessoas e mercadorias. Além disso, por ser uma região pouco explorada até então, havia a "disponibilidade de mão-de-obra indígena", que poderia ser usada para as atividades agrícolas, considerando que a importação de escravizados africanos não estava ao alcance econômico da maioria dos proprietários paulistas (MORALES, 2000). É exatamente dessa forma que os estudiosos indicam ser o início de Jundiaí².

Sendo um ponto bem definido na região, com provável grande número de circulação de pessoas e transações comerciais, a região de Jundiaí passou a ser controlada econômica e politicamente pela coroa portuguesa por meio da câmara no ano de 1655, com sua elevação à categoria administrativa de vila³.

Uma vez instalada, a câmara tendia a seguir a rotina administrativa existente em Portugal, elaborando uma lista de documentos como Atas, Cartas de Datas, registro da Caixa dos órfãos, etc.⁴, com a função de registrar as rotinas do lugar. Assim, essa prática de lavrar documentos reconhecidos como oficiais na região é mantida também durante o século XVIII e é nesse contexto que se inserem as *Atas de Jundiaí de 1732 a 1744*.

Sobre essa espécie documental, de acordo com Bellotto (2002: 46), o registro documental *Ata* pode ser compreendido como um documento da esfera diplomática, com teor testemunhal, cujo objetivo é registrar as ocorrências, bem como as decisões tomadas em uma sessão, reunião, assembleia, sendo, majoritariamente, lavrada em livro específico. Sobre o caso

¹ As cidades de Jundiaí, Campinas, Várzea Paulista, Valinhos, Vinhedo, entre outras, fazem parte da região mencionada.

² Para mais informações, cf. Morais (2018), Makino (1981), Mazzuia (1979,1976).

³ Para mais informações sobre o processo de elevação à vila pela qual a região de Jundiaí passou e seus desdobramentos, cf. Morais (2018).

⁴ Os códices do século XVII estão no Centro de Memórias de Jundiaí (CMJ) e são eles: Cartas de Datas de Jundiaí de 1657 (MORAIS, 2018) e as Atas da Câmara de Jundiaí de 1663 a 1669 (MORAIS, 2014).

específico de Jundiá no século XVIII, o assunto mais comum é o juramento dos santos evangelhos, nomeação de novos oficiais da câmara, pagamento de licenças e multas, estabelecimento do preço de artigos alimentares como feijão, farinha e aguardente.

2 Atas de Jundiá de 1732 a 1744: descrição codicológica, paleográfica e diplomática preliminar

A descrição das características codicológicas, paleográficas e diplomáticas aqui apresentadas é preliminar, considerando o estágio de minha pesquisa de doutorado, isto é, estou finalizando as transcrições e iniciando o processo de revisão, de modo que ainda não reuni de maneira sistemática todas as características que o documento pode evidenciar quando estudado de maneira minuciosa. Dessa forma, as informações que trago são aquelas facilmente identificáveis ou que de algum modo saltam aos olhos.

2.1 Codicologia

Para o presente trabalho, tomo como definição de Codicologia aquela usada por Dain (1975, *apud* CAMBRAIA 2005:26) que aponta que, de maneira geral, essa ciência se dedica às propriedades materiais dos documentos, como o tipo de tinta e papel usados em sua elaboração, além de fazer referência à história do manuscrito, o caminho percorrido até sua localização atual e sua forma de catalogação.

2.1.1 O Acervo – Centro de Memória de Jundiá

O códice *Atas de Jundiá de 1732 a 1744* está depositado no Centro de Memória de Jundiá (CMJ), o qual conta com documentação manuscrita, iconográfica, impressa, sonora e multimídia de diversos momentos da história da cidade, sendo o mais antigo o caderno de *Cartas de Datas de 1657* (MORAIS: 2018).

Arquivado sob a categoria de Administração Pública Municipal de Jundiá, os manuscritos aqui sob análise não estão classificados em um catálogo com número ou código que possa ser utilizado para sua referência, de modo que o nome *Atas de Jundiá de 1732 a 1744* foi escolhido por mim e é usado ao longo de todo o trabalho desenvolvido.

Quanto à infraestrutura do CMJ, que hoje está estabelecido no Complexo Fepasa⁵, pude observar que o local conta com uma sala para consulta dos originais, que são trazidos por um

⁵ O Complexo Fepasa está situado nas antigas oficinas ferroviárias da Companhia Paulista de estradas de ferro.

funcionário do local e podem ser manuseados mediante o uso de luvas e máscaras. Não tive acesso à sala em que os códices ficam guardados, ainda que eu o tenha solicitado. Planejo em visitas futuras explicar a importância desse conhecimento para que eu possa aventar hipóteses de como o manuscrito se mantém em excelente estado de conservação, mesmo tendo tantos séculos, ainda que eu já tenha indícios de que o papel de trapo, material usado nesses manuscritos e cujos detalhes descrevo a seguir, tem papel fundamental nas condições atuais de sua preservação.

Os fac-símiles, base da presente pesquisa, foram cedidos em formato JPG pelo acervo e, pelas informações recebidas, a digitalização em modalidade fotografia digital em alta resolução foi realizada pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, num processo que envolveu fotografar todos os manuscritos do tipo 'ata' no final do ano de 2015.

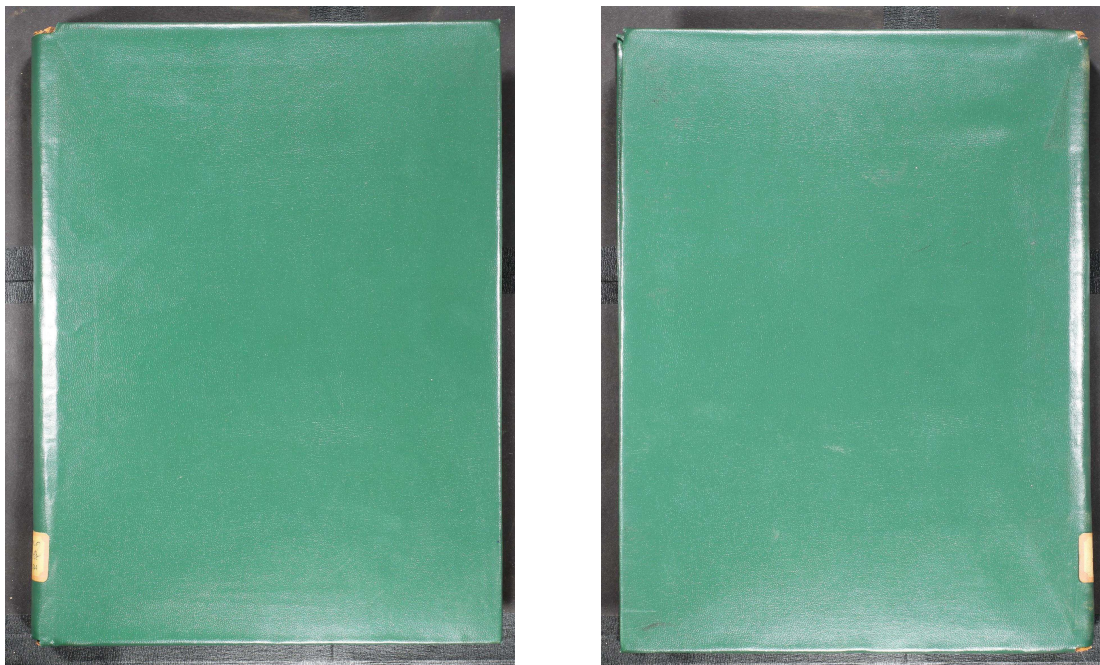
2.1.2 Aspectos Codicológicos

O códice aqui estudado é composto por 148 fólios, recto e verso no total. Desses, 146 contêm as Atas da Câmara de Jundiá, datadas de 09/08/1732 a 30/07/1744, e os outros dois estão em branco. Quando de sua produção, os manuscritos foram costurados e envoltos em uma capa, que parece ser de couro, na cor marrom e, por cima, provavelmente para sua proteção, colocou-se contemporaneamente uma capa de plástico verde. Tais características podem ser observadas pelas Figuras 1, 2 e 3 a seguir.

Figura 1: Detalhe da encadernação marrom



Fonte: Fac-símile *Atas de Jundiá de 1732 a 1744*

Figuras 2 e 3: Detalhe da capa da frente e capa do verso encapadas com plástico verde**Fonte: Fac-símiles *Atas de Jundiá de 1732 a 1744***

Sobre os materiais usados para a produção do códice, temos o papel de trapo e a tinta ferrogálica⁶, dois componentes muito comuns para o século XVIII. Acerca do primeiro elemento, ele era importado da Europa e tinha como base os trapos (roupas) de linho, cânhamo e algodão, que depois de selecionados, lavados e macerados se transformavam numa pasta amarelada, que era colocada em moldes, formando a folha de papel. A tinta empregada no códice sob análise era composta de uma solução de água, vinho ou vinagre, goma arábica, e noz de galha, responsáveis pelo aspecto aquoso da mistura, a fixação da tinta no papel e sua cor escurecida, respectivamente.

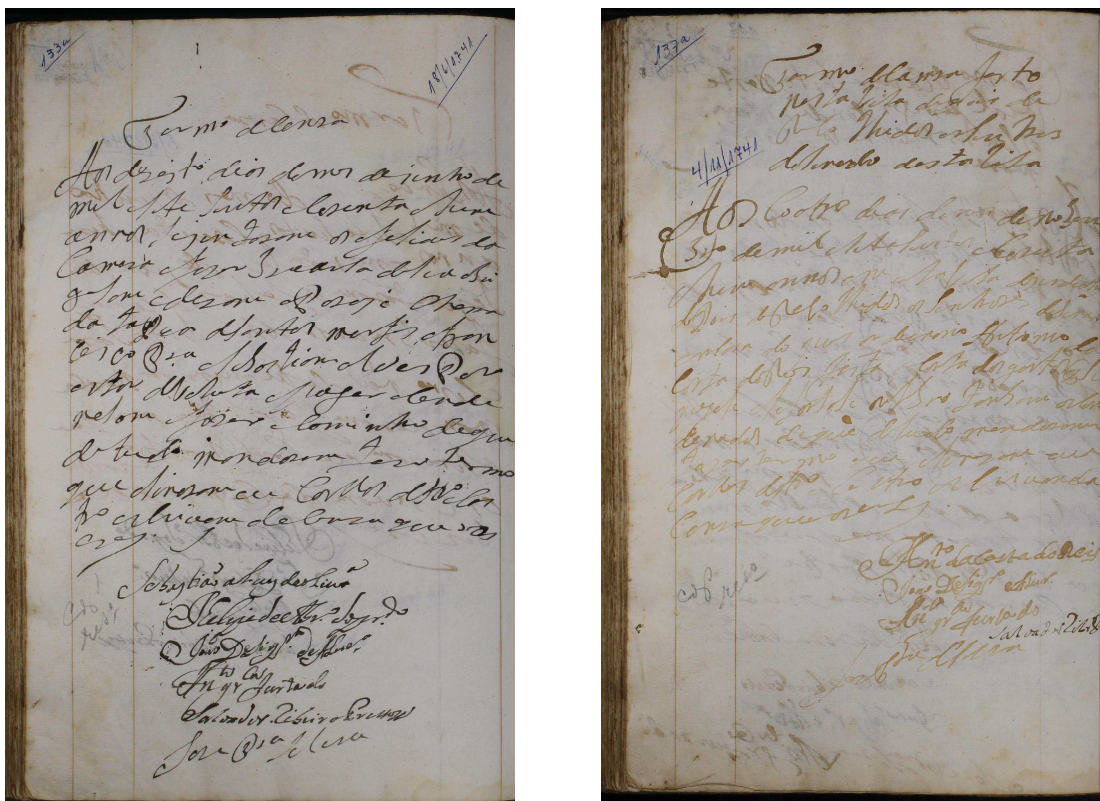
Quanto ao papel consumido nas *Atas de Jundiá de 1732 a 1744*, ele é constituído de fibras longas, de acordo com o material usado como base, e por isso possui como característica inerente maior resistência e durabilidade quando comparado ao papel dos dias atuais, e essa é uma das possíveis explicações para a condição em que o material está atualmente. Ademais, o códice não sofreu danos de agentes externos, como traças, cupins e brocas.

Sobre a tinta, observa-se variação de cor do pigmento, o que pode ser explicado por maior diluição da mistura no momento de seu preparo ou mesmo seu esmaecimento, tendo em

⁶ Para informações detalhadas sobre o processo de fabricação do papel de trapo e da tinta ferrogálica, cf. Morais (2018: 57)

vista seu caráter ácido, o que colabora com o fenômeno⁷. Essas características podem ser vistas nas Figuras 4 e 5 adiante.

Figuras 4 e 5: Tinta ferrogálica mais escura e mais clara

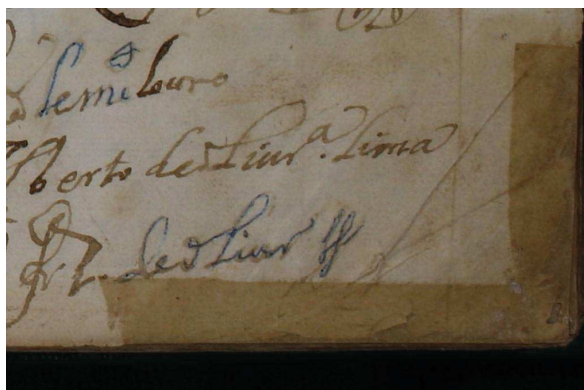


Fonte: Fac-símile Atas de Jundiá de 1732 a 1744

Outro aspecto referente à caracterização dos documentos concerne às manchas escurecidas nas extremidades dos manuscritos, como na Figura 6 adiante. Desde o início de minhas pesquisas, 2012, tem sido afirmado pelos responsáveis do CMJ que uma grande parte do acervo passou por restauro nos anos 50 do século passado, mas não há registros dos procedimentos, nem quem solicitou ou mesmo o fez. Por isso, avento a hipótese de que essas manchas possam ser de papel japonês, comumente empregado nos processos ao qual o códice pode ter sido submetido.

⁷ Pode-se também pensar que o esmaecimento da tinta se deu por incidência de raios solares, já que o códice participa de exposições para o público, mas essa não é uma hipótese que pode ser confirmada somente pela observação do códice aqui estudado.

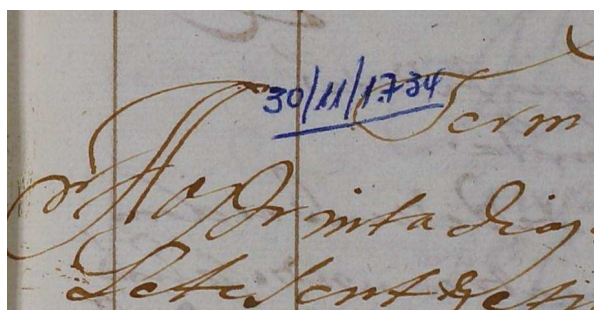
Figura 6: Detalhe de manchas escurecidas nas extremidades do manuscrito



Fonte: Fac-símile *Atas de Jundiá de 1732 a 1744*

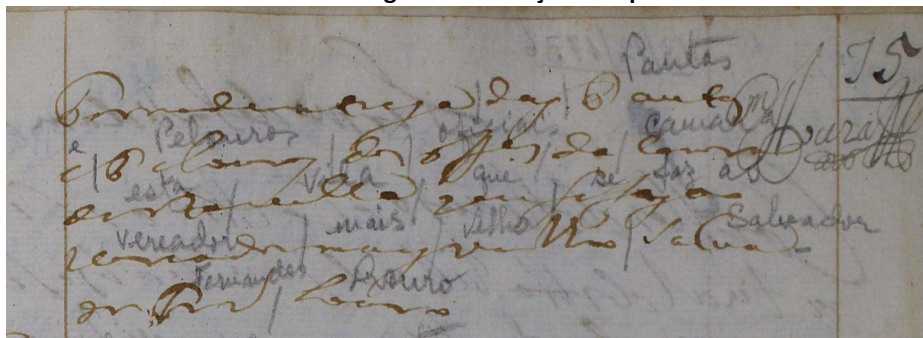
Sobre intervenções no caderno de *Atas de Jundiá de 1732 a 1744*, tem-se, ainda, inúmeras anotações feitas de caneta esferográfica azul e a lápis. Não é possível, no entanto, precisar a data em que essas inserções posteriores foram feitas e nem o porquê. Essas inscrições se referem à data original da ata, e detalhes considerados importantes. É significativo salientar que tais comentários atrapalham excessivamente o labor filológico, pois influenciam na leitura e, muitas vezes, são feitos por cima da escrita original, como demonstrado pelas Figuras 7 e 8 abaixo.

Figura 7: Anotação da data original da ata feita à caneta



Fonte: Fac-símile *Atas de Jundiá de 1732 a 1744*

Figura 8: Anotações à lápis



Fonte: Fac-símile *Atas de Jundiá de 1732 a 1744*

2.2 Paleografia

Com relação à Paleografia, adoto aqui as ideias de Berwanger & Leal (2008: 15), que afirmam que a Paleografia se relaciona ao “*estudo da escrita antiga, conforme a etimologia grega da palavra: paleos (antiga) + graphien (escrita)*”. Dessa forma, essa ciência se ocupa da compreensão e da descrição das características extrínsecas de documentos manuscritos, viabilizando “*sua leitura e transcrição, além da determinação de sua data e origem*” (op. cit., p.16). Nesse sentido, a descrição paleográfica de um documento abrange, frequentemente, o reconhecimento de letras, a união ou separação de palavras, a paragrafação, as abreviaturas utilizadas pelo escriba, o uso de elementos não alfabéticos, como números, sinais de pontuação e acentuação, além da identificação do tipo e período da escrita.

Sem pretender esgotar a descrição de todos os elementos, pois como já mencionado, trata-se de um trabalho preliminar, tendo em vista os aspectos elencados por de Berwanger & Leal (2008), apresento as seguintes informações sobre o códice analisado: (a) local e data de escrita, (b) tipo de letra e os responsáveis por lavrar os documentos, (c) abreviaturas usadas, (d) presença de elementos não alfabéticos.

2.2.1 Local e data de escrita

O local em que o códice *Atas de Jundiá de 1732 a 1744* foi lavrado é a própria vila, nos anos indicados, e pelas informações retiradas do manuscrito, as reuniões e produção do manuscrito eram feitas na casa do juiz ordinário, como indica o exemplo a seguir:

(1) em Casa do do juis ordinario joaõ Luis de/ Souza afazerem manda desua (Fl. 1v - Anexo)

2.2.2 Tipo de Letra e Escrivães

A letra usada para a elaboração do códice é a humanística, porém não regular, uma vez que o documento é produzido por sete escrivães⁸: João Luis de Souza, Carlos de Araújo e Castro, Ignácio de Almeida, Joseph Ribeiro de Siqueira, José Preto Cardoso, João de Carvalho, Isidoro Pinto de Godoy.

No Quadro 1, abaixo, apresento a relação entre escrivão e quantidade de atas lavradas durante o período em que exerceu essa função na câmara de Jundiaí. Pelos dados apresentados, observa-se que Carlos Araújo de Castro é o escrivão que mais produz documentos nesse códice (166 no total), ao passo que João Luis de Souza, Joseph Ribeiro de Siqueira e João de Carvalho somente produziram uma ata cada um deles.

Quadro 01: Relação de período, escrivão e quantidade de atas que cada um produziu no códice Atas de Jundiaí de 1732 a 1744

Período	Escrivão	Quantidade de Atas no Período
09/08/1732	João Luis de Souza	01 ata
16/08/1732 a 15/09/1732	Carlos de Araújo e Castro	03 atas
12/10/1732 a 06/01/1736	Ignácio de Almeida	96 atas
06/01/1736	Joseph Ribeiro de Siqueira	01 ata
16/01/1736 a 02/03/1737	Carlos de Araújo e Castro	33 atas
06/03/1737 a 04/05/1737	José Preto Cardoso	11 atas
25/05/1737 a 19/01/1742	Carlos de Araújo Castro	130 atas
Janeiro de 1743	João de Carvalho	01 ata
27/07/1744 a 30/07/1744	Isidoro Pinto de Godoy	02 atas

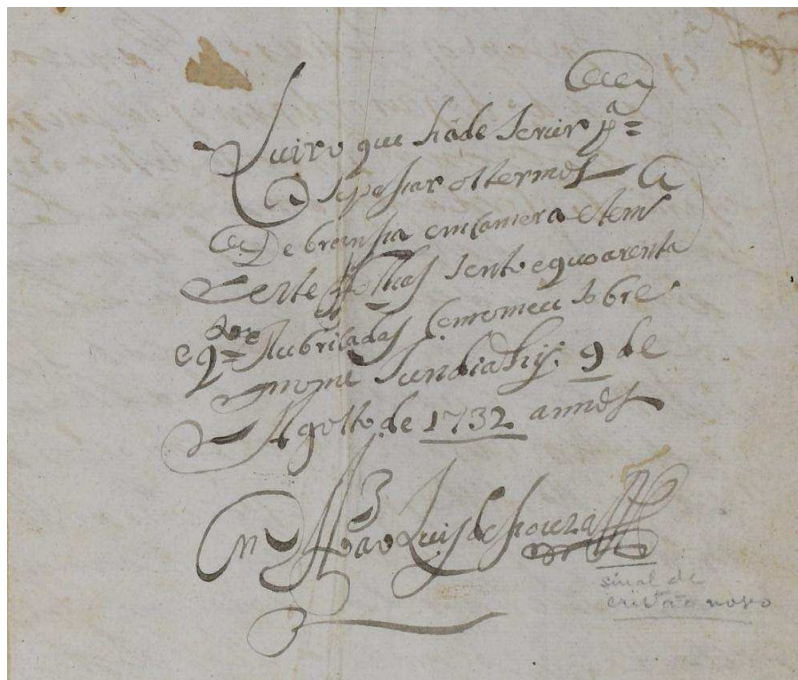
Fonte: Elaboração própria - Atas de Jundiaí de 1732 a 1744

⁸ Opto neste trabalho por usar a escrita dos nomes dos escrivães de acordo com a ortografia atual para facilitar a leitura.

É relevante apontar que a produção de uma única ata pelos escrivães João Luis de Souza, Joseph Ribeiro de Siqueira e João de Carvalho torna o labor filológico mais desafiador, uma vez que não há outros exemplares para que se faça uma comparação. Desse modo, a transcrição desses fólhos se mostra um exercício de paciência, cuidado e persistência, como acontece com outros tipos de textos, como cartas pessoais, que contam somente com um exemplar.

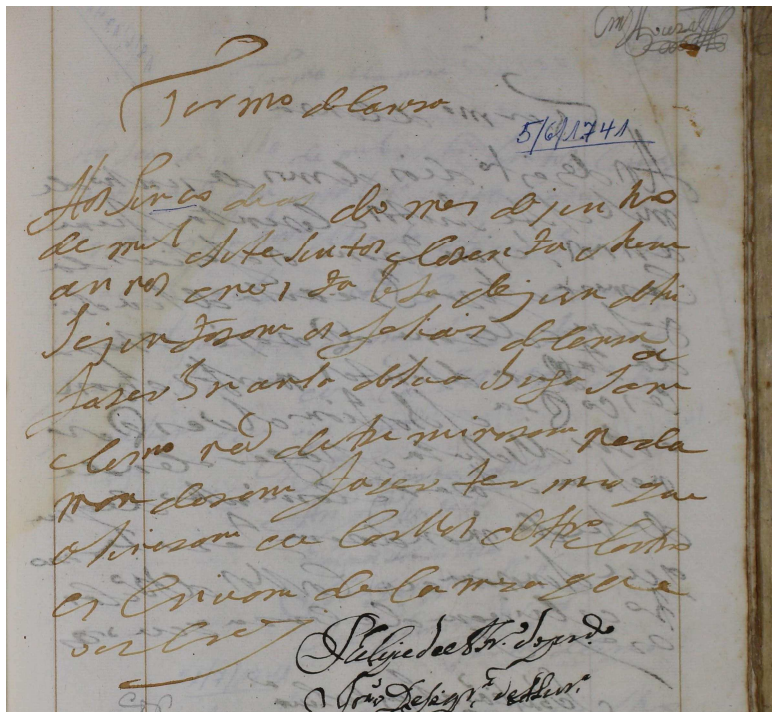
A seguir, apresento um exemplo de ata produzida por cada escrivão.

Figura 09: Letra do escrivão João Luis de Souza



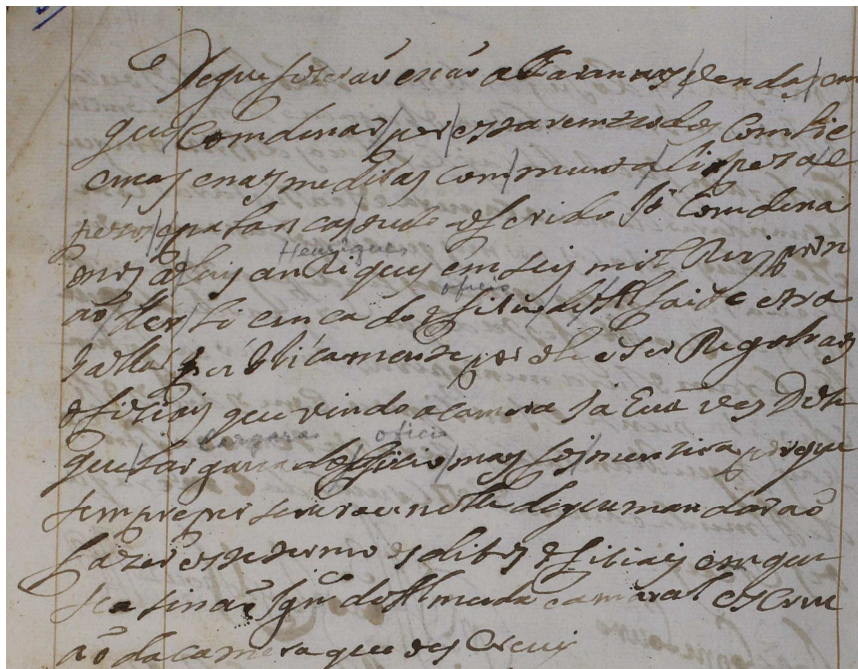
Fonte: Fac-símile Atas de Jundiaí de 1732 a 1744

Figura 10: Letra do escrivão Carlos Araújo de Castro



Fonte: Fac-símile Atas de Jundiá de 1732 a 1744

Figura 11: Letra do escrivão Ignácio de Almeida



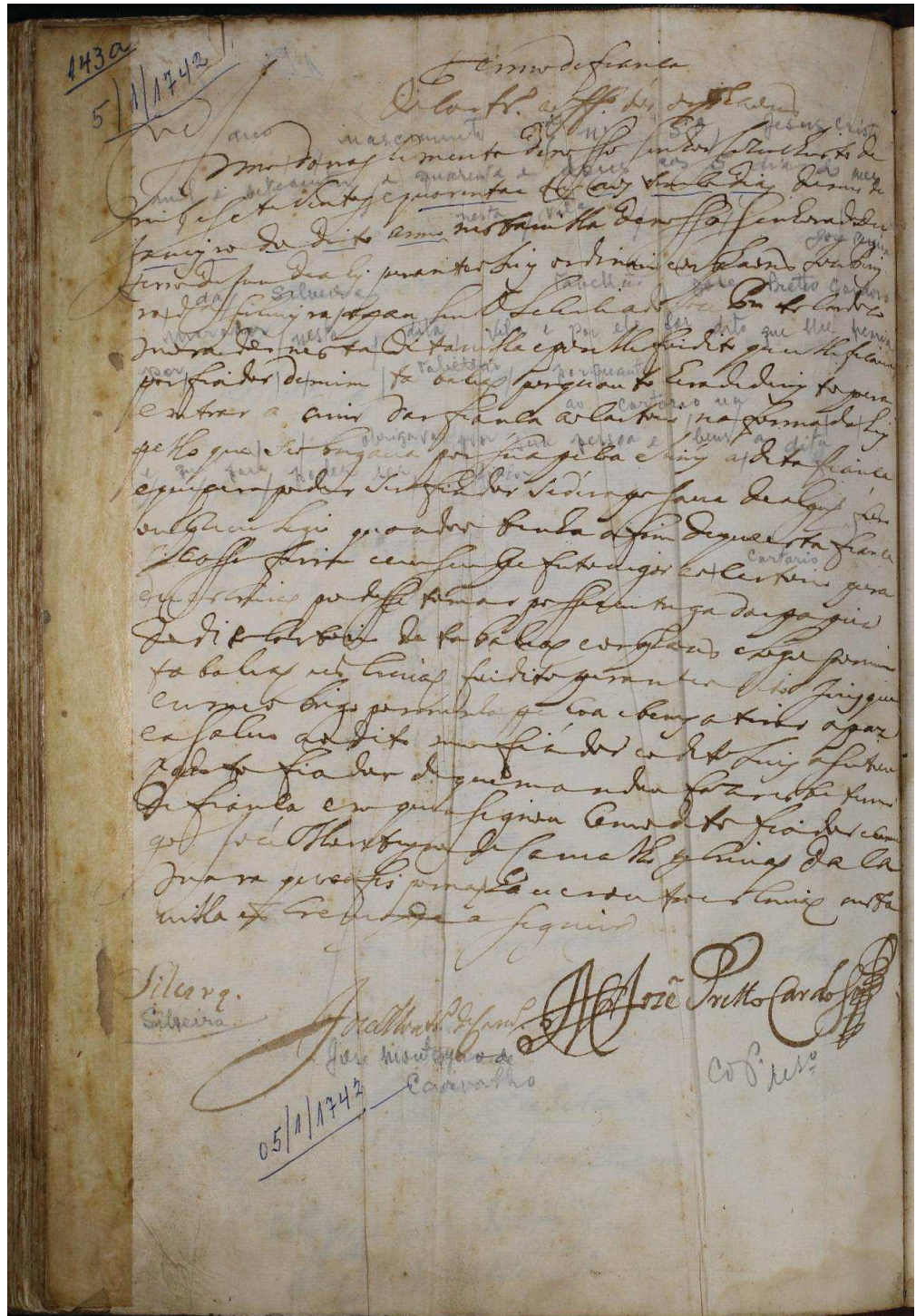
Fonte: Fac-símile Atas de Jundiá de 1732 a 1744

Figura 13: Letra do escrivão José Preto Cardoso

16/3/1737
 Termo del Corregido
 No dezacy dia do mes de Março de mil e sete centos
 e trinta e sete annos em esta villa de nossa Senhora
 do Deserto de Jundiá com as Casas de morado de su-
 a ordinario o Capitam Antonio de la Cruz e Juiz
 Juiz e offiçiaes da Camara para effeito de fazerem
 Corregido geral de sua obrigação, e qui foy de Logo,
 e de renda de a vinda, e Logo e de avarias de loge-
 rentas com quito, da Lavea, Maru, Vary e de avarias,
 tudo aquillo que pertencia a ellas tudo a searam com
 nosa e todos os offiçiaes, e bem reparado de qui de tudo
 mandaram fazer este termo e m que assignaras
 eu Joaõ de la Cruz Escrivão de la Camara e
 que o Escrivão
 Domingos Lopez de la Cruz e Joaõ de la Cruz
 Joaõ de la Cruz

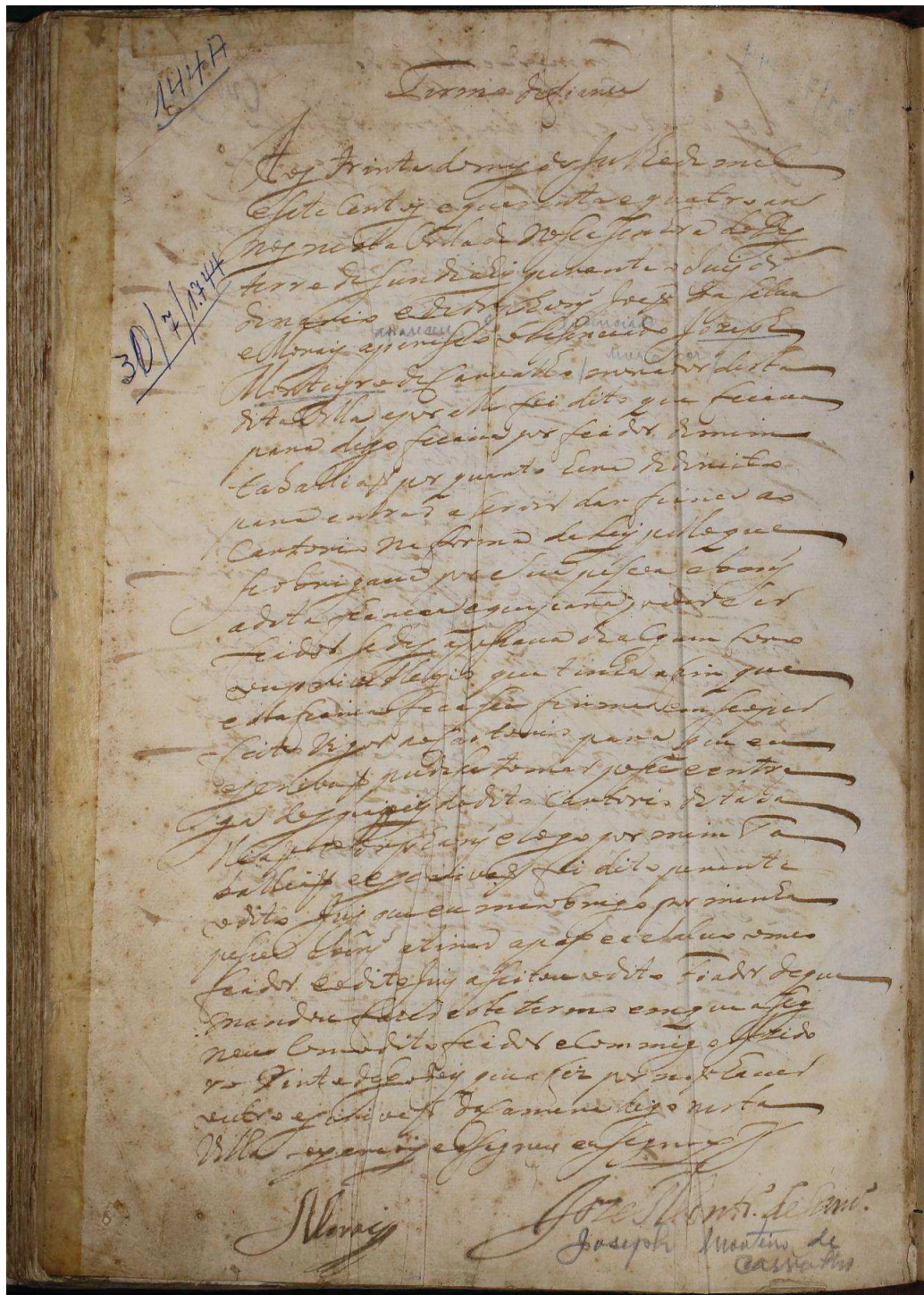
Fonte: Fac-símile Atas de Jundiá de 1732 a 1744

Figura 14: Letra do escrivão João de Carvalho



Fonte: Fac-símile Atas de Jundiá de 1732 a 1744

Figura 15: Letra do escrivão Isidoro Pinto de Godoy



Fonte: Fac-símile Atas de Jundiá de 1732 a 1744

2.2.3 Abreviaturas do códice

Sobre as abreviaturas do códice, o que se percebe é que certos termos ora são abreviados, ora não. Levando-se em conta o estágio da pesquisa, não é possível identificar por quais motivos as abreviaturas foram usadas e nem se existe recorrência ou contexto que favoreçam seu uso. Assim, apresento, no Quadro 2, abaixo, alguns exemplos das mais usadas, ficando para pesquisa posterior o levantamento detalhado das abreviaturas de cada escrivão, sua variação e classificação quanto à classe de palavra (substantivos, adjetivos, advérbios, preposições, conjunções etc.).

Quadro 2: Abreviaturas presentes no códice

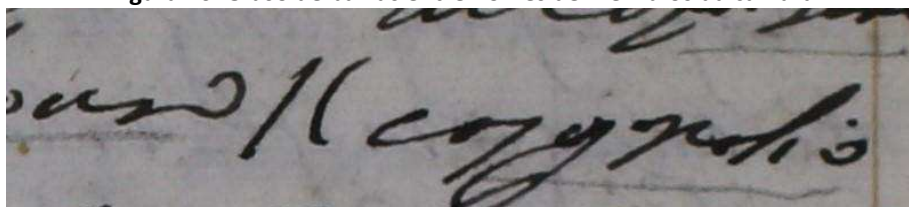
pagamento		Sargento	
que		Antonio	
Capitam		Francisco	
para		Ignacio	

Fonte: *Atas de Jundiá de 1732 a 1744*

2.2.4 Elementos não alfabéticos

Sobre os elementos não alfabéticos, tem-se o uso de barras (| |) para separar os nomes dos membros da câmara, Figura 16 adiante.

Figura 16: O uso de barras entre nomes de membros da câmara



Fonte: Fac-símile Atas de Jundiá de 1732 a 1744

A respeito da paragrafação, nota-se que o título de cada Ata está centralizado e destacado do restante do texto. Observa-se, também, o adentramento do parágrafo que inicia cada item documental.

Por fim, outra característica importante é o uso ou desuso de fronteira entre palavras. Nem sempre é fácil identificar quando os escribas juntam ou separam as palavras de modo intencional, revelando, assim, sua percepção sobre a grafia da época ou se o modo como grafam uma sequência de palavras se relaciona com o ato mecânico de escrever. Talvez com o estudo mais acurado dos manuscritos seja possível identificar contextos em que os escrivães optam por juntar ou separar os vocábulos.

2.3 Diplomática

Sobre a Diplomática, Bellotto (2002:13) afirma que essa ciência se dedica à compreensão da “*estrutura formal dos escritos de origem governamental e/ou notarial*”. Nas *Atas de Jundiá de 1732 a 1744*, esses constructos prototípicos se repetem em todas as atas e são eles: Protocolo Inicial, Preâmbulo, Texto e Protocolo Final, cuja descrição faço em seguida.

Em linhas gerais, o *Protocolo Inicial* se ocupa da data e do local da reunião (entre os anos 1732 e 1744 em Jundiá).

1. *Aos Sinco dias do mes de Mayode mil esete Centos| Etrinta esete annos em esta villa de nossa Senhora do| Des terro de Jundi ahy*

A estrutura *Preâmbulo* é a porção do texto que contém a fórmula de abertura da pauta

2. *Os officiais daCamara afazerem vereança desua| Obrigação*

O *Texto* é a porção mais variável de todas as Atas, pois é nessa parte que o escrivão registra o que era decidido (como já mencionado, tem-se o juramento dos santos evangelhos, o estabelecimento do preço de feijão e aguardente, etc.).

3. *onde Com Cor darão fazerem Almotaces| Par aos do zes mezes Seguim tes de Mayo, e Junho Joze Pe| Reyra de Alvarenga, e An to nio Garcia Furtado aos| Quais lhe derão o juramento dos santos evangelhos| Para sob cargo de lhe fazerem Sua obrigação bem| Feyta*

O *Protocolo Final* é a última estrutura presente no documento e é responsável por seu fechamento, a identificação do escrivão e as assinaturas dos presentes

4. *e detudo mandaraõ os ditos officiais fazer | Este termo emqueasig narão, eos ditos Almota| Ces eu Joze PrettoCar doso Es Criuam daCama| Ra que oEs Crevj*

Para as *Atas de Jundiaí de 1732 a 1744*, a Diplomática, ao lado da Codicologia e da Paleografia, se mostra de extrema importância, pois auxilia a estabelecer a autenticidade do documento, se pensarmos que o respeito a uma determinada estrutura e a um conjunto estabelecido de fórmulas ajuda a conferir esse estatuto ao escrito.

Considerações finais

O objetivo principal deste texto foi apresentar os aspectos codicológicos, paleográficos e diplomáticos das *Atas de Jundiaí de 1732 a 1744*, que combinados delineiam as particularidades do códice. Sua descrição detalhada é relevante, pois contribui com o início da identificação das características prototípicas desse tipo de texto, considerando a pequena quantidade de estudos de manuscritos que abordam essa espécie documental, esse século e essa região de que se tem notícias até o momento.

Tendo em vista a relevância acima mencionada, forneci informações sobre os contextos de produção do códice, isto é, a vila de Jundiaí, entre os anos de 1732 a 1744, pelos escrivães João Luis de Souza, Carlos de Araújo e Castro, Ignácio de Almeida, Joseph Ribeiro de Siqueira, José Preto Cardoso, João de Carvalho, Isidoro Pinto de Godoy. Ademais, proporcionei de maneira concisa o esclarecimento sobre o uso do documento em sua época, ou seja, o registro das decisões tomadas pelos membros da câmara da vila acerca do juramento dos santos evangelhos, nomeação de novos cargos, fixação do preço do feijão, da farinha e da aguardente.

Por meio da descrição do tipo de papel, tinta e encadernação usados para lavrar os manuscritos, rastreei os indícios que podem ajudar a imaginar como se deu sua sobrevivência em bom estado de conservação ao longo de tantos séculos.

Ainda sobre as *Atas de Jundiaí de 1732 a 1744*, expus elementos que auxiliam a compreender seu perfil, como as abreviaturas usadas, as diferenças de letra entre os escrivães,

o uso de parágrafos no título de cada Ata e no início do texto; e o uso de barras para separar os nomes dos membros camarários.

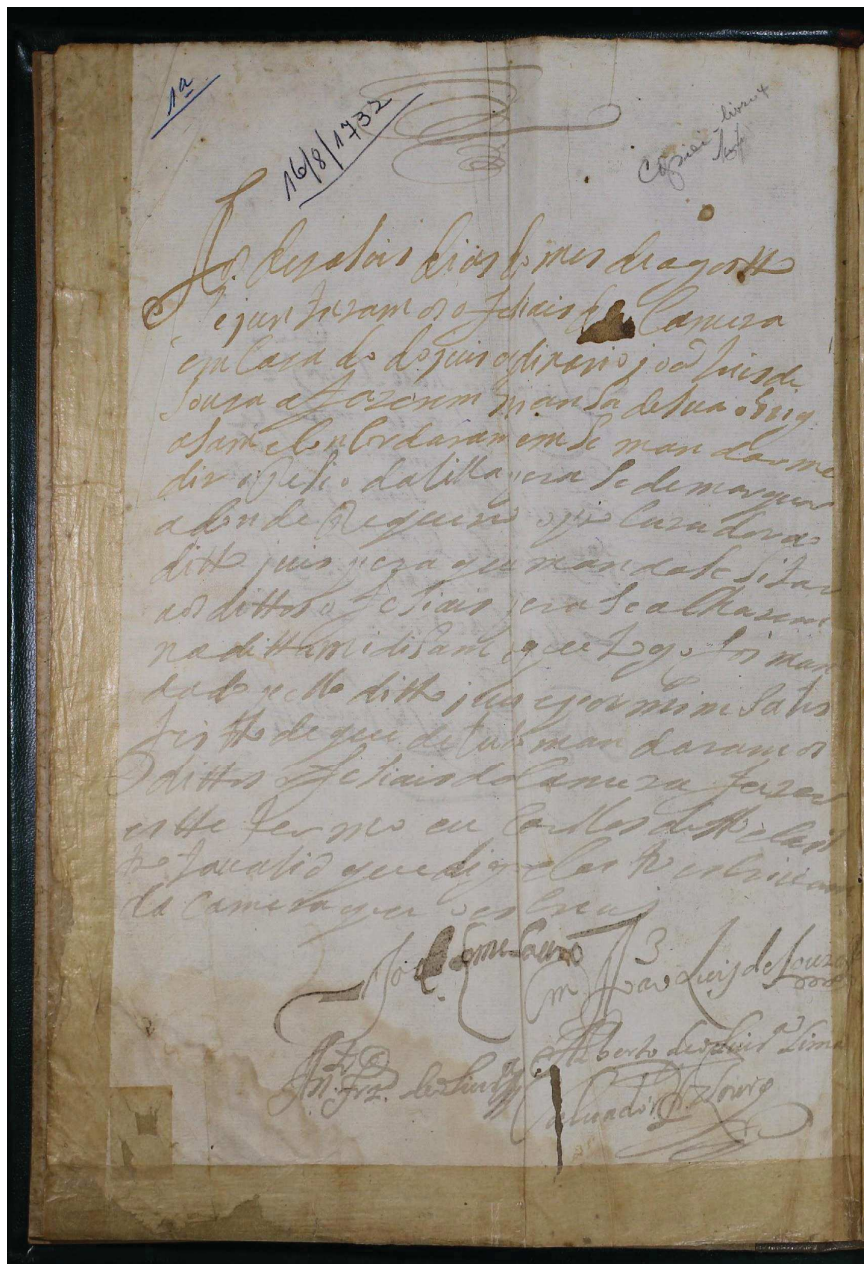
Por fim, por meio da análise diplomática das estruturas que se repetem no códice, isto é, a apresentação do Protocolo Inicial, Preâmbulo, Texto e Protocolo Final, aponte elementos, que em conjunto com os demais, ajudam a identificar a sua autenticidade.

Referências bibliográficas

- ABREU, Daisy Bizzocchi de Lacerda (1982) **A Terra & a Lei**. São Paulo: Editora Rk.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli (2002) **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, Coleção Projeto Como Fazer, vol.8.
- BERWANGER, Ana Regina, LEAL, João Eurípedes Franklin. (2008). **Noções de paleografia e diplomática**. 3.ª ed. rev. e ampl. Santa Maria: Ed. da UFSM.
- CAMBRAIA, César Nardelli (2005). **Introdução à Crítica Textual**. São Paulo: Martins Fontes.
- MAKINO, Miyoko (1981). **Jundiaí: povoamento e desenvolvimento. 1655-1854**. São Paulo, Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, inédita.
- MAZZUIA, Mário (1976) **Jundiaí, através de documentos**. Empresa gráfica e Editora Palmeiras LTDA: Campinas – S.P.
- MAZZUIA, Mário (1979). **Jundiaí e sua história**. Jundiaí: Prefeitura Municipal.
- MORAIS, Kathlin Carla de (2018) **'Damos aos suplicantes os chãos que pede': edição fac-similar e semidiplomática e estudo do manuscrito Cartas de Datas de Jundiaí do século XVII**. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.8.2018.de-06092018-132504.
- MORAIS, Kathlin Carla de (2014) **Edição semidiplomática do 1.º Livro de Atas da Câmara de Jundiaí**. São Paulo, Pesquisa de Iniciação Científica, FFLCH, USP. Disponível em <http://www.phpp.fflch.usp.br/corpus>.
- MORALES, Walter Fagundes. (2000). **A escravidão esquecida. A administração indígena em Jundiaí durante o século XVIII**. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- PETRONE, Pasquale. (1995). **Aldeamentos Paulistas**. São Paulo. Editora da USP.

Anexos

Anexo I – Atas de Jundiaí de 1732 a 1744 – Fólio 1V



Fólio 1v

[Rubrica]

Aos desaseis dias do mês de agosto
 e juntaram os ofesiais d[a] Camera
 em Casa do do juís ordinario joã Luis de
 Souza afazerem manda desua obrig
 Asam eConCordaram em se man dar me

dir o Resio daUilla pera se dermarquar
a donde Requereo o que Casa dar ao
ditto juis pera que mandase sitar
aos dittos o fesiais que se alharçar
Naditta midisam que Logo foi man
dado pello ditto juis e por mim Satis
feito De que de tudo man daram os
dittos ofesiaais daCamera fazer
estte termo eu Carllos de *Araujo* Cast
tro taualiaõ que digo eles [] escrivam
da Camera que oescrevy

Joaõ Leme Louro

João Luis de Souza

Antonio Fernandez deoliveira *Alberto deoliveira Lima*
Saluador fernandez Louro

Processos criminais no século XIX: homicídio e pena de morte em Campinas

Carla Regiane Dias

Introdução

Definir Filologia e seus campos de atuação é tarefa árdua e para a qual não há uma única resposta. Pode-se dizer que o labor do filólogo “tem como base de análise inscrições, manuscritos e textos impressos no passado, que, recuperados pelo trabalho filológico, tornam-se corpora indispensáveis às análises das mudanças linguísticas de longa duração” (MATTOS e SILVA, 2008, p. 10); acrescento, ainda, que são *corpora* indispensáveis para análises sobre aspectos ou fenômenos linguísticos e históricos que permaneceram ao longo do tempo. É inegável também a multidisciplinaridade que a Filologia possui, sendo indispensável para estudos em História, que dependem, em grande parte, de fontes escritas para remontar os contextos, vidas e eventos das sociedades. Por outro lado, o conhecimento histórico do contexto em que os documentos são produzidos é essencial para o entendimento macroestrutural de tais registros. Neste artigo, portanto, exponho como o levantamento histórico é importante a fim de analisarmos a macroestrutura textual de três processos criminais do século XIX.

A pergunta norteadora é como História e o conhecimento mais robusto sobre ela permite entender melhor os textos sobre os quais me debruço. Saber mais aprofundadamente o contexto histórico no qual os textos nascem permite-me fazer hipóteses e análises qualitativas desses textos, percebendo não somente as escolhas linguísticas neles presentes, mas também sua macroestrutura em consonância ou não com o gênero ao qual pertencem. Para atingir esse objetivo, divido o artigo em: (i) critérios de seleção dos processos coletados para edição filológica na pesquisa de doutorado; (ii) contexto histórico dos processos sob estudo; (iii) modelo teórico das Tradições Discursivas para a análise linguística e das macroestruturas e (iv) levantamento das macroestruturas de um dos processos em edição, comparadas às de outro processo, editado por Dias (2017), ambos lavrados em Campinas no século XIX.

1 Os manuscritos em edição.

Os documentos em edição foram produzidos entre os anos de 1845 e 1858. O órgão responsável por sua elaboração foi o Juízo Municipal de Campinas, e a instância de julgamento foi o Tribunal do Júri. Os três processos estão arquivados no Arquivo Público do Estado de São

Paulo. Todos os processos criminais no APESP são guardados em caixas de alumínio; cada processo é conservado e separado em papéis-cartões brancos, amarrados com uma tira de pano. O suporte em que os documentos foram produzidos são folhas de papel almaço de diversas marcas, cores e tamanhos e, em geral, pautados. Os fólhos mais deteriorados foram restaurados com papel japonês. Abaixo segue uma breve descrição dos processos criminais analisados na pesquisa de doutorado, dos quais apenas (ii) e (iii) estão em fase de edição:

(i) Processo criminal de 1845/1846: O processo inicia-se em 1845 e a sentença é executada em 1846. O réu é João, escravizado¹ de Pedro Antônio de Oliveira, acusado e condenado por homicídio. O processo está alocado no arquivo C 04055, documento 02, contendo um total de 48 fólhos *recto* e verso; já o registro da execução de sentença se encontra em C 04030, documento 16, contendo 11 fólhos *recto* e verso. Ambos estão completamente editados e em fase de revisão. A maior parte é lavrada por 3 escrivães diferentes, cada um pertencente a uma instância jurídica diversa (delegacia, tribunal do júri e juízo municipal). Além disso há o registro feito também pelos juízes, promotor, defensores e oficiais de justiça.

(ii) Processo criminal de 1853/1854: O processo inicia-se em 1853 contra os réus Atanásio, Domingos e Amaro, escravizados de Antônio Pinto Nunes e acusados de homicídio; entretanto Amaro é absolvido e somente Atanásio e Domingos são condenados pelo crime. Esse processo está alocado no arquivo C 04069, documento 09, e contém 79 fólhos *recto* e verso; já o registro de execução da sentença acontece em 1854 e está alocado em C 04031, documento 23, com um total de 6 fólhos *recto* e verso.

(iii) Processo criminal de 1858: O processo é contra os réus Jezuino, Lourenço e Antonio, escravizados pertencentes a Antonio Machado do Prado, e os réus José e Miguel, escravizados de Maria Francisca Barboza Aranha. Nesse processo, apenas Jezuino e Lourenço foram condenados à pena de morte, os demais foram absolvidos. Ele está alocado em C 04065, documento 05, com um total de 61 fólhos *recto* e verso. O registro de execução de sentença ocorre no mesmo ano e está alocado em C 04032, documento 025, contendo um total de 7 fólhos *recto* e verso.

Os três processos criminais visam a investigar e julgar crimes de homicídio cujos réus são escravizados. Nos processos, nove pessoas são julgadas, cinco delas condenadas à pena de morte na forca. Os critérios de seleção desses processos foram: (i) período: século XIX; (ii) tipo de documento: processos criminais; (iii) tipo de crime e pena aplicada aos réus: homicídio/ pena

¹ Optou-se por utilizar a palavra “escravizado” no lugar de “escravo”, pois conforme explica Harkot-de-La-Taille & Santos (2012) pela perspectiva da semiótica discursiva, aquele termo ressoa a responsabilização e opressão sofrida pelas pessoas submetidas a condição de escravizado.

de morte; (iv) estado de conservação dos documentos: bom estado para leitura paleográfica; (v) potencialidade desses documentos como fontes de interpretação de linguística e histórica.

O tipo de crime “homicídio” foi considerado um dos critérios de seleção, pois conforme será exposto na seção 2 deste artigo, o crime de homicídio com pena de morte permaneceu no Código Penal de 1830 e fora endurecido em 1835 por meio de uma lei a despeito da pretensa modernidade e liberdade que propunha a Constituição de 1824. Ademais, a existência dessa lei, visando aos réus escravizados que cometiam assassinato contra os seus senhores, indica que possivelmente a distinção social entre escravizados e não escravizados apontada por historiadores pudesse ser marcada linguisticamente, seja na microestrutura dos enunciados, seja na macroestrutura do gênero jurídico.

Para exemplificar possíveis distinções entre escravizados e não escravizados, marcadas linguisticamente na macroestrutura do processo criminal, apresento neste artigo uma comparação entre o processo de 1845/1846, descrito em (i) acima, e o processo criminal de 1871, editado durante meu mestrado (DIAS, 2017), em que se apresenta uma investigação contra dois negros (José Joaquim Penteado e Manoel, preto liberto) não escravizados, de homicídio por feitiçaria.

2 Contexto histórico brasileiro: o turbulento século XIX

Neste item, exponho brevemente o contexto histórico no qual os processos criminais foram produzidos. A compreensão da conjuntura do período nos permite analisar e entender mais aprofundadamente as partes constituintes da macroestrutura dos processos criminais e como elas marcam distinções sociais entre escravizados e não escravizados.

Do ponto de vista sócio-histórico, o século XIX é conturbado visto o número de revoltas, reviravoltas e leis promulgadas, e muitas vezes não fica clara, em parte da historiografia, a posição das camadas mais pobres em meio às mudanças ocorridas nos anos imperiais. Uma questão fundamental a ser considerada ao analisarmos o contexto histórico do XIX é a luta por direitos dos diferentes atores da sociedade brasileira e suas formas de resistência.

Falar em direitos remete à ideia de cidadão, cuja definição, no século XIX, dizia respeito ao gozo de direitos civis, invioláveis pelo Estado, como a liberdade de expressão, de circulação, o direito à propriedade e à inviolabilidade do lar, a impossibilidade de prisão sem formação de culpa, entre outros direitos expressos no artigo 179 da Constituição imperial de 1824.

Assim como o restante da população não cativa, os escravizados também tinham noção daquilo que entendiam como direitos, resistindo de diversas formas. Sabe-se que “o quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo” (MOURA, 1981, p. 87),

entretanto, a resistência não se dava somente por fuga em quilombos.

No contexto da Farroupilha, por exemplo, a incorporação voluntária de um escravizado ao exército farroupilha era uma forma de resistência e luta por sua liberdade, pois “a condição de soldado, especialmente no caso da cavalaria ligeira, oferecia mais segurança do que eventuais fugas para a formação de quilombos, sempre alvo de expedições punitivas” (GUAZZELLI, 2011, p.241).

Além das fugas e alistamento é importante perceber que os escravizados se reuniam para lutas mais organizadas como revoltas e insurreições, tais quais as ocorridas em 1832 (Campinas) e em 1838 (Vassouras). Esses movimentos são exemplos de resistência escrava que geraram repercussões dentro da justiça e na elaboração de leis que refletem as distinções entre escravizados e não escravizados.

Conforme os apontamentos de Pirola (2011) demonstram, parte do processo de planejamento e execução de uma insurreição costumava envolver crimes de envenenamento e homicídio contra seus senhores. Por meio da análise de processos criminais contra escravizados condenados por homicídio, Pirola (2011) indica que havia uma rede social entre os líderes das insurreições, escravizados, livres e libertos e que tais insurreições, fugas e revoltas eram precedidas de manifestações religiosas cujo objetivo era “fechar” seus próprios corpos e “amansar” os senhores, deixando-os lentos contra as revoltas. “Os relatos sobre a prática de amansar ou envenenar senhor pela adição de certas substâncias em suas comidas e bebidas são recorrentes para todo o período escravista”. (PIROLA, 2011, p.179).

Essa forma de agir dos escravizados, envenenando e assassinando seus senhores, junto ao fato de a população escrava ter crescido fortemente nas regiões de *plantation*, criou terreno fértil para o florescimento de temores entre os senhores (PIROLA, 2011, p.181). Assim, a partir dos estudos do historiador, é bastante claro que o próprio crime contra a vida de senhores, cometido s por escravizados, refletia uma forma de resistência, ou um movimento prévio a outras formas de resistência.

Esse contexto de insegurança em que senhores e feitores viviam provocou uma resposta do Estado: na tentativa de coagir os escravizados e desencorajá-los dessas práticas contra a vida de seus senhores, foi mantida a pena de morte no Código Criminal do Império em 1830, endurecida pela lei de 10 de junho de 1835.

Ao promulgar sua primeira Constituição em 1824, o Brasil demonstrava ao mundo uma nação moderna, em que a escravidão ainda existia e previa em seu artigo 179, inciso XIX, a abolição dos açoites, da tortura, da marca de ferro quente, de todas as penas mais cruéis.

Esse artigo constitucional, no entanto, é negligenciado ao longo do século XIX e essa indiferença é confirmada na elaboração do Código Criminal de 1830, no artigo 192. Conforme

afirma Santos (2010), durante os debates de deputados e senadores que elaboraram o código criminal brasileiro, a pena de morte tinha alvo certo: a retaliação à população escrava, pois

numa sociedade aristocrática, onde o trabalho servil era sua base de sustentação, [...], o número de escravizados era assustador frente ao número da população livre, o medo de uma suposta haitinização aterrorizava os escravocratas. Numa sociedade em que as extenuantes jornadas de trabalho eram concomitantes com as constantes humilhações sofridas pela privação da liberdade e duplo servilismo ao senhor e ao Estado, o que aplacaria a retaliação escrava? Na voz do parlamentar Paula e Souza, teríamos uma possível resposta: “dois milhões de escravizados, todos ou quase todos capazes de pegarem em armas! Quem senão o terror da morte fará conter esta gente imoral nos seus limites? (SANTOS, 2010, p.05)

De acordo com Albuquerque Neto (2008), há questões importantes em relação “à ordem pública e ao controle social. Os anos vinte do século XIX foram marcados por movimentos populares, da escravaria e da soldadesca por liberdade, melhores condições de vida e trabalho” (ALBUQUERQUE NETO, 2008, p. 31) (grifos meus). Essa necessidade de controle e coerção à resistência escrava evidencia-se nas discussões das legislaturas que elaboraram o Código Criminal. E ainda que houvesse parlamentares contra a punição de morte, alegando sua inutilidade, ao fim das discussões e da elaboração da legislação, ignorando a Constituição de 1824, os legisladores do Código Penal aceitaram manter a pena de morte (resquíio das Ordenações Filipinas) como a pena máxima aplicada no território brasileiro, galés e açoites. Ressalta-se que, acerca desse assunto, o imperador Dom Pedro I tinha em seu poder o direito de perdoar ou moderar tal pena.

A pena de morte, no entanto, não era em si o cume da “pedagogia do terror” na sociedade. O Código Criminal de 1830 trazia, em seu artigo 40, as maneiras pelas quais essa pena deveria ser cumprida: “O réu, com o seu vestido ordinário, e preso, será conduzido pelas ruas mais públicas até a força, acompanhado do juiz criminal do lugar onde estiver, com seu Escrivão, e da força militar que se requisitar. (BRASIL, Código Criminal, 1830, grifo meu). Todo esse ritual era acompanhado pelos operadores da justiça e registrado como parte integrante do processo até a morte de fato do sentenciado.

Não bastasse, porém, o Código Criminal do Império de 1830 manter a punição de morte como forma de retaliação a diversas infrações, houve um endurecimento das leis em relação à população escrava em 1835. Segundo Albuquerque Neto (2008), uma série de leis era revisitada em projetos enviados à Câmara dos Deputados e ao Senado. Dentre eles, o projeto de 1833 ampliava a aplicação da pena de morte para feitores, senhores e seus familiares, numa clara proteção judicial aos senhores e às pessoas a eles relacionadas contra as possíveis rebeldias dos escravizados. Ademais, a pena capital, antes prevista apenas em caso de assassinato e

insurreição, agora também seria aplicável em casos de ferimento grave, ainda que não causasse a morte, e tornava a sentença de morte a única sentença possível. Além disso, a aplicação da pena deveria ocorrer no local em que ocorreu o crime, para que os conhecidos do réu presenciassem as consequências da rebeldia.

Pirola (2011) aponta que esse endurecimento da lei é uma resposta do Estado aos casos de insurreição e envenenamentos na Bahia e em São Paulo, pois ela atendia “a uma demanda senhorial de combate às práticas de amansar senhor, que, muito provavelmente, estavam se tornando cada vez mais frequentes e ameaçadoras naquelas primeiras décadas do século XIX. (PIROLA, 2011:181)”. De acordo com o autor, foram essas práticas que ajudaram a endurecer as penas de crimes de escravizados contra senhores, feitores e familiares e é nesse contexto endurecido e de repressão maior que os processos que eu edito são produzidos.

Partindo, portanto, dessa conjuntura social, verifico como as circunstâncias externas que ditavam o sistema judiciário da época se refletem dentro do plano discursivo, seja nas estruturas morfossintáticas de impessoalidade e imparcialidade (foco central da pesquisa de doutorado), seja na macroestrutura, analisando as partes constituintes de um processo criminal (conforme apresento brevemente neste artigo). Dessa maneira, a fim de produzir uma análise qualitativa dos processos criminais, ancoo minhas análises no modelo teórico das Tradições Discursivas que oferecem uma compreensão ampla dos documentos analisados não só pelo prisma linguístico, mas também gêneros discursivos cujos “moldes” possivelmente refletem estruturas sociais por meio da produção dos discursos.

3. O modelo teórico: Tradições Discursivas.

O modelo adotado para a análise é o das Tradições Discursivas (doravante TD), cuja gênese está na Linguística Histórica de Coseriu (1988, *apud* KABATEK 2006, SIMÕES 2007) e na Pragmática Histórica proposta por Schlieben-Lange (1993). A discussão desses pesquisadores “*girava em torno da oralidade e escrituralidade sob o prisma histórico*” (DIAS, 2017, p.54). As noções discutidas por esses investigadores foram ampliadas e reformuladas para o que hoje se entende e conhece por Tradições Discursivas termo cunhado por Koch (1987, *apud* SIMÕES 2007).

As TD, em geral, constituem “moldes” históricos que se estabelecem socialmente e são repetidos na produção do discurso. Os pesquisadores da Romanística Alemã atentaram também para o fato de que certas expressões ou itens linguísticos poderiam não aparecer em todos os tipos de textos, simplesmente porque determinados textos não abrem espaço para determinadas expressões linguísticas (JACOB, 2001).

Segundo Kabatek (2006), as TD são definidas a partir da reduplicação do nível histórico coseriano: o primeiro seria a própria língua, com suas regras gramaticais, semânticas e lexicais; o segundo, as tradições discursivas. Assim, qualquer finalidade comunicativa deve passar concomitantemente por esses dois filtros (língua e tradições discursivas) para se chegar ao enunciado (texto, produto).

Um exemplo simples de TD é a saudação em português, como “bom dia” ou “boa tarde”. Essa maneira já estabelecida funciona perfeitamente para atingir seu intento, ainda que contrarie as regras da própria língua que provavelmente estabeleceria a posição do adjetivo depois do substantivo, produzindo “dia bom”. Essa produção da saudação, portanto, é feita não só utilizando-se regras gramaticais e recursos possíveis na língua, mas também valendo-se da tradição estabelecida para além de suas próprias regras. Importante ressaltar que o fenômeno das TD está ligado não só a atos fundamentais da língua como um cumprimento, mas também a TD escritas e a determinadas instituições, como por exemplo os gêneros jurídicos.

As TD também dizem respeito à intertextualidade e à interdiscursividade (KOCH 1997, apud SIMÕES, 2007). A primeira refere-se à repetição de conteúdos temáticos, ao passo que a segunda, à repetição de esquemas textuais, orientados por regras pragmáticas (SIMÕES; KEWITZ, 2009). No plano da interdiscursividade, estruturas de um texto são retomadas, permitindo-nos dizer que ele pertence “a um determinado estilo ou corrente” (SIMÕES; KEWITZ, 2009, p.700). Na pesquisa, interessam-me sobretudo as relações estabelecidas entre TD, competência linguística e discurso, pois considero que as regras discursivas definem “a escolha dos atos de fala e dos discursos textuais que darão forma aos gêneros textuais” (SIMÕES, 2007, p.136). Essas regras dizem respeito a condições sob as quais os enunciadores são submetidos ao produzirem o enunciado, importantes para o estabelecimento das TD evocadas e observáveis no texto. A conjuntura de como o enunciado está sendo transmitido, se por meio fônico ou gráfico, se há maior ou menor grau de familiaridade entre os interlocutores, se há emoção, simetria, proximidade física entre eles, se o enunciado pertence à esfera pública ou privada, entre outros fatores externos ao texto, pode ser refletida no produto final, isto é, no enunciado pronto (KOCH; OESTERREICHER, 1990).

Assim, as TD possuem um largo alcance porque contabilizam fatores externos e prévios ao ato de produção do texto, permitindo estudar um tipo textual específico a partir da situação/função de sua produção, instituição responsável por essa produção, sociedade à qual pertence essa instituição, entre outros fatores extralinguísticos que podem ser “ajustados” aos mecanismos da língua, tornando a análise do objeto estudado (processo jurídico, cartas, diários de viagens etc.) muito mais abrangente.

Diante do exposto e da importância do conhecimento do contexto extralinguístico que

permeia a produção dos documentos escritos, fica claro que entender o entorno histórico em que os processos criminais são produzidos fornece as bases para compreender esses documentos enquanto testemunhos linguísticos de uma dada sincronia.

4 Análise preliminar da Macroestrutura

Nesta seção, apresento a Macroestrutura presente em dois processos criminais editados por mim, analisando-os comparativamente. A macroestrutura dos processos criminais se refere às partes constituintes de cada um deles com foco no contexto e nos fatores extralinguísticos relevantes para entender a composição total de cada um dos processos.

4.1 A conexão entre contexto histórico e análise do processo criminal.

A missão do linguista histórico é reconstituir a língua do passado, tanto escrita quanto falada, desde palavras e formas simples, estruturas sintáticas até o texto em sua totalidade, mesmo se composto por várias partes. A escolha das fontes de pesquisa varia de acordo com o que se quer estudar (textos mais próximos da oralidade ou da escrituralidade, por exemplo), podendo ser conversação, cartas, diários, documentos oficiais etc. Numa época em que boa parte da população era analfabeta, presume-se que não tivesse voz ou espaço para revelá-la. Entretanto, alguns documentos podem trazer essas vozes indiretamente, como se vê nos processos criminais. Essa documentação, pois, permite entrever como homens e mulheres pertencentes a uma população coagida por carências e conflitos enfrentavam as dificuldades da vida cotidiana.

Salienta-se que um processo criminal é, antes de mais nada, um conjunto de documentos sequencialmente motivados (material e temporalmente). No âmbito dos estudos de linguística histórica, discute-se em que medida documentos da esfera jurídico-administrativa são interessantes, ou relevantes, como fonte de estudos de mudança linguística. Compreendendo essa riqueza não só do ponto de vista sócio-histórico, mas também linguístico, é por meio da língua que todo o drama vivido pelas pessoas envolvidas no processo criminal se registra e traduz. Assim, os processos criminais dão margem ao surgimento de diferentes documentos, ora mais formulaicos, ora mais espontâneos, oferecendo aos estudos linguísticos multiplicidades discursivas. Conforme Simões; Kewitz (2009) e Jacob (2001), as várias condições sob as quais os gêneros discursivos nascem abrem espaço para determinadas estruturas linguísticas enquanto outras são deixadas de fora. Além disso, a macroestrutura observada nesses textos pode denotar o contexto em que eles foram produzidos, até mesmo para que cada ato jurídico-discursivo tenha valor legal.

Ao escolher processos criminais, entendo que há espaços para o português mais culto/formal, com alto grau de elaboração. No entanto, entendo também que um processo criminal é um contínuo material de documentos elaborados no desenrolar das investigações e fatos apresentados, envolvendo seres humanos de diversas origens e camadas sociais em situações de tensão. Acredito, portanto, que haja partes desse processo que podem revelar falas que “fujam” do esperado. Porém, para compreendê-lo de maneira mais ampla, é de extrema importância conhecer o que motivou a produção do processo, para além dos fatos sócio-históricos da época em que teve início.

O conhecimento do contexto ajudou a nortear a escolha dos documentos que analiso, pois levanto a hipótese de que o contexto de tensão e diferenciação que um escravizado tinha em relação a um não escravizado pode ser linguisticamente representado ou marcado. Complementarmente, pode-se perguntar se um texto teoricamente objetivo/imparcial e impessoal (característica de textos jurídicos, conforme Brühler (1982) apresenta marcas linguísticas dessa natureza ou se abrem espaço para juízos de valor em relação aos escravizados. Além disso, o processo traz a suposta “fala do cativo” nos depoimentos, o que deve ser observado considerando a situação objetiva em que o escravizado, como réu ou testemunha informante, foi inquirido e teve sua versão transcrita pelo escrivão.

4.2. Apresentação da macroestrutura de dois processos de homicídio no século XIX

Nesta seção, apresento as macroestruturas encontradas no processo criminal de 1871, em que dois negros não escravizados são acusados de feitiçaria e homicídio na cidade de Campinas, editado e analisado por Dias (2017). Em seguida, apresento uma análise preliminar da macroestrutura do processo criminal de 1845/46, em que um escravizado é acusado de homicídio. A intenção é identificar as diferenças entre as macroestruturas e levantar algumas hipóteses de análise a partir disso. Ressalta-se que, do ponto de vista linguístico, a descrição das macroestruturas nos permite compreender o gênero jurídico, o ritmo com que esse gênero é composto e os espaços que são abertos para estruturas linguísticas.

4.2.1 Processo de Feitiçaria e Homicídio - Campinas 1871 (processo I)

Este processo, aqui identificado como processo I, encontra-se depositado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, sob o código ACI 152, documento 008 e contém 37 fólios *recto* e verso. Trata-se de um documento jurídico motivado pela acusação de um vizinho a dois homens: Juca Tangará e Manoel. Ambos são acusados de homicídio por meio de uma “carta

denúncia”. Durante as investigações, os peritos constatam que de fato os homens trabalhavam com “pózes e raízes” e faziam o chamado “curandeirismo” para quem os procurasse. Segundo as testemunhas, incluindo o próprio pai do falecido, muito doente, a vítima procurou a ajuda dos curandeiros que lhe deram um remédio feito de ervas, provocando-lhe uma diarreia que o levou à morte, devido ao seu estado já debilitado. Por constar no processo a palavra “feitiçaria”, o advogado de defesa lavra um termo expondo que eles não deveriam ser acusados de tal feito, pois feitiçaria já não era mais crime à época, e que no máximo haveria a culpa do mau exercício da medicina. O promotor acata os argumentos da defesa e o processo é encerrado.

Esse processo é composto por vários tipos textuais que “surtem” de acordo com as etapas administrativas ou jurídicas e com as necessidades do próprio processo (inquirição dos réus, testemunhos, advogados etc.). Ele é elaborado ao longo de vários dias, mas suas partes estão conectadas umas às outras e são indispensáveis para a compreensão do todo. No quadro a seguir apresento quais são essas peças, os responsáveis pela sua elaboração escrita, os responsáveis pela validação jurídica e quantos exemplares há ao todo.

Quadro 1. Lista das partes constituintes do processo-crime (processo I)

Peças	Responsável pela elaboração escrita	Responsável pela validação jurídica	Total de peças no processo
Sumário Crime	Escrivão 1 ²	Escrivão 1	1
Carta Denúncia	Manoel Teixeira Nogueira		1
Mandado	Delegado 3	Delegado	2
Mandado	Escrivão 1	Delegado	2
Certidão	Escrivão 1 (16); Escrivão 24 (1) – Oficial de Justiça (2)	Escrivão 1 (16); Escrivão 2 (1); Oficial de Justiça (2)	19
Auto de Prisão	Escrivão 1	Delegado	1

² Escrivão 1: Joaquim Franco de Pontes

³ Delegado: Joaquim Quirino dos Santos

⁴ Escrivão 2: José Henrique Pontes

Auto de Busca e Apreensão	Escrivão 1	Delegado	1
Auto de Exame	Escrivão 1	Delegado	1
Auto de Qualificação	Escrivão 1	Delegado	2
Auto de Perguntas	Escrivão 1	Delegado	1
Juntadas	Escrivão 1	Escrivão 1	4
Assentada	Escrivão 1	Escrivão 1	5
Conclusão	Escrivão 1 (9); Escrivão 2 (1)	Escrivão 1 (9); Escrivão 2 (1)	10
Conclusos	Delegado (9); Juiz Municipal – Francisco Gonçalves de Almeida (1)	Delegado (9); Juiz Municipal – Francisco Gonçalves de Almeida (1)	10
Publicação	Escrivão 1 (9); Escrivão 2 (1)	Escrivão 1 (9); Escrivão 2 (1)	10
Inquirição de Testemunhas	Escrivão 1	Delegado	7
Interrogatório	Escrivão 1	Delegado	2
Alegações da Defesa	Advogado de defesa – Delfino Pinheiro de Uchoa Cunha Junior	Advogado de defesa	1
Alegações da Acusação	Promotor – Moraes Salles	Promotor – Moraes Salles	1
Vista	Escrivão 1	Escrivão 1	1

Data	Escrivão 1	Escrivão 1	1
Remessa	Escrivão 1 (2); Escrivão 2 (1)	Escrivão 1 (2); Escrivão 2 (1)	3
Recebimento	Escrivão 1 (1); Escrivão 2 (1)	Escrivão 1 (2); Escrivão 2 (1)	2
Recebimento	Cadeia		1

Fonte: Adaptado de Dias (2017, p. 220-221)

Ao analisar a relação das partes do processo, percebe-se que elas seguem uma sequência em conformidade com a descoberta de novos dados na formação de culpa dos réus e conforme os atos jurídicos acontecem. Essas denominações e títulos já estavam presentes no processo. No entanto, outras marcas linguístico-discursivas que, aliadas às definições apresentadas por Bellotto (2002), às definições jurídicas pretéritas e atuais, ajudaram na identificação e classificação de cada uma das partes do processo.

4.2.2 Processo de Homicídio - Campinas 1845/46 (processo II)

O segundo processo sob foco também se encontra depositado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, sob o código ACI-037, documento 002, contendo 48 fôlios recto e verso. Trata-se de um processo em que um escravizado de nome João é acusado do assassinato de seu senhor, o tenente Pedro Antonio de Oliveira. Não há testemunhas oculares para o crime: todas as testemunhas são pessoas que ouviram algo sobre o assassinato. O laudo da perícia indica que a vítima tinha sido atingida por objeto cortante na cabeça, sem indicar que tipo de instrumento poderia ser.

Apesar da falta ou fragilidade das evidências, seis testemunhas são chamadas ainda no processo de investigação e dois informantes. Já na parte em que o processo é encaminhado para o Júri, dez testemunhas são chamadas, seis comparecem e são ouvidas, todas relatam o mesmo fato com algumas incongruências na versão. Eles dizem ter ouvido do próprio réu a confissão de que ele matara a seu senhor em um momento de raiva depois de ter fugido para não ser mais castigado. Conta o réu que o senhor o encontrou e lhe batera e, no momento da ação, o réu reagiu dando dois golpes no seu senhor. É importante chamar a atenção para o fato de que apesar das incongruências entre os testemunhos, da alegação do réu (de estar se

defendendo de um ataque do seu senhor e ter perdido o controle) e da falta de outras evidências, o Júri considera o réu culpado, não considerando qualquer atenuante, mas pelo contrário, os jurados entendem que o crime foi cometido em circunstâncias que agravariam a pena de acordo com Código Penal. Assim, o réu João é condenado a pena máxima de morte pela força, tendo sido sua sentença cumprida dez meses depois do julgamento, em agosto de 1846. Apresento abaixo as peças constantes no processo II editado:

Quadro 2. Lista das partes constituintes do processo II

Peças	Responsável pela elaboração escrita	Responsável pela validação jurídica	Total de peças no processo
Sumário Crime	Escrivão subdelegacia ⁵	Escrivão subdelegacia	
Auto de Corpo e Delito	Escrivão subdelegacia	Escrivão Subdelegacia	1
Conclusão	Escrivão subdelegacia; Escrivão do juízo de paz ⁶ ; Escrivão do júri ⁷	Escrivão subdelegacia; Escrivão do juízo de paz; Escrivão do júri	11
Conclusos	Juiz de paz ⁸ / Delegado ⁹ / Juiz Municipal ¹⁰ / Juiz de Direito ¹¹	Juiz de paz / Delegado/ Juiz Municipal / Juiz de Direito	12
Publicação	Escrivão subdelegacia; Escrivão do Júri	Escrivão subdelegacia; Escrivão do Júri	9
Remessa	Escrivão subdelegacia; Escrivão do juízo de paz; escrivão do júri	Escrivão subdelegacia; Escrivão do juízo de paz; escrivão do júri	4
Recebimento	Escrivão do juízo de paz; escrivão da subdelegacia; escrivão do Júri; Curador do Réu - José Ignácio Rodrigues	Escrivão do juízo de paz; escrivão da subdelegacia; escrivão do Júri; Curador do Réu - José Ignácio Rodrigues	4
Data	Escrivão subdelegacia	Escrivão Subdelegacia	5
Auto de Qualificação	Escrivão Subdelegacia	Escrivão Subdelegacia	1

⁵ Escrivão da subdelegacia: Manoel Francisco Monteiro

⁶ Escrivão do juízo de paz: Joaquim Roberto Alves

⁷ Escrivão do júri: Caetano José Silva Costa Pessoa

⁸ Juiz de paz: Francisco Teixeira Nogueira

⁹ Delegado: Manoel Joaquim do Sacramento Santos

¹⁰ Juiz Municipal: Antônio José de Britto

¹¹ Juiz de Direito: Francisco Assis Pupo

Interrogatório	Escrivão Subdelegacia	Escrivão Subdelegacia	1
Despacho	Juiz de Direito	Juiz de Direito	1
Certidões	Escrivão subdelegacia) / Escrivão do Júri	Escrivão subdelegacia) / Escrivão do Júri	15
Certidões de Intimação	Escrivão subdelegacia; Oficial de justiça 1 ¹² ; Oficial de justiça 2 ¹³ ; Oficial de justiça 3 ¹⁴	Escrivão subdelegacia; Oficial de justiça 1; Oficial de justiça 2; Oficial de justiça 3	12
Petições	Escrivão Subdelegacia; Delegado; Defensor 1 - Joaquim Xavier de Oliveira; Antonio Leite Godois; Defensor 2 - José Tristão do Lado de Christo; E.R. Manoel ¹⁵	Escrivão Subdelegacia; Delegado; Defensor 1; Defensor 2 - José Tristão do Lado de Christo; E.R. Manoel	8
Resposta à petições	Juiz Municipal; Juiz de Direito	Juiz Municipal; Juiz de Direito	8
Inquirição das Testemunhas	Escrivão subdelegacia	Delegado e testemunhas	6
Termo de Informação	Escrivão subdelegacia	Delegado e testemunhas	2
Juntada	Escrivão do Júri	Escrivão do Júri	14
Juramento	Escrivão do Júri	Escrivão do Júri	2
Apresentada	Escrivão do Júri	Escrivão do Júri	1
Despacho	Juiz de Direito	Juiz de Direito	2
Mandado	Escrivão do Júri; Promotor - Francisco Antonio Pinto; Juiz de Direito	Juiz Municipal; Promotor; Juiz de Direito	6
Apresentação de Libelo Crime (acusação)	Promotor - Francisco Antonio Pinto	Promotor - Francisco Antonio Pinto	1
Chamada das Testemunhas (Audiência do Juri)	Escrivão do Júri	Escrivão do Júri	1
Nota de Culpa	Escrivão do Júri	Escrivão do Júri	1

¹² Oficial de Justiça 1: José Martins de Oliveira

¹³ Oficial de Justiça 2: Felizardo José de Lima

¹⁴ Oficial de Justiça 3: Francisco Joaquim Leme da Silva

¹⁵ Na tabela, surgem vários nomes como defensores do réu, pois há uma sucessão de nomeações conforme e explicado a seguir em 4.3.

Quesitos (perguntas sobre o processo)	Juiz de Direito	Juiz de Direito	1
Resposta do Júri (resumida e desenvolvida)	Presidente do Júri - Jozé Franco de Andrade; Secretário do Júri - Manoel Leite Ramos	Presidente do Júri; Secretário do Júri	2
Sentença	Juiz de Direito	Juiz de Direito	1
Execução da Sentença	Escrivão do Júri	Escrivão do Júri	1
Recibo de Pagamento ao escrivão	Ricardo Gumbenton Dantes (a rogo)	Ricardo Gumbenton Dantes (a rogo)	1

Fonte: elaborado pela autora

Tal qual no processo I, percebe-se que há peças que fazem parte do próprio rito jurídico como *sumário*, *conclusão*, *conclusos*, *notificação*, sem as quais o processo não pode ser levado adiante. Por outro lado, devido às circunstâncias do processo II, ou seja, a culpa do réu, o processo segue da delegacia para o Juízo Municipal e para o Tribunal do Júri, o que gera mais e diferentes peças no processo, quando se compara ao processo I.

4.3. Comparação entre as macroestruturas dos processos: listas das partes processuais

Comparando os quadros 1 e 2, percebe-se que há peças produzidas em ambos os processos, que apresentam fórmulas fixas como “*Eu escrivão que escrevi*”, fórmula que confere oficialidade aos documentos e que marca o tipo de peça.

Por outro lado, nota-se que há peças lavradas em um dos processos, mas não no outro, como por exemplo o *libelo crime*, os *quesitos* e as *petições*, no processo II. A hipótese é que isso ocorre devido à natureza dos réus e das vítimas: no processo I, os réus não são escravizados, ao passo que no processo II, o são; a vítima no processo I não era senhor de escravizados, enquanto no processo II, a vítima é o senhor do escravizado que o matou. Dessa forma, o andamento dos processos se dá de formas e por motivações distintas. O processo I inicia-se e encerra-se na própria delegacia; o delegado faz a inquirição e a investigação do suposto crime e as entrega ao promotor; feita a acusação, entra em cena o advogado de defesa que analisa o processo e elabora uma peça com os argumentos contrários à acusação. Ressalta-se que a vítima era um homem doente sem dinheiro para arcar com tratamentos médicos, um homem pobre e comum. Já o processo II inicia-se com a denúncia do crime feita pelos filhos da vítima, um senhor de escravizados e tenente. Nesse processo II, chama a atenção o fato de que não há defensor para

o réu; ao todo são nomeados cinco diferentes curadores para defendê-lo. A nomeação era feita pelo Juiz, por meio de uma intimação, mas quatro abdicam do caso: o primeiro, Joaquim Xavier de Oliveira, elabora uma petição, dizendo que é encarregado dos negócios particulares do senhor morto e que *“já / tem declarado sua opinião a Respeito/ do mencionado preto”* (fólio 15r.) e, assim não poderia defendê-lo; o segundo, Antonio Joaquim de Sampaio Peixoto, também pede que seja retirado do caso, por tratar de negócios com um dos filhos do finado; o terceiro, Manoel Joaquim do Sacramento Matos, alega estar doente e é o mesmo que aceita a denúncia do assassinato estando diretamente envolvido no processo, acreditando assim que *“será muito, indecoro-/zo aparecer deffendendo aquelle que achou crimi-/nozo”* (fólio 17r.); por fim, o quarto indicado, José Tristão do Lado de Christo, aceita e faz o juramento para ser curador do réu. Apesar do aceite, o curador não recorre das sentenças, o que fica lavrado pelo escrivão (fólio 18v.). Nesse ponto, o processo é enviado ao promotor que oferece o libelo acusatório. O curador então é isento da curadoria por despacho, por motivo de mudança de município, e por fim o professor José Ignácio Rodrigues é quem se torna curador do réu e acompanha o processo até o fim.

Cruzando os dados textuais dos processos e o contexto histórico por detrás desses processos, pode-se levantar a hipótese de que dadas as circunstâncias do crime, dos réus e das vítimas, algumas peças fundamentais em um processo criminal simplesmente não são produzidas no processo II: as alegações da defesa e auto de busca e apreensão da arma do crime.

Chamo atenção ao fato de que no processo I não foi formada a culpa dos réus, apesar de haver testemunhas contra eles e artefatos encontrados na casa dos acusados (que comprovariam a prática de feitiçaria por parte dos réus). O delegado abre o inquérito, mas graças à atuação da defesa, esse processo é arquivado antes de ser levado ao julgamento do júri, em função da alegação do defensor, que centra seus argumentos na fragilidade da acusação quando inclui a palavra *feitiçaria*, crime esse excluído do rol de crimes do Código Penal da época, livrando, assim, os réus. O processo II também passa por uma sequência investigativa, mas durante o inquérito, não há a presença ou a remissão dos autos para um defensor. Após a formação da culpa e a denúncia do promotor, cinco curadores são nomeados, dos quais dois estão impedidos, outros dois recusam a nomeação e um, por fim, assume a função a seis dias da apresentação dos fatos ao Júri e não apresenta nenhuma peça de defesa. Percebe-se, portanto, que no decorrer do processo não há a intenção de fato de estabelecer acusação e contraditório. O réu fica à mercê das indicações dos juízes que, pelo que indica o processo e com o pano de fundo histórico da época, apenas as faz por questões meramente burocráticas, não com o intuito verdadeiro de estabelecer um contraditório e ampla defesa.

Considerações finais

Como dito na introdução deste artigo, o objetivo era apresentar alguns caminhos de como o conhecimento histórico de um contexto maior pode auxiliar o filólogo a compreender a macroestrutura dos documentos sob análise.

Assim, ao longo deste artigo apresentei o panorama histórico no qual viviam os réus dos processos criminais que analiso. Apresentei as questões legais que dirigiam a vida civil e criminal desses mesmos réus e expus as partes que compõem cada um dos processos, bem como a história por detrás dos crimes julgados.

Esse caminho de compreensão e investigação mais aprofundado do contexto histórico demonstra como os fatores extralinguísticos são significativos e relevantes para compreendermos o todo que compõe os processos criminais. A partir dos estudos feitos até agora e apresentados parcialmente neste artigo, tenho confirmado a hipótese de que as macroestruturas e as expressões de impessoalidade refletem e marcam um contexto histórico maior: contexto de parcialidade do sistema jurídico, da sociedade e do Estado Imperial Brasileiro que separava de todas as formas negros/pobres e libertos dos negros escravizados. A parcialidade que tenho encontrado está demarcada não só na estrutura linguística da sentença, mas também na macroestrutura que compõe o processo criminal do século XIX. O silêncio do defensor, a falta de uma peça de defesa, entre outras evidências, são indícios de que esses processos criminais cujos réus são escravizados acusados de homicídio contra seus senhores eram uma forma de coerção, um processo cuja sentença, aparentemente, já havia sido decidida antes de a primeira linha ser escrita.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcanti **A reforma prisional no Recife oitocentista: da cadeia à casa de detenção (1830-1874)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, Pernambuco, 2008. DOI: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7303/1/arquivo3330_1.pdf

BRASIL. **Código Criminal. Lei de 16 de dezembro de 1830**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l16/l16-12-1830.htm. Acesso em 12/05/2019

BÜHLER, Karl. **Sprachtheorie. Die Darstellungsfunktion der Sprache**, Stuttgart New York, (1982) [1934]

DIAS, Carla Regiane. **E morreo curado por pozos e raízes: edição semidiplomatica e estudo de um processo-crime de feitiçaria e homicídio no Brasil Império (século XIX)**. Dissertação de

Mestrado (Filologia e Língua Portuguesa), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

GUZZELLI, César Augusto Barcellos. “Libertos, gaúchos, peões livres e a Guerra dos Farrapos”. In DANTAS, Monica Duarte (org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011, p. 229-261.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth.; & SANTOS, Adriano Rodrigues dos. Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. **Anais do III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade**, 2012. Recuperado em 1 nov. 2019, de https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_TAILLE_ELIZABETH.pdf.

JACOB, Daniel. Representatividad linguística o autonomía pragmática del texto antiguo? El ejemplo del pasado compuesto. In Jacob & Kabatek (eds.) **Lengua medieval y tradiciones discursivas em la Península Iberica. Descripción gramatical – pragmática histórica - metodología**. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 2001.

KABATEK, Johannes. Tradições Discursivas e Mudança Linguística. In Lobo, T.; Ribeiro, I.; Carneiro, Z.; Almeida, N. **Para a História do Português Brasileiro, vol. VI: Novos dados, novas análises**. Salvador: EDUFBA, Tomo II, 2006, p. 505-527.

KOCH, Peter; Oesterreicher, Wulf. Sprache der Nähe–Sprache der Distanz. Mündlichkeit und Schriftlichkeit im Spannungsfeld von Sprachtheorie und Sprachgeschichte. **Romanisches Jahrbuch** 36, 1985, p. 15-43.

KOCH, Peter; OESTERREICHER, Wulf. **Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch**. Tübingen, 1990.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia **Caminhos da Linguística Histórica ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola, 2008, p.10

MOURA, Clovis. **Rebeliões da Senzala**. 3a edição. São Paulo, Lech Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, p. 85-106. [1a ed. 1959]

PIROLA, Ricardo Figueiredo. **Senzala Insurgente. Malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)**. Campinas, Editora UNICAMP, 2011, pp. 161-236

PIROLA, Ricardo Figueiredo. **A lei de 10 junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte** Campinas, SP: [s.n.], 2012

SANTOS, André Carlos. A lei da morte: a pena capital aplicada aos escravos no Brasil Imperial. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, nº 42, jun. 2010. DOI:

<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao42/materia04/texto04.pdf>> Acessado em 20/06/2018.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. **História do falar e história da língua**. Campinas. Ed. Unicamp, 1993.

SIMÕES, José da Silva. **Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerúndio no português brasileiro**. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. DOI: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-04102007-140928/publico/TESE_JOSE_SILVA_SIMOES_VOLUME_I.pdf

SIMÕES, José da Silva; KEWITZ, Verena. Traços linguísticos-discursivos em corpora do português brasileiro. **Estudos linguísticos XXXV**, 2006 p. 1018-1027.

SIMÕES, José da Silva; KEWITZ, Verena. Normas linguísticas, história social, contatos linguísticos e tradições discursivas: transformando encruzilhadas em novos caminhos para a constituição de corpora diacrônicos. In Castilho, A.T. de (Org.) **História do Português Paulista**. Vol. I. Série Estudos. Campinas, Publicações/IEL, FAPESP, 2009. [699-720]

Análise diplomática de cartas da administração colonial da região norte do Brasil

Marina Pessoa Silva

Introdução

Este artigo apresenta resultados parciais de pesquisa realizada no âmbito do mestrado em Filologia e Língua Portuguesa. O *corpus* do trabalho é composto por correspondências que fazem parte da administração colonial do Brasil na segunda metade do século XVIII, datadas entre 1751-1757. Trata-se de trinta e cinco cartas, com um total de cento e cinquenta fólios, enviados a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador geral dos estados do Grão-Pará e Maranhão, e estão localizadas na Biblioteca Nacional de Portugal - BNP, catalogadas na coleção José António Moniz. As correspondências organizam-se em dois grupos: I - cartas enviadas por padres, bispos e pessoas comuns envolvidas na dinâmica da administração colonial da região (17); II - cartas enviadas por Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, governador general da capitania do Maranhão (18).

A produção documental do século XVIII é muito ampla e extensa. Sendo assim, a contribuição de estudos realizados nesse período é significativa. A região norte, por sua vez, destaca-se pela escassez de análises filológicas realizadas nesse período. Portanto, a escolha da região se dá pela necessidade de ampliação de estudos filológicos sobre a administração colonial dessa região do país. Há ainda uma complexidade historiográfica que se mostra como objeto de estudo considerável para compor aspectos do desenvolvimento linguístico e social do Brasil no século XVIII.

A edição escolhida para as cartas estudadas é a semidiplomática, por preservar o estado de língua em que os documentos foram escritos, ao mesmo tempo, que facilita a sua leitura, e repara problemas de correntes de cópias ou deteriorações diversas. A transcrição realizada segue as “Normas para Transcrição de documentos para a História do Português do Brasil” (CAMBRAIA; CUNHA; MEGALE, 1999, p. 23-6).

Neste artigo, apresenta-se uma análise diplomática de parte desse material, comparativamente, para verificar como cada carta se configura, tendo como base os estudos diplomáticos e tipológicos propostos por Bellotto (2002). A autora apresenta e define a Diplomática como responsável pelo estudo da “estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ ou notarial” (BELLOTTO, 2002, p.13). Para além, de acordo com a autora, da estrutura formal, “não é possível dissociar a diagramação e a construção material do documento

do seu contexto jurídico - administrativo de gênese, produção e aplicação” (BELLOTTO, 2002, p.13), nesse ponto, é fundamental sublinhar as mudanças da finalidade do estudo diplomático iniciado no século XVI em que seu objetivo concentrava-se na “autenticidade formal dos documentos” e que hoje ocupa outro nível em que o objetivo da sua análise “concentra-se na gênese, na constituição interna, na transmissão e na relação dos documentos entre seu criador e o seu próprio conteúdo, com a finalidade de identificar, avaliar e demonstrar sua verdadeira natureza.” (BELLOTTO, 2002, p.17).

A Tipologia Documental, por sua vez, é apresentada como ampliação do estudo diplomático “em direção à gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora” (BELLOTTO, 2002, p.19). Bellotto define ainda o objeto da Diplomática e da Tipologia textual respectivamente como a “configuração interna do documento, o estudo jurídico de suas partes e dos seus caracteres para atingir sua autenticidade” (BELLOTTO, 2002, p.19) e o segundo, que além do objeto diplomático, tem como objeto próprio “estudá-lo enquanto componente de conjuntos orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade” (BELLOTTO, 2002, p.19).

Para fazer uma análise diplomática e tipológica, é necessário aplicar as metodologias de identificação competentes a cada uma das disciplinas, para a diplomática é preciso estabelecer: “I - a sua autenticidade relativamente à espécie, ao conteúdo e à finalidade; II - a datação (datas tópicas e cronológicas); III - a sua origem/ proveniência; IV - a transmissão/tradição documental e V - a fixação do texto” (BELLOTTO, 2002, p. 21). Para a identificação tipológica é necessário: “I - a sua origem/ proveniência; II - a sua vinculação à competência e as funções da entidade acumuladora; III - a associação entre a espécie em causa e o tipo documental; IV - o conteúdo e V - a datação” (BELLOTTO, 2002, p.19).

Trata-se de percurso investigativo criterioso que exige o acesso a uma documentação ampla, que permita identificar as características predominantes de cada texto e estabelecer classificações referentes ao documento propriamente dito como também ao contexto de produção envolvido, como foi o caso de Bellotto ao analisar os manuscritos pertencentes ao Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”, importante trabalho que resultou na sistematização das diversas espécies documentais publicadas nos catálogos do projeto.

A própria autora, no entanto, faz uma ressalva: afirma que o levantamento que ela fez se limita aos textos aos quais teve acesso, portanto, precisa ser ampliado para outros contextos e outros documentos. Dessa forma, este trabalho, ao mesmo tempo em que apresenta o estudo de parte das cartas que compõem o *corpus* da pesquisa, também serve como contribuição para estudos em Diplomática e Tipologia Documental, principalmente, em relação à carta,

considerada documento não diplomático, portanto, sem estar sujeito a uma estrutura fixa, embora com tendência para uma estrutura mais ou menos padronizada.

O caminho a ser percorrido neste trabalho tem como base a espécie documental carta, partindo da definição de Bluteau, no século XVIII, período em que o *corpus* foi produzido, e por meio de outros dicionários, como Moraes (1789) e Houaiss (2001), depois disso, em continuidade ao levantado por Bellotto, trabalhar com a sua relação com a produção desse documento no contexto do secretariado português.

Parte-se, portanto, de modo geral, de carta como correspondência administrativa no século XVIII, e de modo específico, com base no próprio *corpus*, no âmbito da administração portuguesa no Grão-Pará e Maranhão. Por fim, apresenta-se a análise diplomática de dezoito das trinta e cinco cartas em análise.

1 O estudo de cartas da administração colonial

O estudo de cartas da administração colonial ao longo do tempo tem se mostrado muito profícuo, pois a comunicação entre colônia e metrópole era mais do que fundamental para o processo iniciado com as grandes navegações, em que a circulação de informações por meio desse tipo de documento era o mais eficaz para garantir o cumprimento das ordens vindas da coroa e para que a coroa tomasse conhecimento dos acontecimentos da colônia. Sendo assim, acabou adquirindo um valor inestimável nos estudos que buscam identificar as formas de atuação dos governos da época no período em que o Brasil era submetido às ordens do governo de Portugal. Diante da importância da troca de informações “rápidas”, o ato de escrever cartas começa a ocupar um lugar de destaque na sociedade da época, momento em que é possível observar a criação de métodos para o processo de escrita.

Observando especificamente o século XVIII, período ao qual as cartas analisadas neste trabalho pertencem, encontramos estudos variados que identificaram a carta como elemento primordial em vários aspectos e contextos, cabível de análises que incorporam várias teorias. Contudo, buscaremos inicialmente identificá-la a partir da sua definição dicionarizada. O objetivo dessa identificação é sobretudo traçar um percurso inicial em torno dessa espécie documental.

Em 1728, o religioso Raphael Bluteau, em seu Vocabulário Portuguez & Latino, apresenta a seguinte definição para carta: “CARTA. Papel, escrito a pessoa ausente”(BLUTEAU, 1728). A definição de Bluteau é seguida por uma lista que indica os “tipos” de carta que se pode compor, dentre eles, destacam -se: “Carta escrita com confiança” e “Cartas, em que se dá novas de victoria”.

Na segunda metade do século XVIII, em 1789, encontramos a definição de Antonio de Moraes Silva, no Dicionário da lingua portugueza composto pelo padre D.Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, em que a definição de carta é apresentada como: “CARTA. s.f. Papel escrito, em que se contém alguma noticia” (SILVA, 1789). A ampliação feita por Moraes ao Vocabulário de Bluteau também apresenta uma lista de “tipos” e exemplos de cartas. Destacam-se: “carta mandadeira, ou missiva; [...] Carta, que contém ordem, licença”. “Cartas patentes, [...] Carta de camara. “Carta de favor, de recommendação, de desafio, cujo contexto se dirige a pedir favor, recommendar alguém, desafiar”. “Carta direita: provisão sobre coisa de justiça, opposto á de graça e mercè”.

No século XIX, no Diccionario da lingua brasileira, de 1832, Luiz Maria da Silva Pinto, define carta como: “CARTA. s.f. Escrita a pessoa ausente” (PINTO, 1832). Esse dicionário não acrescenta tipos nem exemplos. Por fim, dando um salto cronológico, temos a definição proposta por Antonio Houaiss, 2001 no

Dicionário Houaiss da língua portuguesa: “CARTA. s.f. 1. Mensagem escrita que se envia a uma pessoa, ger. num envelope; missiva, epístola” (HOUAISS, 2001).

Observa-se que em todas as definições encontradas nos dicionários, a carta está relacionada ao ato de comunicar-se através da escrita com uma pessoa ausente. Sendo assim, carta parece assumir um lugar de afetividade, em que a troca é exercida para noticiar algo a alguém afetiva ou hierarquicamente importante, de acordo com a dinâmica administrativa. Ou seja, ainda que na administração pública do século XVIII a carta fosse uma forma de organizar a sociedade colonial, exercendo uma função menos afetiva e mais racional, é curioso notar como essa relação é estabelecida hierarquicamente, mas com uma familiaridade estabelecida pelo interesse em comum de defender a colônia garantindo os frutos para a coroa. Além disso, era comum que os administradores coloniais fossem parentes, amigos e pessoas de confiança.

Na obra “Secretario Portuguez, ou methodo de escrever cartas por meio de huma instrução preliminar: Regras de Secretaria; Formulario de tratamentos, e hum grande numero de cartas em todas as especies, que tem mais uso, com varias Cartas Discursivas sobre as Obrigações, Virtudes, e Vícios do novo Secretario” composta por Francisco José Freire de 1786, identifica-se na “Introdução preliminar” uma possível definição de carta no contexto do secretariado:

Naõ ha cousa mais commum como o escrever cartas: e com tudo naõ he cousa commum o sabellas compôr. A necessidade da vida faz com que cada hum entre a fazellas; **porque tanto aos ignorantes, como aos sabios frequentemente he preciso o communicarem-se por meio de cartas com os ausentes**: Porém pelo ordinario só he proprio de pessoas intelligentes o compollas com methodo, e boa fórma [...]” (FREIRE, 1786, p. VII) (grifo nosso).

Observa-se ainda, que muito antes do século XVIII, a carta já era definida em tratados e outros manuais como uma forma de comunicação entre pessoas com um certo grau de proximidade como nos aponta Monte (2015): “A carta era vista, tanto nos tratados epistolares antigos quanto naqueles escritos posteriormente, do período medievo em diante, como um diálogo entre amigos, ou como parte de um diálogo, devendo ser breve, clara e adaptada ao estilo mais adequado ao destinatário” (MONTE, 2015, p.269).

Considerando a análise diplomática do *corpus*, cartas enviadas pelo governador general do Maranhão Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, verifica-se um grau de proximidade e ao mesmo tempo de obediência, dessa forma, ao mesmo tempo que se destaca esse “diálogo entre amigos”, fica claro também o estabelecimento do conceito mais formalizado com a utilização da estrutura e de fórmulas características das cartas administrativas, como será observado a seguir.

2 Espécie documental e análise diplomática

De acordo com Bellotto (2002), a espécie documental carta é definida como “documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso” (BELLOTTO, 2002, p.51). A autora ainda destaca como “correspondência de alto escalão da administração pública”, apresentando um formato “largamente utilizado” para transmissão de informações, favores, entre outros. Quanto à padronização evidencia que “Sem ser obrigatório, diplomaticamente, há uma certa padronização”. (BELLOTTO, 2002, p.51).

Tendo como exemplo a carta abaixo, observa-se que apresenta uma estrutura semelhante de acordo com a ideia expressa por Bellotto da existência de uma “certa padronização” estrutural, ainda que não tenha uma obrigatoriedade diplomática. O modelo que se apresenta segue a estrutura: *protocolo inicial, texto e protocolo final*.

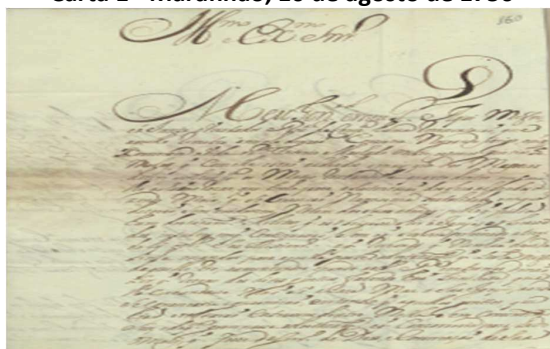
Quadro 1 - Composição da carta

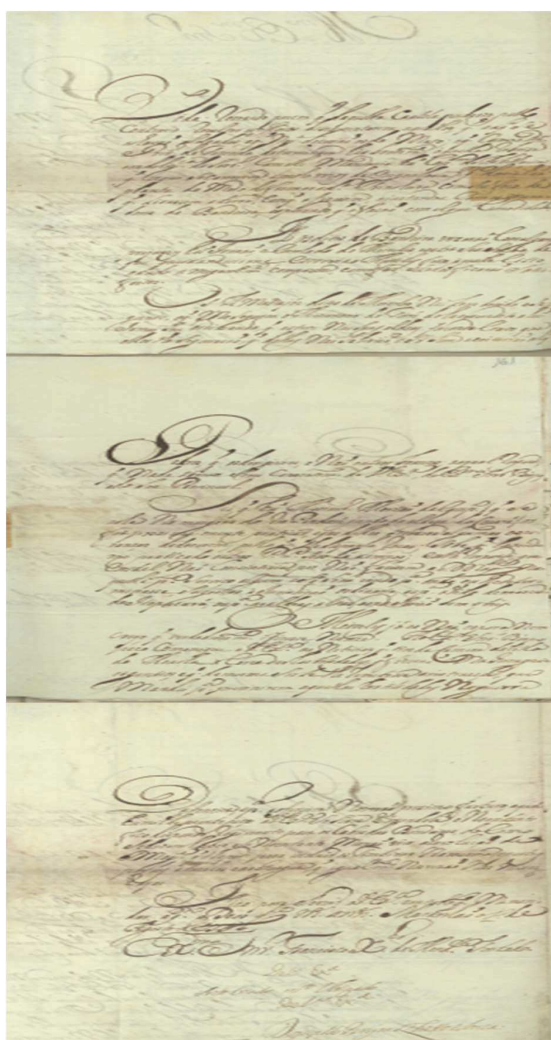
Espécie documental: Carta	
Protocolo Inicial	<p><i>Illustríssimo, e Excelentíssimo Senhor</i> <i>Meu General e meu Senhor. Aqui me fez,</i> <i>e á lunta o Vezitador Proviçal da Companhia, huma representaçãõ, que</i> <i>aquella remeteo à minha decizaõ:</i></p>

<p>Texto</p>	<p>Consistia No grande pirigo, em <i>que</i> <Se> Conservava a Vida o <i>Padre</i> Antonio Machado entre os poucos g[i]ntios Sa= [Melas], <i>que</i> Com elle estão aldeados, e mais, <i>que</i> dos Mesmos de[c]em, e voltaõ <i>para</i> os Matos, roubando lhe quanto dentro em [casa] lhe acha[vaõ] e roças <i>que</i> tinha <i>para</i> a sustençaõ dos seus aldeado[s], di= zendo Mais, <i>que</i> se Conservaõ Na mesma br[a]t[o]lidade em <i>que</i> deceraõ, Sem cuidarem No bem das Suas almas; pello <i>que</i> pidia hum destacamento Militar, <i>que</i> os obrigasse a hir à Igreja/ e o Liv[asse] dos insultos em <i>que</i> Continuavaõ, Sem o <i>que</i> Se veriâ pressizado a tirar do Ly[o dito] Seu Missionario: o <i>que</i> respondi, <i>que</i> Nenh[uã] duvida tinha mandar <i>para</i> aquella parte, o destacamento <i>que</i> tinha [Na foz] daquelle rio, aumentando[o], e pondo ao [dito] <i>Padre</i> em termos de naõ ter <i>que</i> recear dos ditos gintios, fazendo huã trincheira, <i>que</i> lhe circundasse, Naõ Só a Caza Maz a Sua Igreja, aonde Se conservaria a guarniçaõ, evitando <i>que</i> aquelles gintios, <i>que</i> hiaõ e voltavaõ Entrassem dentro Nella, Sem Consentimento Seu, e de <i>quem</i> governasse o destacamento, e <i>que</i> Concorreria <i>para</i> tudo o mais, <i>que</i> fosse do serviço de Deos, e Conservaçãõ de Sua Vida; receando porem, <i>que</i> daquelle Cautela pudesse pelo Contrario rezultar os [ff]eitos de se auzentarem aquelles, <i>que</i> ahyse achavaõ aldeados, e <i>que</i> Naõ deceriaõ os do Mato; e <i>que</i> Como o <i>dezebargador</i> Provedor da Fazenda determinava hir brevemente àquelle ribeira em deligencia do Serviço, Com elle Mandariã huCapitam de Artilharia <i>que</i> aqui Se conserva, tendo [vizos] da Engenharia, <i>quem</i> daria huã planta do Modo de firmar a dita [T]rincheira com Seu foco, de <i>que</i> tirassem a terra, Com <i>que</i> a fizessem, ajustando a Com os mora= dores da Bandeira, esperando, <i>que</i> o façãõ com alguã Comodidade. Aos ditos da Bandeira vexaraõ Com alguns prejuizos hulrmaõ, e Cunhado do Meireles, e outro Seu So[cio], de <i>que</i> queixandosse me Escrevia o Meireles fosse àquelle Citio, e tudo amigavelmente compuzesse, como o fez, e todos ficaraõ Satis= feitos. Os AMaNajóz ditos do Meireles, Nao tem decido, e Se= gundo, o <i>que</i> Me Segurou o Missionario do [Terrí] de haverem dito a hu Irmaõ Seu ordinando, <i>que</i> esteve Nas suas aldeas fazendo Cravo, <i>que</i> elles lhe Seguraraõ, <i>que</i> dellas Nao Sahiriaõ e Só Sim aceitariaõ ahy Padres, <i>que</i> os dirigissem, e Naõ outros brancos; ao qual respondi; <i>que</i> Nada obrasse Sem Consentimento de Vossa Excelência, do <i>Excelentíssimo</i> <i>Senhor Bispo,</i> <i>e do Seu Provincial.</i> Sei, <i>que</i> hu Missionário Alemãõ de Companhia / <i>que</i> Se acha Na margem do rio Pindaré, junto da aldeya do Carará / os foi proxima-mente praticar, e <i>que</i> delles trouxera algumas espe= ranças de decerem; pello <i>que</i> lhe dispunha roças; Sobe <i>que</i> havendo mo praticado outros [Padres] seos há tempos; eu lhe respondi, <i>que</i> Em tal Naõ Consintiriã, por Naõ fazerem [a] Sua Magestade Na= quella parte Serviço algum e Só Sim vindo <i>para</i> onde eu lhe deter= minasse, Sugeitos</p>
---------------------	---

	<p>à Jurisdição ordinaria, ou para a Villa demarcada de Itapucurú, ou para as aldeas altas, aonde Serião bem uteis.</p> <p>O Meireles, já os Não espera, Nem creyo <i>que verdadeiramente</i> o fizesse Nunca. Ao <i>Excelentissimo Senhor</i></p> <p>Bispo</p> <p>peço Cómonique que a <i>Vossa Excelência</i> as Noticias, <i>que</i> tive da Camera da Villa do Moucha a Cerca das hostilidades, <i>que</i> fizeraõ Na Gurugueia os gentios, e <i>que</i> da mesma Sorte lhe remetesse a instrucção, que Mandei para previnirem aquellas hostilidades Na guerra Defenciva, e para a ofenciva No veraõ proximo fucturo, a qual humildemente peço a <i>Vossa Excelência</i> Se Sirva emenda la, e No entanto fico dispondo regimento para os Cabos das Bandeiras, de Como Se devem haver, Se No entanto Me não vi[ir] a rezolução de Sua Magestade, que lhe pidi para incluir os Timbiras Na mesma, e por tres partes ataca los, e ao Guegue, que igualmente Nos vi[r]aõ Nas Nossaz r[a]yas.</p>
<p>Protocolo Final</p>	<p>Fico para Servir a <i>Vossa Excelência</i> em tudo <i>que</i> Me mandar, a quem Deos <i>guarde</i> Muitos annos Maranhão o [10] de Agosto de 1756.</p> <p><i>Excelentissimo Senhor</i> Francisco Xavier de Mendonça Furtado.</p> <p>De <i>Vossa Excelência</i> Servo Criado Muito Ubrigado de <i>Vossa Excelência</i> Gonçallo Perejra Lobatto e Souza.</p>

Carta 1 - Maranhão, 10 de agosto de 1756





A carta analisada é datada de 10 de agosto de 1756, no Maranhão, no contexto da administração colonial da região norte do Brasil. Enviada por Gonçalo Pereira Lobato e Sousa para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sendo o primeiro governador general do Maranhão e o segundo governador geral do Estado do Grão-Pará e do Maranhão, a temática da carta versa sobre questões com os “gentios” que passaram a ir contra a vida de um padre, tirando o sossego daquela vila. Fala das providências com a construção de trincheiras e especula sobre uma possível guerra que estaria ocorrendo em outras vilas contra outras tribos. É recorrente a exposição de mais de um tema nas cartas enviadas por Gonçalo, o que confere uma extensão diferente da esperada para a espécie documental carta, que geralmente apresenta uma extensão menor, com um único tema.

Dentro da decodificação diplomática em que as partes do texto são organizadas com a união das partes distintas, protocolo inicial, o texto e o protocolo final, conforme aponta

Bellotto, observam-se as coordenadas e as variantes de cada documento.

O texto do discurso diplomático, na realidade, é a união entre partes distintas: o protocolo inicial, o texto propriamente dito e o protocolo final. Nessas três partes evidenciam-se as coordenadas (representadas pelas fórmulas diplomáticas obrigatórias, próprias da espécie documental determinada pelo ato jurídico e seu objetivo) e as variantes (teor pontual e circunstancial relativo às especificidades do ato aplicado a um fato, pessoa ou assunto). (BELLOTTO, 2002, p.39).

Dessa forma, observamos a seguinte organização na cartapresentada como exemplo:

Quadro 2 - Análise diplomática

Análise diplomática	
Protocolo inicial ou protocolo	
I - invocação (invocatio)	
II - titulação (intitulatio)	<i>Illustríssimo, e Excelentíssimo Senhor Meu General e meu Senhor</i>
III - direção ou endereço (inscriptio)	
IV - saudação (salutatio)	
Texto	
I - preâmbulo (prologus ou exordium)	Aqui me fez, e á lunta o Vezitador <i>Provinçal</i> da <i>Companhia</i> , huma representaçãõ, que aquella remeteo à minha decizaõ:
II - notificação (notificatio ou promulgatio)	Consistia No grande pirigo, em <i>que</i> <Se> Conservava a Vida o <i>Padre</i> Antonio Machado entre os poucos g[i]ntios Sa= [Melas], <i>que</i> Com elle estaõ aldeados,

<p>III - exposição (narratio)</p>	<p>e mais, que dos Mesmos de[c]em, e voltaõ <i>para</i> os Matos, roubando lhe quanto dentro em [casa] lhe acha[vaõ] e roças que tinha para a sustençaõ dos seus aldeado[s], di= zendo Mais, <i>que</i> se Conservaõ Na mesma br[a]t[o]lidade em que deceraõ, Sem cuidarem No bem das Suas almas; pello <i>que</i> pidia hum destacamento Militar, <i>que</i> os obrigasse a hir à Igreja/ e o Liv[asse] dos insultos em <i>que</i> Continuavaõ, Sem o <i>que</i> Se veriã pressizado a tirar do Ly[o dito] Seu Missionario: o <i>que</i> respondi, <i>que</i> Nenh[uã] duvida tinha mandar para aquella parte, o destacamento <i>que</i> tinha [Na foz] daquelle rio, aumentando[o], e pondo ao [dito] Padre em termos de não ter <i>que</i> recear dos ditos gintios, fazendo huã trincheira, <i>que</i> lhe circundasse, Não Só a Caza Maz a Sua Igreja, aonde Se conservaria a guarniçaõ, evitando <i>que</i> aquelles gintios, <i>que</i> hiaõ e voltavaõ Entrassem dentro Nella, Sem Consentimento Seu, e de <i>quem</i> governasse o destacamento, e <i>que</i> Concorreria para tudo o mais, <i>que</i> fosse do serviço de Deos, e Conservaçã de Sua Vida; receando porem, <i>que</i> daquelle Cautela pudesse pello Contrario rezultar os [ff]eitos de se auzentarem aquelles, <i>que</i> ahyse achavaõ aldeados, e <i>que</i> Não deceriaõ os do Mato; e <i>que</i> Como o desembargador Provedor da Fazenda determinava hir brevemente àquella ribeira em deligencia do Serviço, Com elle Mandariã huCapitam de Artilharia <i>que</i> aqui Se conserva, tendo [vizo] da Engenharia, <i>quem</i> daria huã planta do Modo de firmar a dita [T]rincheira com Seu foco, de <i>que</i> tirassem a terra, Com <i>que</i> a fizessem, ajustando a Com os mora= dores da Bandeira, esperando, <i>que</i> o façaõ com alguã Comodidade. Aos ditos da Bandeira vexaraõ Com alguns prejuizos hulrmaõ, e Cunhado do Meireles, e outro Seu So[cio], de <i>que</i> queixandosse me Escrevia o Meireles fosse àquelle Citio, e tudo amigavelmente compuzesse, como o fez, e todos ficaraõ Satis= feitos.</p> <p>Os AMaNajóz ditos do Meireles, Nao tem decido, Se= gundo, o <i>que</i> Me Segurou o Missionario do [Terr] de haverem dito a hu Irmaõ Seu ordinando, <i>que</i> esteve Nas suas aldeas fazendo Cravo, <i>que</i> elles lhe Seguraraõ, <i>que</i> dellas Nao Sahiriaõ e Só Sim aceitariaõ ahy Padres, <i>que</i> os dirigissem, e Não outros brancos; ao qual respondi; <i>que</i> Nada obrasse Sem Consentimento de Vossa Excelência, do Excelentíssimo Senhor Bispo, e do Seu Provincial.</p> <p>Sei, <i>que</i> hu Missionário Alemão de Companhia / <i>que</i> Se acha Na margem do rio Pindaré, junto da aldeya do Carará / os foi proxima-mente praticar, e <i>que</i> delles trouxera algumas espe= ranças de decerem; pello <i>que</i> lhe dispunha roças; Sobe <i>que</i> havendo mo praticado outros [Padres] seos há tempos; eu lhe respondi, <i>que</i> Em tal Não Consintiriã, por Não fazerem [a] Sua Magestade Na= quella parte Serviço algum e Só Sim vindo <i>para</i> onde eu lhe deter= minasse, Sugeitos à lurisdiçaõ ordinaria, ou <i>para</i> a Villa demarcada de Itapucurú, ou <i>para</i> as aldeas altas, aonde Seriaõ bem uteis. O Meireles, já os Não espera, Nem</p>
---------------------------------------	---

	creyo <i>que</i> verdadeiramente o fizesse Nunca. Ao <i>Excelentissimo</i> Senhor Bispo peço Cómonique que a <i>Vossa Excelência</i> as Noticias, <i>que</i> tive da Camera da Villa do Moucha a Cerca das hostilidades, <i>que</i> fizeraõ Na Gurugueia os gentios, e <i>que</i> da mesma Sorte lhe remetesse a instrucçaõ, <i>que</i> Mandei <i>para</i> previnirem aquellas hostilidades Na guerra Defenciva, e <i>para</i> a ofenciva No veraõ proximo fucturo,
IV - dispositivo (dispositio)	a qual humildemente peço a <i>Vossa Excelência</i> Se Sirva emenda la, e No entanto fico dispondo regimento para os Cabos das Bandeiras, de Como Se devem haver, Se No entanto Me naõ vi[ir] a rezoluçaõ de <i>Sua Magestade</i> , <i>que</i> lhe pidi para incluir os Timbiras Na mesma, e por tres partes ataca los, e ao Guegue, <i>que</i> igualmente Nos vi[r]aõ Nas Nossaz r[a]yas.
V - sanção (sanctio ou minatio)	
VI - corroboração ou causas finais	
(valoratio ou corroboratio)	
Protocolo final ou escatocolo	
I - subscrição/ assinatura (subscriptio)	Gonçallo Perejra Lobatto e Souza.
II - datação (datatio)	Maranhaõ [10] de Agosto de 1756.
III - precação (apprecatio)	

De acordo com Bellotto (2002), cada espécie documental apresenta características estruturais próprias, ou seja, ainda que exista uma organização estrutural mais detalhada, ela terá variações próprias dentro dessa organização de acordo com sua espécie documental, sendo assim, observa-se que a espécie documental carta pode apresentar apenas: “Protocolo inicial: datas tópica e cronológica. Endereçamento. Direção. Texto: paragrafado, com a exposição e o objetivo da carta. Protocolo final: fecho de cortesia, assinatura, nome e cargo do signatário”.

(BELLOTTO, 2002, p.51). Ainda “Protocolo inicial: Direção - Senhor, seguido da titulação do signatário. Texto: conteúdo, que nos casos mais freqüentes é de teor administrativo. Protocolo final: datas tópica e cronológica e assinatura do autor”. (BELLOTTO, 2002, p.52). A carta selecionada segue a segunda estrutura.

Quadro 3 - Análise diplomática

Protocolo inicial	Direção	<i>Illustríssimo, e Excelentíssimo Senhor</i> Meu General e meu <i>Senhor</i>
Texto paragrafado	Exposição	Consistia No grande pirigo, em <i>que</i> <Se> Conservava a Vida o <i>Padre</i> Antonio Machado entre os poucos <i>g[i]ntios</i> Sa= [Melas], <i>que</i> Com elle estaõ aldeados, e mais, que dos Mesmos de[c]em, e voltaõ <i>para</i> os Matos, roubando lhe quanto dentro em [casa] lhe acha[vaõ] e roças que tinha para a sustençaõ dos seus aldeado[s], di= zendo Mais, <i>que</i> se Conservaõ Na mesma br[a]t[o]lidade em que [...]
	Objetivo	a qual humildemente peço a <i>Vossa Excelência</i> Se Sirva emenda la, e No entanto fico dispondo regimento para os Cabos das Bandeiras, de Como Se devem haver, Se No entanto Me naõ vi[ir] a rezoluçaõ de <i>Sua Magestade</i> , <i>que</i> lhe pidi para incluir os Timbiras Na mesma, e por tres
		partes ataca los, e ao Guegue, <i>que</i> igualmente Nos vi[r]aõ Nas Nossaz r[a]yas.
Protocolo final	Datas tópica e cronológica	Maranhão [10] de Agosto de 1756.
	Assinatura do autor	Gonçallo Perejra Lobatto e Souza.

III - exposição (narratio)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X
IV - dispositivo (dispositio)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
V - sanção (sanctio ou minatio)							X		X	X	X		X					X
VI - corroboração ou causas finais (valoratio ou corroboratio)		X		X		X						X		X				
Protocolo final ou escatocolo																		
I - subscrição/ assinatura (subscriptio)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
II - datação (datatio)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
III - precação (apprecatio)																		

A análise diplomática inicial nos permite verificar estruturas semelhantes entre as cartas quanto ao protocolo inicial, o texto e o protocolo final de acordo com suas subdivisões. As cartas aparecem por números e seguem uma ordem cronológica dentro do conjunto das enviadas por Gonçalves Pereira Lobato e Sousa. A carta 1 é datada de 10 de agosto de 1756 e foi utilizada como exemplo no quadro 1. A datação tópica e cronológica das demais estão listadas no quadro a seguir para melhor identificação:

Quadro 5 - Datas tópicas e cronológicas

1	Rio Negro (Maranhão)	1756, Agosto 10
2	Maranhão	1756, Setembro 04
3	Maranhão	1757, Março 08
4	Maranhão	1757, Abril 30

5	Maranhão	1757, Junho 20
6	Maranhão	1757, Junho 26
7	Maranhão	1757, Setembro 12
8	Maranhão	1757, Outubro 01
9	Maranhão	1757, Outubro 15
10	Maranhão	1757, Outubro 15
11	Maranhão	1757, Outubro 16

12	Maranhão	1757, Outubro 28
13	Maranhão	1757, Novembro 09
14	Maranhão	1757, Novembro 09
15	Maranhão	1757, Novembro 09
16	Maranhão	1757, Novembro 09
17	Maranhão	1757, Novembro 09
18	Maranhão	1757, Novembro 10

O protocolo inicial está organizado em: I - invocação (*invocatio*), II - titulação (*intitulatio*), III - direção ou endereço (*inscriptio*) e IV - saudação (*salutatio*). A primeira carta do conjunto selecionado, assim como as demais, apresenta apenas a titulação que de acordo com Bellotto (2002) é “formada pelo nome próprio da autoridade (soberana ou delegada) de que emana o ato e por seus títulos” (BELLOTTO, 2002, p.39).

A parte destinada ao texto está organizado em: I - preâmbulo (*prologus* ou *exordium*), II - notificação (*notificatio* ou *promulgatio*), III - exposição (*narratio*), IV - dispositivo (*dispositio*), V - sanção (*sanctio* ou *minatio*), VI - corroboração ou causas finais (*valoratio* ou *corroboratio*). Nessa parte da estrutura, encontramos variações, pois se trata da maior parte do texto em que é necessária uma cautela na análise. Uma dificuldade encontrada para definir as subdivisões do texto no *corpus* analisado ocorreu devido à extensão das cartas e ao fato de apresentarem muitos parágrafos e mais de um assunto. O contexto histórico nos dá pistas sobre essas ocorrências apontando para o fato da dificuldade de comunicação entre a colônia e a metrópole.

A organização observada destaca a presença do preâmbulo (prologus ou exordium) em 16 das 18 cartas. O preâmbulo, de acordo com Bellotto (2002), é a parte em que “se justifica (por razões de ordem moral, jurídica ou material) a criação do ato” (BELLOTTO, 2002, p.40). A notificação (notificatio ou promulgatio) “que pode ser entendida na expressão “tenho a honra de comunicar a vós”” (BELLOTTO, 2002, p.40) foi identificada em apenas 3 das 18 cartas. Já a exposição (narratio) “na qual são explicitadas as causas do ato, o que o originou, quais as necessidades administrativas, políticas, jurídicas, econômicas, sociais ou culturais que o tornaram necessário” (BELLOTTO, 2002, p.40) só não está presente na carta 10 datada de 15 de outubro de 1757. O dispositivo (dispositio), por sua vez, aparece em todas as cartas e é definido como “a substância do ato, seu “assunto” propriamente dito, em que se determina o que se quer (iniciado por um verbo na primeira pessoa, como “ordeno”, “mando”, “estabeleço”, “sou servido ...” etc” (BELLOTTO, 2002, p.40). Cabe ressaltar que apesar de considerar essa divisão em todas as cartas, observamos que os termos usados demonstram uma submissão do remetente, por isso aparecem de forma mais “branda”, como por exemplo a preferência pelo uso do verbo “pedir”.

A sanção (sanctio ou minatio), “na qual se assinalam as penalidades, no caso do não cumprimento do dispositivo”, e a corroboração ou causas finais (valoratio ou corroboratio), “em que se dispõe sobre os meios morais ou materiais que asseguram a execução do dispositivo (alguns autores classificam essa parte final do texto segundo suas variantes: cominatórias, que podem ser penais ou espirituais, de garantia, de renúncia ou de corroboração)”(BELLOTTO, 2002, p.40), fecham a parte do texto e aparecem da seguinte forma nas cartas: seis apresentam a sanção e cinco a corroboração.

O protocolo final apresenta: subscrição/ assinatura (subscriptio), datação (datatio) e precação (apprecatio). Observa-se nas 18 cartas a subscrição/ assinatura (subscriptio) “isto é, a assinatura do emissor/autor do documento ou quem o faça por sua ordem”; e a datação (datatio) em que “É preciso distinguir a data tópica da data cronológica, ou o elemento topográfico do elemento cronológico. A primeira é referente à forma como está designado no documento o local onde ele foi assinado”. (BELLOTTO, 2002, p.40). Já a precação (apprecatio), “onde, por meio de dois elementos (assinatura de testemunhas e sinais de validação, com carimbos e selos), reitera-se a legalidade do documento” (BELLOTTO, 2002, p.40) não teve ocorrência em nenhuma das cartas selecionadas para análise.

Considerações finais

O estudo de cartas da administração colonial mostra-se fundamental para diversas áreas

do conhecimento possibilitando o estudo de vários aspectos desde sua origem. O presente trabalho optou por iniciar seu percurso com as definições encontradas a partir do século XVIII, com o dicionário de Bluteau, avançando até as definições encontradas no século XXI, com a definição de Houaiss. Considerou-se também o contexto do secretariado português, com o manual de Freire, até chegarmos na definição de Bellotto e, assim, concretizar a análise diplomática.

As definições, para o *corpus* analisado, foram de grande importância, uma vez que se percebe, por meio da composição das cartas, assuntos variados que mesclam o caráter formal com o pessoal, a proximidade e o distanciamento. Dessa forma, foi possível associar a função da carta e os desdobramentos de sua inserção em um contexto mais formalizado, como o da administração colonial.

A análise diplomática, por um lado, cumpre sua função quando nos permite organizar estruturalmente as cartas e compará-las a partir de análises significativas que abrem possibilidades para a identificação de práticas de escrita do período e do local onde foram produzidas. Por outro, amplia o conjunto de estudos sobre documentos da administração colonial, auxiliando na composição de material para estudos mais sistematizados, ainda escassos em relação a manuscritos modernos. Um *corpus* com características estruturais complexas como a das cartas nos provoca questionamentos quanto à percepção de cada parte da estrutura apresentada. Com isso, percebe-se a importância do detalhamento de trabalhos com o feito por Bellotto.

No âmbito da pesquisa de mestrado, a análise das 18 cartas ainda será confrontada com as outras 17 que fazem parte do conjunto estudado e que foram escritas por autores variados. A análise desse conjunto mostra-se relevante para a pesquisa realizada no contexto da filologia e língua portuguesa e busca colaborar para ampliação de materiais estudados diplomaticamente.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Luísa. **A estrutura textual de documentos notariais da Idade Média**. Universidade Católica Portuguesa - Viseu. 2001.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo**. Como fazer Vol.8. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BERWANGER, Ana Regina & LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 3ªed. Revista e ampliada. Editora UFSM, 2008.

BLUTEAU, Rafael. VOCABULARIO PORTUGUEZ & LATINO, aulico, anatomico, architectonico...Disponível em:

<<https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008426&bbm/5439#page/390/mode/2up>> Acesso em: 24/08/2020.

CAMBRAIA, César Nardelli; CUNHA, Antônio Geraldo da; MEGALE, Heitor. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. São Paulo: Série Dia-chronica, 1, Humanitas, 1999.

FACHIN, Phablo Roberto Marchis. **Implicações gráficas e autorais no processo de produção e circulação de manuscritos no Brasil colonial**. LaborHistórico, Rio de Janeiro, 2 (2): 168-197, jul. - dez. 2016. Rio de Janeiro, 168-197, 2016. DOI:<http://dx.doi.org/10.24206/lh.v2i2.10008>.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

MONTE, Vanessa Martins do. **Correspondências paulistas: as formas de tratamento em cartas de circulação pública (1765-1775)**. São Paulo: FAPESP: Humanitas, 2015.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Disponível em: <dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/Carta> Acesso em: 24/08/2020.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA**. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/Carta> Acesso em: 24/08/2020.

Manuscritos seiscentistas: um olhar paleográfico sobre a prática da escrita

Antonio Ackel

Introdução

Este texto apresenta um estudo paleográfico preliminar de dois manuscritos pertencentes a uma coleção de documentos inéditos relacionados ao período da colonização holandesa no Brasil (1637-1654). Busca-se aqui discutir possibilidades de delineamento da pesquisa, considerando-se conceitos de prática da escrita e paleografia.

Dada a extensão do trabalho e para ilustrar o que é proposto, serão utilizados como exemplo dois fac-símiles, apresentados nos anexos 1 e 2. Ambos estão escritos em português e são assinados pelas mesmas pessoas, Dona Jeronima d'Almeida, uma mulher que participou ativamente desse período da história e cujo nome era anônimo até agora, e seu irmão, Bartolomeu Luis d'Almeida.

O primeiro manuscrito (Ms. VOC_006) é uma cópia de um relato de Dona Jeronima que, dentre todas as informações nele contidas, afirma não saber ler nem escrever. É assinado primeiro por seu irmão e depois por ela. O segundo (Ms. VOC_004), apresentado com mais detalhes, é um documento original e, pelos estudos que têm sido desenvolvidos na pesquisa, pode ter sido escrito por Dona Jeronima, fato raro para a época. Tal possibilidade leva a serem abordadas também questões sobre autoria material e intelectual. É assinado primeiro por ela e há uma rubrica de seu irmão.

Pretende-se refletir acerca de graus de domínio da técnica de escrita, por meio da comparação entre os dois manuscritos, destacando formas gráficas elaboradas no Ms. VOC_004. As características encontradas nesses documentos revelam marcas de um comportamento ortográfico bem particularizado e, por consequência, marcado pela oscilação gráfica, denotando o nível de inabilidade com a pena. As ocorrências abrangem tanto aspectos linguísticos, no campo da morfologia, da fonética e fonológica, quanto caligráficos, no traçado dos elementos que compõem a escrita do texto.

No entanto, causa estranheza o mesmo manuscrito demonstrar que a sua possível autora material parecia possuir especial capacidade de composição harmônica textual no que se refere, por exemplo, à distribuição de margens, regramento, conhecimentos formulaicos, como utilização de capital no início do texto, de abreviaturas, de padrões de saudação e encerramento, de ornamentações de caudas e outros fenômenos morfológicos.

Para dar conta das indagações que têm surgido no desenvolvimento da pesquisa de doutorado, que inclui essa seleção de documentos como objeto de estudo, compreende-se que a paleografia é ciência primeira e indispensável para investigações científicas que trabalham com manuscritos. Como afirmou Petrucci (1979), um estudo de paleografia pode ser realizado sem a história da cultura escrita, no entanto esta não pode ser construída sem a primeira.

Castillo Gómez e Sáez (1994) corroboram a afirmação de Petrucci (1979), afirmando que a paleografia não é simplesmente a ciência que estuda as escrituras antigas, mas uma disciplina renovada que considera o estudo global da história dos usos e práticas da escrita. Portanto, é a história dos signos gráficos e também dos usos e das práticas da escrita.

Dessa forma, serão observadas características paleográficas na escrita do manuscrito de Dona Jeronima¹ com intuito de correlacioná-lo a outros documentos de uma mesma tipologia (BELLOTO, 2008), pertencentes ao mesmo fundo arquivístico para que se possa futuramente investigar práticas de escrita de autores pouco familiarizados com a educação formal, em oposição a autores escolarizados.² Por ora, inicia-se com uma comparação entre os dois documentos.

Busca-se, portanto, uma análise fundada na paleografia de cunho social (PETRUCCI, 2002), que permita compreender as escrituras por meio do traço, da firmeza do punho, da cursividade da escrita, da forma da letra, da disposição textual, elaborados por participantes de uma sociedade marcada pelas tradições de uma cultura oral (MARQUILHAS, 2000), em oposição à cultura escrita, como é o caso do Ms. VOC_004.

Ao serem definidos tais objetivos, percebe-se que apenas uma descrição paleográfica comparativa, baseada na história da cultura escrita, não é suficiente para um entendimento das relações estabelecidas pelos autores dos documentos e o período que circunstancia sua produção. Dessa forma, a pesquisa que está em desenvolvimento já mostra caminhos mais complexos a serem enveredados na busca de informações linguísticas e sócio-históricas que possam somar-se ao trabalho almejado.

Pretende-se com a pesquisa, além de recuperar um patrimônio histórico desse período, contribuir para fundamentar teoricamente pesquisadores que buscam novos olhares e estejam

¹ Os documentos estão disponíveis para consulta no Arquivo da Casa Real de Haia e fazem parte do inventário n. 44, sob ordenação: HaNA_VOC 1.03.01.01, nr. 224 e nr. 226

² A educação formal no Brasil desenvolveu-se durante os três séculos de colonização e restringia-se, no início, a filhos de colonos e indígenas. O ensino era ministrado por jesuítas da Ordem fundada por Inácio de Loyola e tinha como objetivo a conversão religiosa. Baseada nos métodos educacionais da Idade Média – *Trivium* e *Quadrivium* – a educação consistia na maior parte das vezes no ensino de retórica e gramática (WEHLING & WEHLING, 1994).

comprometidos com outras ciências, expandindo as possibilidades de análise e teorização acerca desse período da história do Brasil.

Entende-se que todo o material transcrito pode constituir-se futuramente fonte para pesquisas não só pertinentes ao âmbito dos estudos da história da língua (considerando a constituição de um *córpus* para estudos futuros da história da língua portuguesa), como também para pesquisas em áreas afins, uma vez que se trata de correspondências até então não publicadas entre pessoas que viveram no Brasil na época de sua colonização holandesa.

Uma vez que a pesquisa se insere no nível de doutorado, busca-se ir além das funções filológicas subjetiva e adjetiva (SPINA, 1977). Aspira-se desempenhar aquela função que Segismundo Spina chama de transcendente, “que faz com que o texto deixe de ser um fim em si mesmo para transformar-se num instrumento que permite ao filólogo reconstruir a história da cultura de uma sociedade de determinada época” (SPINA, 1977, p. 76-77).

1 O fundo arquivístico

Os documentos que formam o objeto de estudo da pesquisa revelam majoritariamente mensagens trocadas entre pessoas que viviam no Brasil e Holanda, durante o período de invasão do país estrangeiro em Pernambuco. Dos trinta anos de combate nordestino e dos mais de quinhentos anos de resistência brasileira, os documentos selecionados (total de 98 fólios) restringem-se a um arco temporal que abrange os anos de 1637 a 1649. A documentação refere-se a assuntos como disputas de terras, comércio exploratório de bens naturais brasileiros, comércio de escravos. Todo o patrimônio documental está sob custódia do Arquivo da Casa Real de Haia, na Holanda.

No Fundo *Vereenigde Oostindische Compagnie*, podem ser encontrados aproximadamente 9.700 outros manuscritos relativos a esses anos, no entanto a maioria está em língua holandesa. Os documentos estão em excelente estado de conservação, apenas dois fólios que fazem parte desse estudo apresentam rasgos nas extremidades e dificultam a leitura.

A ideia inicial de reunir tais documentos constitui-se pelo ineditismo da publicação e pela variada possibilidade de estudos decorrentes de suas transcrições. A pesquisa a esse acervo iniciou-se durante o programa de intercâmbio realizado no primeiro semestre de 2019, na Universidade de Groningen, na Holanda, por meio da bolsa *Erasmus+ICM*. Consultando-se algumas obras relacionadas à colonização holandesa no Brasil (BOOGAART, 1979; BOXER, 2004 [1957]; MELLO, 1954; ZANDVLIET, 1987), chegou-se à obra *O Brasil em arquivos neerlandeses (1634-1654)*, de Marianne Wiesebron (2005).

No livro, utilizado como catálogo oficial do arquivo holandês, a autora contextualiza brevemente o período de colonização e relaciona toda a documentação disponível para consulta. A partir de uma pesquisa nessa relação documental, foram selecionados todos os documentos produzidos em português e assim solicitada consulta ao Arquivo. O acesso pessoal à documentação foi autorizado, no entanto os fac-símiles poderiam ser produzidos somente pela própria instituição, com chancela da Universidade de Groningen. Após formalização e aprovação de acesso à documentação, a entidade encarregou-se de enviá-la digitalizada por correio eletrônico.

As informações inicialmente levantadas no contato com a documentação levam a uma primeira atividade filológica que se consubstancia na classificação da espécie documental, por meio de conhecimentos da ciência diplomática. Segundo Duranti, “...variações e presença ou ausência nas formas documentais existentes irão revelar a função administrativa dos documentos que manifestam aquelas formas” (DURANTI, 2015, p.197). Belloto (2008) chama de tipo documental, a configuração de uma espécie documental, de acordo com as informações que foram produzidas em razão de uma determinada atividade.

Uma vez classificados todos os documentos usados na pesquisa, foi possível separá-los para que se procedesse com estudos mais específicos, como o caso de uma comparação que, por hipótese, poderia se configurar em uma tradição gráfica, como já observado.

Antes, porém, faz-se necessário isolar os documentos com que se vai trabalhar e contextualizá-los. Na próxima seção, apresenta-se uma síntese que representa tal atividade com o intuito de ilustrar a busca das relações entre formas grafemáticas e disposições textuais encontradas no manuscrito a partir do uso social da escrita (PETRUCCI, 1999; CASTILLO GÓMEZ, 1994) e a narrativa escrita, pela perspectiva dos autores, no decurso da história geral (GINZBURG & PONI, 1991; LEVI, 1989).

2 Perspectivas teóricas para estudo da coleção documental

Para que possam ser estudados os elementos que contribuam para a interpretação de fatos históricos e para que se possa compreender os fenômenos linguísticos indicados nos documentos, são considerados fundamentos teóricos da filologia baseados principalmente em Spina (1977, p.19), quando este indica as funções dessa ciência que buscam explicar o texto apoiando-se “...em disciplinas auxiliares, por exemplo, filosofia, história...” e Castro (1997, p. 604), acerca do conceito de filologia quanto a suas “...funções e preocupações – aquelas mais de perto associadas à produção material e à existência histórica do texto escrito...”.

Com a intenção de estabelecer um texto fidedigno, que conserve características da escritura original, compreende-se a atividade filológica como ciência interdisciplinar que se apoia na aplicação metodológica de outras ciências, por exemplo, da paleografia e da história para uma melhor interpretação das informações preservadas nos documentos.

Neste trabalho, a definição de história é assumida como sendo uma série de acontecimentos e a narração dessa série de acontecimentos (VEYNE, 1971). Esse fenômeno é definido por Le Goff (1992) como dualidade da história, quer dizer, a história como história-realidade e história-estudo dessa realidade.

Sob esse ponto de vista, torna-se necessário recorrer aos seguintes recortes (BURKE, 1992) para circunscrever a história a que esse trabalho se refere: i. recorte temporal, definido pelas datações cronológicas identificadas nos documentos, 1637 a 1649; ii. recorte espacial, circunscrito à região costeira do nordeste brasileiro; iii. recortes temáticos, que podem ser divididos entre história política, dos eventos, econômica e social.

Ainda, este trabalho, que também aborda estudos da cultura escrita, converge para a história do alfabetismo (LANGELI, 1996; LOBO & OLIVEIRA, 2012; PETRUCCI, 1979, 1999), que aborda invariavelmente a difusão social da escrita, também incluída no propósito de uma paleografia de caráter social.

O número de documentos que a pesquisa dispõe, no entanto, não é suficiente para uma análise que, por sua natureza, exige exaustividade quantitativa, uma vez que a difusão social da escrita é definida por Armando Petrucci, como calculável, quando diz que a capacidade de escrever representa uma “porcentagem numérica dos indivíduos que em cada comunidade estão em condições de empregar ativamente os signos do alfabeto” (PETRUCCI, 1999, p. 26).

Assim, a proposta de análise é a qualitativa e é iniciada com os registros de escrita feitos possivelmente por Dona Jeronima. E como afirma Langeli (1996), tal viés atua favoravelmente na concepção que se tem sobre a história do alfabetismo e até mesmo nas investigações quantitativas.

A partir de uma análise qualitativa da morfologia das letras manuscritas pode-se, por hipótese, compreender que erros, inconsistências e outras características que não são meras cópias imperfeitas realizadas pelo autor material, mas tentativas válidas de grafar palavras a partir de suas próprias ideias sobre a escrita, refletindo o nível de sua elaboração acerca do conhecimento ortográfico.

Ao consolidar características físico-caligráficas apontadas para o que Blanche-Benveniste (1993) atribui a *scripteurs maladroits*, Marquilhas (2000) desenvolve a noção do que traduziu como “mãos inábeis”, ampliando o conhecimento de investigações sobre documentação histórica em língua portuguesa. A partir de sua pesquisa sobre fatores externos

à escrita que atuaram sobre “indivíduos pouco familiarizados com a língua escrita”, elenca critérios que sistematizam elementos gráficos de escrita que podem ser verificados em manuscritos de qualquer datação tópica ou cronológica

Vale lembrar que, numa época em que uma reduzidíssima percentagem da população tinha acesso à cultura das chamadas “elites intelectuais”, como foi a Idade Média, a reconstituição dos sistemas gráficos a partir de um cópula desta natureza tem mais um valor epistemológico do que real, mas a verdade é que o único processo de que dispomos para os estudar é um processo indireto, baseado na materialidade do manuscrito.

De acordo com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), há um grande debate, ainda não terminado, em torno do entendimento que se tem sobre o termo “alfabetismo”. Em certas sociedades, saber reproduzir os sistemas ortográfico e numérico não é o bastante para conhecer profundamente a cultura escrita e atender a suas demandas. Para essas entidades, a aquisição de conhecimento e habilidade para o exercício pleno das práticas de leitura e escrita configuram um processo que se constrói ao longo da vida e que ocorre não somente em instituições de ensino (educação formal), mas também por meio da interação com outras pessoas e de atividades de natureza cultural realizadas no contexto social (educação não formal). Houaiss e Villar (2001, p. 150) definem alfabetismo como “1 sistema de escrita que tem por base o alfabeto, em oposição aos sistemas ideográficos 2 estado ou qualidade dos que foram alfabetizados 3 nível de instrução primária”.

Neste texto, consociam-se as duas acepções do termo, na medida em que se compreende que as práticas de leitura e escrita são sociais e, portanto, derivam de considerações de ordem histórica e cultural (BARTON, 2004). Heath (2001, p. 319) reafirma o conceito, definindo as práticas como “ocasiões em que a língua escrita é essencial para a natureza das interações dos participantes e dos seus processos e estratégias de interpretação”.³

Outro ponto que interessa a este trabalho, com relação às culturas oral e escrita, é a questão da autoria. Compreende-se autoria material quando aquele que concebe o texto é o mesmo que o escreve. No que se refere a autoria intelectual, o autor é responsável por sua concepção, mas não por sua escrita.

Não especificamente sobre esse assunto de autorias, mas sobre a prática de se escrever para outras pessoas, Petrucci (1999) discorre sobre a existência de um tipo característico de escreventes, que, em lugar e sob demanda de analfabetos, escreviam documentos. Ademais,

³ Tradução nossa de “[...] occasions in which written language is integral to the nature of participants’ interactions and their interpretative processes and strategies”.

esse grupo de pessoas não era constituído apenas por profissionais da área, mas por pessoas que pertenciam ao mesmo estrato social e cultural, como vizinhos e parentes.

O Ms. VOC_004 revela, como dito na introdução, que Dona Jeronima pode ter desempenhado o papel de autora material, quando teria escrito o texto do fac-símile apresentado no anexo 1 e de autora intelectual, quando ditou a seu irmão o texto manuscrito no outro documento, apresentado no anexo 2.

Considera-se numa primeira instância, a partir de comparações caligráficas e outras análises paleográficas utilizando os dois documentos, a real possibilidade de que Dona Jeronima tenha escrito o manuscrito que será analisado. É fato que outros estudos ainda serão desenvolvidos para defender essa hipótese.

A seguir, analisam-se dados que foram coletados sobre “a escrita de Dona Jeronima” e discorre-se sobre suas características paleográficas, sobre o método utilizado e sobre os resultados iniciais obtidos.

2 Dona Jeronima d’Almeida e a paleografia

É muito provável que as grandes personagens⁴, quer dizer, os representantes políticos e administrativos que produziram os documentos utilizados na pesquisa de doutorado em curso, por exemplo, Salvador Correa de Sá e Benevides (1594-1602), Andre Vidal de Negreiros (1606-1680), Antonio Telles da Silva (1590-1650) tenham tido sua formação ortográfica circunscrita no chamado “período etimológico”, influenciado essencialmente por propostas ortográficas como as de Duarte Nunes de Leão (1576), Pero de Magalhães Gândavo (1574), Álvaro Ferreira de Vera (1631).

No entanto, a coleção de documentos torna-se ainda mais relevante, quando mostra outras figuras autorais que também produziram registros escritos, mas que não tiveram seus nomes destacados na história. A exemplo disso, toma-se Dona Jeronima d’Almeida⁵,

⁴ O termo personagem está sendo empregado segundo Foucault (1977, p.125): “(...) mudar de escala, aumentar proporções, fazer aparecer o grão minúsculo da história, abrir ao cotidiano o acesso da narração. Para operar esta mudança é preciso, por um lado, fazer entrar na narrativa elementos, personagens, nomes, gestos, diálogos, objetos que na maioria das vezes aí não têm lugar por carência de dignidade ou importância social; e é preciso, por outro lado, que todos esses pequenos acontecimentos, apesar de sua frequência e sua monotonia, surjam como singulares, curiosos, extraordinários, únicos, ou quase, na memória dos homens”.

⁵ Diante da diversidade de formas ortográficas encontradas em seu nome, optou-se por uma transcrição semidiplomática de sua assinatura no texto deste trabalho, em que o título não é abreviado; seu primeiro nome não leva acento; um apóstrofo será utilizado para indicar a supressão da letra e; a abreviatura de seu sobrenome é desenvolvida com letra maiúscula, ficando dessa forma, Dona Jeronima d’Almeida. Citada em outros trabalhos, como se verá, seu nome foi copiado como neles aparece.

personagem central desse texto e autora material do documento apresentado em versão fac-similar.

Pouco se sabe sobre essa mulher. Até o momento, foram encontradas algumas informações sobre sua vida e identidade. Na obra, *O Bagaço da Cana: Os engenhos de açúcar do Brasil holandês*, Cabral de Mello relata:

Em 1637, após a queda de Porto Calvo, Rodrigo foi preso quando tentava passar a Salvador, regressando ao engenho. “Em 1638, ele e sua mulher, d. Jerônima de Almeida, foram detidos por algum tempo, sob a acusação de conjura contra o domínio holandês e de abrigar campanhistas luso-brasileiros. [...] Em 1641, d. Jerônima de Almeida teve novamente problemas com o governo holandês, devido ao encontro ocorrido na casa-grande do Morro entre o diretor de Alagoas, Balthazar van de Voorde, e o escolteto de Porto Calvo, Gerard Crayenstein, com o capitão de campanhistas Paulo da Cunha Souto Maior. A esta altura, Rodrigo de Barros Pimentel achava-se na Bahia. Em 1642, autoridade do governo do Recife visitou o engenho, tratando com d. Jerônima do pagamento da dívida do marido. (CABRAL DE MELLO, 2012, p. 57)

O holandês Gerard Crayenstein, citado acima, é o interlocutor de Dona Jeronima em seus dois manuscritos. Na coleção de documentos, encontra-se também uma carta de Gerard a ela.

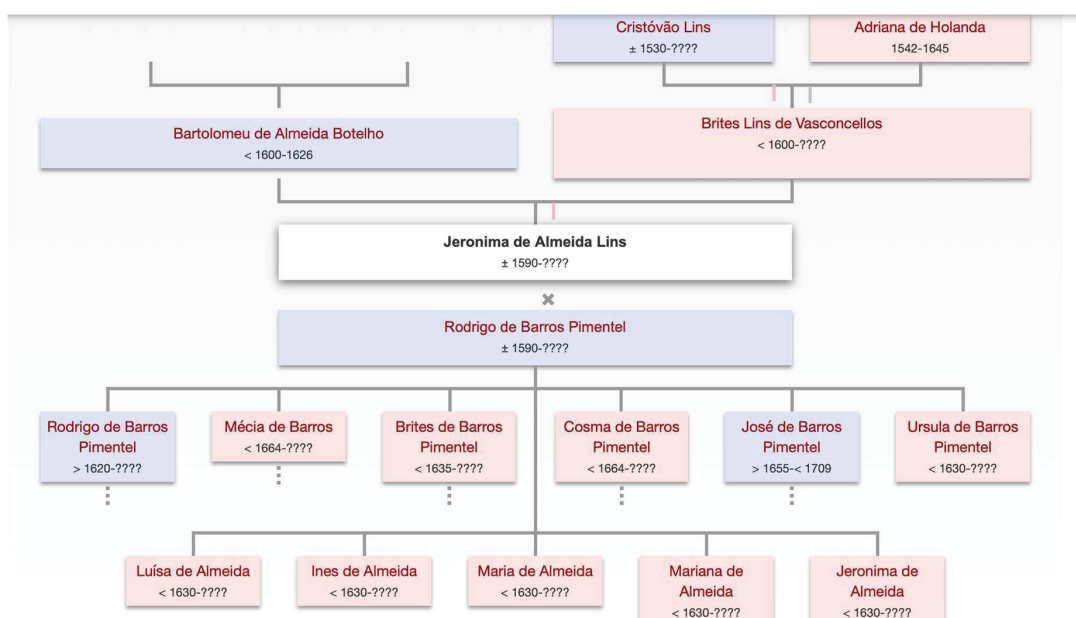
José Antonio Gonsalves de Mello, em *Diário de Pernambuco: Arte e Natureza no 2º Reinado*, faz também referência à mulher: “Rodrigo de Barros Pimentel, casado com D. Jerônima de Almeida, era senhor dos Engenhos de Morro e de Santo Antônio” (MELLO, 1985, p. 44).

Os *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro* (1926) apresentam uma grande relação das famílias nobiliárquicas de Pernambuco e citam Dona Jeronima.

D. Maria Accioli, casou com José de Barros Wanderley, digo, Pimentel, Capitão-mor da Villa do Porto Calvo, Senhor do engenho do Morro, filho de Rodrigo de Barros Pimentel e de sua mulher D. Jeronyma de Almeida, e da sua descendencia se trata em titulo de Barros Pimenteis. (ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, 1926, p. 14)

Fazendo uma busca pela internet, o *site* holandês <https://www.genealogieonline.nl/en/petroucic-genealogy/I113886.php> apresenta uma árvore genealógica em que seu nome aparece duas vezes, como mostra a figura 1. Pela provável datação cronológica e pelo cônjuge, Rodrigo de Barros Pimentel, já mencionado, pode-se afirmar que a autora a que este trabalho se refere seja a Jeronima de Almeida Lins, nascida por volta de 1590.

Figura 1 – Árvore genealógica de Dona Jeronima d’Almeida



Fonte: Extraído de <https://www.genealogieonline.nl/en/petrucic-genealogy/I113886.php>
Acessado em 25 out 2020

É certo que a recuperação dos acontecimentos da vida de Dona Jeronima, além de oferecer pistas não só sobre sua vida, mas também sobre sua relação com a sociedade, permite igualmente aprofundar o conhecimento paleográfico que Petrucci propôs, em 1962, quando ampliou o escopo dessa ciência ao adicionar às quatro questões fundamentais da paleografia tradicional, que tratam da produção dos testemunhos escritos – o que, quando, onde e como – , duas novas perguntas: quem escreve e por que o faz?

Tais questionamentos resultaram em novos olhares e em uma transformação fundamental nos estudos paleográficos. Mais do que isso, mudou a concepção que até então se tinha sobre essa ciência, que segundo Petrucci (2002, p. IV) pode ser definida como uma disciplina que se ocupa “[...] da história da produção, das características formais, dos usos sociais da escrita e dos testemunhos escritos em uma determinada sociedade, independentemente das técnicas e materiais empregados”.⁶

Assim, buscando compreender características formais da grafia no Ms. VOC_004, propõe-se adotar os critérios elaborados por Mallon (1952), Bischoff (1990), em que serão

⁶ Tradução nossa de: “[...] della storia della produzione, delle caratteristiche formali e degli usi socialidella scrittura e delle testimonianze scritti in una società determinata, independentemente dalle tecniche e dai material di volta in volta adoperati”.

observados a morfologia das letras (a forma), o seu *ductus* (ordem de sucessão e sentido do traçado de uma letra), o ângulo (relação entre os traços verticais das letras e a pauta horizontal da escrita) e o módulo (dimensão das letras em termos de pauta).

Além disso, serão adaptados os termos expressos em Marquilhas (2000), como já referido anteriormente no que se relaciona a características internas do manuscrito, como segurança no traçado, regramento ideal, produção de abreviaturas, elementos de ligações e cursividade.

Esses critérios de análise buscam identificar conformidades que permitam validar uma transcrição textual, e dessa forma, o resultado serve de base para o entendimento de palavras, grafemas, alógrafos, abreviaturas.

No mais, importa dizer que o método utilizado insere-se no conceito de paleografia científica⁷, que também permite reconhecer os fenômenos fonético-fonológicos e morfológicos particulares de um documento, tais como elisões, diferentes grafias, abreviaturas e pontuação.

Durante a análise das características de escrita de Dona Jeronima, houve a preocupação de tentar reconstruir o seu traçado, quer dizer, entender o percurso que sua mão fez com o instrumento e que resultou em determinada forma. Com isso, todos os exemplos deste trabalho mostram o mesmo método: o de retrazar os movimentos do autor, utilizando técnicas computacionais, sobre a imagem digitalizada do documento original (ACKEL, 2020). O resultado desse processo é uma reprodução o mais fiel possível da letra manuscrita como se mostra a seguir.

3 As habilidades de uma mão seiscentista feminina

De um modo geral, percebe-se que a possível autora material parecia possuir familiaridade com as práticas de escrita vigentes de sua época. Como é possível observar no fac-símile do anexo 1, segue-se o modelo de destaque do vocativo na parte superior do fólio com grande espaço até iniciar o texto, conhecido como mancha. Além disso, o texto apresenta o modelo de escrever ao lado direito do fólio, mostrando habilidade em manter a margem esquerda.

⁷ De acordo com Pérez Herrero e Rivero Suárez (2006), há tipos diversos de paleografia, como a paleografia de leitura ou paleografia prática, que pretende ensinar a ler corretamente os documentos. Trata-se de um primeiro nível elementar, colocado à margem de uma ciência auxiliar a serviço daquele que precisa ler um texto. Um segundo nível pode ser representado pela paleografia científica, também chamada paleografia crítica ou de análise. É sobre esta paleografia que também se baseia este trabalho.

Nota-se, no entanto, ausência de regramento ideal da escrita. O termo refere-se à habilidade de se grafar em linha reta sem utilizar como referência uma pauta visível (MARQUILHAS, 2000). Sua escrita apresenta leve inclinação à direita.

Com fins a facilitação de reconhecimento das formas gráficas elaboradas no Ms. VOC_004, apresenta-se uma proposta de transcrição semidiplomática⁸, a seguir.

- 1 Snõr geraldo Craijstein
Istimei m^{to} de Vm: E m^{to} mais p me dizer
P^a d'andrade ^q f'icaûa Vm: Com Sande. q oS^{or}
Ihe comceda pellos ' annos de Seu dezeio. f'icando
5 nos Com amesma p^a. Seruiy a V.M.
no particûlar ^q V M. meaniza em a
hendo hocalziaõ tratarei E Com aResposta
Satisf'arei a V.M. q'. de minha parte bem
oestimara. pois sei qûas conzas de V.M.
10 ûão sempre f'ûndadas embom norte,
Leûa Eea Negra huã. botiya deaguoar=
dente Serûira p^a. clareay, E f.^a f' resqûa Etres
peixes f' resquos ^q pello jovem osmando p
porme comnidarem com elles, perdolando
15 V. M. a poquidade a euja p^a. S. o l^{er}. g^{de}
Dona Jeronima dal m^{da}_ e B

3.1 Aspectos gráficos do Ms. VOC_004 comparados com os do Ms. VOC_004

Supõe-se que, no Ms. VOC_004, o punho tenha usado como instrumento de escrita uma pena que, pelo aspecto do traçado, possuía ponta fina e que não foi desempenhada tanta força para a execução caligráfica. Uma pressão maior com o instrumento sobre o suporte pode ser observado, por exemplo, na finalização de caudas, como na palavra *pellos*, digitalizada na figura 2, em que a cauda do /p/ e do /s/ tem um traçado mais grosso do que das outras letras.

Essas características, em número menor, também podem ser observadas no Ms. VOC_006. A exemplo, mostra-se a palavra *pello*, digitalizada na figura 3.

⁸ Um dos objetivos da pesquisa é também refletir criticamente sobre normas de transcrição, no entanto este texto não abordará tais questionamentos. As regras de transcrição aqui utilizadas foram adaptadas da Comissão Internacional de Diplomática e podem ser acessadas em <https://cidipl.org>. Estão simplificadas da seguinte forma:

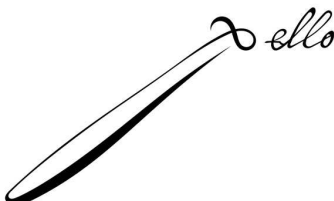
- O princípio geral da transcrição dos textos editados é o respeito escrupuloso pelo original, mantendo-se, por isso, a ortografia que se lê no documento.
- A transcrição é justalinear e segue numeração à esquerda a cada cinco linhas
- O uso de letras maiúsculas e minúsculas, bem como a pontuação do texto, é transcrito de acordo com o original.
- Abreviações são mantidas.

Figura 2 – palavra *pellos* retirada do Ms. VOC_004



Fonte: elaboração do autor deste texto

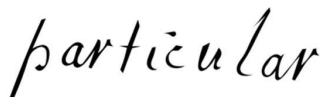
Figura 3 – palavra *pele* retirada do Ms. VOC_006



Fonte: elaboração do autor deste texto

Quanto à cursividade, que também pode ser comparada nas figuras acima, o punho do Ms. VOC_004 mostra certa dificuldade em ligar as letras de modo contínuo. Muitas palavras apresentam letras monolíticas, como se observa na figura 4, a palavra *particular*, em que apenas as letras *a* e *r* estão conectadas.

Figura 4 – palavra *particular*



Fonte: elaboração do autor deste texto

A mancha dos dois manuscritos inicia-se com uma capital. No Ms. VOC_004, lê-se a letra /I/ na palavra *Istimei*, (figura 5) e no Ms. VOC_006, a letra /H/, na palavra *He*, o que mostra conhecimento de composição gráfica, de ambos os punhos, utilizada em códices e outros documentos religiosos. Entende-se, de acordo com Gonçalves (2003), que o uso da capitalização da inicial está relacionada aos valores veiculados pela Igreja Católica. O punho do manuscrito começa seu texto.

Figura 5 – palavras *Istimei* e *He*



Fonte: elaboração do autor deste texto

Mesmo que não requeira, por parte do escrivão, nenhum tipo de conhecimento especializado, quer de natureza gramatical, quer de emprego da norma, no tocante a abreviaturas, neste caso, por síncope (BARROCA, 2000), chama a atenção os alógrafos de *muito*, mostrados na figura 6 e retirados do Ms. VOC_004. Interessa notar que tais variações gráficas apresentadas mostram certo conhecimento de escrita e possível educação formal.

Figura 6 – abreviatura *m^{to}*



Fonte: elaboração do autor deste texto

A abreviatura por apócope (SANTOS, 1994) de *para*, retirada do Ms. VOC_004 e digitalizada abaixo, mostra certa habilidade de execução gráfica, pois apresenta segurança e destreza ao segurar a pena. Aliás, num geral, observam-se serifas e laçadas ligadas ou não às letras, e outros ornamentos, como finalizações de caudas e traços alongados. Vê-se ainda no mesmo manuscrito um uso adequado de elementos auxiliares, como sinais diacríticos e abreviaturas.

Figura 7 – abreviatura *m^{to}*



Fonte: elaboração do autor deste texto

Chama a atenção também uma réplica da letra /e/ de matriz gótica, copiada na figura 8, que pode ser classificada, segundo (MARÍN MARTÍNEZ, 1991), como pré-cortesã, que se refere à variedade gráfica localizada entre a letra de albaes e a cortesã, ou seja, meados do século XIV e primeiro quartel do século XV, nas palavras *Istimei* e *me*, na linha 2 do manuscrito. A digitalização da primeira palavra pode ser verificada na figura 2.

Figura 8 – letra /e/



Fonte: elaboração do autor deste texto

A cursividade da escrita leva a uma característica morfológica em que a velocidade se sobrepõe à caligrafia, fazendo com que essa letra /e/, de matriz gótica, apresente alógrafos em algumas palavras e que podem levar à confusão com a letra /o/, por exemplo, tomem-se as palavras lhe *comceda pellos de seu dezeio*, retiradas no Ms. VOC_004 e digitalizadas abaixo.

Figura 9 – fragmento de cursividade

The image shows a fragment of handwritten text in a cursive script. The text reads "lhe comceda pellos de seu dezeio". The letters are fluid and connected, with some variations in the shape of the letter 'e'.

Destaca-se aqui, o fato dessa letra /e/ ser bastante comum e ter sido encontrada em todos os documentos escritos em língua holandesa do Fundo. Na coleção de manuscritos da pesquisa de doutorado que inclui os aqui apresentados, essa letra foi encontrada somente em alguns fragmentos, também em escrita holandesa e nesses dois documentos, em língua portuguesa. Tal fato poderia sugerir que a) o punho do Ms. VOC_004 tenha aprendido a escrever essa letra sob influência da escrita holandesa ou b) o Ms. VOC_006, pode ter sido copiado em português, por um holandês. Abaixo, como exemplo do uso corrente dessa letra em língua holandesa, apresenta-se a palavra *Gronesteijn* que se refere ao sobrenome que está grafado na assinatura do Ms. VOC_006.

Figura 9 – fragmento de cursividade

The image shows a handwritten signature in a cursive script. The text reads "Gronesteijn". The letters are fluid and connected, with a large, sweeping flourish at the end.

Fonte: elaboração do autor deste texto

3.2 Aspectos fonéticos, gráficos e suas representações

No que se refere às formas gráficas que representam possíveis fenômenos fonéticos e morfológicos, destaca-se, num primeiro momento, a escolha da forma *fresquos* (linha 12), em lugar de *frescos*, e *fresquas*, em lugar de *frescas*. Essa mudança mostra uma representação do

fonema oclusivo velar surdo /c/ sendo substituído pela forma grafemática /qu/, num processo morfológico em que as vogais seguintes são respectivamente /a/ e /o/.

Essa característica parece seguir os hábitos gráficos que se desenvolveram desde o século XIII, eventualmente por influência latina, ainda que não tivessem se difundido de forma ampla pela Península Ibérica (CARVALHO, 2018), nem trazidos para as colônias em séculos posteriores.

Ainda sobre a possibilidade de uma influência do latim, o grafema usado na transcrição do fonema fricativo labiodental sonoro é /u/, bastante mais frequente que /v/, mesmo que este último seja encontrado em larga escala em documentos do século XIII e que, segundo Souto Cabo (2008), chega a atingir, já na primeira metade do século XIV, valores superiores aos de /u/. Segundo Alkire et al (2010), os romanos tratavam /u/ e /v/ como variantes do mesmo grafema. A forma preferida era /V/ nas magníficas maiúsculas formais, um tanto mais curvada nas maiúsculas rústicas e plenamente arredondada /U/ no estilo uncial tardio.

Saliente-se que, nesse manuscrito, /v/ surge apenas na abreviatura de Vossa Magestade, revelando a marca já consolidada das magníficas maiúsculas formais, e na palavra jovem (linha 13). Já a troca de /u/ por /v/ ocorre nas palavras f'icaûa (ficava), na linha 10; Seruiÿ (Servir), na linha 05; Leûa (leva), na linha 11.

Da mesma forma, na representação da lateral alveolar /l/, surge o grafema ll, em posição intervocálica, em palavras que representam étimos latinos (ou, com outra proveniência, integrados no vocabulário latino) com -ll-: *pellos*, na linha 4, *elle*, na linha 13 e *pello*, na linha 14. Contudo, a lateral alveolar aparece de forma epentética nas palavras *hocalziaõ*, na linha 7 e na palavra *perdolando*, na linha 14.

Ainda sob estudos, já que não se encontram justificações etimológicas para esse traço de acréscimo grafemático, conjectura-se que *perdolando* possa ter relação com a forma latina PERDONARE, na tentativa de se comparar o ponto de articulação, talvez por um processo de assimilação (ALKIRE et al, 2010).

O grafema /n/ foi encontrado em palavras como: *sande* (saúde), na linha 3; *conzas* (cousas), na linha 6; *meaniza* (me avisa), na linha 9; *comnidarem* (convidarem), na linha 14. Buscar-se-á, futuramente, compreender a razão dessas mudanças nas estruturas silábicas, uma vez que, até a entrega deste trabalho, não foram encontrados exemplos em trabalhos teóricos que pudessem descrever ou explicar fenômeno similar.

Num primeiro momento, no entanto, pensa-se numa correlação entre as quatro palavras, quando se compara a nasal /n/ que substitui respectivamente os grafemas /u/ e /v/. Também considera-se a possibilidade de uma fusão por contato fonético, como uma labialização (TRASK, 1992), se se considerarem /n/ e /d/; /n/ e /z/, pelo ponto de articulação ou /m/ e /n/

pelo modo de articulação. Ainda, pode-se conjecturar que haja relação morfológica entre a palavra *sande* e a forma latina SANU. Todas as conjecturações ainda serão baseadas em teorias da linguística histórica em que tem se apoiado a pesquisa.

Com relação ao alçamento /e/ átono pretônico em *Istimei*, na linha 2, Teyssier (1997, p. 74) diz que a flutuação entre /e/ e /i/ pretônicos é fenômeno antigo que ocorre “com muita frequência nos textos do século XVI”.

Nunes (1969, p 59) também discorre acerca da variante *milhor*, em que “/e/ pode passar a /i/ quando junto da vibrante ou lateral e das guturais ou palatais.” Segundo esse mesmo autor, de modo geral, a alternância entre /e/ e /i/ ocorre quando na sílaba seguinte temos uma vogal alta (i,u) ou semivogal, o que provocaria o alçamento vocálico, como *aezinhar/auzinhar*, *devedir/dividir*, *destruhir/distruhir*, *espiculturação*. Além disso, assim como no caso anterior, a variação somente ocorre em posição pretônica. Esse exemplo corrobora o fenômeno de alçamento já bastante estudado em trabalhos tão referenciados.

As formas gráficas de *dezeio*, na linha 4 e *botiça*, na linha 11, estão em fase de análise e o possível fenômeno tem sido considerado como vocalismo que representaria um processo de lenização (LEHMANN, 1994) em que a fricativa palatal /j/ é graficamente substituída pela vogal /i/. Poder-se-ia também ainda aventar a possibilidade de um empréstimo (ALKIRE et al, 2010, p. 34) do espanhol, o que revela “um possível sinal de instrução ou cultura”.⁹

Considerações finais

Ao recuperar os critérios propostos por Mallon (1952), Bischoff (1990) e Marquilhas (2000), e teorias de Trask (1992), Lehmann (1994), com a intenção de ilustrar algumas características gráficas formais da escrita do Ms. VOC_004, esse texto utilizou como comparação o Ms. VOC_006, para apresentar casos gráficos que puderam demonstrar questões sobre marcas de alfabetismo, a partir de uma perspectiva paleográfica de caráter social e da linguística histórica.

Certamente que o trabalho que ora se apresenta mostra apenas o início de uma pesquisa de maior escopo e complexidade. Diferentes estudos paleográficos, históricos e linguísticos têm sido desenvolvidos não só nesse documento, mas em toda a coleção com o objetivo de levantar outras questões. A intenção é que se chegue a hipóteses e soluções que possam se consubstanciar na defesa de uma tese.

⁹ Tradução nossa de “When a foreign word is borrowed, knowing its original pronunciation may be a sign of education or culture.”

Com isso, pretende-se levar pesquisadores de áreas correlatas a uma melhor compreensão do que autores seiscentistas escreveram e também das relações sociais que estabeleceram por meio de sua escrita.

Referências bibliográficas

- ACKEL, Antonio. Estudo Paleográfico de uma Versão em Português de Livre de Trois Virtues (1447-1455). **Confluência**. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 59, p. 139-165, jul-dez. 2020, DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i59.372>
- ALKIRE, Tj; ROSEN, Cosen; SCIDA, Emily. The Romance Languages: A Historical Introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BARROCA, M. **Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)**. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. v. 1.
- BARTON, David. **Literacy**: an introduction to the ecology of written language. Cambridge: Brackwell, 2004.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.
- BISCHOFF, Bernard. **Latin paleography**. Antiquity and Middle Ages. Cambridge: Cambridge University, 1990.
- BOOGAART, Ernst van den (org.). **Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604-1679**. Essays on the occasion of the tercentenary of his death. Den Haag: The Johan Maurits van Nassau Stichting, 1979a.
- BOXER, Charles. **Os Holandeses no Brasil 1624-1654**. 2a edição. Tradução de Olivério de Oliveira Pinto. Recife: CEPE, 2004 [1957].
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter. (Org) **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.
- CABRAL DE MELLO, Evaldo. **O Bagaço da Cana**: Os engenhos de açúcar do Brasil holandês. São Paulo: Penguin, 2012.
- CARVALHO, Maria José. Entre consoantes: grafemas e fonemas no scriptorium do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (sécs. XIII-XVI). **Revista Galega de Filoloxía**, 2018, n. 19, p. 41-72. DOI: <https://doi.org/10.17979/rgf.2018.19.0.4946>. Acessado em 25 out 2020.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio; SÁEZ, Carlos. Paleografía versus alfabetización. Reflexiones sobre historia social de la cultura escrita. **SIGNO. Revista de Historia de la Cultura Escrita**, v.1 p. 133-168, 1994. Disponível em <https://ebuah.uah.es/dspace/handle/10017/7465>. Acessado em 25 out 2020.

- CASTRO, Ivo. Filologia. **Biblos**. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa, v. II. Lisboa: Verbo, 1997.
- DURANTI, Luciana. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência (parte V). **Acervo**, Revista do Arquivo Nacional, v. 28, n. 1, p. 196-215, 2015. Disponível em <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/107962>. Acesso em 25 out 2020.
- FONSECA, José Victoriano Borges da. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**. Publicados sob administração de Rodolfo Garcia. Litterarum seu hbrorum negotium concludimus hominis esse vitam. Phii. obibi. ion. Cap. XV Volume XLVIII, 1926. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1926_00048.pdf. Acessado em 25 out 2020.
- FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo & PONI, Carlo. **A microhistória e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1991.
- GONÇALVES, Maria Filomena. **As idéias ortográficas em Portugal**. De Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734 – 1911). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e tecnologia, 2003.
- HOUAISS, Antonio & VILLAR, Mauro Salles. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LANGELI, Attilio Bartoli. Historia del alfabetismo y método cuantitativo. **Signo** – Revista de Historia de la Cultura Escrita, Alcalá de Henares, n.3, p. 87-106, 1996. Disponível em https://ebuah.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/7498/historia_bartoli_SIGNO_1996.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acessado em 25 out 2020.
- LEHMANN, Winfred Phillip. **Historical Linguistics: An Introduction**. 3rd ed. London and New York: Routledge, 1994.
- LEVI, Giovanni. **Le Pouvoir au village**. Paris: Comte, 1989.
- LOBO, Tânia & OLIVEIRA, Klebson. Aos olhos da Inquisição: níveis de alfabetismo na Bahia em finais de quinhentos. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia & OLIVEIRA, Klebson (Org.). **Várias navegações: português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- MAGALHÃES GÂNDAMO, Pero. **Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa: com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981 [1574].
- MALLON, Jean. **Paléographie romaine**. Madrid: Instituto Antonio de Nebrija de Filologia, 1952.

- MARQUILHAS, Rita. **A Faculdade das Letras: Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII**. Lisboa: IN-CM, (Filologia Portuguesa) 2000.
- MARÍN MARTÍNEZ, Tomás. **Paleografía y Diplomática de la UNED**. 5ª edición. Madrid: Editora UNED, 1991.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Diário de Pernambuco: Arte e Natureza no 2º Reinado**. Recife: Massangana, 1985.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. **D. Antonio Filipe Camarão**. Capitão-mor dos índios da costa do nordeste do Brasil. Recife: Universidade do Recife, 1954.
- PÉREZ HERRERO, Enrique & RIVERO SUÁREZ, Benedicta. **Escritura manuscrita y letra procesal: Canarias en el siglo XVI**. Las Palmas de Gran Canaria: Anroart, 2006.
- PETRUCCI, Armando. Funzione della scrittura e terminologia paleografica. **Palaeographica, diplomatica et archivistica**. Studi in onore di Giulio Battelli, v. 1, p. 139-145, 1979. Disponível em http://opac.regesta-imperii.de/lang_en/anzeige.php?sammelwerk=Studi+Giulio+Battelli. Acessado em 25 out 2020.
- PETRUCCI, Armando. **Alfabetismo, escritura, sociedad**. [S.l.]: Gedisa Editorial, 1999.
- PETRUCCI Armando. **Prima lezioni di paleografia**. Roma-Bari: Laterza, 2002.
- SANTOS, Maria José Azevedo. **Da Visigótica à Carolina** - a escrita em Portugal de 882 a 1172. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- SPINA, Segismundo. **Introdução à Edótica**. 1.ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1977
- TRASK, Larry. **Historical Linguistics**. London: Arnold, 1992.
- VERA, Álvaro Ferreira de. **Orthographia, ov modo para escrever certo na lingua portuguesa: outro da muita semelhança, que tem a lingua portuguesa com a latina**. Lisboa: Mathias Rodriguez, 1631. Disponível em <http://purl.pt/12>. Acessado em 25 out 2020.
- WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José Cavallero Mesquita. **A formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- WIESEBRON, Marianne. **O Brasil em arquivos neerlandeses (1634-1654)**. Documenten in het Koninklijk Huisarchief en in het archeif van de Staten-General. Documentos no arquivo da Casa Real e no Arquivo dos Estados Gerais. Volume 3. Série Maurítiana. Leiden: CNWS, 2008.
- ZANDVLIET, Kees. Zacharias Wagenaer 1614-1668. A Life in the Service of the Dutch East India Company and the Dutch West India Company. In: ZANDVLIET, Kees (org.). **The Dutch East India Company in the 17th Century**. Life and Work of Zacharias Wagenaer (1614-1668). Den Haag: Algemeen Rijksarchief, 1987.

Anexo – Reprodução fac-similar do Ms. VOC_004

Snor Gerardo Craighoin E
 67
 +
 Estimeci m^o do Vm. Em mais p^o me dizer
 P.^o dandrado q^o ficauia Vm. com sandeij^o of.
 Thecomceda polloj amroz de seu de seio. ficando
 noy com a mesma p^o forrey a V.M.
 No particular q^o V.M. moaniza om a
 hondo ho cabriaõ fratarci E com a l'oposta
 satis parci a V.M. q^o de minha parte com
 oestrinara. pois for quias conzas de V.M.
 uão sempre f'icn dadas embom norte,
 Leua sea Negra huã. botija de aquoa ar,
 dento foruira p.^o claxay, e f. frosquia stros
 puxy frosquos q^o pollo q^o rem oymando
 por me comidarenu comelloj, perdolando
 V.M. a pouqui dadda a eua p^o q^o de yres
 Dona foronima dal m^o E

29

S. XVKS
ARCHIEF.

Fonte: Arquivo da Casa Real

Testemunhos da religiosidade católica: apontamentos paleográficos de três tábuas votivas setecentistas

Marcus Vinícius Pereira das Dores

Introdução

Em nossa pesquisa de doutorado (em andamento) planejamos um estudo – por meio da Filologia da Tradição Discursiva – de ex-votos (do tipo pintura) dos séculos XVIII e XIX. Além de criar uma cultura de preservação e de divulgação desses bens materiais, propomos um estudo comparativo das legendas de ex-votos brasileiros – do estado de Minas Gerais – e portugueses – da região do Alentejo. Já de início, vale salientar que, neste trabalho, os termos *ex-votos*, *tábuas votivas*, *quadro votivo*, *pinturas votivas*, *votos* e *milagres* (em alguns contextos bem específicos) serão tratados como sinônimos, embora alguns sejam mais gerais que os outros. Isso se justifica pela variação terminológica presente nas diferentes obras consultadas sobre esse tema.

Atualmente¹, o nosso *corpus* de pesquisa está estruturado da seguinte forma:

Tabela 1: Número de ex-votos por localidade e por século.

Brasil (Minas Gerais)			Portugal (Alentejo)		
	Séc. XVIII	Séc. XIX		Séc. XVIII	Séc. XIX
Caeté	5	4	Azaruja	4	92
Congonhas	12	9			
Ouro Preto	2	1	Elvas	17	36
Tiradentes	2	0			

Fonte: produzido pelo próprio autor

Neste artigo, que surge em um contexto de reflexões paleográficas sobre fontes documentais, apresentaremos três tábuas votivas do século XVIII produzidas em honra a Sant'Ana (Santa Ana ou Santana), que encontramos em nossas pesquisas de campo pela cidade de Congonhas (Minas Gerais, Brasil). Apresentaremos, também, uma proposta de edição das legendas contidas nesses objetos de devoção católica, seguida de alguns apontamentos paleográficos.

¹ Em virtude da pandemia de Covid-19, fomos obrigados a suspender os nossos trabalhos de campo que nos permitiam registrar os ex-votos mineiros. Tão logo essa situação seja normalizada, realizaremos coletas nas seguintes cidades: Mariana, Sabará e Piranga.

O material que aqui analisamos – pertencente ao Museu de Congonhas – faz parte do nosso *corpus* de uma pesquisa de doutorado que tem por objetivo a investigação de textos presentes em ex-votos brasileiros e portugueses, dos séculos XVIII e XIX, como forma de documentar as variedades do português escrito nas regiões de Minas Gerais e do Alentejo.

A palavra *ex-voto* surge da redução da expressão “*ex-voto suscepto*” e serve para designar objetos que são confeccionados e oferecidos a uma entidade religiosa, em sua maioria cristã católica, como forma de pagamento por uma graça e/ou um milagre alcançado. Ou seja, “o pedido, ao partir do crente, ergue-se até a divindade, depois volta ao crente em forma de graça e ele paga a promessa feita, ofertando-lhe um ex-voto” (SCARANO, 2004, p. 35).

Em seu *Vocabulario Portuguez e latino*, Bluteau define ex-voto – que aparece no volume oito da obra, no verbete de *voto* – da seguinte maneira:

O ã se pendura no altar de hum Santo em agradecimento da mercè recebida, e em satisfação do voto que se fez. Ha votos de cera, de prata, etc. ha votos em quadros. Costumavão os Romanos pendurar nos altares de suas fabulosas Deidades, huns fragmentos das taboas dos navios, em que tinham escapado do naufragio, ou huns quadros, em que se via pintada a mercè, que imaginavão ter recebido por intercessã do Nume, ao qual se tinham encommendado. [...] Chama Horacio a este genero de votos de taboas *Tabula*, ou *tabella votiva*. (BLUTEAU, 1721, p. 582).

Complementando a definição ora apresentada, podemos dizer que existem ex-votos dos mais variados tipos – objetos, pinturas, réplicas de parte do corpo em cera, madeira ou metal. Em nossa pesquisa e, conseqüentemente, neste trabalho, iremos nos deter apenas às tábuas votivas, também conhecidas como pinturas votivas.

Para bem alcançar o objetivo deste artigo, este texto foi dividido da seguinte maneira:

i) em um primeiro momento, tecemos algumas reflexões sobre os ex-votos; ii) posteriormente, apresentamos as edições fac-similar e semidiplomática dos ex-votos selecionados; iii) por fim, evidenciamos algumas questões paleográficas sobre a escrita desse material.

1 Tábuas votivas como fonte de pesquisas filológicas

Ao discorrer sobre os ex-votos, Duarte (2011, p. 143) apresenta dez características diretamente relacionadas a esses objetos de devoção que os colocam em uma posição de curiosidade popular e inquietação científica:

Social - Relação humana numa situação comunicativa de fé. Espaços de trocas, experiências, sociabilidades e solidariedades.
 Histórico - São objetos narrativos. Podem ser vistos como documentos e fontes.

Cultural - Representam sentidos e “modos de vida”.
 Religioso - Formas de comportamento - fé - esperança - gratidão.
 Jurídico - O ex-voto pode ser visto como garantia da promessa, um contato de fé, materialização da prova da graça recebida.
 Psicanalítico - Imagens resultantes de medos, mal-estar, vitórias – realização de desejos.
 Médico - Quando a medicina deixa lacunas, recorre-se à cura pela fé, e a grande maioria desses objetos diz respeito a patologias do corpo.
 Semiótico - Criações e representações sígnicas.
 Artístico - Poiesis da fé. Autorretrato do homem no tempo em que vive.
 Estético - Belo, feio, estranho, esdrúxulo.

Pensando nesses pontos, vasta é a literatura acadêmica sobre a história e a confecção de ex-votos na Europa e nas Américas. Antagonicamente a isso, poucos são os trabalhos que se debruçam sobre as legendas das tábuas votivas. Por serem, geralmente, produzidos por indivíduos pouco letrados, esses textos acabam por valer também como testemunhos da língua oral de sua época e, por isso, são de grande relevância para os estudos filológicos e linguísticos.

Sobre as legendas, por exemplo, Duarte (2011, p. 158) observa – enquanto historiadora, ou seja, sem um rigor linguístico – que

[e]m grande parte delas, ocorrem muitos erros de ortografia, o que pode ter sido cometido pelo pintor que tinha pouco esclarecimento tanto das técnicas da pintura, (sic.) quanto falhas ortográficas, erros gramaticais e morfológicos. Misturam letras maiúsculas com minúsculas, misturam letras cursivas com simulações de imprensa, fazem abreviações confusas, colocam pontos, fazem desenhos, arabescos no meio das frases.

Há, contudo, alguns trabalhos, como os de Oliveira², que abordam, de forma bastante confiável, os ex-votos como fontes para a história do português popular brasileiro, ou seja, tomam as legendas – sem desconsiderar o texto não verbal (as imagens), é claro – como testemunho de um período pretérito de língua. Segundo esse autor, a linguagem das legendas dos ex-votos

tem características que lhes são constitutivas e, conseqüentemente, as individualizam perante outras modalidades de agradecer a um orago pelo milagre obtido. No plano da linguagem, essas características se traduzem no excesso de abreviaturas, no acúmulo de grafias hipo- e hipersegmentadas, na sobrecarga de vocábulos etimologizados, legitimamente ou não. (OLIVEIRA, 2009b, p. 171).

Diretamente interligado a isso, ao se pensar na elaboração e na história material de uma fonte manuscrita, uma personagem fundamental é o escriba – ou, pelo menos, o seu perfil social

² Ver Oliveira, 2009a e Oliveira, 2009b.

–, uma vez que a sua familiaridade com a técnica da escrita é uma variável importante e porque, segundo Chartier (1999, p. 16), “[a]quele que escreve na era da pena, de pato ou não, produz uma grafia [única] diretamente ligada a seus gestos corporais”.

Sobre essa figura do autor material – tão importante para uma pesquisa de base filológica e paleográfica –, ao discorrer sobre os produtores de tábuas votivas, conhecidos como os “riscadores de milagres”, Abreu (2005, p. 204) apresenta os seguintes questionamentos:

Quem eram os produtores de tábuas votivas? Tratava-se de especialistas e de artífices reconhecidos? Não é fácil responder a essa questão, já que não se dispõe de uma documentação que traga tais informações. Além de as pinturas serem anônimas, não há registro de contratos entre aquele que encomendava a imagem e o artífice que a confeccionava.

De forma a complementar as informações do autor ora citado, apresentamos as considerações de Scarano (2003, p. 101):

Presença invisível, mas significativa, é aquela do pintor. É ele quem reproduz os fatos, os acontecimentos e mesmo os dizeres da legenda. É o transmissor das fórmulas consagradas que sabe o modo correto de pagar uma graça recebida, tornar alguém capaz de receber outros favores do Alto. Profissional curioso, o artista tem a função de manifestar, perpetuar a feliz cura e mostrar o poder do orago.

Como se pode perceber, é bastante difícil traçar um perfil claro dos produtores de ex-votos. Contudo, por meio do grau de complexidade das pinturas, dos registros linguísticos e dos traçados das letras das legendas, são levantadas as hipóteses de que se trata de sujeitos com pouca especialização e com um grau de letramento não tão elevado.

Outra figura bastante importante nos ex-votos são os oragos, ou seja, aquela figura religiosa que realizou (ou intercedeu para a realização do) o milagre. Sobre essa questão, Scarano (2003, p. 43) destaca que “segundo a teologia católica, o autor do milagre é sempre Deus, mas a graça pode realizar-se por intermédio da Virgem, dos santos, que recebem os pedidos e obtêm da Divindade a graça desejada”.

As informações dos oragos nos ex-votos trazem, portanto, notícias do culto a determinadas entidades religiosas em certas regiões, assim como a devoção a um determinado santo pela sua fama de curar determinados males ou resolver determinadas situações complicadas.

Os três ex-votos que aqui apresentamos são confeccionados em honra à Sant’Ana. Sobre a iconografia dessa santa, Oliveira e Campos (2010, p. 137-138, grifos nossos) registram o seguinte:

A história de Santa Ana, mãe da Virgem Maria, foi relatada no texto apócrifo de São Tiago, assim como a de seu esposo São Joaquim. *É geralmente representada com aspecto idoso e maternal, vestindo túnica e manto.* Sua iconografia apresenta as seguintes variantes: *Santana Mestra, sentada ou de pé, com um livro aberto no colo ensinando a Virgem Maria Menina; Santana Guia, de pé, conduzindo a Menina Maria pela mão; Sagrada Parentela, junto com São Joaquim, Nossa Senhora, o Menino Jesus e, algumas vezes também São Zacarias e Santa Isabel.* Há ainda uma última variante, apenas com o lado feminino da família, chamada de *Santas Mães com a Virgem e o Menino Jesus.* Protetora das famílias, das mulheres que desejam filhos e das grávidas.

Com essas explicações sobre os ex-votos, passaremos à seção em que apresentamos as edições fac-similares e semidiplomáticas das legendas.

2 Edições fac-similares e semidiplomáticas dos ex-votos

Para uma reflexão filológica e paleográfica, tendo como objeto de análise as tábuas votivas, é evidente que o elemento de maior relevância diz respeito às legendas. Dessa forma, a seguir, apresentamos o fac-símile das três tábuas votivas e as suas respectivas edições semidiplomáticas. Para a realização das edições semidiplomáticas, tomamos como norte as normas de transcrição publicadas em Mattos e Silva (2001).

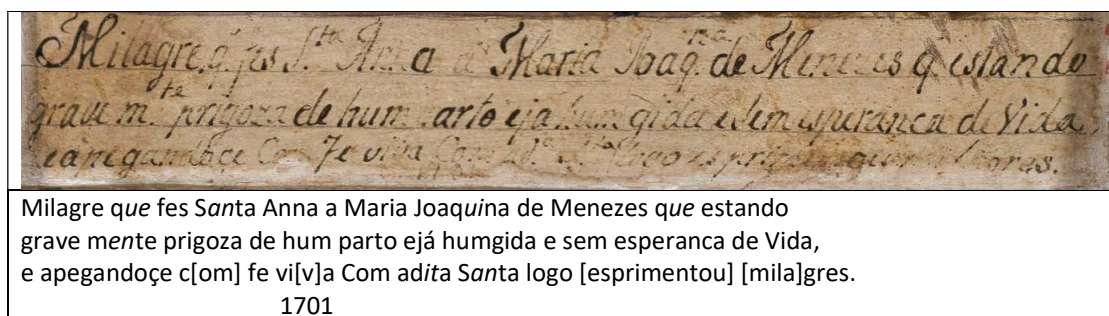
2.1 Ex-voto 1

Produzido em 1701 como pagamento da promessa feita por Maria Joaquina de Menezes a Sant’Ana.

Figura 1: Ex-voto de Maria Joaquina de Menezes a Sant’Ana.



Fonte: Coleção de ex-votos Museu de Congonhas.



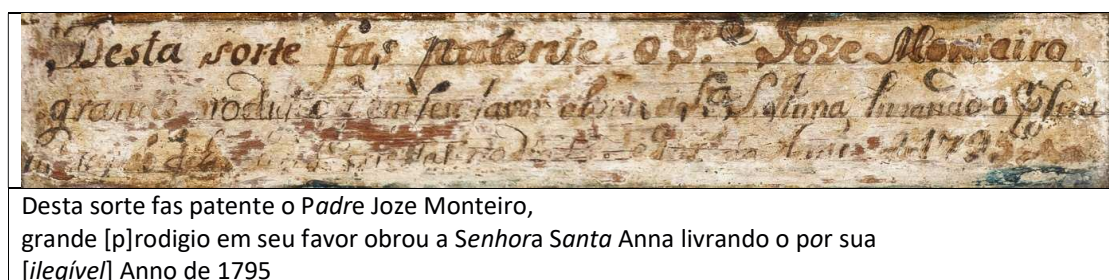
2.2 Ex-voto 2

Por encomenda do padre José Monteiro, foi produzido em 1795 em agradecimento a Sant'Ana.

Figura 2: Ex-voto do padre José Monteiro a Sant'Ana.



Fonte: Coleção de ex-votos Museu de Congonhas.



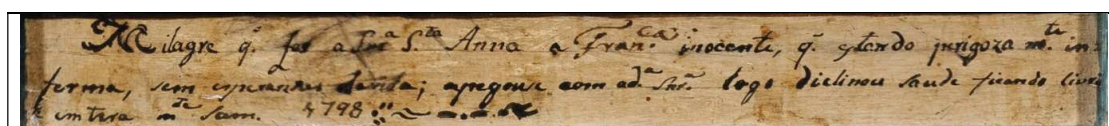
2.3 Ex-voto 3

Ex-voto produzido em agradecimento a Sant'Ana pela recuperação de Ana Francisca.

Figura 3: Ex-voto de Ana Francisca a Sant'Ana.



Fonte: Coleção de ex-votos Museu de Congonhas.



Milagre que fes a Senhora Santa Anna a Francisca inocente, que estando perigoza mente in-ferma, sem esperan[s]as devida; apegou-se com adita Senhora logo diclinou saude ficando livre e im tera mente Sam. 1798.

3 Apontamentos paleográficos

Por muito tempo, a Paleografia ocupou no mundo científico apenas o espaço de ciência auxiliar ou de passo metodológico. De fato, uma pesquisa, de qualquer área que seja, que tenha como fonte de dados textos antigos (sobretudo os manuscritos), precisa da Paleografia como instrumento de leitura e interpretação dos textos.

Sobre esse caráter auxiliar, Fachin (2006, p. 29), com um exemplo bastante preciso, apresenta uma das importâncias da Paleografia:

Um “a”, por exemplo, pode sofrer variações que o deixem irreconhecível em determinado contexto. Daí, a importância da noção da trajetória porque cada letra foi construída, relacionada a outros elementos de análise, como o ângulo gerado pela pena e o suporte, o módulo de cada letra (suas dimensões quanto à altura, à largura, etc.) e o peso da escrita (traços fortes ou finos de acordo com o instrumento da escrita).

Contudo, a Paleografia não se resume apenas a isso. Os autores que apresentaremos a seguir, por exemplo, vêem a Paleografia de outra maneira e, em certa medida, tomam-na como sinônimo de História da escritura (ou da escrita). Nessa perspectiva, Núñez Contreras (1994) define a Paleografia “como uma ciência que lida com a escrita no conjunto das ciências históricas

ou, em outras palavras, o lugar que a escrita ocupa na história, uma vez que a escrita é uma das faculdades exclusivas do homem” (op. cit., p. 21, tradução nossa).

Para Cambraia (2005, p. 23, grifos do autor),

[a] *paleografia* pode ser definida, de uma forma bastante básica como o *estudo das escritas antigas*. Modernamente, apresenta finalidade tanto teórica quanto pragmática. A finalidade teórica manifesta-se na preocupação em se entender como se constituíram sócio-historicamente os sistemas de escrita; já a finalidade pragmática evidencia-se na capacitação de leitores modernos para avaliarem a autenticidade de um documento, com base na sua escrita, e de interpretarem adequadamente as escritas do passado.

Essa pequena introdução sobre Paleografia se justifica porque um dos objetivos deste trabalho é apresentar algumas considerações paleográficas e filológicas de três ex-votos setecentistas. Vale destacar, contudo, que, em virtude da curta extensão das legendas e da escolha de apenas três ex-votos do nosso *corpus* – que se justifica pela limitação de espaço deste texto –, não será possível apresentar muitas questões.

3.1 Composição dos ex-votos

Segundo Duarte (2011, p. 156), a forma do gênero “tábuas votivas” é composta por três espaços básicos: o espaço do texto, o plano inferior e o plano superior. O espaço do texto, foco da nossa análise, ocorre “na margem da pintura, local geralmente reservado para as legendas”. O plano inferior “geralmente é o espaço utilizado para relatar a cena da promessa/milagre. Apresenta a cena da promessa com a presença do agraciado, familiares, padres, médicos, serviçais e mobiliários”. Já o plano superior, “também chamado de plano celeste, é reservado para as entidades intercessoras (agraciador) – santos, santas, Maria e Jesus”. Para pensar nas legendas dos ex-votos (recurso pelo qual temos maior interesse) é relevante levar em consideração que, inicialmente, “nos casos de textos tradicionais e curtos, com estrutura e tradição formulaica há considerável facilitação do trabalho de edição”. (FACHIN, 2006, p. 28). De fato, perceber a estrutura formulaica ou as tradições discursivas de um determinado texto facilita o processo de transcrição. Já o fato de se tratar de um texto curto pode não ser um facilitador, visto que o editor fica impedido de estabelecer comparações como acontece, por exemplo, na elaboração do alfabeto de um punho de um processo crime.

3.2 O suporte

Ao fazer uma análise paleográfica das tábuas votivas o primeiro aspecto a se destacar é o material que serve de suporte à escrita. Segundo Castro (2012, p. 128) “o ex-voto típico é

pintado em cores primárias fortes, sobre madeira de cedro cortada em forma retangular”. A prática de escrita sobre a madeira não é uma singularidade dos ex-votos, uma vez que a história da escrita testemunha o uso de tábuas, geralmente enceradas, como material de escrita.

Contudo, é preciso destacar que a madeira, em nenhum momento da história da escrita, foi o material mais corrente para essa prática. Em se tratando das tábuas votivas, isso já é diferente, pois a gênese desse objeto de devoção – no formato de imagem mais texto – pressupõe que a sua elaboração seja feita em um pedaço de madeira. É importante salientar que, ao se analisar uma coleção de ex-votos, verifica-se que a escolha e o corte da madeira não são tão precisos como se pode pensar. Cada produtor de ex-voto utilizava dos materiais que possuía no momento da encomenda, por isso, é muito comum perceber que determinado quadrinho foi confeccionado com o resto de alguma madeira.

Essa falta de regularidade, seja pelo tamanho, pelo tipo de madeira ou pelo grau de conservação dela, faz com que sejam produzidos padrões de escrita muitas vezes diversos³. Os três ex-votos que aqui apresentamos possuem o mesmo formato (retangular) e um acabamento (moldura marmorizada) muito parecido. Isso pode ser indício de uma tradição de confecção de ex-votos de uma dada época e de uma certa região, o que está diretamente ligado ao ambiente de produção desses materiais.

3.3 Aspectos da escrita

À primeira vista, os textos contidos nos ex-votos passam a impressão de um certo cuidado do escrivão com o traçado das letras, o que se justifica pelo fato de ser um material com a finalidade de ficar exposto. Os três ex-votos aqui abordados apresentam legendas cujas escritas são bastante semelhantes: são textos curtos, com certa deterioração – sobretudo o ex-voto 2 –, escritos sobre uma tinta branca na parte inferior dos quadros, com uma letra do tipo sentada⁴ e com leve inclinação para a direita. Outras características comuns aos três ex-votos é o fato de existirem poucas ligaduras entre as letras e uma boa diferença entre as letras maiúsculas e minúsculas. Comparando os três ex-votos, o ex-voto 2 é o que possui uma letra com maior peso (traços grossos)⁵.

Ao abordar as legendas presentes nesse tipo de material, Gama (1965, p. 258), retomando Lima (1962, p. 92), destaca que se trata de









³ Este aspecto não será tratado neste texto, mas na pesquisa que estamos desenvolvendo.







⁴ “Es aquélla en la que se cuida la ejecución de los signos con la máxima exactitud [...]” (NÚÑES CONTRERAS, 1994, p. 45).

⁵ Há, na legenda do ex-voto 2, um traço fino, de tinta diferente, sobre o traçado mais grosso das letras.

curiosas e pitorescas legendas, de surpreendente ortografia: «Feitas em letras capitais, ou em letras minúsculas, em letra cursiva ou em letra de imprensa, ou misturando, tanto as letras grandes com as pequenas, como os caracteres de imprensa com os cursivos, as legendas são interessantíssimas e, mais uma vez, nos dão uma nota da ingenuidade popular pelos erros crassos de ortografia que é frequente apresentarem».

Em virtude do pequeno espaço, ou seja, de uma pequena caixa de escritura, a dimensão das linhas, os espaços entre as linhas e o módulo das letras não são grandes. Comparando os três ex-votos, o 3 é o que possui o menor módulo. Um recurso bastante utilizado são as abreviaturas (ver quadro 1), sobretudo de títulos e nomes próprios. Vejamos as abreviaturas que encontramos nos três ex-votos.

Ocorrência	Transcrição	Desdobramento	Fonte
	q̃	que	Ex-voto 1
	S. ^{ta}	Santa	Ex-voto 1
	Joaq. ^{na}	Joaquina	Ex-voto 1
	grave m. ^{te}	grave mente	Ex-voto 1
	ad. ^a	adita	Ex-voto 1
	P. ^e	Padre	Ex-voto 2
	S. ^a	Senhora	Ex-voto 2
	S.	Santa	Ex-voto 2

	p. ^r	por	Ex-voto 2
	q̃	que	Ex-voto 3
	Snr. ^a	Senhora	Ex-voto 3
	S. ^{ta}	Santa	Ex-voto 3
	Fran. ^{ca}	Francisca	Ex-voto 3
	perigoza m. ^{te}	perigosa mente	Ex-voto 3

Fonte: produzido pelo próprio autor.

Sobre esse recurso de escrita ora apresentado Gonçalves (2003, p. 188) destaca que

[s]e o número de abreviaturas era considerável na prática dos copistas da época medieval, em virtude da tradição de escrita do latim, favorecida sobretudo pela escassez dos suportes materiais, o seu uso regular vai continuar durante séculos, mesmo depois de bem avançada a era da imprensa situação ilustrada nos textos dos próprios gramáticos e ortografistas portugueses, cujas doutrinas não deixavam de incorporar indicações sobre abreviaturas mais usuais.

Para facilitar a leitura, na edição semidiplomática proposta aqui, optamos pelo desenvolvimento das abreviaturas presentes nas legendas. Contudo, destacamos que é importante uma atenção especial a essas pistas gráficas, com grande valor linguístico, que, segundo Núñez Contreras (1994, p. 107), “são significantes linguísticos constituídos por um componente alfabético que carrega um conteúdo semântico e um componente simbólico”⁶.

Outro aspecto da escrita a se destacar é a segmentação irregular⁷ de palavras como nas abreviaturas “grave m.^{te}” (ex-voto 1), “perigoza m.^{te}” (ex-voto 3) e “im tera m.^{te}” (ex-voto 3). São encontradas variações nas representações ortográficas das sibilantes alveolares surdas e sonoras: fes (ex-voto 1 e 3), apegandoçe (ex-voto 1), isprimentou (ex-voto 1), fas (ex-voto 2), Joze (ex-voto 2), perigoza m.te (ex-voto 3). São encontradas, também, variações na marcação

⁶ No original: “Son significantes lingüísticos constituídos por un componente alfabético portador de contenido semántico y por un componente simbólico”.

⁷ Destacamos que tomamos a ortografia atual como parâmetro de comparação.

ortográfica de sons nasais: *humgida* (ex-voto 1), *Sam* (ex-voto 3). Esses tipos de ocorrências são bastante comuns em textos manuscritos do período aqui abordado e de outros períodos.

Alguns outros fenômenos linguísticos também podem ser verificados nos ex-votos em questão: (1) *prigoza* (*perigosa*) – síncope da vogal média anterior. Ex-voto 1. (2) *isprimentou* (*experimentou*) – alçamento antes da sibilante e síncope da vogal média anterior. Ex-voto 1. (3) *milhoras* (*melhoras*) – alçamento de vogal média em posição pretônica. Ex-voto 1. (4) *inferma* (*enferma*) – alçamento de vogal média em posição pretônica. Ex-voto 3. (5) *diclinou* (*declinou*) – alçamento de vogal média em posição pretônica. Ex-voto 3. (6) *im tera m.te* (*inteiramente*) – monotongação. Ex-voto 3.

Os fenômenos linguísticos encontrados nessas três tábuas votivas são semelhantes aos encontrados por Oliveira (2009b) e, por isso, indicam que, de fato, esse material “pode dar indícios sobre o português popular brasileiro em perspectiva histórica” (OLIVEIRA, 2009b, p. 135).

Considerações finais

Os ex-votos aqui apresentados revelam apenas uma pequena parte do valioso objeto de pesquisa que ora temos em mãos. O trabalho que aqui desenvolvemos suaviza uma noção de Paleografia que circulou por muito tempo e que ainda se faz presente em alguns contextos: “a ciência que estuda escritos antigos preservados em materiais macios”. (NÚÑES CONTRERAS, 1994, p. 17). As tábuas votivas com toda a sua solidez, além de serem excelentes fontes documentais para a História, para a História da Arte e para a Antropologia, podem e devem ser, também, fontes de pesquisas da Paleografia, da Filologia, da Linguística, da História da língua e de outras áreas.

Cabe ressaltar, contudo, que os ex-votos, como qualquer outra fonte documental, não nascem para ser históricos, mas se tornam históricos ao serem abordados como fonte de informação de períodos passados. Por isso, queremos destacar, também, que esses objetos de devoção possuem um valor primário e um valor secundário. Quando pensamos na gênese do ex-voto e no objetivo da sua criação estamos abordando o valor primário desse objeto. Já quando estamos refletindo sobre a sua função de memória e de testemunho, estamos abordando o seu valor secundário. É importante destacar, do mesmo modo, que esses objetos possuem um valor material e um valor imaterial: material, porque estão em causa fontes históricas que agregam informações únicas sobre parte da história de um povo; e valor imaterial, porquanto dão testemunhos de práticas socialmente relevantes. Nesse sentido, este trabalho e

a nossa pesquisa de doutorado carregam de forma muito intrínseca uma característica de preservação e popularização dos ex-votos.

Sobre os três ex-votos aqui abordados, é possível perceber que neles se faz presente a materialização de parte da descrição iconográfica de Sant'Ana proposta por Oliveira e Campos (2010, p. 137-138): “É geralmente representada com aspecto idoso e maternal, vestindo túnica e manto [...] Santana Mestra, sentada ou de pé, com um livro aberto no colo ensinando a Virgem Maria Menina [...]”. No ex-voto 1, oferecido a Sant'Ana por Maria Joaquina, que estava correndo risco de vida na hora do parto, há, inclusive, a manifestação da interseção da santa por uma causa que já lhe é de costume: “Protetora das famílias, das mulheres que desejam filhos e das grávidas”. (OLIVEIRA e CAMPOS, 2010, p. 138).

Outra questão bastante relevante de ser observada é o fato de se ter como ofertante de um ex-voto um padre (ex-voto 2). Isso indica, em certa medida, que essa tradição religiosa católica não era reservada apenas às pessoas mais humildes e que, mesmo havendo uma certa censura por parte da Igreja Católica em relação à oferta de ex-votos – como apontam alguns autores como Scarano (2003) e Castro (2012) –, essa prática de agradecimento fugia ao controle dessa instituição.

Por fim, convém ressaltar, mais uma vez, que os apontamentos paleográficos e filológicos aqui explicitados estão longe de serem finalizados no que tange aos nossos estudos sobre os ex-votos. Em nossa tese, certamente, abordaremos de forma muito mais aprofundada e completa esses valiosos objetos que surgiram em um contexto popular, mas que hoje não têm nada de popular⁸.

Agradecimentos

Manifestamos os nossos agradecimentos ao Museu de Congonhas (Congonhas-MG) por nos ceder as imagens em alta qualidade dos ex-votos aqui apresentados. Agradecemos, também, à Profa. Dra. Sonia Troitiño (UNESP/Ciência da Informação) pela leitura de uma versão inicial deste texto. Destacamos, entretanto, que quaisquer falhas aqui encontradas são de nossa inteira responsabilidade.

Referências bibliográficas

ABREU, Jean Luiz Neves. Difusão, produção e consumo das imagens visuais: o caso dos ex-votos mineiros do século XVIII. **Revista Brasileira de História**, v. XXV, n. 49, 2005. p. 197-214.

⁸ Isso porque é muito comum o roubo e o comércio de tábuas votivas antigas.

- BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario Portuguez e latino**. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1721. (Volume 08: Letras T-Z).
- CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CASTRO, Márcia de Moura. Ex-votos mineiros – as tábuas votivas no ciclo do ouro. In: FROTA, Lélia Coelho. **Ex-votos em Congonhas: o resgate de duas coleções**. Brasília: Iphan, 2012. p. 119-139.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 1999. (Tradução Reginaldo de Moraes).
- DUARTE, Ana Helena da Silva Delfino. **Ex-Votos e Poiesis: representações simbólicas na fé e na arte**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- FACHIN, Phablo Roberto Marchis. **Estudo paleográfico e edição semidiplomática de manuscritos do Conselho Ultramarino (1705-1719)**. 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- GAMA, Eurico. **O Senhor Jesus da Piedade de Elvas**. Elvas: Tipografia Casa Ibérica, 1965.
- GONÇALVES, Maria Filomena. *As ideias ortográficas em Portugal – de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouse Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.
- LIMA, Fernando de Castro Pires de. (Dir.). **A Arte Popular em Portugal**. Lisboa: Editorial Verbo, 1962.
- MARÍN MARTÍNEZ, Tomás. **Paleografía y diplomática**. 23. ed. Madrid: Librería UNED, 2017. v. 1.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). **Para a História do Português Brasileiro: primeiros estudos**. v. 2, t. 2. São Paulo: Humanitas/FFLCH/FAPESP. 2001.
- NÚÑES CONTRERAS, Luis. **Manual de Paleografía**. Fundamentos e historia de la escritura latina hasta el siglo VIII. Madrid: Ediciones Catedral, 1994.
- OLIVEIRA, Klebson. Ajuntamento de fontes para a história do português popular brasileiro: amores, desamores e outras espécies de dores. In: OLIVEIRA, Klebson; CUNHA E SOUZA, Hirão Fernandes; GOMES, Luís. (Orgs.). **Novos tons de Rosa... para Rosa Virgínia Mattos e Silva**. Salvador: EDUFBA, 2009a.
- OLIVEIRA, Klebson. As tábuas votivas do século XVIII ao XX: mais uma fonte para a história do nosso “latim vulgar”. In: OLIVEIRA, Klebson; CUNHA E SOUZA, Hirão Fernandes; SOLEDADE,

Juliana. (Orgs.). **Do português arcaico ao português brasileiro**: outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2009b.

OLIVEIRA, Myriam Andrade de; CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Barroco e Rococó nas igrejas de Ouro Preto e Mariana**. Brasília: Iphan / Programa Monumenta, 2010. (Roteiros do Patrimônio).

SCARANO, Julita. **Fé e milagre**: ex-votos pintados em madeira, séculos XVIII e XIX. São Paulo: EDUSP, 2003.

Diário Político de Caio Prado Jr.: questões filológicas

Maria Eugênia Duque Caetano

Introdução

O leitor e pesquisador de temas de história, geografia, sociologia, economia, filosofia e política encontra nos escritos de Caio Prado Júnior um repertório muito rico de estudos e reflexões. Quem os lê, de alguma forma, também lê o Brasil e a estrutura política e social em que o autor estava inserido e sobre a qual materializou suas reflexões. Caio Prado Júnior (CPJ) fez sua primeira publicação em 1933, com o livro *Evolução política do Brasil*, atualmente republicado pela Companhia das Letras. A partir daí, outros importantes títulos como *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, *História econômica do Brasil*, de 1945, e *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, de 1953, foram publicados. Considerando que a maior parte das reedições foram feitas com o autor ainda em vida, pode-se supor que os textos editados passaram por sua leitura e crivo, ou seja, representam um conjunto documental das reflexões político-sociais do autor ali publicadas e supostamente revistas.

Diante da repercussão de suas obras, o próprio Caio Prado Júnior acabou se tornando matéria de publicações, isto é, de observador e escritor passou a ser objeto de estudo e de escrita, o que se exemplifica por dissertações, teses, artigos e outros trabalhos acadêmicos, e em livros como *Caio Prado Júnior - Uma Biografia Política* (2016), de Luiz Bernardo Pericás, e *Diários Políticos de Caio Prado Júnior: 1945* (1998) e *Caio Prado Jr. – Uma Trajetória Intelectual* (2007), de Paulo Teixeira Lumatti. A primeira publicação faz um panorama cronológico da sua vida política com pinceladas particulares - principalmente dos anos de cárcere de CPJ - incluindo o uso de cartas, telegramas, entrevistas, depoimentos, preenchendo a trajetória política do historiador com documentos inéditos e informações da sua vida pessoal, mas sem menção aos diários. O segundo livro faz um panorama da vida política, produção científica e atividade profissional de CPJ incluindo fatos de sua vida pessoal. Já o terceiro trata do conteúdo dos cadernos do autor, que abrangem o ano de 1945, citando apenas alguns trechos específicos do material.

Como muitas vezes os materiais utilizados para esse tipo de publicação são de caráter restrito, limitados ao acesso ou ao registro fotográfico e digital para circulação, na maioria dos casos são utilizados apenas como fonte de informação, sem serem considerados como fontes

documentais de fato, ou seja, objeto de estudo. As obras que resultam desse tipo de perspectiva ampliam o conhecimento a respeito da vida e da produção do autor, mas de forma indireta – ou seja, com uso de trechos e recortes que apenas sejam mais relevantes para a análise de cada produção em questão. Outros estudos poderiam ser realizados por meio de um olhar filológico dos materiais escritos por Caio Prado Júnior, considerando a sua materialidade, história, contexto de produção e alcance histórico-político, a exemplo de seus diários. Seus diários, até agora, têm apenas alguns trechos citados, de alguns cadernos. Ainda há muito o que fazer tendo em vista o rico e importante acervo do autor, levando em conta que, para se ter acesso a esse material e todas suas implicações, é necessária uma visita física ou confiar nas informações indiretas já citadas.

Há, nesse sentido, uma lacuna a ser preenchida, não só para compreender o contexto de produção das obras de CPJ, mas também seu modo de registrar os eventos que guiaram seus escritos e suas reflexões acerca do Brasil. É necessário ir às fontes e torná-las acessíveis ao público, especializado e leigo, e contextualizá-las, para que seja possível uma compreensão maior de todo processo de registro, escrita e organização de Caio Prado Jr. Tão importante quanto o material publicado é a compreensão da dimensão do processo de escrita de CPJ, de quanto as suas vivências contribuíram para seus livros, em que contexto foram escritos, quais foram suas referências e influências e, ainda, quais caminhos o autor trilhou até chegar ao resultado final de suas publicações.

A exemplo do resultado do trabalho de edição crítica de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, por meio da qual se revelou uma obra cujo texto "não descansa, que foi várias vezes revisto, aumentado e recortado por seu autor, sempre em diálogo com seus diferentes contextos de publicação" (SCHWARCZ e MONTEIRO, 2016, p. 11), no caso de Caio Prado Júnior é possível reconstituir esse processo por meio de um trabalho de crítica textual - com base na tradição documental de suas obras -, ou por uma aproximação direta do leitor em relação às suas reflexões políticas, produzidas paralelamente às suas publicações, ou seja, seus diários políticos, acompanhando o autor em seus rabiscos, reescritas, anotações à margem – como datas e comentários –, recortes jornalísticos, todo aparato revelado em importante material até o momento não publicizado em sua integralidade.

Este trabalho se insere nesse contexto. Tendo como base o primeiro Diário Político de Caio Prado Júnior, objetiva-se apontar, sob perspectiva filológica, o potencial do caderno como fonte de pesquisa histórica, política, social e da própria construção do sistema de escrita de CPJ. Capaz de oferecer, assim, um material plenamente acessível às origens e processos de escrita do autor.

1 O *corpus* da pesquisa: 1º Diário Político de Caio Prado Jr.

Caio Prado Júnior escreveu um total de nove Diários Políticos, em formato de caderno, cada um deles com uma quantidade de páginas diversa, mas com características similares de suporte. Os cadernos também não contêm registros do mesmo intervalo de tempo, independentemente de ainda terem páginas sobrando ou não. O primeiro caderno abrange o período de novembro de 1935 a outubro de 1936¹. O segundo vai de novembro de 1936 a fevereiro de 1937, com 296 páginas, sendo 282 dessas com conteúdo. Tem a capa restaurada e nela está escrito “Diário Político”, com a caligrafia do CPJ. Também é escrito à caneta, mas possui algumas anotações a lápis, inclusive por baixo de algumas palavras.

Já o terceiro - de 02/03/1937 a 28/05/1937 - não tem capa e está com a primeira página danificada e, pelas anotações feitas por CPJ, com um recorte de jornal faltando - provavelmente de um expediente da Câmara dos Deputados. O de número quatro apresenta folhas coladas nas últimas páginas do diário e é também o diário com maior quantidade de recortes de jornal, sendo poucas as páginas totalmente manuscritas. No diário cinco são 202 páginas escritas e as capas ainda são originais. Ele também tem uma grande quantidade de recortes de jornal, sendo apenas eles nas últimas páginas do caderno. O caderno seis oferece uma carta datilografada a Getúlio Vargas e é escrito a tinta azul e preta. Já o diário sete é um dos mais marcados pelo tempo: tanto a tinta da caneta passa de uma página à outra, como a letra de Caio parece menor e mais corrida e as tintas dos jornais mancharam bastante as páginas vizinhas. Além disso, todas as páginas do caderno estão manchadas por líquido, como se tivesse sido mergulhado na água. No oitavo diário, ainda com a capa original, temos o registro de setembro de 1946 a janeiro de 1947, com 179 páginas escritas. Na contracapa do caderno é possível ver ainda o carimbo da papelaria em que foi comprado.

O nono e último caderno tem apenas 20 páginas escritas, apesar das 193 totais. Foram numeradas pelo autor até a página 99, sendo a última anotação de 30 de março de 1947. É escrito à caneta e a letra do autor vai ficando cada vez mais ilegível. Todos os Diários - e cartas e outros escritos de Caio Prado Júnior - estão sendo preservados no arquivo do Instituto de Estudo Brasileiros - IEB, da Universidade de São Paulo, por doação da própria família Prado.

O objeto deste estudo é o 1º Diário Político de Caio Prado Jr.², com 160 páginas manuscritas, que incluem recortes de jornais da época com anotações do autor e comentários

¹ Localização: CAIXA 029 [CPJ001], Participação política, Diários Políticos. Instituto de Estudos Brasileiros IEB-USP

² Esse e os outros oito diários manuscritos estão sendo preservados no Arquivo do IEB por doação da família Prado. Todos estão disponíveis para consulta e os devidos materiais de proteção. Porém, por questões de direitos autorais, as imagens dos diários não podem ser reproduzidas, logo, toda pesquisa deve ser feita apenas no Arquivo, com hora marcada e mediante reserva dos documentos.

que ele faz – no próprio recorte ou nas páginas que contextualizam o assunto. O caderno não tem mais a capa original e começa com o ano de 1935 escrito na primeira linha, à caneta. Datado de 23 de novembro de 1935 (primeiro levante militar da Aliança Nacional Libertadora - ANL e, em seguida, é decretado o estado de sítio em todo o território nacional) a 31 de outubro de 1936, o documento começa sendo escrito à caneta – provavelmente tinteiro – e, em abril de 1936, passa a ser escrito a lápis. E como está escrito a lápis em sua maioria, as chances de a escrita clarear naturalmente são altas, apesar de tomados todos os cuidados necessários.

Um texto - ainda mais de um autor importante para diversas áreas de estudo sobre o Brasil - deve ser analisado em sua totalidade para ser utilizado como base para pesquisas, tendo como ponto inicial a sua materialidade, o seu suporte, como defende Almada (2014, p.136):

O primeiro contato com um objeto, de qualquer natureza, é feito a partir dos sentidos e da matéria, ou seja, a partir de sua forma, aparência, textura, imagem, odores, conformando as expectativas sobre a informação. Assim sendo, os suportes e materiais utilizados na confecção dos objetos influenciam a nossa capacidade de compreensão. (...) Os objetos, portanto, testemunham relações culturais que podem ser percebidas em seus suportes.

O caderno apresenta marcas de tinta de recortes de jornais – algumas dos utilizados e presentes no material, outras que não correspondem a nenhum deles, logo deve-se considerar que há recortes faltando – e marcas de ferrugem de cliques de recortes que não estavam colados – todos provavelmente eram colados com cola e, alguns, restaurados pelo Arquivo, com fita no local onde Caio os tinha colocado.

É interessante notar também que alguns meses não são encontrados no Diário, o que pode levar à suposição de que existam outros materiais de registro de atividade nesse meio tempo ou que também existam partes perdidas do Diário I. Deve-se considerar também que o caderno já chegou ao arquivo com todas as folhas soltas e com a lombada sem costura, logo, há o risco de já termos perdido registros anteriores à sua conservação. Além disso, é possível ver a escrita a lápis por baixo das partes em que a escrita é à caneta, levando à suposição de que CPJ fez uma primeira escrita e depois reescreveu por cima nas páginas já editadas desses registros. Além disso, há partes rasuradas na escrita a lápis, ou seja, pode ser que o autor pretendia voltar e apagar ou não passar a parte rasurada à caneta e, por algum motivo, não o fez.

2 O Diário como objeto de pesquisa da Filologia

Castro (1992, p. 124) conceitua Filologia como o estudo da gênese e da escrita dos textos, a sua difusão, a transformação no decurso da sua transmissão, as características materiais e o modo de conservação dos suportes textuais. Para isso, o filólogo precisa ter em

mãos muito mais que os próprios testemunhos (produtos), precisa conhecer as implicações relacionadas a cada texto, para situá-lo em sua história, principalmente porque inicialmente não se conhece o estatuto das versões com que trabalha, se pertencem ao processo de criação ou de transmissão, ou se fazem parte de algo mais amplo, relacionado à vivência do próprio autor diante da problemática da sociedade.

O primeiro Diário Político foi selecionado por ser capaz de contextualizar a iniciativa de Caio Prado Júnior ao registrar os principais acontecimentos sociais e políticos da época. Como material de pesquisa histórica, política e até biográfica, os diários de número cinco e seis são os mais usados, uma vez que compreendem a época pré, pós e durante o ano de 1942, o ano de publicação do livro mais conhecido de Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*. É inegável a importância social, política e científica de Caio Prado Jr. e seus escritos para a comunidade universitária e para o Brasil como um todo. Logo, não se pode deixar de analisar os diários que registraram boa parte da carreira política do autor e como ela se relaciona à história do Brasil e, para isso, partiremos do primeiro Diário para compreender, não só como funcionavam esses registros na vida de CPJ, mas também como se iniciou esse processo - afinal de contas, entender o contexto de produção de um dos cadernos pode ser a porta para entender o processo de produção dos outros diários e dos livros e escritos de Caio (como funcionavam seus registros, por exemplo).

Considerando Filologia como estudo do texto e de sua transmissão, com o objetivo de interpretá-lo e editá-lo, ressalta-se a importância do estudo de registros escritos e como entram em contato com a história e outras ciências. Há de se observar que estamos tratando de escolhas nesse estudo. Não apenas os efeitos que o caderno sofreu ao longo do tempo ou como foi ressignificado em cada contexto ou estudo, mas como tudo que está registrado foram escolhas conscientes do autor na época e espaço em que ele vivia. Nas palavras de Lara (2008, p.18):

Ao longo de suas vidas (individuais ou coletivas), homens e mulheres produziram textos diversos – do modo como achavam que deveriam ser escritos, por motivos e com fins os mais variados, que foram guardados ou descartados segundo critérios que faziam sentido para eles e, depois, para os profissionais responsáveis por sua preservação.

Cabe, portanto, ao filólogo o cotejo, o estudo e a investigação desses materiais. Nesse sentido, este estudo abrange o suporte (incluindo o contexto de conservação e marcas temporais), a escrita (levando em consideração a letra do autor, o instrumento e o material de escrita, grafite, lápis, caneta, rasuras, corrosões, respeitando a grafia da época), o conteúdo (ou seja, nada será retirado ou acrescentado) e o contexto de produção – que levam a questões como a época em que foram escritos, a sua relação com outras obras do autor e com a sua

fortuna crítica, que papel desempenha hoje e como o contexto de produção pode ter influenciado na escrita e no conteúdo. Há de se levar em conta que a construção narrativa dos diários é diferente da construção narrativa das obras do autor.

Como em *Palácios da Memória* (2019), de Luiz Fagundes Duarte, cabe aqui o questionamento de uma perspectiva muito comum na crítica textual de que todo texto deixado inacabado, ou todo trabalho de gênese de um texto que seja deixado manuscrito, deva passar por um processo de edição para então - e só então - ser considerado um produto final. Os cadernos dos Diários Políticos são comumente usados apenas como parte do processo de construção de Caio Prado Jr., como político e como autor, ao invés de serem enxergados como parte de um processo de criação que deve ser analisado em sua totalidade e com os requisitos de uma análise crítica e filológica.

É possível, dessa forma, traçar um perfil de Caio Prado Jr., enquanto autor de suas obras, autor de seus diários e enquanto pessoa pública e, mesmo os diários não tendo cunho pessoal, revelam sua visão, talvez mais crua e reveladora, ainda procurando a organização que, apesar de não ser a mesma, pode ter sido usada na construção de seus livros:

[...] a anotação quotidiana, mesmo que não seja relida, constrói a memória: escrever uma entrada pressupõe fazer uma triagem do vivido e organizá-lo segundo eixos, ou seja, dar-lhe uma “identidade narrativa” que tornará minha vida memorável. É a versão moderna das “artes da memória”, cultivadas na Antigüidade. O diário será ao mesmo tempo arquivo e ação, “disco rígido” e memória viva [...] o diário é um apelo a uma leitura posterior: transmissão a algum alter ego perdido no futuro, ou modesta contribuição para a memória coletiva. (LEJEUNE, 2008, p. 262)

Cabe aqui, portanto, fazer um resgate do material deixado por CPJ, analisando-o como uma escrita em curso, relacionada provavelmente à prática que o conduziu à produção de suas obras publicadas, a qual pode nos ajudar a permear os mesmos caminhos do autor e entender como foi sua formação política e pessoal durante a escrita dos seus diários.

3 O diário político e o *usus scribendi* de Caio Prado Jr.

Cada escrito, conforme seu gênero, seu nível de diplomacia, seu autor, seu suporte e seu contexto e finalidade, tem uma forma de produção característica. Sob uma perspectiva mais objetiva, deve-se considerar o *usus scribendi* de quem escreve. De acordo com Megale et al (2007, p. 128), todo manuscrito põe diante dos olhos do leitor um conjunto de características que revelam o nível de conhecimento da língua utilizada por quem o produziu, o que está intrinsecamente associado ao grau de domínio do ato de escrever nessa língua. A esse conjunto,

com muita precisão, designa como *usus scribendi* (traduzido como “modo de escrever” ou “hábitos de escrita”).

Nesse conjunto prevalece o aspecto externo da escrita, a letra, sua apresentação, seu grau de legibilidade, se quem a produziu tem costume de escrever, se escreve por profissão, ou se seu manuscrito é eventual. Essa reflexão se faz sobre o *usus scribendi* no sentido latino, enquanto exame do fluxo da escrita como resultado do ato físico de escrever o qual, por sua vez, revela o grau de domínio da língua em que se escreve, as preferências estilísticas do escriba, além, obviamente, do nível de conhecimento da matéria de que trata o texto.

Caio Prado Júnior segue um padrão específico na composição do seu Primeiro Diário Político. O autor raramente escreve sobre si mesmo ou em primeira pessoa, começando pelo registro dos dias ou das semanas às quais vai fazer referência, citando um acontecimento ou uma pessoa envolvida em tal acontecimento. Quando acrescenta os recortes de jornal, não repete o nome da pessoa citada, apenas puxa setas ou, às vezes, faz grifos nos próprios recortes. Sua narrativa se assemelha muito a notícias informativas, contendo lugar, pessoa, acontecimento, data e contexto. Quando expressa sua opinião, é geralmente sobre uma matéria de um recorte, ou como anotação às margens dos escritos e das páginas. CPJ seleciona os recortes e os assuntos que quer registrar e mantém seguimento em prisões, manifestações, eleições e visitas internacionais.

Além disso há anotações nos cantos das páginas e nos recortes de jornal feitas à caneta, colocando a possibilidade de que o autor voltava no seu Diário para contextualizar algum comentário ou mesmo de que escrevia com a caneta do lado para já registrar o que era definitivo, que não havia necessidade de passar a limpo.

A título de exemplo, a figura seguinte demonstra a prática de composição adotada por CPJ:

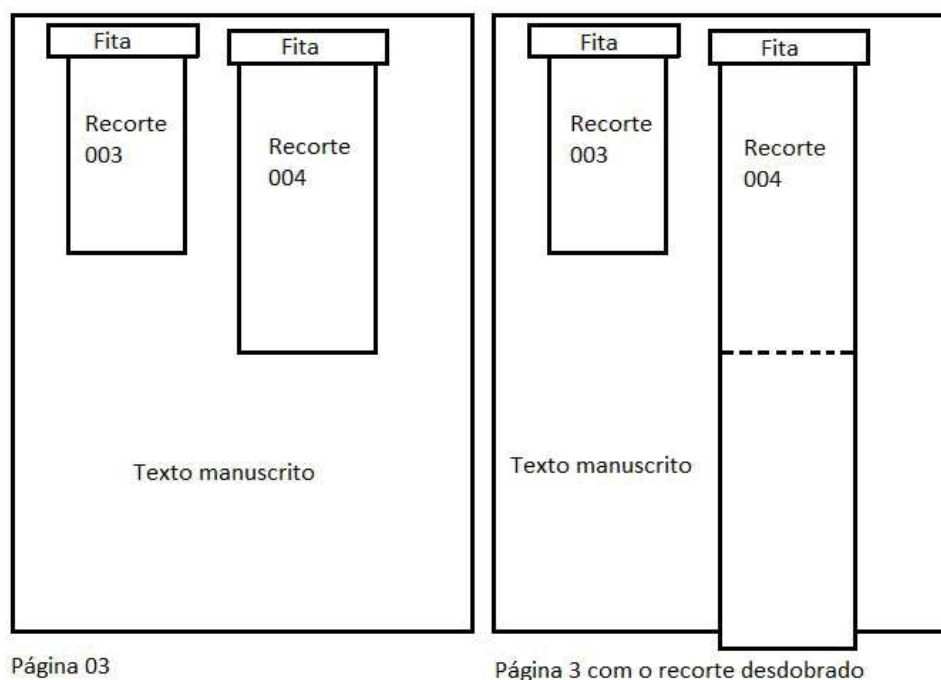


Figura 1 - Esquema composicional de organização das páginas do Diário I de Caio Prado Júnior. Autoria da autora.

Os recortes de jornais são colocados no topo da página - Caio Prado Jr. aparentemente usava cola, mas, como com o passar do tempo foram se soltando, a maioria dos recortes foram restaurados com fita adesiva - e as anotações do autor são feitas nas partes que ficam por baixo, em volta e, às vezes, no próprio recorte. No caso da página 03, que foi representada acima, há dois recortes, um do jornal Gazeta e outro sem identificação ainda. Além deles, havia mais um recorte solto entre as páginas, do Diário de S. Paulo.

O recorte de número 004 foi dobrado - o que também acontece em quase todas as colagens, uma vez que o tamanho das páginas do caderno é do padrão A5 (aproximadamente 14,8cm x 21,0cm). Mesmo assim, há escritos por baixo, o que pode nos levar à suposição de que ele escrevia antes de colar o recorte, já que não há sinal de marcas de dobra perto da parte colada de cada recorte.

O recorte de número 003 é o Decreto n. 532, de 24 dezembro de 1935 de Getúlio Vargas, que é um assunto que começa na página anterior e é encerrado nas primeiras linhas da página 3. Em seguida, CPJ começa a registrar o mês de janeiro de 1936 relatando prisões que aconteceram no Rio de Janeiro ainda como consequência da Intentona Comunista, enquanto no recorte 004 a manchete é “A situação dos advogados durante o estado de sítio - Offício do juiz substituto federal à Ordem dos Advogados”, com anotação do autor de “Gazeta 18/2/36”. As anotações que Caio fazia nos recortes geralmente eram para acréscimo de data, de nome do

periódico ou grifos, com exceção de rabiscos esporádicos que o autor fazia nas imagens ou nas margens das notícias.

O recorte solto carrega uma anotação a lápis feita por Caio Prado Jr.: “Diário S. Paulo 28 fev. 1936” e tem como manchete “Os motivos da revolução paraguaya” e estava dobrado ao meio. Não há anotação que faça referência direta a esse recorte e a página seguinte já é intitulada como “5 de Março” e, no final, já começa a narrar o fim do estado de sítio que se instalava em todo território nacional desde 25 de novembro de 1935, que é o assunto da primeira página do Diário. Como não há referência a esse recorte - que inclusive não carrega um número de identificação no arquivo - podemos supor que ele foi acrescentado depois que Caio começou a escrever a próxima página, ou ainda que o autor reconsiderou conservá-lo depois de ter continuado seus registros no diário. Pode-se supor ainda, que, mais para frente, a Revolução Paraguaia foi relevante para contextualização de um assunto e, por motivos de organização, CPJ preferiu manter a notícia na página com data mais próxima. Porém, não temos como ter certeza.

Considerações finais

Tendo em vista o trabalho filológico que está sendo realizado, os resultados da pesquisa são analisados de acordo com as particularidades materiais, gráficas, históricas e políticas provenientes do primeiro Diário Político de Caio Prado Jr., no intuito de ampliar a possibilidade dos estudos e do acesso a esse tipo de material, levando em consideração seu conteúdo, estrutura, alcance histórico-político e linguístico.

Visto que o principal resultado da pesquisa é a edição de todo o primeiro caderno e a disponibilização desse material em meios acadêmicos, os dados levantados quanto ao suporte e à contextualização auxiliarão em estudos relativos à obra de Caio Prado Jr., principalmente diários ou documentos do século XX. Todo resultado alcançado será aplicado e comparado com o que se conhece e que foi publicado por ou sobre Caio Prado Jr., sobre o Diário como gênero textual e sobre o uso de materiais manuscritos como fonte de pesquisa e informação.

Além disso, é importante levantar a relevância do Diário como fonte para lançar luz a outros diários históricos que podem servir como matéria rica de informação e pesquisa. Vale lembrar também que será possível traçar um perfil do Caio escritor, enquanto autor de sua própria obra e como ele começou e deu continuidade aos registros dos caminhos históricos do país.

Referências bibliográficas

ALMADA, Márcia. Cultura escrita e materialidade: possibilidades interdisciplinares de pesquisa. **Pós**, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p.134-147, nov. 2014.

CASTRO, Ivo. (1992) *Enquanto os escritores escreverem...* In: **Atas do IX Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina**. Campinas: UNICAMP. Vol I - Conferências Plenárias.

DUARTE, Luiz Fagundes. **Os palácios da memória**: ensaios de crítica textual. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/47057>.

LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.17-39, dez. 2018.

LEJEUNE, Philippe. *Diários e blogs. O pacto autobiográfico*: de Rousseau à Internet. Org. Jovita Noronha. Trad. Jovita Noronha e Maria I. C. Guedes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida; FACHIN, Phablo Roberto Marchis; MONTE, Vanessa Martins do. *Crítica Textual: análise grafemática e pesquisa lingüística*. **Veredas - Revista da Associação Internacional de Lusitanistas**, v. 1, p. 127-146, 2007.

MONTEIRO, Pedro Meira; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (2016), *Uma edição crítica de Raízes do Brasil: o historiador lê a si mesmo*, in S. B. Holanda, **Raízes do Brasil**, ed. crítica, São Paulo, Companhia das Letras.

Sobre o processo de edição eletrônica de manuscritos novecentistas baianos

Priscila Starline Estrela Tuy Batista

Introdução

A aproximação entre o campo filológico e o campo computacional tem ampliado as possibilidades de tratamento dos textos, como já discutido por diversos pesquisadores (CRANE *et al.*, 2008; PAIXÃO DE SOUSA, 2013b, 2014; MONTE & PAIXÃO DE SOUSA, 2017; TUY BATISTA, 2020; entre outros). Como uma das consequências desse movimento, observamos as transformações das práticas filológica e linguística para o tratamento dos textos. As mudanças intensas sobre tais práticas¹, em discussão no âmbito acadêmico, apontam possibilidades para rotular a profícua união entre o labor filológico e o linguístico e as ferramentas computacionais, sem haver um consenso entre os estudiosos:

[...] essa união entre os estudos históricos da língua, o trabalho filológico e o tratamento computacional do texto traz desafios inéditos, e costuma ser acompanhada de intensos debates – de fato para alguns estudiosos contemporâneos (entre outros, Baumann & Crane 2010), o trabalho com o texto antigo no ambiente digital faz surgir uma nova filologia, a *e-philology* (Crane *et al.*, 2008); para outros, as rupturas são de tal forma profundas que chegam a determinar o nascimento de um campo inteiramente novo de investigação intelectual: as Humanidades Digitais (Schreibman *et al.*, 2004, entre outros) (PAIXÃO DE SOUSA, 2014, p. 55).

Além da discussão sobre essas novas formas de trabalho, se estamos diante de uma nova disciplina, a *e-philology* ou a Filologia Digital (CRANE *et al.*, 2008) ou diante de um novo campo de investigação científica, são apresentados desafios quanto a essas novas práticas que têm-se mostrado em expansão: “Como quer que nos posicionemos frente a esse debate, um ponto se destaca: os impactos das tecnologias digitais de difusão de textos sobre os campos da filologia e dos estudos históricos da língua tendem a aumentar nas próximas décadas” (PAIXÃO DE SOUSA, 2014, p. 55).

As novas práticas também suscitam debates quanto à materialidade dos textos: ao realizarmos uma edição eletrônica, estamos diante de uma nova materialidade do texto? Se há

¹ Atualmente, a utilização de ferramentas computacionais tem auxiliado a nós, pesquisadores, cujo objeto de investigação é o texto, em diversas etapas do trabalho filológico e linguístico, do processo de levantamento dos textos (a busca de documentos em acervos digitais, por exemplo) ao processo de edição e análise linguística automática.

ou não uma materialidade nova é uma questão². A possibilidade de uma abordagem quanto à dimensão documental tem sido cada vez mais discutida, por diferentes pesquisadores e com diferentes perspectivas, sendo que o debate entre esses pesquisadores não formou um conceito consensual sobre a dimensão material do texto digital, sobre a pertinência de construir esse conceito, nem uma metodologia ou teoria a ser adotada (PAIXÃO DE SOUSA, 2013a). Esses mesmos pesquisadores têm apresentado, como ponto comum entre suas discussões, o desafio que a difusão digital apresenta para a noção de documento.

Paixão de Sousa (2013a, p. 16) sugere que “a fusão difusão digital inscreve uma materialidade absolutamente nova para o texto, já que nela, o texto se forma com a participação conjunta entre a lógica artificial [máquina] e a lógica natural [ser humano]”. Portanto, um texto digital, nativo (seu surgimento se deu em ambiente virtual) ou não (texto se tornou digital por algum processo, como a transcrição realizada com o auxílio de computador pessoal, por exemplo), existe materialmente enquanto instruções e só é formado para a compreensão humana, por meio dos caracteres, se essas instruções forem executadas³. Ou seja, estamos diante de um *texto descorporificado*, termo proposto pela mesma autora para designar o texto digital desprovido de um corpo, de um suporte⁴. Desse modo, o suporte material do texto digital não é o celular, o computador ou o *tablet*, porque o texto digital não existe fisicamente, nem dentro do seu próprio computador, não há uma materialidade física enquanto suporte para esse texto.

Diante desse cenário, a edição de textos antigos, por exemplo, uma das atividades mais recorrentes e importantes no campo filológico, apresentou grande mudança em sua execução e, conseqüentemente, grande impacto para a área. Já foi de grande impacto a migração do ato de transcrever, outrora feito à mão, para a transcrição utilizando computadores; maior ainda foi o impacto trazido pelas edições eletrônicas, uma vez que otimizam o texto tanto nas possibilidades de tratamento e processamento quanto em sua apresentação ao público leitor.

² Cabe apontar que a materialidade do texto em questão é referente ao texto digital. A discussão sobre a materialidade do texto é retomada e expandida no Volume 1 da tese em andamento.

³ Paixão de Sousa (2013a) aponta, ainda, que a identificação de uma materialidade na natureza computacional dos documentos ajuda que falsas equivalências sejam propostas, a equivalência material-físico. Ou seja, a propriedade desconstruída, descorporificada do documento não impede uma abordagem material do texto. Mas que fique claro, a abordagem material não é equivalente ao suporte físico. Se quisermos fazer um paralelo entre o códice enquanto superfície que se desenharam letras ou se imprimiram caracteres, a instância documental é a instância de representação da escrita, obviamente apropriada à tecnologia que foi utilizada: a cópia manuscrita ou a reprodução mecânica (a impressão), para o texto que tem um suporte material. E para o texto digital, a instância documental seria a instrução computacional para a representação da escrita.

⁴ Cf. Paixão de Sousa (2013a).

Ainda estão em discussão metodologias e programas para a edição eletrônica. Portanto, este artigo trata do processo de edição eletrônica realizado em textos novecentistas baianos, material utilizado como *corpus* da pesquisa de doutorado em andamento. Para tanto, o processo de edição utilizando o *software* eDictor é aqui detalhado, sendo o trabalho organizado da seguinte forma: na seção 1, é apresentado o programa computacional eDictor; na seção 2, o processo de edição; e na seção 3, tecemos comentários quanto à apresentação *web* da edição eletrônica, o texto descorporificado.

1 O *software* eDictor

A ferramenta computacional eDictor (KEPLER; PAIXÃO DE SOUSA; FARIA, 2010 - <http://edictor.net>), resultado de um longo e bem-sucedido trabalho de pesquisa, foi desenvolvida especialmente para o trabalho filológico e para a análise linguística automática, a fim de facilitar a edição eletrônica de textos antigos ao fazer a mediação entre o editor e a linguagem XML⁵.

O eDictor combina um editor de XML e um etiquetador morfossintático, que permite que o texto seja transcrito, editado e etiquetado (etiquetação morfossintática), possibilitando que diferentes versões de edição – diplomática, semidiplomática e padronizada⁶ (em HTML) –, inclusive o texto original, sejam geradas sem prejuízos à qualidade filológica, além de versões com anotação morfossintática (em texto simples e XML), reunindo todas as informações em camadas editoriais sobre um mesmo arquivo (PAIXÃO DE SOUSA, 2010, 2014; TUY BATISTA, 2020). Para isso, o programa apresenta três módulos: (i) Transcrição; (ii) Edição; e (iii) Morfologia, detalhados adiante.

A ferramenta tem sido utilizada por diversos grupos de pesquisa que trabalham com a constituição de *corpora* eletrônicos, são alguns: Corpus Histórico do Português Tycho Brahe (UNICAMP); Laboratório de História do Português – Laborhistórico (UFRJ); Projeto memória Conquistense (UESB); M.A.P. (Mulheres na América Portuguesa) (USP); P.S. Post Scriptum – Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna (Universidade

⁵ Mais informações sobre a ferramenta podem ser consultadas na bibliografia disponível em: <<https://manualedictor.wordpress.com/publicacoes/>>. Também estão disponíveis manuais (PAIXÃO DE SOUSA; KEPLER & FARIA, 2010; LEAL, 2014) e tutorias (LEAL & TUY BATISTA, 2018; TUY BATISTA *et al.*, 2020) em: <<https://manualedictor.wordpress.com/edictor/>>.

⁶ A versão da edição padronizada apresenta as modificações realizadas pelo editor. É a camada de edição que apresenta, para esta proposta, um alto nível de interferência. Ao gerar a edição padronizada, o leitor opta por acessar um texto diferente daquele original, por apresentar padronização de grafia, expansão de abreviaturas, junção de palavras, por exemplo.

de Lisboa); CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (UEFS); e LaViHD – Laboratório Virtual de Humanidades Digitais (USP/UESB).

A edição eletrônica, pormenorizada a seguir, foi realizada tomando como base a metodologia proposta pelo projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (doravante CE-DOHS)⁷. O texto que tomaremos como exemplo, a *carta 7*, é datada de 1952 e foi produzida por Antonio Carneiro da Silva Tuy, um dos redatores do conjunto Cartas do Acervo da Família Estrela Tuy (doravante CAFET)⁸.

2 A edição eletrônica

2.1 A transcrição

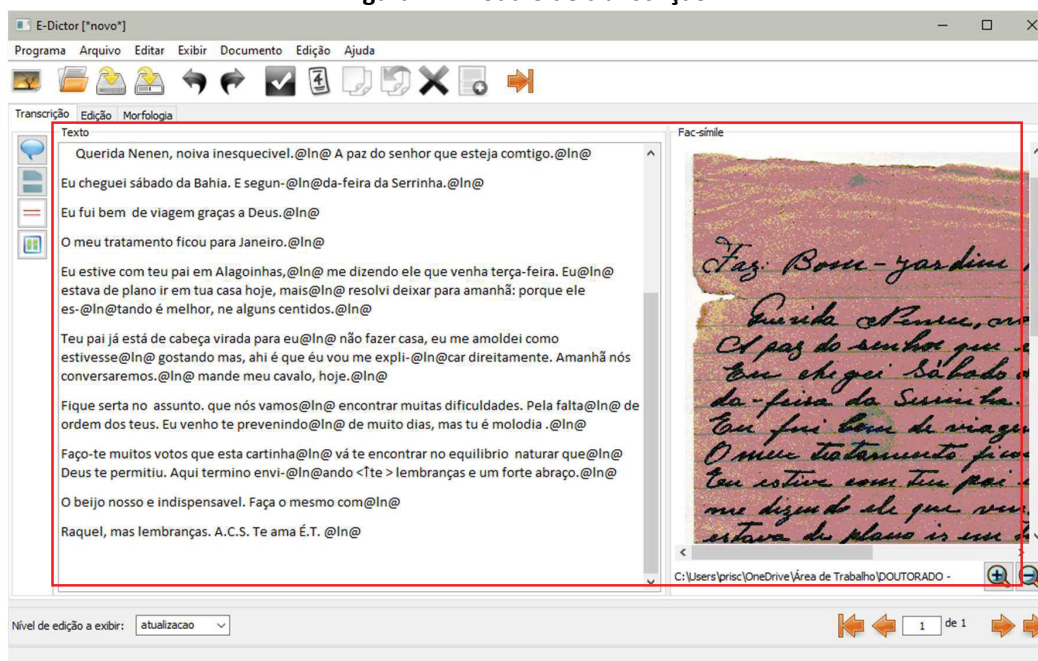
Para dar início ao processo de edição, basta transcrever o texto utilizando o módulo de transcrição do eDICTOR, destacado em vermelho na *Figura 1*. Cabe apontar que nesse processo, é feita a transcrição conservadora, portanto, não desenvolvemos as abreviaturas, por exemplo. Ainda, durante a transcrição, para indicar as quebras de linha da edição contínua, acrescentamos o comando @In@ junto à última palavra da linha⁹, conforme pode ser observado:

⁷ CE-DOHS é um projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), no âmbito do Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa (NELP), coordenado pela Profa. Dra. Zenaide Carneiro e pela Profa. Dra. Mariana Lacerda, cuja fase atual tem como objetivo dar continuidade à constituição de um banco de textos eletrônicos. Optamos por adaptar a metodologia de edição eletrônica utilizada pelo projeto por já conhecer e fazer parte do grupo de pesquisa. Os documentos que compõem o *corpus* em questão serão disponibilizados, futuramente, também nesse banco de dados.

⁸ Os documentos do acervo Cartas da Família Estrela Tuy estão sendo utilizados como *corpus* de pesquisa do doutorado em andamento. Trata-se de um conjunto com, atualmente, 152 documentos. Maiores informações podem ser consultadas em Tuy Batista (2017a) (dissertação de mestrado).

⁹ Entretanto, a quebra de linha poderá ser realizada de duas outras formas: a) fazendo uma transcrição justilinear, na qual o eDICTOR respeitará as quebras de linhas apresentadas; b) realizando a quebra de linha manualmente, a partir do botão com duas linhas vermelhas localizado na margem esquerda.

Figura 1 – Módulo de transcrição



Fonte: elaboração própria.

O texto também pode ser transcrito em um outro editor de texto ou programa. Isso porque a ferramenta permite o uso apenas do módulo de edição, se essa for a necessidade do pesquisador¹⁰. Concluída a transcrição, geramos o XML para iniciar a edição dos textos. Ao gerar o XML, a partir da transcrição feita no módulo anterior, os *tokens* (ou elementos (palavras e símbolos)) do texto são identificados. Na *Figura 2*, trazemos a primeira sentença da *carta 7*, “Querida Nenen, noiva inesquecível.”, já em XML gerado pelo eDictor¹¹. Observamos que a estrutura do XML apresenta uma identificação com uma sintaxe básica, que traz, através de

¹⁰ Caso o pesquisador já tenha feito a transcrição de seus documentos utilizando outra ferramenta, como o programa *Word*, é possível copiar e colar o texto transcrito no eDictor, não sendo necessário fazer uma nova transcrição. Isso porque o eDictor permite a utilização apenas do módulo de edição, se o pesquisador assim precisar. A diferença entre o texto transcrito no *Word* e o texto transcrito no eDictor é que, a partir da edição realizada no eDictor, é possível gerar um arquivo XML editável, utilizando a própria ferramenta, que pode ser anotado morfossintaticamente, por exemplo. Já no *Word*, é necessário utilizar programas auxiliares para realizar processo semelhante.

¹¹ O eDictor tem uma interface para que a editora ou editor não precise trabalhar diretamente no XML. Isso porque a interface facilita o processo de edição, não sendo necessário que a pesquisadora ou o pesquisador tenha conhecimentos de programação para usar a ferramenta. Portanto, para visualizar a estrutura em XML aqui apresentada, utilizamos um outro programa, o *Visual Studio Code* (VSCode). Essa visualização também poderia ser feita a partir do navegador (*Chrome*, *Mozilla*, *Microsoft Edge*, por exemplo) ou, ainda, com o bloco de notas, mas por não trazer destaques em cores distintas de cada nível da indentação, optamos por não utilizar.

parênteses angulares, a estrutura <p>...</p> (parágrafo), que contém <s>...</s> (sentença), que contém <w>...</w> (palavra)¹²:

Figura 2 – Parte da estrutura XML

```

266 <p id="p_4">
267   <s id="s_10">
268     <w id="73">
269       <o>Querida</o>
270     </w>
271     <w id="74">
272       <o>Nenen</o>
273     </w>
274     <w id="75">
275       <o>,</o>
276     </w>
277     <w id="76">
278       <o>noiva</o>
279     </w>
280     <w id="77">
281       <o>inesquecivel</o>
282     </w>
283     <w id="78">
284       <o>.<bk t="1" id="bk_2"/></o>
285     </w>
286   </s>

```

Fonte: elaboração própria.

Cada *token*, ainda, é identificado com o atributo `id=...` (identificação), que recebe, para os parágrafos e sentenças, `id="p_..."` e `id="s_..."`, respectivamente, onde as reticências indicam o número da ocorrência; e os demais, que receberam a *tag word* (para palavras e símbolos), são identificadas com o `"id=..."`, seguido pelo número respectivo à ordem de seu aparecimento no texto. Para exemplificar, observemos a linha 266, a primeira que aparece na *Figura 2*. O parágrafo, <p>, recebe o `id="p_4"`, que traz duas informações: se trata de um parágrafo e é o quarto a aparecer no texto. Abaixo, na linha 267, está o <s> que recebe o `id="s_10"`, indicando o início de uma sentença e que é a décima sentença do texto. As linhas que seguem imediatas à linha indicativa do início da sentença de número dez, <s id="s_10">, trazem os *tokens* contidos nessa sentença. Nas próximas linhas, são apresentados os elementos, por exemplo, a linha 268, com a informação <w id="73">, indica que se trata de uma palavra e é septuagésima terceira do texto.

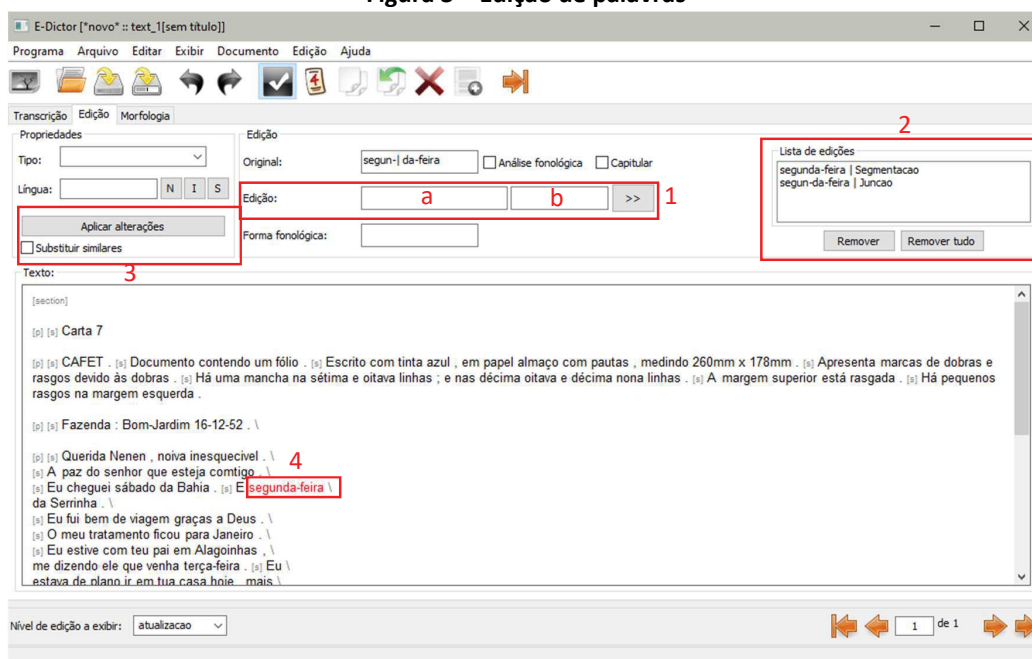
¹² Por convenção da estrutura XML, as etiquetas são circundadas por parênteses, acompanhados com uma letra que identifica o tipo de elemento que se apresentará. Assim, os parênteses angulares acompanhados apenas pela letra identificam o início do elemento; e os parênteses angulares, acompanhados pela barra vertical "/" indicam o final do elemento. Por exemplo: <w> (início da palavra) *palavra* x </w> (final da palavra).

Por fim, voltemos nossa atenção à linha 284, trata-se do ponto final inserido pelo redator para indicar o fim da sentença. Vejamos que a marcação é iniciada como para os demais elementos: está contida em <w>...<w>, que contém <o>...<o>. Entretanto, no mesmo nível de <o>...<o>, há a marcação <bk t="l" id="bk_2"/>, indicativa de *break* (marcando o fim de sentença), acompanhado pelo *id* que aponta essa como a segunda quebra de sentença do texto.

2.2 A edição

No módulo de edição é possível tratar o arquivo gerado no módulo anterior, de transcrição, em camadas distintas, a partir da aplicação das etiquetas, apresentadas adiante. Por ora, passemos à interface de edição, *Figura 3*, com os destaques em vermelho:

Figura 3 – Edição de palavras



Fonte: elaboração própria.

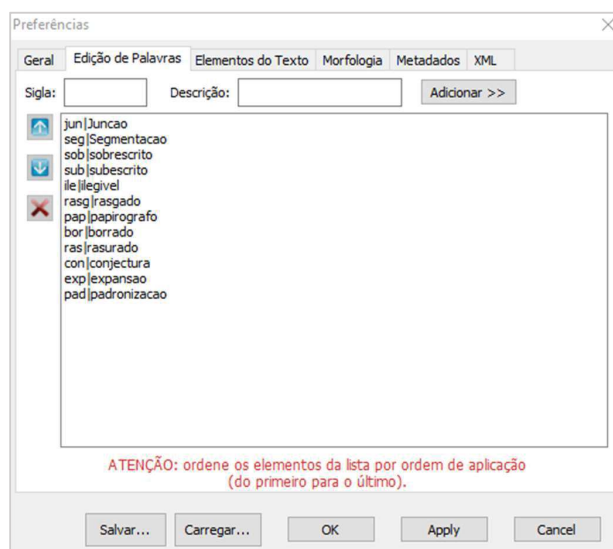
Em (1), apresentam-se dois campos: o primeiro, campo marcado como (a), traz a coleção de etiquetas inseridas pelo editor, além das duas já trazidas pelo programa, junção e segmentação; e, ao selecionar a etiqueta, o campo (b) é preenchido automaticamente com a palavra a ser editada, onde é possível que o editor faça as alterações necessárias. Em (2), na Lista de edições, é possível conferir todas as alterações que foram realizadas, ao passo em que é possível verificar se há alguma etiqueta aplicada de forma inadequada. Caso haja algum erro, o pesquisador pode remover a(s) etiqueta(s) e repetir o processo. Concluída a conferência, em

(3), ao clicar no botão *Aplicar alterações*, as modificações são feitas, em uma palavra ou em mais de uma que se repita ao longo do texto, sendo exibida em vermelho, como exemplificamos em (4).

Quanto às etiquetas, é importante esclarecer que as aqui apresentadas foram fixadas tomando como base a metodologia de edição eletrônica adotada pelo projeto CE-DOHS. As etiquetas devem ser definidas pelo editor diante das necessidades que se apresentam no documento a ser editado. O eDICTOR permite que sejam configuradas as preferências de edição acordo com a demanda apresentada, assim é possível editar qualquer tipo de texto¹³. Isso posto, seguiremos com a apresentação das etiquetas.

Foram utilizadas onze etiquetas, apresentadas na *Figura 4*, para a edição dos textos do CAFET. A exceção da *junção* e da *segmentação*, que já são trazidas pelo programa no momento da instalação, as demais foram inseridas para atender as especificidades dos manuscritos utilizados como *corpus* da pesquisa de doutorado em andamento.

Figura 4 – Etiquetas utilizadas na edição do CAFET, janela de preferências



Fonte: elaboração própria.

Por se tratar de um processo contínuo, o inventário de etiquetas não está concluído. É possível que, diante de uma revisão, haja a necessidade de inserção de uma etiqueta nova a fim de suprir alguma necessidade de edição que ainda não foi apreendida¹⁴. Assim, as etiquetas que

¹³ Instruções para configuração da ferramenta podem ser encontradas no manual do eDICTOR (PAIXÃO DE SOUSA, KEPLER, FÁRIA & LEAL, 2014), disponível em: <<https://edictor.net/edictor/>>.

¹⁴ Para detalhamentos acerca das etiquetas, consultar o tutorial produzido por Leal & Tuy Batista (2020), para atender ao Projeto CE-DOHS, no que diz respeito à edição de cartas pessoais. O tutorial pode ser acessado a partir do seguinte endereço: <[http://www5.uefs.br/cedohs/assets/files/Tutorial%20-%20Comecar%20edicao%20XML%20\(2012-2016\).pdf](http://www5.uefs.br/cedohs/assets/files/Tutorial%20-%20Comecar%20edicao%20XML%20(2012-2016).pdf)>.

estão sendo utilizadas até o momento da feitura deste trabalho são: (i) *Junção* – utilizada para unir letras, sílabas ou elementos que estejam segmentados; (ii) *Segmentação* – aplicada para remover algum elemento, caso necessário. Por exemplo, o hífen indicativo de separação de sílaba por troca de linha; (iii) *Sobrescrito* – aplicada para indicar letras sobrescritas, como, por exemplo, nas abreviaturas por letras sobrescritas; (iv) *Ilegível* – utilizada para sinalizar quando não foi possível fazer a leitura da palavra ou trecho; (v) *Rasgado* – utilizada para indicar quando o suporte está danificado por rasgo, faltando uma parte suporte; (vi) *Papirófago* – para indicar a ação de insetos, essa etiqueta é aplicada na(s) palavra(s) que esteja(m) na(s) área(s) afetada(s); (vii) *Borrado* – aplicada para sinalizar mancha de tinta ou outros líquidos sobre a palavra; (viii) *Rasurado* – utilizada para sinalizar a correção feita por cima da palavra, de autoria do redator ou de terceiros; (ix) *Conjectura* – utilizada para indicar a inserção de letra(s) feita pelo editor; (x) *Expansão* – aplicada para expandir abreviaturas; e (xi) *Padronização* – nesse nível, são feitas alterações como letras minúsculas para maiúsculas e vice-versa, atualização de grafia (delle > dele, por exemplo), acentuação (não inclui a crase).

Cabe destacar que cada etiqueta equivale a uma camada de edição, o que permite um maior controle das alterações feitas e mais possibilidades no momento de gerar as diferentes versões de edição. Isso é possível pela hierarquia de aplicação de cada *tag* no momento da edição.

Retornemos ao XML da sentença “Querida Nenen, noiva inesquecível.”, apresentado anteriormente como *Figura 2* e agora, um pouco diferente e apresentada como *Figura 4*.

Figura 4 – Visualização de aplicação de etiqueta na estrutura XML

```

266 <p id="p_4">
267   <s id="s_10">
268     <w id="73">
269       <o>Querida</o>
270     </w>
271     <w id="74">
272       <o>Nenen</o>
273     </w>
274     <w id="75">
275       <o>,</o>
276     </w>
277     <w id="76">
278       <o>noiva</o>
279     </w>
280     <w id="77">
281       <o>inesquecível</o>
282       <e t="pad">inesquecível</e>
283     </w>
284     <w id="78">
285       <o>.<bk t="1" id="bk_2"/></o>
286     </w>
287   </s>

```

Fonte: elaboração própria.

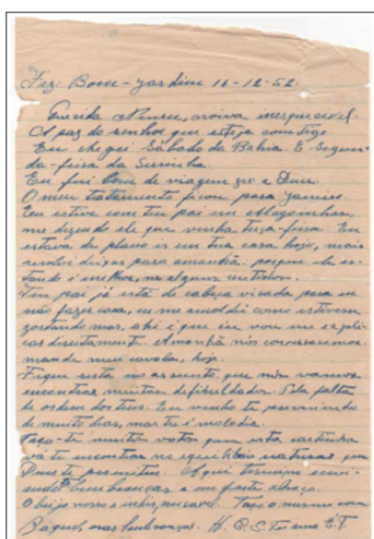
Em um nível mais profundo, também podemos observar, na linha 281, que dentro de <w>...</w> (palavra), há duas outras marcações no mesmo nível: <o>...<o> (original), que traz a palavra transcrita com a grafia conservadora, no caso, *inesquecível* sem acentuação; e a marcação <e>...<e> (edição), acompanhada pela tag t="pad", que indica que a palavra foi editada e apresenta qual etiqueta foi aplicado, no caso, a padronização para inserir a acentuação.

Conforme já apontado por Paixão de Sousa (2014), as camadas de anotação permitem que sejam armazenadas as informações concernentes à transcrição conservadora e à edição padronizada em um mesmo arquivo. Desse modo, as diferentes camadas de informação permitem que diferentes versões do mesmo texto sejam geradas, “análogas às tradicionais edição diplomática, semidiplomática, interpretativa, etc.” (PAIXÃO DE SOUSA, 2014, p. 63). As camadas de edição permitem que sejam geradas diferentes versões para leitura para o mesmo texto, ou seja, é possível ler o texto em versão conservadora, sem a interferência do editor (sem a expansão de abreviaturas, por exemplo). Ainda tomando como exemplo a *carta 7*, temos:

a. A versão conservadora

Na *Figura 5*, trazemos a versão semidiplomática fac-similada, com a transcrição conservadora do texto. O destaque em azul de algumas palavras sinaliza o recebimento de etiquetas, mas, nessa versão de apresentação do texto, as palavras são trazidas como escritas originalmente.

Figura 5 – Versão conservadora



Carta 7

CAFET. Documento contendo um fólio. Escrito com tinta azul, em papel almaço com pautas, medindo 260mm x 178mm. Apresenta marcas de dobras e rasgos devido às dobras. Há uma mancha na sétima e oitava linhas; e nas décima oitava e décima nona linhas. A margem superior está rasgada. Há pequenos rasgos na margem esquerda.

Faz: Bom-Jardim 16-12-52.

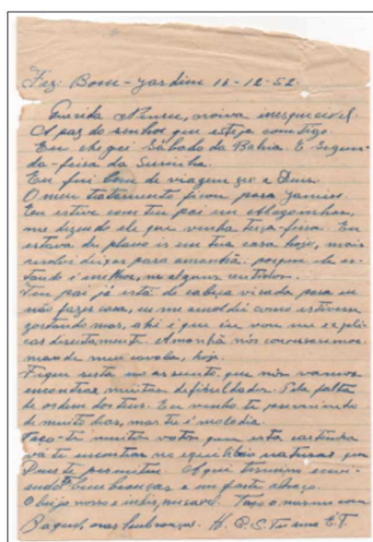
Querida Nenen, noiva **inesquecível**.
 A paz do senhor que esteja **com**tigo.
 Eu cheguei sábado da Bahia. E **segunda-feira** da Serrinha.
 Eu fui bem de viagem **grs**: a Deus.
 O meu tratamento ficou para **Janeiro**.
 Eu estive com teu pai em Alagoínhas, me dizendo ele que venha terça-feira. Eu estava de plano ir em tua casa hoje, **mais** resolvi deixar para amanhã: porque ele **estando** é melhor, ne alguns **centidos**.
 Teu pai já está de cabeça virada para eu não fazer casa, eu me amoldei como estivesse gostando mas, **ahi** é que **eu** vou me **explicar** diretamente. Amanhã nós conversaremos.

Fonte: elaboração própria.

b. A versão padronizada¹⁵

Na *Figura 6*, apresentamos a versão da edição padronizada, com a edição de palavras, também destacadas em azul. A versão padronizada recupera todas as outras camadas de edição, uma vez que esse é o nível mais alto de interferência da edição eletrônica aqui apresentada¹⁶. Assim, as outras etiquetas aplicadas nas camadas inferiores são apresentadas nessa versão. Cabe salientar que a versão padronizada é destinada ao público não especializado, sendo uma leitura diferente daquela destinada a um pesquisador.

Figura 6 – Versão padronizada



Carta 7

CAFET. Documento contendo um fôlio. Escrito com tinta azul, em papel almaço com pautas, medindo 260mm x 178mm. Apresenta marcas de dobras e rasgos devido às dobras. Há uma mancha na sétima e oitava linhas; e nas décima oitava e décima nona linhas. A margem superior está rasgada. Há pequenos rasgos na margem esquerda.

Fazenda Bom Jardim 16-12-52.

Querida Neném, noiva inesquecível.
A paz do senhor que esteja **contigo**.
Eu cheguei sábado da Bahia. E **segunda-feira** da Serrinha.
Eu fui bem de viagem **graças** a Deus.
O meu tratamento ficou para **janeiro**.
Eu estive com teu pai em Alagoinhas, me dizendo ele que venha **terça-feira**. Eu estava de plano ir em tua casa hoje, **mas** resolvi deixar para amanhã: porque ele **estando** é melhor, ne alguns **sentidos**.
Teu pai já está de cabeça virada para eu não fazer casa, eu me amoldei como estivesse gostando **mas**, **aí** é que **eu** vou me **explicar** **diretamente**. Amanhã nós conversaremos.

Fonte: elaboração própria.

c. Léxico de edição

O léxico de edição reúne os processos de edição de cada palavra. Na coluna identificada como *Item*, consta a palavra como escrita originalmente no documento, e nas colunas seguintes, identificadas como *Junção*, *Segmentação*, *Sobrescrito*, *Ilegível*, *Papirófago*, *Borrado*, *Rasurado*, *Subscrito*, *Tachado*, *Expansão* e *Padronização*, ou seja, as diferentes intervenções realizadas pelo editor, constam as palavras editadas:

¹⁵ Cabe destacar que optamos por não editar palavras que possam fornecer informações sintáticas, como por exemplo, a ocorrência de “ne” no trecho “ne alguns centidos”. Considerando que pode se tratar de um fenômeno sintático, outros pesquisadores também optaram por não padronizar esse tipo de ocorrência, uma vez que ainda estão em análise para mensurar o impacto nos textos em estudo. Entretanto, caso seja a necessidade do pesquisador, ele poderá fazer o tipo de interferência que precisar, inclusive aquelas que estão no nível sintático.

¹⁶ Outros pesquisadores utilizam camadas mais altas, que podem ser de atualização ou modernização, dependendo da necessidade e preferência durante o processo de edição.

Figura 7 – Léxico de edição

Item	Juncao	Segmentacao	sobrescrito	subscrito	ilegivel	rasgado	papirografo	borrado	rasurado	expansao	padronizacao
Faz:										Fazenda	
Bom-Jardim		Bom Jardim									
Nenen											Neném
inesquecivel											inesquecível
comtigo											contigo
segun- da-feira	segun-da-feira	segunda-feira									
bem								bem			
grs:										graças	
Janeiro											janeiro
mais											mas
es- tando	es-tando	estando									
centidos											sentidos
ahi											ai
éu											eu
expli- car	expli-car	explicar									
direitamente											diretamente
serta											certa
no								no			
molodia											moloide
equilibrio									equilibrio		equilibrio
naturar											natural
envi- ando	envi-ando	enviando									
< te>			te						te		
indispensavel											indispensável
Éstrela											Estrela

Fonte: elaboração própria.

Tal quadro é muito útil para controlar e conferir as intervenções realizadas, bem como para realizar um levantamento lexical, visto que as formas editadas podem ser agrupadas por ordem alfabética, permitindo a comparação das diferentes grafias apresentadas para uma mesma palavra no texto.

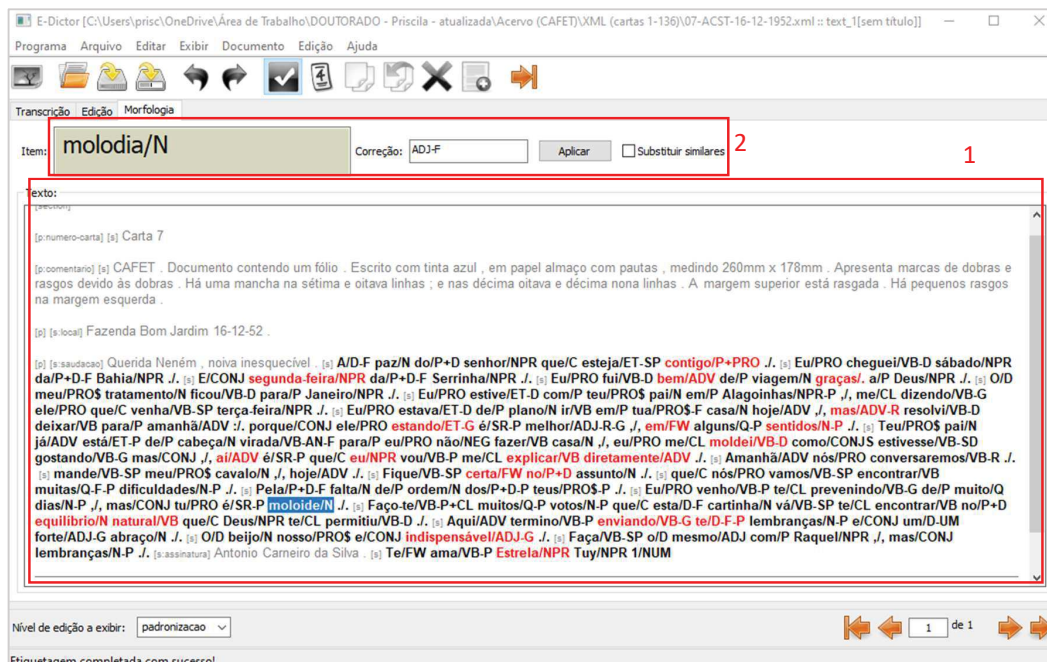
2.3 A anotação morfossintática

A etiquetagem morfossintática¹⁷ tem como fim preparar o *corpus* para a análise linguística automática. Acrescentamos a camada de anotação morfossintática, por se tratar de uma camada editorial necessária para a anotação sintática, que também será incorporada aos textos do *corpus* da pesquisa. Para esta etapa de edição, lançamos mão da metodologia proposta pelo Corpus Histórico do Português Tycho Brahe (CTB), baseando-nos no manual para a anotação morfossintática disponibilizado pelo projeto¹⁸ e, também, o programa computacional eDictor.

¹⁷ A etiquetagem automática é feita a partir do cálculo de probabilidades fundado nas condições de contexto, por isso, optamos por identificá-la como anotação morfossintática. Há contextos de ambiguidade que o etiquetador, tomando como base as ocorrências trazidas pelos textos de treinamento, aplica a etiqueta levando em consideração a consistência do entorno. Por exemplo, o “a”, que pode receber a etiqueta D-F (determinante feminino) e a etiqueta P (preposição). Maiores detalhes são apresentados em Paixão de Sousa (2014).

¹⁸ Manual disponível em: <<http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/manual/pos2016.html>>.

Figura 8 – Anotação morfossintática



Fonte: elaboração própria.

A anotação morfossintática “consiste na identificação e codificação das classes de palavras de um texto” (cf. PAIXÃO DE SOUSA, 2014, p. 64), possibilitando buscas automáticas por classes de palavras. Nesse processo, as palavras dos textos, já em linguagem XML, receberão as etiquetas correspondentes às suas classes morfossintáticas, como apresentado na *Figura 8*.

A camada de anotação morfossintática é gerada automaticamente pelo eDICTOR, com o percentual de 96.7% de acerto, a partir de siglas convencionadas para as classes morfossintáticas¹⁹. No módulo Morfologia do eDICTOR, o texto já anotado é apresentado em (1), além de ser possível fazer a correção de imprecisões que poderão ocorrer na anotação, no campo destacado em (2).

2.4 Os metadados

Os metadados podem conter informações acerca do documento: (i) sobre o texto, referentes ao ano e local de produção, por exemplo; (ii) sobre o(s) redator(es); (iii) sobre o processo de edição, quando é possível identificar o(s) responsável(is) pela transcrição, edição e revisão do texto.

¹⁹ O percentual de acerto do eDICTOR de 96.7% é referente a média de precisão que a ferramenta atingiu. Esse percentual não é considerado para os textos individualmente, que, atualmente, pode chegar em 100%. Alguns fatores, como por exemplo, a época em que o texto foi escrito, influenciam no aumento ou na diminuição da precisão dessa anotação.

Para o preenchimento dos metadados das CAFET, agrupamos tais informações em duas categorias: original e processamento, apresentadas nas *Figuras 9 e 10*, respectivamente.

Figura 9 – Metadados da categoria original

Fonte: elaboração própria.

Na categoria *original*, *Figura 9*, inserimos as informações sobre: *acervo*, *autor*, *conteúdo*, *data de nascimento*, *data do documento*, *destinatário* (por se tratar de um conjunto de cartas), *fonte*, *sexo do autor*, *gênero do documento*, *local*, *nascido/radicado* e a *relação social estabelecida*.

Na categoria *processamento*, *Figura 10*, inserimos informações sobre a *autoria da edição semidiplomática*, da *revisão da edição semidiplomática* e da *edição em XML*.

Figura 10 – Metadados da categoria processamento

Fonte: elaboração própria.

3 A apresentação final da edição eletrônica

Terminado o processo de edição, os arquivos serão disponibilizados em uma página *web* própria, que está em desenvolvimento, e na Plataforma do CE-DOHS, *Figura 12*, locais onde será possível gerar as diferentes versões de edição apresentadas anteriormente, graças às instruções contidas em um único arquivo XML produzido pelo eDictor.

Ao optar por uma edição eletrônica visando à disponibilização desse conjunto de documentos em uma página *web*, tentamos deixar os documentos do conjunto CAFET mais acessíveis aos interessados, pesquisadores ou o público em geral. O objetivo de tornar essa documentação de fácil acesso é oferecer à comunidade científica um acervo confiável para a utilização em pesquisas acadêmicas sobre o português brasileiro ou, ainda, de cunho sócio-histórico, por exemplo; e ao público em geral, é de poder aproximar o trabalho desenvolvido de uma história do semiárido baiano, também como fonte de pesquisa ou de uma leitura curiosa.

Figura 11 – Plataforma CE-DOHS

The screenshot shows the CE-DOHS platform interface. At the top, it identifies the location as Feira de Santana - BA, Brasil, and the platform as Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão [CE-DOHS]. There are search filters for 'Manuscritos', 'Impressos', 'Amostras de fala', and 'Manuscritos' with date ranges '1823-2000' and '1500-1822'. The main content area displays 'Corpus Compartilhado Diacrônico – Cartas Brasileiras (PHPB-BA/Tycho Brahe/PROHPOR)'. A text block explains that documents are edited in XML using the eDictor tool, developed by Pablo Faria, Fábio Kepler, and Maria Clara Paixão de Sousa. Below this, a table lists two corpora:

Amostra/Edição fac-similada (período)	Corpus
Cartas para vários destinatários (a partir de 1724)	208 Cartas
Cartas para Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo (a partir de 1850)	190 Cartas

Additional text describes the first corpus as a fac-similar and semi-diplomatic edition of 208 letters and 114 senders, and the second as a fac-similar and semi-diplomatic edition of 190 letters and 43 senders. The interface also includes contact information for the project and the organizing institutions.

Fonte: elaboração própria.

A diferença entre a disponibilização que será oferecida na Plataforma CE-DOHS e aquela que será oferecida na página *web* própria está na ligação das informações que será construída. Para tanto, utilizaremos a edição eletrônica como base para a aplicação de *links* que relacionam os documentos, os missivistas e o contexto sócio-histórico. Essa proposta não foi apresentada nesta oportunidade por estar em processo inicial de desenvolvimento.

Retomando o conceito de descorporificação do texto, nos voltemos, mais uma vez, ao exemplo da *carta 7*. A edição eletrônica desse manuscrito “não existe” até que o comando para

a visualização seja dado pelo usuário e a informação seja processada e apresentada em HTML no navegador de seu computador pessoal, processo que ocorre quando acessamos a Plataforma CE-DOHS, por exemplo, e consultamos os textos.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi apresentar o processo de edição eletrônica adotado para a edição dos documentos do CAFET, que compõem o *corpus* da pesquisa que tem sido desenvolvida. Ao tratar de detalhes mais técnicos acerca da edição eletrônica em XML e de como são atribuídas as camadas de edição, de forma controlada a fim de permitir a recuperação das etapas de edição, tentamos mostrar como esse tipo de edição pode ser flexível e de grande utilidade para as pesquisas linguística e filológica.

No que concerne às pesquisas de cunho linguístico, consideramos que, ao preparar o texto para análise linguística automática, são ampliadas as possibilidades de investigação, ao passo que é possível, a partir de outras ferramentas computacionais, montar *corpus* de pesquisa em alguns minutos, além de levantar as ocorrências do fenômeno de interesse do pesquisador de maneira automatizada. Quanto às pesquisas filológicas, é de grande valia oferecer a versão da edição conservadora, fidedigna ao texto, no mesmo arquivo que contém os comandos para gerar a edição padronizada, com a atualização da grafia e a normalização ortográfica, por exemplo, enriquecida com informações extratextuais, com os metadados, sem prejuízos ao texto original.

Referências bibliográficas

- BANZA, A. P.; GONÇALVES, M. F. (coord.), **Património textual e humanidades digitais: da antiga à nova Filologia**. Évora: Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS)/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), 2013.
- CRANE, G. (et al.). ePhilology: when the books talk to their readers. In: S. Schreibman, R. Siemens (eds). **A Companion to Digital Literary Studies**. Oxford: Blackwell, 2008.
- LEAL, I.; TUY BATISTA, P. S. E. **Tutorial básico para edição utilizando o eDICTOR** – Normas utilizadas pelo projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão. Campinas, 2020.
- MONTE, V. M.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Por uma filologia virtual: O caso das atas da câmara de São Paulo (1562-1596). **Revista da ABRALIN**, v. 16, p. 239-264; 2017.
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Texto digital: uma perspectiva material. **Revista da ANPOLL**, Florianópolis, v. 1, p. 15-60, 2013a.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. A filologia digital em língua portuguesa: alguns caminhos. In: GONÇALVES, Maria Filomena; BANZA, Ana Paula (coord.). **Patrimônio textual e humanidades digitais: da antiga à nova filologia**. Évora: CIDEHUS, 2013(b).

PAIXÃO DE SOUSA, M. C.; KEPLER, F. N.; FARIA, P. P. F. de. e-Dictor. Versão 1.0 beta 10, 2010. **Programa de Computador**. URL: <https://edictor.net/download>.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C.; KEPLER, F. N.; FARIA, P. P. F. E-Dictor: Novas perspectivas na codificação e edição de corpora de textos históricos. In: T. Shepherd; T.B. Sardinha; M.V. Pinto. (Org.). **Caminhos da linguística de corpus**. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. O Corpus Tycho Brahe: contribuições para as humanidades digitais no Brasil. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 16, p. 53-93, 2014.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara; KEPLER, Fábio; FARIA, Pablo; LEAL, Igor. Edictor 1.0 beta 010 – **Manual** [recurso eletrônico]. São Paulo, 2014.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C.; KEPLER, F. N. E-Dictor: Uma ferramenta integrada para a anotação de edição e classe de palavras. **VI Encontro de Linguística de Corpus**, São Paulo, 2007.

TUY BATISTA, Priscila Starline Estrela. In: FACHIN, Phablo Roberto Marchis; MONTE, Vanessa Martins do (Orgs). **Pesquisas em Andamento: caminhos pela filologia e pela história e historiografia do português** [recurso eletrônico] – São Paulo: FFLCH, 2020. DOI: 10.11606/9786587621104.

TUY BATISTA, P. S. E.; LEAL, I.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C.; MONTE, V. M.; SOUZA, F. C.; CARDENTE, B. F.; TEIXEIRA, D. S.; MOTTA, E. H. L.; POLONI, G.; STURZENEKER, M. L.; PALMA, M. F.; GARCIA, N. L. **Tutorial para a edição eletrônica de textos do Projeto M.A.P. – Mulheres na América Portuguesa utilizando o eDictor**. 1ª versão. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://manualedictor.wordpress.com/edictor/>>.

TUY BATISTA, P. S. E. **O uso de tu/você em cartas baianas pessoais do século XX em relações de simetria**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017.

Ciber-reportagem: uma caracterização bakhtiniana sobre esse gênero do discurso jornalístico

Giulia C. Gramuglia Araujo

Introdução

Considerada a essência da prática jornalística, a reportagem – enquanto gênero do discurso – surgiu na França, no século XIX, como consequência das mudanças sociais provocadas pela Segunda Revolução Industrial. Desde então, da reportagem descenderam novos gêneros, como o livro-reportagem, a fotorreportagem¹ e – mais recentemente, com o advento, a popularização e as inovações tecnológicas da internet comercial – a ciber-reportagem.

Tal riqueza e diversidade de gêneros, conforme Bakhtin (2016), decorre do fato de que, em cada campo de determinada atividade humana, é elaborado um repertório de gêneros do discurso que aumenta e se diferencia conforme tal campo se desenvolve e se complexifica. Nesse sentido, o impacto da internet na sociedade é inegável. Efetivamente, logo nos primórdios de seu uso comercial, na década de 1990, Castells (2016) já conferia ao surgimento da internet o *status* de revolução, tendo esse sistema global de redes força para modificar a infra e a superestrutura, impactando a economia, o mercado de trabalho, a mídia, as noções de tempo e de espaço e a forma de se comunicar.

Ao aprofundar-se nesse último ponto, Marcuschi (2009, p. 79) defende que, seguramente, os novos meios eletrônicos não estão atingindo a estrutura da língua – como a fonologia, a morfologia e a sintaxe –, mas “estão atingindo o aspecto nuclear do **uso** pela manifestação mais importante que é o **texto**” (negrito do autor). O autor ainda acrescenta que os gêneros emergentes da internet são relativamente variados, porém a maioria deles têm similaridades com aqueles praticados em outros ambientes, como os da oralidade ou os da escrita. Abordando especificamente os gêneros do ciberjornalismo, Bertocchi vai ao encontro das ideias de Marcuschi:

Acreditamos que os formatos do ciberjornalismo tendem a se formar a partir dos modelos do jornalismo impresso, num primeiro momento. Isso acontece porque o jornalismo nasce vinculado ao meio papel e é no jornalismo impresso que existem as referências teóricas e práticas mais consolidadas.

¹ Conforme definição do Houaiss (2021a; 2021b) – já que os manuais da Redação da Folha de S. Paulo e de O Estado de S. Paulo não apresentam tal conceituação – livro-reportagem “é um gênero literário e jornalístico em que o autor narra uma detalhada e extensa reportagem que não seria suportada pelas mídias convencionais do jornalismo, como jornais e revistas”, e fotorreportagem é uma “reportagem em que o peso da informação está contido sobretudo nas imagens”.

[...] Entretanto, as espécies tendem a se convergir (fusão) e a originar novos subgêneros, ao mesmo tempo em que se redefinem, ganhando autonomia e, sobretudo, o reconhecimento de todos os seus interlocutores para que haja a competência narrativa esperada (BERTOCCHI, 2010, p. 324).

Nesse contexto, a ciber-reportagem se constitui como descendente de um gênero considerado a essência do jornalismo² e, nas palavras de Lenzi (2017, p. 69), como “expressão plena do jornalismo on-line”. Entretanto, apesar da relevância desse gênero recente, a ciber-reportagem é objeto de poucos trabalhos acadêmicos – como se pôde verificar por meio de buscas nos repositórios de teses e dissertações da USP, no portal de periódicos da Capes, na biblioteca eletrônica SciELO e mesmo no Google Acadêmico³.

Tendo em vista a importância do gênero, seu estudo se faz necessário para possibilitar uma análise bakhtiniana dos textos de ciber-reportagens, pois, conforme Volóchinov (2018) um dos passos metodológicos para se analisar determinado enunciado é, além de situar as condições concretas em que ele foi elaborado, apontar suas singularidades em relação ao gênero discursivo em que ele está inserido.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo, a partir da metodologia descrita pelo Círculo de Bakhtin, caracterizar o gênero discursivo ciber-reportagem – assim, servindo de consulta para futuros trabalhos prosseguirem na análise bakhtiniana dos enunciados do supracitado gênero. Além da bibliografia consultada, essa caracterização foi construída a partir dos resultados colhidos em entrevistas feitas com três jornalistas da grande imprensa que produzem ciber-reportagens.

1 Notas teórica-metodológicas do estudo

Tal qual a definição dada por Bakhtin (2016), este trabalho parte da percepção de que gêneros discursivos são tipos relativamente estáveis de enunciados que refletem as condições específicas e finalidades dos campos da atividade humana pelo seu conteúdo temático – ou seja, a situação histórica concreta que gerou o enunciado –, pelo estilo – seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais – e, acima de tudo, pela construção composicional – tipo de estruturação e de conclusão de um todo.

Ainda conforme Bakhtin, os gêneros estão presentes em todos os campos de atividades humanas. Eles crescem e diferenciam-se à medida que os campos em que estão presentes se

² Tanto o Manual de Redação da Folha de S. Paulo (2018) quanto o Manual de O Estado de S. Paulo (MARTINS, 1997) enquadram o gênero dessa forma.

³ Em 13 de fevereiro de 2021, este trabalho realizou uma busca – filtrando-se pelas palavras “reportagem” e “internet” – nos supracitados repositórios e localizou oito trabalhos sobre o assunto; nenhum deles, no entanto, tinha o Círculo de Bakhtin em seu referencial teórico.

desenvolvem e ganham complexidade. Nesse sentido, fatores como novos procedimentos de construção da totalidade do discurso, do seu acabamento, da inclusão de ouvinte ou de parceiro etc. acarretam uma reconstrução e uma renovação mais ou menos substancial entre os gêneros do discurso existentes (BAKHTN, 2016).

Já no que tange à insurreição de um gênero a partir de outro gênero, Irene Machado (2018) explica que, em um autêntico processo dialógico, os discursos e processos de transmissão das mensagens deixam-se contaminar, permitindo o surgimento de híbridos. Trata-se de um processo de transformação e não, da substituição de uma forma discursiva por outra.

É justamente pelo fato de o surgimento de um gênero discursivo ocorrer em um processo dialógico que, ao se deter no estudo de determinado gênero e de suas características, não só é necessário contextualizar o ambiente em que ele é produzido, como também traçar uma recuperação histórica do gênero do qual ele descende. Afinal, conforme Bakhtin (2018) elucidou, ao analisar o gênero romance polifônico inaugurado por Dostoiévski, tal retomada histórica faz-se necessária para investigar de forma mais profunda e entender de modo mais concreto as peculiaridades do gênero estudado, visto que ele

sempre conserva os elementos imorredouros da *archaica*⁴. É verdade que nele essa *archaica* só se conserva graças à sua permanente *renovação*, vale dizer, graças à atualização. O gênero sempre é e não é o mesmo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo. O gênero renasce e se renova em cada nova etapa do desenvolvimento da literatura e em cada obra individual de um dado gênero. [...] O gênero vive do presente, mas sempre *recorda* o seu passado, o seu começo (BAKHTIN, 2018, p. 121, itálico do autor).

Apesar de o trecho acima ter sido pensado no contexto dos gêneros literários, ele pode ser aplicado aos gêneros pragmáticos – como os do jornalismo –, valendo, no entanto, uma ressalva. De acordo com Grillo (2004, p. 47), “embora a lei do gênero seja a modificação na permanência, esse princípio ganha, nas duas classes de gêneros mencionados, valores diversos”, pois, nos gêneros da imprensa, há o intuito de facilitar a comunicação, evitando qualquer estranhamento e um possível afastamento do leitor, assim, o gênero a ser empregado procura reafirmar o horizonte de expectativas daquele que o lê, ainda conforme Grillo (Ibid., loc. cit.).

Conforme será visto adiante, nos primórdios do protocolo WWW, o jornalismo basicamente reproduzia na internet o que era publicado no impresso. Foi com o passar do tempo que o ciberjornalismo começou a ser produzido no e para o ciberespaço, ou seja, com o

⁴ Conforme o tradutor, o termo *archaica* deve ser entendido “em seu sentido etimológico grego como Antiguidade ou traços característicos e distintos dos tempos antigos”.

passar do tempo e em um processo dialógico, a ciber-reportagem foi criando uma construção composicional própria, além de estilo e conteúdo temático próprios.

É por esse motivo e levando-se em consideração a metodologia proposta por Bakhtin, que, antes de tratar especificamente sobre as particularidades da ciber-reportagem e de fazer uma análise de um texto desse gênero, deve-se realizar uma contextualização sobre o gênero de que deriva, ou seja, o gênero reportagem.

Ainda por este trabalho ter em vista as perspectivas bakhtinianas, aqui não será usada a classificação de Marques de Mello (2010), devido ao fato de o autor agrupar diferentes tipos de enunciados apenas conforme sua função, considerando variações estilísticas e de construção composicional subcategorias dentro de determinados gêneros. Em relação ao assunto, Bertocchi afirma:

Percebe-se que os autores contemporâneos têm uma tendência a classificar os gêneros não pela quantidade e proporção de “informação” ou “opinião” que carregam, mas segundo a função que exercem: “relatar” e “comentar”. Para a informação, recorre-se a um gênero informativo (como a notícia). Precisando-se entender um acontecimento, procura-se um gênero interpretativo (como a reportagem) (BERTOCCHI, 2010, p. 321).

A autora ainda alerta que os gêneros tampouco podem ser definidos apenas pela sua estrutura prototípica e temática, já que o suporte também pode gerar novos tipos de enunciados – como é o caso do debate em mesa-redonda (TV) e da nota em SMS (digital). Tal questão, inclusive, foi brevemente levantada por Volóchinov (2019) ao pontuar que palestrar para um auditório visível não é a mesma coisa do que palestrar para o microfone de uma rádio.

Complementando a bibliografia que aqui foi utilizada, para a composição deste artigo, também foram feitas entrevistas com três jornalistas que atuam na produção de ciber-reportagens.

A primeira entrevista foi realizada com Daniel Tozzi no dia 12 de junho de 2020. Ele foi o primeiro editor do UOL TAB, editoria do UOL especializada⁵ em ciber-reportagens. Já trabalhou como jornalista em revistas impressas da editora Abril, no portal IG e na editoria de Esportes do UOL. De 2014 a 2019, foi editor do TAB – editoria que é uma referência, no Brasil, na produção de ciber-reportagens (LENZI, 2017 e LONGHI, 2015).

A segunda entrevista, por sua vez, foi realizada no dia 29 de agosto de 2020. O entrevistado foi Rodrigo Menegat, um dos jornalistas da área de Infografia Digital de O Estado de S. Paulo – doravante, OESP. Ele já atuou na Folha de S. Paulo – doravante, FSP – como *trainee*

⁵ De sua criação, em outubro de 2014, até novembro de 2018, o TAB publicou apenas ciber-reportagens. No início, a dinâmica de produção era de uma ciber-reportagem por semana.

e está há dois anos na empresa da família Mesquita⁶. Ele tem especialização em jornalismo de dados, além de ter sido o primeiro jornalista a integrar a equipe de infografia digital de OESP – editoria responsável tanto por produzir ciber-reportagens quanto por coproduzi-las – ou seja, em parceria com jornalistas de outras editorias, a equipe de infografia atua na elaboração visual da matéria, mas não, na apuração de informações nem na produção do texto. OESP foi o terceiro jornal de maior circulação do país em 2020 (MEIO & MENSAGEM, 2021).

Em 11 de setembro de 2020, Camila Marques, editora de Digital e Audiência da FSP, foi entrevistada. Ela já trabalhou no jornal Diário do Grande ABC e em diferentes editorias da FSP – Educação, Ilustrada, Economia, Homepage do *site*, Tecnologia e TV Folha. Em 2009, ela coordenou a fusão da Redação do impresso com a do digital⁷ e, desde 2016, é a editora da área de Digital e Audiência – setor responsável, entre outras coisas, por dar uma roupagem digital para as reportagens que serão publicadas. FSP foi o jornal com maior circulação do país em 2020 (MEIO & MENSAGEM, 2021).

Por fim, em 14 de janeiro de 2021, tentou-se contato com Eduardo Diniz, editor-chefe do *site* de O Globo – o segundo jornal com maior circulação em 2020 (MEIO & MENSAGEM, 2021), no entanto, não se obteve retorno.

Além das perguntas feitas para melhor conhecer os entrevistados e entender suas atuações nas respectivas áreas de trabalho, os principais questionamentos levantados foram: “quais são as características de uma ciber-reportagem/reportagem multimídia”; “quem compõe as equipes responsáveis por elaborar as ciber-reportagens”; e “quais diferenças o texto da ciber-reportagem apresenta em relação à reportagem”. As transcrições das entrevistas estão na seção “Anexos”.

Tendo em vista que este artigo será publicado em versão e-book e que nem todos os detalhes de uma ciber-reportagem podem ser vistos em imagens estáticas – tendo em vista, por exemplo, a sua multimedialidade –, optou-se por colocar, em notas de rodapé, o link com exemplos de textos desse gênero – em vez de *prints* dos exemplos em “Anexos”.

2 Nome, história e características do gênero reportagem

Advinda do francês, mas tendo sua raiz etimológica no verbo inglês “*to report*”⁸, a palavra “reportagem” entrou para o português em 1899 – trinta e quatro anos após ser

⁶ Pouco depois de a entrevista ter sido realizada, Menegat optou por se desvincular do quadro de funcionários de OESP.

⁷ Até então, os jornalistas do *site* produziam apenas para o *site*; já os do impresso, somente para o impresso. As equipes, inclusive, ficavam em andares diferentes.

⁸ Ou seja, reportar, relatar, narrar.

registrada na França (HOUAISS, 2020). Seu surgimento enquanto gênero decorreu das mudanças sociais suscitadas pela Segunda Revolução Industrial, que provocou – entre outros desdobramentos – um aumento de pessoas letradas na Europa, gerando uma demanda por readequação do estilo de matérias publicadas pelos jornais. O novo público demandava um texto mais popular, mais próximo da oralidade (LAGE, 2008, p. 13).

Foi então que nasceram a reportagem e o seu instrumento, o repórter. Do ponto de vista técnico, escritores de folhetins e jornalistas obrigaram-se a reformar a modalidade escrita da língua, aproximando-a dos usos orais ou cultivando figuras de estilo espetaculares, ora exagerando no sentimentalismo, ora incorporando a invenção léxica e gramatical das ruas. Descobriu-se a importância dos títulos, que são como anúncios do texto, e dos furos, ou notícias em primeira mão [...] (LAGE, 2008, p. 15).

Mais ou menos na mesma época, o gênero notícia também experienciou uma renovação. A partir de então, passou-se a se prezar pela objetividade, e o gênero ganhou sua construção composicional moderna – que é empregada até hoje –, ou seja, passou-se a usar a técnica do *lide*⁹ e da pirâmide invertida¹⁰.

No Brasil, conforme Galvão (2019), os jornais do período eram bastante literários – não só pela publicação de folhetins, como também pelo fato de grandes escritores, como Machado de Assis e José de Alencar, publicarem escritos regularmente. Porém, o estilo jornalístico era pouco desenvolvido, pecando a todo momento pela incorreção da linguagem, sendo o estilo parnasiano-naturalista-positivista-patriótico o que imperava na época.

Tendo tido acesso a acervos de jornais antigos, Galvão (Ibid.) descreve que, em contraste com os jornais de hoje, os daquela época não tinham fotografias, apenas algumas gravuras – nas palavras da autora – bastante feias. Ainda conforme relato da professora, os periódicos por ela analisados tinham quase um metro e seus textos eram distribuídos, em geral, em oito estreitas colunas, sendo que um texto longo começaria em determinada coluna, iria até o final dela para então avançar à coluna seguinte, sem que houvesse qualquer interrupção – de imagem, anúncio ou de algum destaque – na matéria.

⁹ *Lide* é o nome dado à abertura de um texto jornalístico. Não existe um modelo único, mas, em sua forma clássica – aconselhável para conteúdos tipicamente noticiosos, como fatos urgentes e fortes –, deve responder a questões básicas de uma matéria: O quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê? (FOLHA, 2018, p. 73).

¹⁰ “Técnica de redação jornalística que apresenta as informações em hierarquia decrescente: as mais importantes no início do texto, as mais dispensáveis no final”. Estima-se que tal técnica tenha surgido durante a Guerra de Secessão americana (1861-1865).

No que diz respeito à construção composicional dos textos, Galvão verificou, ao fazer um levantamento sobre a cobertura jornalística da Guerra de Canudos¹¹ (1896-1897), que, na época, os jornais já utilizavam, em notícias, o esquema do *lide* e da pirâmide invertida, prezando pela objetividade (Ibid.). Já em relação às reportagens selecionadas pela autora, nota-se uma construção composicional um pouco diferente daquela que impera atualmente.

O primeiro ponto que chama a atenção é o de que as reportagens não possuíam título nem subtítulo. Tampouco há regularidade em seu tamanho; um mesmo repórter escrevia reportagens de 23 e de 96 parágrafos. Outro ponto a se ressaltar é que as transcrições diretas das falas das pessoas eram feitas a partir do uso de travessão. Contemporaneamente, jornais – como FSP e OESP – utilizam apenas as aspas para indicar as falas, em textos noticiosos.

No século seguinte, a revista *O Cruzeiro* mudou o padrão de se fazer reportagem adotado até então, em que predominava o texto. Isso se deu com a introdução da dupla repórter-fotógrafo, com reportagens iniciadas com fotos de página inteira e os nomes de seus dois realizadores (MIRA, 2001).

Ainda naquele mesmo século, na década de 1960, a revista *Realidade* incrementa esse sistema repórter-fotógrafo, ao começar a acrescentar em suas reportagens um vasto levantamento de material de pesquisa que adensava a matéria, aproximando-a da história e da sociologia (MIRA, 2001).

À mesma época, surge o *new journalism* nos Estados Unidos – que, no Brasil, influenciou repórteres do *Jornal da Tarde* e da revista *Realidade*. Nesse estilo de reportagem, há uma aproximação com a literatura, em que fatos são narrados a partir da ótica do repórter – ou seja, a partir da subjetividade do autor – e com técnicas da ficção – como a digressão e o diálogo (ITO, 2019).

Na segunda metade dos anos 1970, conforme Mira (2001, p. 91), a revista *Veja* adotou um modelo de negócio – posteriormente seguido pelos demais periódicos semanais – que departamentalizou as notícias em editorias e subeditorias, “criando um sistema de pesquisa e checagem para suprir os redatores com a informação que dá o entorno de cada notícia, além de todo um pessoal ligado a seus departamentos comerciais, de assinatura, de marketing etc.”. A crítica da época foi a de que esse sistema estava eliminando a função do repórter, pois as matérias passaram a ser um bem fabricado.

Décadas depois, concomitante ao lançamento da internet comercial no Brasil, algumas das percepções de Grillo (2004) ao estudar os gêneros reportagem e notícia políticas – a partir

¹¹ A cobertura da Guerra de Canudos foi um marco para o jornalismo brasileiro, pois – conforme Galvão (2019, p. 120), se ela “não inaugurou, deve ter intensificado extraordinariamente no Brasil a praxe jornalística de dispor enviados especiais no local dos acontecimentos”.

da cobertura feita por FSP e OESP sobre a greve dos petroleiros em 1995 – foram que tanto as fotografias utilizadas nas matérias quanto a colocação de falas dos atores envolvidos nos acontecimentos noticiados faziam parte integrante do efeito de real que é buscado pelos dois supracitados gêneros. Outra percepção foi que os títulos de textos noticiosos sempre traziam verbos que estavam no presente do indicativo.

No que se refere a respeito especificamente da reportagem, Grillo (2004, p. 83) explica que, diferentemente da notícia – que é um registro sucinto que se propõe a reproduzir o referente, assim empenhando-se em produzir um “efeito de real” –, tal gênero “busca o aprofundamento do fato, o que se dá principalmente na busca de exposição das fontes de informação, criando um ‘efeito de objetividade’, ou seja, a fundamentação das informações nos discursos dos atores sociais”. Dessa forma, a diferença entre nota, notícia e reportagem seria uma gradação de aprofundamento e de detalhamento do acontecimento noticiado (Ibid.)

Grillo ainda ressalva que as definições feitas pelos manuais da redação a respeito dos verbetes “reportagem” e “notícias” são pouco precisas. Porém, chama a atenção a definição dada pelo Manual de FSP – edição de 1992 – e por ela transcrita de que reportagem é “o relato de um **acontecimento importante** e que foi feito por um **jornalista que tenha estado no local**” (GRILLO, 2004, p. 81, negrito nosso).

Atualmente, tendo em vista a última edição do Manual de FSP (2018), pode-se dizer que a definição do que é reportagem continua vaga em termos de procedimentos, além de ter tido seu significado expandido – vale notar que o gênero “notícia”, inclusive, perdeu seu verbebo próprio. Dessa forma, a versão mais recente da definição de reportagem é de que essa “traz relatos fidedignos e atuais sobre fatos, **pessoas, ideias e produtos relevantes**” (FSP, 2018, p. 117, negrito nosso).

2.1 O(s) nome(s)

Tanto as empresas jornalísticas quanto a academia chamam a ciber-reportagem por diferentes nomes: Lenghi, em textos de 2014, usou a nomenclatura “grande reportagem multimídia”; já Ito (2019) utiliza o nome “reportagem hipermídia”; Tozzi (2020), por sua vez, referiu-se ao gênero como “grande reportagem multimídia e interativa” – apesar de as editorias do UOL empregarem em suas seções o termo “reportagem especial”; em OESP, a expressão usada pela redação também é reportagem especial; já a FSP refere-se ao gênero como “Temas” – nome da seção do Publicador¹² que é habilitada para publicar esse tipo de matéria.

¹² Publicador é um mecanismo presente na intranet da Redação, usado para postar as matérias que serão veiculadas no site.

Uma vez que este trabalho parte do entendimento de que a ciber-reportagem é um gênero autônomo – portanto, que possui elementos composicionais, temáticos e estilísticos específicos–, não faria sentido referir-se a ela como simplesmente “reportagem especial” – um gênero criado e consolidado no impresso.

Por outro lado, a ciber-reportagem não é apenas multimídia ou hipermídia nem apenas multimídia e interativa; além dessas três características, ela possui outras particularidades do ciberespaço – como a da ubiquidade e da customização. Dessa forma, este trabalho optou pela nomenclatura “ciber-reportagem”, por esse nome indicar que se trata de um cibergênero e por não restringir o gênero a apenas uma ou duas de suas características.

Com efeito, para se entender todas as particularidades da ciber-reportagem, mais do que fazer uma recuperação histórica sobre o gênero reportagem, é necessário lembrar a história da internet e do desenvolvimento do celular, pois muitas das características da ciber-reportagem só se tornaram possíveis em decorrência das evoluções tecnológicas do ciberespaço.

2.2 Os desenvolvimentos do ciberespaço e da ciber-reportagem

Na década de 1960, no contexto da Guerra Fria (1947-1991), a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, temendo que o sistema de comunicação estadunidense pudesse ser destruído pelos soviéticos, no caso de uma guerra nuclear, idealizou uma rede que seria autônoma de um centro de controle, de modo que uma informação não pudesse ser fisicamente destruída. Assim nasceu a Arpanet (CASTELLS, 2016).

Por uma década, a internet foi utilizada de forma restrita pelos militares e pelas universidades. Essa lógica começou a se alterar em fins de 1970, quando universitários de Chicago produziram um modem para *personal computer* (PC) e quando, no ano seguinte, estudantes da Carolina do Norte criaram uma rede autônoma da Arpanet, que conectava computadores a partir de linhas telefônicas. Ainda assim, seu uso era restrito aos iniciados (CASTELLS, 2016).

O nascimento da internet como a conhecemos aconteceu em 1989, quando um grupo chefiado por Timothy Berners-Lee e Robert Cailliau criou o *world wide web* – o famoso WWW – , um protocolo baseado em hipertextos – ou seja, em remissões horizontais – que suportava linguagem multimídia. Pouco depois, a empresa Netscape “produziu e comercializou o primeiro navegador da internet digno de confiança, o Netscape Navigator, lançado em outubro de 1994. Logo surgiram novos navegadores, ou mecanismos de pesquisa, e o mundo inteiro abraçou a internet, criando uma verdadeira teia mundial” (Ibid., p. 106-107).

No Brasil, a internet comercial foi oficialmente lançada no feriado de 1º de maio de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Conforme dados divulgados à época pela Embratel¹³, um grupo de 250 candidatos já testava a rede, havendo aproximadamente 25 mil inscritos para começarem a usá-la – o equivalente a 0,15% da população brasileira.

Essa época inicial foi caracterizada por Rovai (2018) como sendo a primeira fase do ciberjornalismo (1995-2001). Nesse período, são lançados os primeiros portais de notícias – BOL e, uma semana depois, o UOL –, cujo conteúdo publicado era, basicamente, a reprodução de textos do impresso. Segundo levantamento da Nielsen (2014) e do Ibope, em 2001, 11 milhões de brasileiros – majoritariamente das classes A e B – tinham acesso à internet.

Conforme Tozzi (2020) complementa, foi no fim dessa primeira fase do ciberjornalismo que se começou a publicar no *template* de celular os conteúdos noticiosos produzidos para desktop. No entanto, ele questiona: para que tipo de público esse conteúdo era feito e vendido? Afinal, segundo levantamento da Nielsen (2014) e do Ibope, em 2001, apenas 11 milhões de brasileiros – o que era o equivalente a 0,6% da população à época – tinham acesso à internet, esses, por sua vez, eram majoritariamente das classes A e B.

Também no fim desse mesmo período – mais especificamente, em 2001 –, de acordo com o levantamento feito por Longhi (2014), a partir do uso do software Flash, nasceu o embrião da ciber-reportagem, a partir da cobertura feita pela Associated Press sobre um terremoto que atingiu a Índia. O diferencial dessa cobertura foi o uso do mecanismo de slide-show para exibir as fotos do incidente.

No mesmo ano, o *site* do jornal americano *The New York Times* (NYT) utilizou o mesmo formato em matérias sobre o atentado do 11 de setembro. A autora também cita o espanhol *El Mundo* como um dos primeiros periódicos a aplicar a linguagem multimídia em suas matérias a partir do uso da linguagem HTML.

O atentado de 11 de setembro, conforme divisão de Rovai (2018), também marca a passagem para a segunda fase do ciberjornalismo brasileiro, quando, pela primeira vez, os acessos aos *sites* de notícias foram tantos que nenhum portal – com exceção do UOL – suportou tanta audiência e todos ficaram fora do ar. Essa geração perdurou até 2005 e foi marcada por uma redução dos investimentos no online, muito em decorrência do estouro da bolha ponto com.

Lenzi (2017), por sua vez, complementa que foi nessa fase que conteúdos multimídias – como fotos, vídeos e áudios – começaram a ser utilizados nas páginas jornalísticas por meio das

¹³ Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19950501-37084-nac-0042-inf-g4-not>. Acesso em: 5 jun. 2020.

linguagens Flash e Java. Tal uso começou em 2002, quando o jornal argentino *Clarín*, a partir do uso do Flash, passou a publicar infográficos em sua produção noticiosa (LONGHI, 2014).

A terceira geração, conforme Lenzi (2017), estabeleceu a lógica da atualização contínua, da hipertextualidade, da interatividade – por meio dos fóruns e das enquetes –, além de instaurar a lógica da personalização da informação. Rovai (2018) complementa que essa fase durou até 2010 e foi marcada pelo surgimento e expansão da blogosfera. A chegada ao mercado brasileiro de roteadores Wi-Fi foi outro marco tecnológico importante.

Nesse período, durante o governo Lula (2003-2011), a pesquisa TIC Domicílios do IBGE começou a mapear o total de internautas – ou seja, pessoas com mais de 10 anos que tivessem acessado a internet ao menos uma vez nos três meses anteriores – no Brasil. Em 2010, havia um total de 40 milhões de internautas no país, o equivalente a 20% da população.

A quarta fase do jornalismo se inicia em 2011, ano de criação do HTML5, o que possibilitou novas formas de design – como a de fotos em movimento e do formato *parallax scrolling* – e a possibilidade de uma mesma aba conter texto, imagem e vídeo, o que, conforme Longhi (2014), foi fundamental para o estabelecimento da ciber-reportagem.

Considera-se que a matéria que inaugurou esse novo gênero discursivo foi a *Snow Fall*¹⁴, feita pelo New York Times. No Brasil, considera-se que a ciber-reportagem estreou, em dezembro de 2013, com a matéria *A Batalha de Belo Monte*¹⁵, publicada pela FSP cujo extenso conteúdo possui infografia, imagens, divisão em capítulos, interatividade além de gamificação. Longhi (2014) ainda coloca como destaque dessa época o lançamento do UOL TAB, por ter sido um veículo de comunicação que se propôs a publicar periodicamente – no caso, toda segunda-feira – uma ciber-reportagem, enquanto os demais veículos a publicavam apenas ocasionalmente.

Rovai, por sua vez, caracteriza essa quarta fase como fortemente influenciada pelas redes sociais – principalmente após a cobertura das manifestações de junho de 2013 – além de marcada pela mobilidade de plataformas, concretizada a partir do desenvolvimento e do barateamento da internet móvel – o que resultou, inclusive, em uma maior democratização do acesso à internet. Com 58 milhões de internautas, a estimativa do IBGE (2018) é de que, em 2015, 68% da classe C acessava a web – esse foi o primeiro ano em que o instituto de pesquisa verificou a classe social dos internautas.

Por fim, há a quinta geração do ciberjornalismo, que é a atual. Não há uma demarcação clara de quando ela tenha começado, mas, para Rovai (2018), esta fase é definida pelo uso de

¹⁴ Matéria disponível em: <<https://www.nytimes.com/projects/2012/snow-fall/index.html>>.

¹⁵ Matéria disponível em: <<https://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/>>.

algoritmos e métricas para aferir audiência, direcionar a distribuição de conteúdo e tomar decisões editoriais¹⁶. Atualmente há aproximadamente 136,4 milhões de internautas no país, o equivalente a quase 75% da população.

2.3 As características da ciber-reportagem

No que diz respeito aos procedimentos jornalísticos que são utilizados na composição de uma ciber-reportagem, esta parece conservar as características do gênero do qual descende. Na verdade, conforme Marques (2020) e Menegat (2020), tanto na FSP quanto no OESP, por exemplo, independentemente de determinado texto ser publicado apenas no *online* ou no impresso e no *online*, os jornalistas devem escrever e apurar as informações para as suas matérias com o mesmo rigor e seguindo as exatas mesmas práticas¹⁷.

Tozzi (2020), em sua entrevista a este artigo, complementou que, sem as premissas essenciais da reportagem – ou seja, de uma boa história, uma boa apuração e informações relevantes –, a ciber-reportagem pode até apresentar um lindo design, mas a sensação do leitor será a de que ele foi enganado, de que aquele produto “é meio fraude”.

Ao mesmo tempo, o texto também deve conter um charme, um estilo, para que convide o leitor à leitura e estabeleça uma relação dialógica com ele. Esta, por sua vez, não será alcançada em um texto cem por cento seco e direto. “Grosso modo, [a ciber-reportagem] fica mais próxima do texto de revista, por causa dessa conexão, dessa conversa, com o leitor” (TOZZI, 2020).

Outro procedimento aproveitado do impresso e que vem sendo cada vez mais usado em ciber-reportagens, de acordo com Longhi e Winkes (2015), é o *longform*: uma vertente do jornalismo que se caracteriza por ter um tratamento mais aprofundado e mais longo, tanto em termos de tamanho quanto em tempo de apuração de determinado tema. Nesse sentido, as autoras afirmam que “a referência ao *new journalism* e ao jornalismo de revista são inevitáveis, uma vez que se trata de um texto mais aprofundado e com características autorais” (TOZZI, 2020, p. 3).

Nem sempre, no entanto, a possibilidade de um texto longo na internet foi ponto pacífico. Tozzi (2020) relembra que, nos primórdios da internet, pensava-se que as pessoas não

¹⁶ Em relação ao uso de métricas e algoritmos no jornalismo, ver VARGAS, 2018.

¹⁷ O *Manual da Redação* de FSP (FOLHA, 2018) lista mais de 40 regras a serem seguidas na apuração de uma reportagem, algumas delas são: contextualização, objetividade, criticidade, domínio da língua portuguesa, dar voz ao outro lado, ser didático, ser conciso e ser exato.

leriam textos muito longos, e, conforme as pesquisas de Longhi e Winqes (2015), antes do HTML5, o texto era disposto de forma mais fragmentada¹⁸, o que, de fato, atrapalhava a leitura.

Ainda de acordo com as duas autoras, também havia a percepção de que o desktop – por ser uma máquina que efetua múltiplas atividades simultaneamente – possuía muitas distrações, o que não corroboraria a leitura de um conteúdo mais longo. Em contrapartida, o *tablet* e o celular, por serem aparelhos que, até um tempo atrás, permitiam apenas a execução de um aplicativo por vez na tela, causariam menos distrações, favorecendo a leitura de um texto *longform* e explicando o porquê de textos longos, após a massificação da internet móvel, terem começado a ser mais lidos na internet.

Tal explicação, no entanto, é questionável, pois – conforme Marques (2020) –, no celular, a leitura de uma matéria concorre diretamente com as notificações do WhatsApp e de outras redes sociais, por isso, o começo do texto – mais do que nunca – precisa ser muito bom. Enquanto, no desktop, segundo as métricas de medição de audiência, percebe-se que as pessoas se dispõem a ler mais – tal percepção reforça a ideia de Bakhtin de que o ambiente em que determinado enunciado é produzido impacta na formulação do enunciador e na percepção do destinatário.

Aqui, somos levados a um ponto central dos gêneros ciberjornalísticos que é o impacto de algoritmos: métricas de audiência e de outras inteligências artificiais, utilizadas não só na distribuição de conteúdo como também em sua elaboração. Em FSP, por exemplo, conforme Marques (Ibid.), as métricas de audiência são consideradas para se construir textos – e vídeos – que não sejam nem curtos nem longos demais.

A fim de manter o usuário navegando em sua página, um hiperlink bem colocado faz-se essencial. Da mesma forma, enquanto no título de uma reportagem do impresso o importante é a edição gráfica, no ciberespaço a condição mínima, segundo Marques (Ibid.), é que o título siga as regras de SEO (*search engine optimization*)¹⁹.

Em relação a esse último item, o termo se refere a fazer um bom uso dos critérios utilizados por buscadores – como o Google, Yahoo!, Bing – que ranqueiam os demais *sites* nas páginas de pesquisas feitas por internautas. Uma das regras que diz respeito ao título, por exemplo, é a de se dar preferência à ordem sujeito > verbo > predicado e sempre manter o “assunto” do título no começo. Conforme explica Fotios (2019, s.p.):

¹⁸ Em contraste com a possibilidade do HTML5 que consegue integrar em uma mesma aba texto, imagem e vídeo sem a necessidade da instalação de plug-in.

¹⁹ Uma tradução literal é “otimização para ferramentas de busca”.

Se tomarmos por exemplo a informação hipotética de que dois moradores de Salvador acertaram os números da Mega-Sena, parece pouco provável que apostadores do Brasil todo busquem por “Salvador” ou pelo número exato de ganhadores, mas sim por “Mega-Sena”. Assim, o título “Mega-Sena sai para dois apostadores de Salvador” tem mais chances de se dar bem na lista de resultados do que “Dois apostadores de Salvador acertam Mega-Sena”, em que a palavra-chave mais adequada foi para o final da frase.

SEO, no entanto, é um mecanismo prezado pelo ciberjornalismo como um todo. No que diz respeito especificamente à ciber-reportagem, Marques (2020) afirma ser essencial o uso de vídeo, visto que esse recurso fatalmente tem impacto no engajamento da audiência. Outro aspecto importante é a utilização de fotos (estáticas ou em movimento, no tamanho padrão ou estourando a tela), pois, conforme a jornalista, se no impresso o uso de imagens já dá um respiro – ou seja, uma pausa – para o leitor, no digital, esse respiro é ainda maior.

Ainda em relação à linguagem multimídia, o uso de infográficos – que carreguem bem em *mobile*²⁰ – é mais do que bem-vindo. Já o design, por sua vez, não só deve ser bonito como também baseado na usabilidade. Assim o menu de uma ciber-reportagem seriada²¹, por exemplo, deve ser posto na parte da página que carregará mais facilmente, além de as cores escolhidas serem aquelas que menos cansam a leitura. Especificamente sobre a produção de FSP, há ainda uma preocupação de que o conteúdo seja visualmente acessível para pessoas com baixa visão e para daltônicos. Segundo Marques (2020), “digital não é ter uma coisa animada que pula na tela, digital é ser leve, é ser rápido e funcional”.

Ou seja, a ciber-reportagem não é apenas um belo visual com um texto. Portanto, é importante que o jornalista planeje seu texto a partir do conceito de uma narrativa, de fato, multimídia, ou seja, uma narrativa em que o texto e os demais elementos da matéria se completem entre si. Conforme Brait (2013, p. 44) “tanto a linguagem verbal como a visual desempenham papel constitutivo na produção de sentidos, não podendo ser separadas, sob pena de amputarmos uma parte do plano de expressão e, conseqüentemente, a compreensão das formas de produção de sentido desse enunciado”.

Nesse sentido, Tozzi (2020) defende que, por mais que o texto esteja excelente, haverá uma perda de sua força e do interesse despertado, se ele não for elaborado enquanto um projeto e pensado para contar com todos os recursos disponíveis na internet, como multimídia, interatividade – seja na forma de gamificação, de enquete ou de infográfico interativo – e, até mesmo, memes.

²⁰ Palavra do inglês usada para designar dispositivos móveis como celular, tablet, e-reader etc.

²¹ Exemplo de ciber-reportagem em capítulos que possuem um menu próprio: <<http://temas.folha.uol.com.br/gps-ideologico/as-bolhas-na-rede-social/bolha-politica-da-direita-no-twitter-e-mais-fechada-que-a-da-esquerda.shtml>>

Marques (2020) também concorda sobre a necessidade de se arquitetar bem uma ciber-reportagem, estruturando-a de forma capitular, refletindo sobre o que deve vir antes do que, qual é a melhor sequência lógica, que tipo de infografia criar para que a série de matérias tenha uma mesma unidade gráfica etc. A editora, entretanto, ressalva que pensar e estruturar uma apuração enquanto projeto não é uma especificidade do ciberjornalismo, mas de um jornalismo de qualidade.

Para conseguir projetar bem uma ciber-reportagem, o que veículos como FSP, OESP e UOL fizeram foi apostar em equipes multidisciplinares. Conforme Tozzi (2020) afirmou em entrevista a esta autora, a criação de uma narrativa digital evoluiu ano a ano e como “consequência das possibilidades e da mistura de conhecimentos entre ofícios, tanto do jornalista, quanto do designer e com o *webmaster* entrando no jogo”.

Tozzi (2020) ainda defende que o TAB só conseguiu explorar todas as possibilidades do ciberespaço por ter tido “uma equipe multidisciplinar, em um processo de cocriação, em busca da melhor maneira de se contar uma história.” Lá, eles usavam os recursos e os conhecimentos de uma equipe que era composta por editor, repórteres, designers, *webmasters*, *videomakers* e uma agência para desenvolvimentos (para estruturar o código da página). O jornalista ainda afirma que a criação de uma ciber-reportagem era sempre realizada em conjunto e não, depois de o texto estar pronto.

Em FSP e OESP, o processo de criação de uma ciber-reportagem é um pouco diferente. No primeiro veículo, fica a cargo do jornalista – e de seu editor – a produção jornalística da reportagem, cabendo às equipes técnicas de design, de infografia e de TI pensar em um formato, e à editoria de Digital e à UX²² planejar como as fotos podem se encadear na matéria, gerando impacto e engajamento digital. Já o segundo veículo possui, dentro da área de arte, uma equipe de designers e jornalistas que sabem programar e que são responsáveis por dar um encapsulamento digital para matérias que são enviadas a eles. Conforme Menegat (2020), no entanto, se desde o início da apuração o núcleo de digital for envolvido, o resultado da matéria fica muito melhor.

Por fim, sendo um gênero novo, ainda há experimentações de novos formatos. Por exemplo, uma possibilidade para as ciber-reportagens – e que já foi usada na produção de algumas notícias – é a da atualização em tempo real. No final de determinada ciber-reportagem do TAB, por exemplo, era informado quantas toneladas de lixo foram produzidas no Brasil

²² Profissional responsável por prezar pela experiência do usuário – em inglês, *User Experience* (UX).

durante o tempo de leitura do texto²³. Já OESP criou um tipo de ciber-reportagens cujo título é dinâmico, ou seja, o usuário escolhe qual – dentre algumas informações – ele gostaria que constasse no título²⁴. Como foi dito no começo desta seção, as possibilidades e evoluções da ciber-reportagem estão bastante atreladas aos desenvolvimentos tecnológicos do ciberespaço.

Conclusão

Conforme a sociedade se complexifica, novos gêneros do discurso surgem. Nesse sentido, é inegável que a internet, entre tantas coisas, alterou a dinâmica pela qual a sociedade se comunica – sendo que, na esfera do jornalismo, um exemplo dessa modificação foi a consolidação do gênero ciber-reportagem.

Tendo em vista a relevância desse gênero nas produções ciberjornalísticas, caracterizou-se – a partir da metodologia proposta pelo Círculo de Bakhtin – esse tipo relativamente estável de enunciado como um primeiro passo para que, futuramente, outros trabalhos prossigam com análises bakhtinianas de ciber-reportagens.

Assim sendo, a partir das pesquisas aqui realizadas, pôde-se mapear como características mínimas da ciber-reportagem, além das regras de apuração já existentes nos gêneros noticiosos: o audiovisual, a infografia e a interatividade. A hiperlinkagem, sua usabilidade boa em celular e técnicas de SEO são prerrogativas de textos ciberjornalísticos como um todo. Já um design bem-feito e uma equipe multidisciplinar são características adicionais da ciber-reportagem.

O gênero, no entanto, segue se metamorfoseando conforme as complexificações da internet e da sociedade. Estejamos atentos às mudanças que virão.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso** [1952-1953]. Organização, posfácio, tradução e notas de Paulo Bezerra. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostóievski**. Tradução, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.
- BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- BERTOCCHI, Daniela. Gêneros no ciberjornalismo. In: MELO, J. M (Org.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

²³ Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/inimigo-invisivel/>>.

²⁴ Um exemplo é: <<https://arte.estadao.com.br/politica/jair-bolsonaro/monitor-popularidade/>>

- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer, prefácio de Fernando Henrique Cardoso. 17 ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- FOLHA DE S. PAULO. **Manual da redação**. São Paulo: Publifolha, 2018.
- FOTIOS, Ricardo. **Técnicas jornalísticas clássicas favorecem otimização para ferramentas de busca**. Depósito: 29 out. 2019. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/mundo-digital/tecnicas-jornalisticas-classicas-favorecem-otimizacao-para-ferramentas-de-busca/>>. Acesso em: 19 jan. 2020.
- GALVÃO, Wanice Nogueira. **No Calor da hora**. Recife: Cepe, 2019.
- GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. **A Produção do real em gêneros do jornal impresso**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.
- HOUAISS. **Reportagem**. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/>>. Acesso em: 6 ago. 2021.
- HOUAISS. **Fotorreportagem**. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/>>. Acesso em: 6 ago. 2021a.
- HOUAISS. **Livro-reportagem**. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/>>. Acesso em: 6 ago. 2020b.
- ITO, Liliâne de Lucena. **A (r)evolução da reportagem: Estudo do ciclo de reportagem hipermídia da produção às respostas sociais**. 1 ed. Aveiro: ed. Aveiro: Ria Editorial, 2019.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- LENZI, Alexandre. **Inversão de papel: prioridade ao digital como um novo ciclo de inovação para jornais de origem impressa**. 2017. Tese (Doutorado em Jornalismo) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- LONGHI, Raquel Ritter. A grande reportagem multimídia como gênero expressivo no ciberjornalismo. In: Simpósio Internacional De Ciberjornalismo. 2015, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: UFMS, 2015, s/p.
- LONGHI, Raquel Ritter. O turning point da grande reportagem multimídia. **Famecos**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 897-917, set.-dez. 2014.
- LONGHI, Raquel Ritter; WINQUES, Kérley. O lugar do longform no jornalismo online. Qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo. **Brazilian Journalism Research**, v.1, n1, p.11-127, 2015.
- MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2018. P. 151-166.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos (Org.). **Hipertexto e gênero digitais: novas formas de construção de sentido**. São Paulo: Cortez, 2010. P. 15-80.

Marques, Camila. [11 de setembro de 2020]. São Paulo, Brasil. Entrevista concedida a Giulia Chiaradia Gramuglia Araujo.

MARTINS, E. **Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MEIO & MENSAGEM. **Grandes jornais têm caminho de crescimento no digital**. 2021. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2021/02/04/grandes-jornais-tem-caminho-de-crescimento-no-digital.html>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

MELO, José Marques. Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: MELO, José Marques (Org.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MENEGATI, Rodrigo. [29 de agosto de 2020]. São Paulo, Brasil. Entrevista concedida a Giulia Chiaradia Gramuglia Araujo.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revista: a segmentação da cultura no século XX**. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2001.

ROSENFELD, Anatol. **O teatro épico**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

ROVAI, Renato. **Um novo sistema midiático: a história do jornalismo digital no Brasil**, 2018, 328f, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018

TOZZI, Daniel. [12 de junho de 2020]. São Paulo, Brasil. Entrevista concedida a G. C. G. Araujo.

VARGAS, E. **Os efeitos da audiência digital e a busca por inovação nas redações de GaúchaZH e Folha de S. Paulo**. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

VOLÓCHINOV, Valentin. (Círculo de Bakhtin). [1928] **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

VOLÓCHINOV, Valentin. (Círculo de Bakhtin). **A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas**. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de S. Grillo e E. Vólkova Américo. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

Anexos

Anexo I – Entrevista com Daniel Tozzi

Daniel Tozzi se formou, em 2001, na PUC-SP em jornalismo e sua primeira experiência trabalhando na área foi nas revistas da editora Azul – posteriormente comprada pela editora Abril. Após trabalhar com revistas, Tozzi trabalhou no jornal Folha de S. Paulo, no IG e na Globo. De 2012 a 2021, ele esteve no UOL nas editorias de esporte, como editor do TAB e, por fim, como gerente de projetos e diversidade. Em fevereiro de 2021, ele assumiu o cargo de diretor de jornalismo digital na CNN Brasil.

Autora: No início da sua carreira, quando você trabalhava em revista, você ficava só no impresso ou fazia algo para o digital?

Daniel Tozzi: Só impresso. Naquele momento, no fim dos anos 1990, a integração era muito reduzida, e o *business* digital era uma coisa de “vai ser para daqui a x anos”, não era ainda uma realidade. Claro, já existiam produtos como o próprio UOL, mas, na época, quando se falava em portais, era uma coisa muito mais ligada a acesso. Mas era uma coisa realmente distante você pensar em narrativas digitais. Era algo muito restrito, muito de pesquisa, eram algumas coisas que fizeram nos Estados Unidos, e no Brasil os *sites* eram realmente colagens dos veículos na internet, ou então rádio e tv escuta.

Quando você foi para o IG (começo dos anos 2000), você acha que já tinha uma narrativa com cara de internet?

Não. Essa narrativa com cara de internet, eu acho que levou um bom tempo para ela realmente ter uma característica digital. Porque às vezes você podia criar narrativas bem-sucedidas ou que funcionassem muito bem, mas elas seriam as mesmas se estivessem no impresso, no rádio ou na TV. Não tinham uma particularidade, uma grande diferenciação. É claro que existia a intenção de fazer vídeos, fazer transmissões, mas eram operações quase que de guerra. E ainda eram narrativas como as de TV, quando você fazia uma transmissão você pensava em bancadas, pensava em uma terminologia de televisão.

Já em relação ao texto, havia uma preocupação – e que permeia até hoje – que era com o tamanho do texto. Ele tinha que ser muito curto, “porque as pessoas não vão ler”. O que é ok, menos é mais, em qualquer situação. Mas também não dava para escrever uma matéria direito escrevendo em 12 linhas. Isso foi sendo ajustado com o tempo. Hoje você tem a visão de se fazer várias notinhas seguidas sobre o mesmo tema; E na época mesmo, além de publicar na internet, já tinha surgido, em 2000/2001, o conteúdo para celular. Mas era aquela coisa, para qual celular? As pessoas mal tinham celular, as pessoas mal tinham internet!

E a internet para celular era uma coisa caríssima na época.

Era caríssima. Assim, dava para colocar no celular. Mas para quem você estava vendendo e fazendo aquilo? E aí teve um hiato de uns sete ou oito anos até o *business mobile* fazer algum sentido. Primeiro por mensagens SMS, depois no *mobile*, com os *sites* em si, e hoje a audiência está de maneira gritante no *mobile*. Hoje não faz sentido você fazer qualquer conteúdo sem priorizar *mobile*. Mas assim, não estava montada a narrativa. A narrativa foi sendo uma consequência de possibilidades, de mistura de conhecimentos de ofícios: do jornalista compreendendo mais aquela nova dinâmica; do designer editorial entendendo mais aquela nova dinâmica, do *webmaster* entrando no jogo, de *videomaker* entrar no jogo. Então teve toda uma mudança aí que realmente foi de ano a ano para você amarrar uma narrativa digital que fosse digital.

Você entrou no UOL em 2012, mas o TAB é de outubro de 2014. Antes do início do TAB, você estava em que editoria?

Eu fiquei em esporte de 2012 a 2014, cobrindo Copa do Mundo. E Esporte curti experimentar, curti fazer umas experiências novas nas montagens da matéria, como criação de tabelas e coisas que não eram usuais no dia a dia. Sempre tinha muita exposição de números e dados, além de esporte favorecer o uso de imagens. Então tinha algumas ideias sobre imagens estouradas em páginas, contar histórias em álbuns de fotos, ou tentar contar de uma maneira um pouco diferente. Isso eu acho que

Esporte sempre teve. Ao fim da Copa eu fui para o projeto do TAB. E o TAB é conceitualmente uma reportagem especial multimídia interativa na maneira em que foi concebido. Ai sim, acho que deu para explorar muitas possibilidades de construção de narrativa. Mas justamente dentro desse conceito. Para isso ser feito era necessária uma equipe multidisciplinar em um processo de co-criação agressivo.

E quais são as características de uma ciber-reportagem ou, como você falou, uma reportagem especial multimídia?

Bom, havia premissas essenciais: você não vai fazer um milagre se a história for fraca, se a apuração for fraca, se as informações forem vazias. Então o processo de reportagem tinha que entregar. Podia ficar uma página lindona, mas quem estivesse consumindo informação ia sentir que era meio fraude aquilo ali. Então, ai entra todo o conceito que seria o ideal de você conciliar recursos como texto, imagens, fotografia, vídeo, gráficos, infográficos – sendo dinâmico ou não –, algum tipo de interação - sendo uma gamificação²⁵ ou uma enquete - para que o leitor tivesse algum tipo de interferência na página, e que idealmente aquilo fizesse sentido tanto separado como em conjunto, formando uma leitura fluida. E isso tudo em um processo industrial – que foi uma das inovações do TAB. Ou seja, todos esses componentes tinham que ser entregues uma vez por semana. E até então o que se via eram muitos veículos fazendo trabalhos excelentes, no sentido de busca de narrativas, mas entregando duas vezes ao ano – inclusive veículos de ponta fora do Brasil. O primeiro ano e meio, dois anos de TAB foi um espaço aberto para muitas experimentações.

Quem compunha a equipe responsável por elaborar as ciber-reportagens no TAB?

Inicialmente, eu era o editor, tinham quatro repórteres, quatro designs, dois *videomakers*, dois *webmasters* e uma agência de desenvolvimento – essa era responsável por estruturar o código do TAB em si. Depois teve variações disso, e por muito tempo ficou dois *videomakers*, dois designers e três repórteres que eu acho que é o limite do que dá para fazer para uma entrega de nível alto.

Falamos muito sobre hiperlink, interatividade, vídeo... Mas você acha que o texto da ciber-reportagem é diferente do texto da reportagem de impresso? Quais seriam essas diferenças?

Falando das experiências que eu tive e de como eu acho que tem que ser, eu acho que o texto de uma narrativa multimídia é desafiador, pois você tem que ser breve e tem que ter estilo. Você tem que estabelecer uma conversa, uma conexão. E você não consegue estabelecer conexões sendo 100% direto, sendo seco o tempo todo. Então, nesse lance de criar um estilo para criar uma conexão, grosso modo, eu acho que fica mais próxima do que a gente chama de um texto de revista, por causa dessa conexão, dessa conversa, com o leitor. Que acaba sendo a maneira que conversa mais com as pessoas, que tenta criar ligações

E você tem que ter uma abertura, um *punch*²⁶ muito forte para convidar ao *scroll*, para convidar a pessoa a entrar na página. Além de ser claro e ter um charme. Então o jornalista que for produzir isso [uma ciber-reportagem] tem que saber contar uma história assim e saber tratar a matéria dele como se fosse um projeto. Pois ao tratar só como “aqui está meu texto” a tese até desenrola, mas enquanto conceito de uma narrativa de fato multimídia, pode estar um excelente texto, mas é nítido que perde força e perde interesse. Você realmente tem que estar disposto a encontrar, com os recursos que a internet permite, a melhor forma de contar uma história.

Anexo II – Entrevista com Camila Marques

Camila Marques se formou, em 2002, na Metodista-SP em jornalismo e seu primeiro emprego na área foi no jornal Diário do Grande ABC. Em 2004, ela começou a trabalhar em FSP como repórter da

²⁵ Ou seja, transformar determinado conteúdo em jogo, para que o seu entendimento se dê de forma lúdica.

²⁶ Literalmente, significa “soco” em inglês, mas aqui a palavra foi usada com o sentido de “poder de ser interessante e de ter um forte efeito em alguém” (CAMBRIDGE DICTIONARY, 2021).

editoria de Educação do *site*, e desde então ela passou pelas editorias Ilustrada, Economia, Homepage²⁷, Tecnologia, TV Folha e, atualmente (2021), ela é editora da área de Digital e Audiência.

Autora: Qual é o nome que dão em FSP para o gênero ciber-reportagem?

Camila Marques: A gente chama de “especial” e a gente também acaba adotando o nome da ferramenta que usamos para publicar, então a gente fala “vamos transformar isso em um temas” – porque “temas” é o nome da ferramenta que a gente usa para dar à matéria um empacotamento digital diferente do normal.

No início da sua carreira, quando você trabalhava no Diário do Grande ABC, você ficava só no impresso ou fazia algo para o digital?

Eu comecei como estagiária no impresso, mas logo pedi para ir para a equipe do *site* do jornal – que à época era sempre renegado, a internet era tratada como um quintalzinho de blogueiros que ninguém queria participar. Então, desde o começo, apesar de eu fazer impresso, eu estava com um pé no digital. Quando eu fui para a Folha, em 2004, eu já fui para a *Folha Online*, para o *site* do jornal – que antigamente era uma Redação separada do impresso. Em 2009, teve a fusão do impresso e do digital, e eu era a principal editora do *site*, então fui eu que coordenei a fusão das editorias. Passei por várias editorias, mas hoje eu sou a interface da Redação com a tecnologia, então a gente decide que ferramenta a gente usa, quais formatos, cuida de audiência, de SEO. Enfim, eu estou com um dedo em tudo o que é digital ali.

Me conta mais como foi essa fusão com o digital. A ideia era que os jornalistas produzissem igualmente para o digital e para o impresso ou eles podem produzir mais para um do que para outro?

A fusão começou, primeiro, pela parte física, porque a gente estava em andares diferentes e depois, passo a passo, fomos evoluindo para que os editores cuidassem das duas plataformas. Claro, em 2009, havia quem ficasse mais no impresso do que no digital; hoje, não. Hoje, um repórter escreve para as duas plataformas absolutamente da mesma maneira. Na verdade, ele escreve, tanto faz onde vai sair. O que tem é colunista e articulista cujo material não sai no papel, porque no *site* cabe mais.

Mas ainda assim há produtos, como as reportagens temas, que são pensadas exclusivamente para o digital.

Existe um formato e a adaptação de um conteúdo pensado para funcionar no digital. A gente planeja uma baita reportagem e há um pensamento técnico de como aquele conteúdo apurado vai ser encapsulado – que às vezes começa antes ou depois. Hoje, a gente produz esse tipo de reportagem em capítulos, tanto no impresso quanto no digital – neste último, sai com vídeos, sai com infografias especiais –, mas o repórter vai escrever e vai apurar com o mesmo jornalismo de qualidade de sempre. Claro que no impresso será menor, claro que sem infográficos, claro que sem vídeos, sem um áudio ou podcast, porque são recursos naturais da internet.

Na reportagem especial de temas também temos que pensar em um título e em uma linha fina que funcionem bem em SEO no Google; no papel, você trabalha mais com a edição gráfica do título, com a palavra de impacto. E aí cabe às equipes técnicas de design, de infografia, de TI, minha e de um UX para pensar em como as fotos podem se encadear para isso ter impacto e engajamento digital. Em relação ao planejamento em capítulos, no papel, antigamente, as reportagens especiais saíam aos domingos; no *site*, elas saem de segunda e sexta, pois a audiência é mais forte. E nós temos três variações de publicações: a publicação padrão, o “tema zoom”²⁸ – que recebe um encapsulamento especial, mas também é uma forma mais ou menos padrão –, e o “temas dois”²⁹ – que aí cada reportagem especial tem um layout diferente.

²⁷ Área que cuida das chamadas da primeira página do *site*.

²⁸ Exemplo de “temas zoom”: <<http://temas.folha.uol.com.br/gps-ideologico>>

²⁹ Exemplo de “temas dois”: <<https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2020/estado-alterado-as-politicas-para-drogas-pelo-mundo/>>

Você falou em infografia, vídeo, SEO... Mas quais outras características você acha que uma ciber-reportagem deve ter?

O que a gente precisa entender é que por mais que tenha muito espaço, não dá para ter tanto assim. Texto do digital precisa ser sempre curto? A gente sabe que não, que quando o texto é bom o suficiente tudo bem ele ser longo. Mas brincamos que texto e vídeo que é longo demais é texto que poderia ter sido mais curto; tem vídeo longo de 10 minutos e tem vídeo longo de um minuto, porque eles poderiam ter sido mais curtos. Então, primeiro, ter certeza que você não está se alongando demais – e ser o mais curto o possível, não significa que não possa ser longo. E aí, olhando as métricas [de audiência], você tem dados para diagnosticar esse tamanho.

Visualmente, vídeo e foto são mais importantes no digital do que no papel – que é para poder dar fôlego. Então, a foto no lugar certo, vídeo e infografia no lugar certo dão respiro para o leitor. E vídeo fatalmente faz mais diferença, pois sabemos que especiais com vídeo exclusivos têm mais engajamento e mais leitura. Infografias que carregam rápido no celular, pois não adianta ter um *site* que no desktop é lindo se não funciona no celular – mas é claro que isso é uma premissa digital e não só da narrativa especial, mas da narrativa especial o é mais ainda. E acho que ter um bom treinamento de UX, de quem desenvolve a arte, a pessoa tem que saber quais cores que cansam menos o usuário. Nesse sentido, a Folha tem uma regra de não usar qualquer tipo de cor – tem que ser acessível para quem é daltônico, para quem tem glaucoma, para quem tem baixa visão.

Mas o mais importante de tudo é ser relevante. Durante muitos anos tivemos uma editora que falava “nossa, mas isso não é animado, não pula, não surge na tela”, eu falo que digital não é isso, digital é ser leve, é ser rápido, é ser funcional. Então, ter um bom design não é só para ser bonito, mas é também para ser funcional – sendo feito por gente que estuda usabilidade e que sabe por onde seu dedo vai passar, que sabe o lugar mais fácil de o menu carregar. Mas, como eu disse, o mais importante é o conteúdo bom, é saber ser inédito.

E em relação ao texto, o que você acha que tem de diferença com o digital?

Tem que ser rápido e tem que dar a maior e mais importante informação no início, como a gente aprende na faculdade, sendo o mais importante no começo, o menos importante depois e se for pouco importante, corta. Eu aprendi com um professor da faculdade e também editor da Folha que escrever bem é cortar palavras, é deixar o supprassumo. E isso é cada vez mais fundamental no digital, pois cada vez mais você tem mais distrações de um usuário. Antigamente a pessoa lia no desktop, de 2015 para cá, é *mobile*. A pessoa que lê no computador de tela grande se dispõe a ler mais, ela lê com mais facilidade; hoje, é mais pelo celular, além de o jovem ser mais impaciente, você está competindo com as notificações do WhatsApp, com as do Facebook, se você não for bom o suficiente para convencer a pessoa a ficar já era. Por isso que falamos que é incrível no jornalismo se você convence a pessoa a entrar no seu *site*, e é triplamente incrível se você a convence em continuar lá.

Então, além do jornalismo bom, você tem que usar as tecnologias de forma certa: o *hiperlink* no lugar certo; o *hiperlink* que leva para um conteúdo relevante; e, em um terceiro grau, a inteligência artificial com a recomendação de conteúdo bem-feita – ou seja, apresentar para o leitor não o que que ele quer ler, mas o que eu sei que ele vai querer ler.

Anexo III – Entrevista com Rodrigo Menegat

Rodrigo Menegat se formou, em 2016, na Universidade Estadual de Ponta Grossa em jornalismo. Após formado, ele participou do programa de *trainee* de FSP e atuou como *freelancer* em lugares como Agência Pública e The Intercept Brasil. De 2018 a 2020, foi jornalista computacional em OESP. Desde então, ele faz frilas como consultor de *data storytelling* e como jornalista de dados para a Deutsche Welle.

Autora: Quem compõe as equipes responsáveis por elaborar as ciber-reportagens?

Rodrigo Menegat: Então, existe a editoria de Arte, que tem um pessoal que faz mil coisas, desde diagramação até a galera que faz ilustração e modelagem 3D. E dentro da editoria de arte, tem o núcleo

de infografia digital – que é a minha equipe – e a gente trabalha com geração de dados, interatividade, interface *online* para o leitor. É uma equipe de cinco pessoas que trabalham com esse tipo de reportagem.

Quando eu fui contratado, em 2018, eu fui a primeira pessoa com formação em jornalismo a trabalhar em toda a editoria de arte, o tempo foi passando e mais jornalistas foram entrando nesse núcleo de infografia digital. Então, hoje [setembro de 2020], tem três jornalistas e dois designers no núcleo – sendo que uma das jornalistas também faz um trabalho de *front-end*³⁰ e o outro jornalista é especializado em produção multimídia – ou seja, edição de vídeo e de foto – além de programar também³¹.

Depois que o jornal passou por um processo de consultoria digital, disseram que a gente deveria ter um núcleo para pensar formatos e coisas mais inovadoras. Então, o nosso papel é fazer reportagens sem estar preso a nenhuma demanda específica da agenda noticiosa, mas também temos a função de ajudar as editorias a trazer elementos de infografia e multimídia para as reportagens que eles têm que fazer. Eu nunca fui cobrado para produzir um número x de matérias, mas quando eu produzo pouco é uma matéria por mês. Fazer três matérias por mês é muito raro, a não ser quando estamos em uma cobertura especial. Na eleição, por exemplo, a gente se programou e apurou muita coisa antes para ter um fluxo contínuo de matérias. Mas, o tempo de produção desse tipo de reportagem demora de 15 dias a um mês por matéria, ou uma semana quando é muito urgente, porque é algo que envolve muita coisa, então você tem que apurar, tem que programar, tem que desenhar.

E existe um formato pronto ou as ciber-reportagens são sempre feitas do zero?

Nós temos um formato pronto, que foi programado pelo pessoal da editoria. Nele você consegue colocar “fotona”, vídeo, JavaScript³²... Ele tem um título e uma assinatura com o padrão do Estadão, texto em uma coluna simples, cor de hiperlink padronizada e o rodapé do *site*, por exemplo. Mas, ele é flexibilizado, podemos fazer algumas coisas nele, como gráficos que se mexem ou [um símbolo de] três pontinhos que exibe uma nota de rodapé não têm como colocar. Porém, tem suas limitações. E também dá para fazer algo fora desse formato, e aí conseguimos fazer coisas muito mais malucas nas matérias – como um título que tem um seletor para um gráfico³³ -, e o problema desse tipo de reportagem é que ela não indexa³⁴ bem, nem dá para colocar *paywall*³⁵ ou anúncio.

Após a consultoria digital que teve o que ficou estabelecido como sendo características de narrativas digitais, como característica de um ciber-reportagem?

Eu não sei dizer em detalhes, porque foi uma consultoria muito mais próxima dos chefes do que dos repórteres. Mas até essa consultoria o carro chefe era o impresso; depois dela, a internet ficou mais no centro das atenções do jornal.

E você, como jornalista, sente que há diferença entre o texto da ciber-reportagem e o da reportagem impressa?

Eu acho que não. Claro, as reportagens do *online* são mais longas, mas o texto – das reportagens que já chegam prontas das editorias e que temos que adaptar por aqui – é muito parecido. Mas, claro tem repórteres e repórteres, tem alguns que já tem uma cabeça mais de internet e eles nos procuram e vêm conversar, e até a gente os procura para propor uma elaboração de pauta. Tem coisas que são mais verticais, e temos que dizer sim; tem quem propõe coisas sem pé nem cabeça e temos que dizer não; mas, em geral, os melhores trabalhos surgem de uma conversa franca e quando somos envolvidos desde o

³⁰ Um desenvolvedor de *front-end* é o responsável por criar a interface – ou seja, a parte que o usuário vê e interage – do *site* ou do aplicativo.

³¹ Menegat também sabe programar.

³² Exemplo desse formato: <<https://www.estadao.com.br/infograficos/saude,como-a-matematica-pode-ajudar-a-entender-e-combater-epidemias,1082298>>

³³ Exemplo: <<https://arte.estadao.com.br/politica/jair-bolsonaro/monitor-popularidade/>>

³⁴ Ou seja, o robô do Google – ou de outros sites de buscas – não consegue encontrar a URL e exibi-la em seus índices de busca.

³⁵ Em tradução literal significa “parede de pagamento”, é o nome dado para os anúncios de que determinada matéria só pode ser lida por assinantes.

começo na elaboração – para assim sabermos com o que teremos que trabalhar. É um trabalho multidisciplinar.

Representação de atores sociais e do posicionamento de *O Estado de S. Paulo* em relação à notícia “Haddad recua de alterar previdência”

Érica Alves Soares

Introdução

Neste artigo, pretendemos analisar a representação do candidato Fernando Haddad ao cargo de prefeito na cidade de São Paulo, nas eleições municipais de 2016, em notícias publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo*. Ao analisar tal aspecto, almejamos compreender o posicionamento do jornal quanto ao desfavorecimento em relação ao candidato Fernando Haddad Partimos da hipótese de que o jornal influencia direta e indiretamente os eleitores na decisão do seu voto.

As eleições são um momento marcado pelo regime democrático em que o eleitor escolherá o seu candidato para representá-lo pelos próximos quatros anos, tempo de vigência do mandato. Por sua vez, a mídia exerce o papel de difundir as notícias a fim de informar o seu leitor sobre as propostas do candidato Fernando Haddad e apresentá-las aos eleitores.

O *corpus* deste trabalho foi composto por notícias políticas, publicadas na seção Eleições 2016, no caderno de política do jornal¹ *O Estado de S. Paulo*. Selecionamos o material na versão impressa do jornal, no período de agosto a setembro de 2016. Foram priorizadas as notícias referentes aos candidatos João Dória e Fernando Haddad.

A importância do tema justifica-se pela proposta do estudo nas notícias políticas referentes ao evento *Eleições* ser muito veiculado pela mídia e marcar a trajetória política do candidato escolhido e as mudanças realizadas na cidade durante o seu mandato, os eleitores buscarem informações quanto ao candidato escolhido e as contribuições da mídia ao veicular a notícia se posicionando a favor ou contra a candidatura do prefeito da cidade de São Paulo.

A parcialidade está implícita nos meios de comunicação e, muitas vezes, não é notada pelo eleitor/leitor. Por sua vez, observou-se que alguns meios de comunicação marcam seu posicionamento a favor ou contra um determinado candidato e partido. A partir os estudos da

¹ A escolha do jornal se deu por ser uma mídia tradicional na cidade de São Paulo e ter uma ampla circulação entre os eleitores.

Linguística Sistêmico-Funcional articulados aos pressupostos teóricos da Análise Crítica do Discurso buscamos apontar o posicionamento do jornal e a sua influência no voto dos eleitores.

Este estudo se sustenta na teoria da Análise Crítica do Discurso (ACD), sobretudo, nos estudos de Fairclough (2003), Batista Jr., Sato e Melo (2018) e Resende e Ramalho (2011, 2016), a partir dos discursos mobilizados pelo jornal se referindo aos momentos das práticas do candidato Haddad descritos na notícia, elencando a categoria discurso referente às ações realizadas por Fernando Haddad e articulados ao sistema de transitividade.

A partir da metafunção experiencial que desvela o comportamento do candidato quanto às suas decisões durante a sua gestão na cidade de São Paulo e descritas pelo jornal O Estado de S. Paulo, mostramos o seu posicionamento estruturado a partir da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), estudada por Halliday e Mathissen (1994, 2004), e contribuições de Cunha e Souza (2011) e Fuzer e Cabral (2014).

Diante do exposto, o Sistema de Transitividade é uma teoria útil para o estudo do posicionamento do jornal. Logo, é possível inferir o posicionamento do jornal em relação aos candidatos e a sua preferência partidária.

1 A ACD e suas definições

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma teoria de caráter transdisciplinar e está articulada à análise textual, que traz como proposta a análise social vinculada ao contexto em que os sujeitos estão inseridos. Não se trata apenas de verificar as estruturas linguísticas no texto, mas observar como esse processo está vinculado à sociedade por meio da linguagem, por meio da observação das escolhas lexicais e construções sintáticas priorizadas na materialidade textual.

Os pressupostos teóricos da ACD dialogam com os das Ciências Sociais e da Linguística Crítica. Diante do exposto, a ACD não está preocupada com a análise textual, mas com a análise social a fim de orientar os sujeitos e verificar importância dos eventos ao seu redor e os impactos determinados por eles.

O termo Análise Crítica do Discurso foi proposto por Norman Fairclough em 1985, no *Journal of Pragmatics*. Segundo Wodak (2004, p. 224),

o termo ACD tem sido usado, mais especificamente, para referir-se à abordagem linguística crítica adotada por pesquisadores que consideram a unidade mais ampla do texto como unidade comunicativa básica. Essas pesquisas se voltam especificamente para os discursos institucional, político, de gênero social, e da mídia (no sentido mais amplo), que materializam relações mais ou menos explícitas de luta ou conflito.

Ou seja, não se trata apenas de observar o contexto que a ACD propõe para o estudo do discurso de uma forma crítica, mas de desvelar as relações de poder ocultas na linguagem e compreender as razões que motivam os conflitos ideológicos nos contextos sociais. Apesar da vastidão teórico-metodológica da ACD, ela só foi consolidada como teoria crítica na década de 1990, quando linguistas críticos – Teun Van Dijk, Gunter Kress, Ruth Wodak, Theo Van Leeuwen e Norman Fairclough – se reuniram para discutir aspectos linguístico-discursivos da linguagem, articulando-os aos estudos críticos dos discursos.

Segundo Melo (2018), dialogando com os pressupostos teóricos de Fairclough (2003), a abordagem sociocognitiva mobiliza questões semânticas articuladas ao processo de referenciação. Van Dijk (2005a, 2005b, 2008) apresenta temas relativos à reprodução ideológica no discurso e os meios de comunicação.

A ACD, com base em Fairclough (2003), apresenta os pressupostos teóricos de Foucault e Bakhtin ao abordar os conceitos de discurso e poder. Conforme a posição sustentada pela ACD, o sujeito se torna um agente transformador na sociedade ao se emancipar e posicionar perante um discurso favorável às injustiças sociais, que regulam as estruturas social, política, cultural e econômica.

Segundo Ramalho e Resende (2016, p. 14):

a ADC provém da operacionalização de diversos estudos, dentre os quais, com base em Fairclough (2001a), destacamos os de Foucault (1997, 2003) e de Bakhtin (1997, 2002), cujas perspectivas vincularam discurso e poder e exerceram forte influência sobre a ADC.

Portanto, a ACD não busca o significado em sentenças ou apenas nos textos, ou oração deslocada da realidade social, ao contrário, observa a realidade em que os atores sociais interagem na situação comunicativa; os conflitos causados nos contextos comunicativos, dados os valores e ideologias presentes na linguagem; e busca pensar em possibilidades para solucionar o problema ou emancipar o sujeito, conscientizando-o da importância de sua participação na sociedade e de seu posicionamento quanto às injustiças sociais.

2 A linguística sistêmico-funcional: o estudo do sistema de transitividade

A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) é uma teoria descritiva gramatical da estrutura da língua. Essa perspectiva teórica foi abordada e desenvolvida pelo linguista Halliday a partir da década de 1960. De acordo com Gouveia (2009), estabelecendo um diálogo com Halliday e

Mathiessen (1994, 2004) essa teoria visa descrever e analisar as estruturas da língua e como tais estruturas variam nos contextos de uso.

Segundo Fuzer e Cabral (2014, p. 19):

Ela é sistêmica porque vê a língua como redes de sistemas linguísticos interligados, das quais nos servimos para construir significados, fazer coisas no mundo. Cada sistema é um conjunto de alternativas possíveis que podem ser semânticas, léxico-gramaticais ou fonológicas. É funcional porque explica as estruturas gramaticais em relação ao significado, as funções que a linguagem empenha em textos.

Nessa perspectiva, a LSF aborda os estratos da linguagem, léxico-gramatical, para uma descrição gramatical sistêmica e funcional, direcionada ao estudo do texto. Além disso, a LSF busca compreender a estrutura da língua a partir do modo como o sujeito a utiliza nos textos que circulam no contexto social.

A estrutura da linguagem é realizada pela manifestação dos sujeitos nas suas ações marcadas pelo modo de ação, por exemplo, solicitar e trocar informações e serviços nos contextos sociais distintos. A língua está articulada com constituição da léxico-gramática, que é responsável pela articulação do léxico e da oração constituída de fonologia e grafologia.

Tanto a fonologia e a grafologia são responsáveis pelos sons e grafias das palavras, sedimentando a semântica, responsável pelos significados e que estão articulados nas construções sintáticas do texto.² Assim sendo, a LSF não é uma teoria preocupada com o sistema interno da língua sem a articulação com os registros dos contextos de uso. Segundo Gouveia (2009, p. 27),

O registro, que, como vimos, está intimamente ligado a variáveis do contexto situacional, pode ser definido como variação de acordo com o de uso, ou seja, é uma noção que dá conta do facto de usarmos tipicamente certas e reconhecíveis configurações de recursos linguísticos, em certos contextos.

Em outras palavras, essas variáveis contextuais são constituídas por dois tipos de contextos: o contexto de situação e o contexto de cultura. O contexto de situação, segundo Fuzer e Cabral (2014), diz respeito ao ambiente em que o sujeito está inserido e as interações que ele pratica. Já o contexto de cultura, vinculado ao propósito social, refere-se às interações

² Ainda que a LSF não analise a estrutura da língua, apenas observe o seu sistema interno, é com base nele que são desenvolvidas as variáveis contextuais, constituídas pelo contexto de cultura e contexto de situação, sendo encontradas no cotidiano, na perspectiva funcionalista da língua.

estabelecidas pelas instituições e grupos sociais, que se desenvolvem em um único propósito comunicativo da situação na qual os sujeitos ou atores sociais estão inseridos.

Os dois contextos estão constituídos na representação e na constituição do texto, para que os sujeitos entendam como se dá essa relação no cotidiano *de quem faz o quê e quem diz o quê*. Verificando os significados do texto, os papéis desempenhados pelos atores sociais no contexto de situação, a forma como são representados, as interações com o outro e de que forma essas informações serão transmitidas ao outro dialogando com os contextos de cultura em que eles estão inseridos.

Para Gouveia (2009), dialogando com os pressupostos teóricos de Halliday e Mathiessen (1994, 2004), as descrições da língua não podem ser apenas estruturais, mas articuladas ao contexto de uso, correspondendo às práticas dos sujeitos e suas ações. Por meio da língua, compreendemos o que o outro quer dizer, bem como observamos as práticas sociais no cotidiano e a construção de novos textos e discursos nos contextos sociais, políticos e culturais.

Nesse pensamento, os conhecimentos mobilizados pelas instituições marcam as informações selecionadas, referentes ao evento, por exemplo, as eleições, aos sujeitos possibilitando a sua reflexão, emancipação e o seu posicionamento favorável ou desfavorável quanto ao seu conhecimento de mundo.

Além das variáveis contextuais que marcam o processo de formação da Linguística Sistêmico-Funcional, é importante acrescentar as suas principais funções. Halliday e Mathiessen (1994, 2004) salientam que cada função aborda um propósito social e a sua relação com o texto por meio das metafunções. Para Gouveia (2009, p. 30), “as funções da linguagem ou metafunções dão lugar a componentes gramaticais, sendo que tais componentes conjugam redes de sistemas de escolhas de caracterização semântica”. Essas redes de sistemas pragmáticos dialogam com o propósito social do falante e com os contextos de situação e cultura dos falantes.

Em síntese, as metafunções, de acordo com Gouveia (2009) e Halliday e Mathiessen (1994, 2004), retomadas com Gonçalves Segundo (2011), dizem respeito aos elementos léxico-gramaticais em que cada metafunção explora a oração. As metafunções são três: metafunção ideacional ou experiencial, metafunção interpessoal e metafunção textual.

A metafunção ideacional aborda a representação na oração, tendo o campo como prioridade. Entende-se que o campo é o lugar onde ocorrem as interações sociais, articuladas às experiências dos sujeitos tanto nos aspectos físicos como mentais, decodificados nas experiências vivenciadas por eles. Já a metafunção interpessoal busca compreender o modo como se dão entre os sujeitos, a construção dos enunciados e as escolhas linguísticas nos textos. Diferentemente dessas duas metafunções, a metafunção textual determina a ordem do léxico e

dos significados nos textos verbais e não verbais de uma forma textualmente organizada, seguindo uma estrutura linguística, a fim de que o sujeito compreenda a mensagem passada pelo texto.

Das metafunções explicitadas, neste estudo, priorizamos somente a metafunção ideacional, que está relacionada à função de representação e à função lógica. Na primeira função, verificam-se como as orações são representadas e, na segunda, examinam-se as escolhas lexicais e oracionais para a constituição do texto que se relaciona ao processo de transitividade.

Conforme os pressupostos teóricos Halliday e Mathiessen (1994, 2004) aprofundados por Cunha e Souza (2011), na LSF, a transitividade refere-se ao processo morfossintático, no qual é descrito o sistema da língua e a forma como os sujeitos participam e se envolvem nesse processo, cuja proposta estabelece uma ligação com a metafunção ideacional. Na perspectiva funcionalista da linguagem, a transitividade é enunciada consoante os contextos de cultura e de situação em que os sujeitos ou atores sociais estão situados.

Segundo Cunha e Souza (2011, p. 24), “No campo dos estudos linguísticos funcionais como já mencionado anteriormente, a LSF é uma oposição aos estudos formais, pois seu foco de interesse é o uso da língua como forma de interação entre os falantes”. Ou seja, tal teoria não está preocupada com os estudos formalistas da língua, focalizados apenas na análise do sistema interno da língua de forma isolada sem articulação aos contextos em que os sujeitos ou atores sociais circulam e estão inseridos.

Nessa perspectiva, a transitividade compõe a Gramática Sistemico-Funcional que não está direcionada à descrição e classificação dos sintagmas verbais ou verbos como na gramática tradicional, mas na relação e na determinação exercida nos enunciados e os seus significados nas orações, mobilizando participantes, processos e circunstâncias na oração.

Logo, os participantes envolvidos na descrição gramatical são os *participantes* no *processo* constituído da oração pelos sintagmas nominais. Esses representam os atores sociais e apresentam ao sujeito *quem faz o quê*, remetendo a informação dada pela descrição da oração constitutiva de *processos*.

Diante do exposto, os processos, no estudo da Gramática Sistemico-Funcional articulados à categoria da transitividade, são divididos em seis. Desse conjunto, três processos são principais: materiais, mentais e relacionais.

Cunha e Souza (2011) sustentam que os processos materiais estão vinculados às ações dos sujeitos nos verbos *fazer* e *acontecer*, envolvendo mudanças físicas e psicológicas dos atores sociais. Enquanto os processos mentais sedimentam as crenças e os valores representados nas orações pelos participantes, os quais são classificados em *perceptivos* (ouvir, perceber), *afetivos*

(amar, odiar), *desiderativos* (desejar) e *cognitivos* (saber, compreender, identificar). Os processos relacionais dizem respeito às conexões dos sujeitos e suas identidades e características, vinculados aos verbos *ser, estar, parecer*.

Articulados às contribuições de Halidday e Mathinssen (1994, 2004), Fuzer e Cabral (2014) e retomando os estudos de Cunha e Souza (2011), podemos dizer que esses três processos da oração apresentam as experiências dos atores sociais, que são descritas gramaticalmente. Os outros três processos são secundários: os comportamentais remetem ao comportamento dos sujeitos, como *dançar, dormir ou bocejar*, e estão situados entre os materiais e mentais; os verbais, situados entre os processos mentais e relacionais, referem-se aos verbos *dicendi*, como *responder, afirmar e dizer*; e os processos existenciais estão na fronteira dos relacionais e dos materiais, os quais são representados pelos verbos *existir e haver*. Tais processos são mobilizados na seguinte figura.

Figura 1 – A gramática da experiência: tipos de processos



Fonte: Cunha e Souza (2011, p. 42).

Em suma, a organização da linguagem está articulada ao contexto em que ocorrem as interações sociais. Isso porque não há significado sem contexto e interação entre os participantes, ou seja, não há significado sem articulação das orações com a temática do texto. Por isso, a transitividade não trabalha com orações isoladas e sem contexto, sendo primordial a compreensão dos contextos em que elas estão inseridas.

3 Metodologia

Este estudo configura-se em uma pesquisa qualitativa. Analisamos a notícia publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*: **Haddad recua de alterar previdência** publicada em 26 de agosto de 2016 no caderno de Política na seção Eleições 2016. Tem-se uma sequência textual descritiva, todavia os argumentos do jornal estão implícitos de forma que é necessária a atenção do leitor para este fato. O texto jornalístico se utiliza de uma linguagem culta padrão e o autor da notícia é o jornalista Ricardo Galhardo.

A notícia discorre sobre o assunto da previdência pública e a decisão do prefeito e candidato à reeleição de não alterar o sistema previdenciário, que é criticada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* e que será analisado no decorrer deste artigo.

Para a categoria de análise do *corpus*, adotamos os processos explicitados na seção anterior – responsáveis por estruturar as orações para a configuração do texto, representando os eventos e as experiências vivenciadas pelos participantes.

Como ponto de partida, observamos as anáforas diretas, isto é, os referentes que fazem alusão aos nomes dos candidatos, João Dória Jr. e Fernando Haddad, à prefeito de São Paulo, no jornal. Foram utilizados o sistema de transitividade para analisar os trechos das orações, desvelando as ações do candidato no eixo descritivo e no eixo discursivo a categoria discurso, revelando os momentos da prática – conceito importante trabalhado na Análise Crítica do Discurso.

4 ANÁLISE DO CORPUS

A manchete abaixo compõe a notícia selecionada para a análise do *corpus*, logo ela está relacionada ao estudo proposto pela dissertação de mestrado em andamento.

Figura 2 – Haddad recua de alterar previdência – 26 de agosto de 2016



Fonte: Jornal O Estado de S. Paulo (2016).

O recorte acima corresponde à manchete “Haddad recua de alterar previdência” publicada em 26 de agosto de 2016 e descreve a resolução do prefeito Fernando Haddad em não adotar o sistema de previdência privada conhecido como SAMPAPREV, mantendo o sistema público de previdência ao qual os funcionários públicos são associados.

Com base nos objetivos deste estudo, fizemos o recorte de algumas partes da notícia para serem analisadas. Organizamos os excertos no seguinte quadro.

Quadro 2 – Trechos extraídos da notícia Haddad recua de alterar previdência.

1. “o prefeito de São Paulo e candidato à reeleição, Fernando Haddad (PT), <i>fez aceno</i> ao funcionalismo em encontro com educadores da rede pública.”	2. “o prefeito <i>anunciou</i> que vai deixar para depois da eleição a discussão sobre o projeto de lei que prevê, entre outras coisas, a criação do Sampaprev”
3. “a Prefeitura <i>propõe</i> a criação de um teto para as aposentadorias do funcionalismo público.”	4. “Segundo Haddad, o recuo em relação à Sampaprev <i>foi motivado</i> pela ameaça do Sindicato dos Profissionais em Educação do Ensino Municipal (Sinpeem)”
5. “o prefeito <i>disse</i> que o projeto de lei foi apresentado para cumprir uma exigência do Ministério da Previdência.”	6. “o prefeito <i>mudou</i> o discurso e disse ter conversado com o presidente do sindicato sobre a paralisação.”
7. “Continua sendo uma exigência do Ministério da Previdência, mas durante o período eleitoral nós não queremos confundir o que nos interessa que é barrar a PEC 241” <i>explicou</i> Haddad	8. “Como a rede expandiu muito, na semana que vem vamos celebrar mais de 400 creches abertas, precisa de um trabalho de supervisão. Havia dúvida se eu podia encaminhar em ano eleitoral e chamar os diretores concursados. O Jurídico entendeu que eu posso. Não há impacto orçamentário, porque vamos substituir temporário por concursado”, <i>afirmou</i> o prefeito

Fonte: Jornal O Estado de S. Paulo (2016).

Na manchete, Haddad é *experenciador* e o principal *referente*. O candidato ganha destaque ao ser exposta a sua atitude diante da questão de alterar, ou não, o sistema de previdência pública da cidade de São Paulo. Articulado ao processo mental, ao tomar uma decisão sobre o assunto e que não está de acordo com o posicionamento do jornal, Haddad é negligenciado quando não faz as alterações do sistema previdenciário municipal. Essa imagem indica que ele não consegue decidir quanto à vida funcional dos servidores públicos, o que configura um cenário de incerteza quanto à alteração da previdência municipal e aponta a visão negativa que o jornal constrói do candidato.

A crítica do meio de comunicação deturpa a figura do candidato à reeleição ao cargo de prefeito da cidade de São Paulo. Ao enunciar que Haddad *recua*, fica explícita essa crítica por parte do jornal.

No trecho *alterar previdência* classificado por *fenômeno*, o receio do prefeito quanto à decisão que seria tomada por ele em uma retratação aos servidores municipais, antevendo possíveis votos para a sua candidatura, em relação à qual o jornal se posiciona. A partir da construção da oração que aparece na manchete fica implícito que a decisão do prefeito é vista de forma negativa, porque se trata de um jornal liberal e favorável ao sistema previdenciário privado.

Ao escolher o verbo *recuar*, o jornal constrói o referente *prefeito* e a posição atual do candidato à reeleição sem credibilidade para administrar a cidade de São Paulo. Ao leitor é representada a quebra de contrato do referente, apresentando-o de uma forma negativa para os eleitores. Com isso, constrói-se uma estratégia de manipulação relacionada à postura do prefeito no tocante à modificação do sistema de previdência municipal, correspondendo a uma decisão atual que poderá comprometer e mudar as regras de aposentadoria dos servidores municipais.

O jornal constrói um discurso associado à gestão de Haddad, classificando como ruim e revelando que a população paulista não merece ser representada por ele. Ademais, a crítica do meio de comunicação deturpa a figura do candidato à reeleição ao cargo de prefeito da cidade de São Paulo.

Ao enunciar que Haddad recua, fica explícita a sua incapacidade de administrador de uma das maiores cidades da América Latina. Se durante o exercício da sua gestão ele não consegue negociar e avançar quanto à implementação de um sistema de previdência municipal que será benéfico para a contenção de gastos, é possível compreender que com a continuação da sua gestão não haverá mudanças na sua administração.

No trecho “Em aceno a servidores municipais, que ameaçam paralisação, prefeito *suspende* discussões sobre o Sampaprev até depois das eleições” – concernente à linha fina do jornal –, verifica-se o referente a partir do uso de anáfora direta, *o prefeito é ator* no processo de transitividade e esse sujeito seria o responsável pela suspensão das discussões sobre a mudança no sistema previdenciário municipal, porque há uma suposição de tensão quanto aos resultados eleitorais que podem configurar em desvantagem para a sua candidatura, por isso a construção lexical “até dois dias das eleições”.

Por sua vez, a oração “Em aceno a servidores municipais, que ameaçam paralisação, prefeito *suspende* discussões sobre o Sampaprev até dois dias das eleições” representada pelo processo verbal elenca uma perspectiva assertiva quanto à decisão a ser tomada pelo candidato e a voz do jornal tenta representar o gesto de intimidade do prefeito em relação aos servidores municipais ao usar o termo *aceno*.

Contudo, o gesto realizado pelo prefeito não traz acordo em relação aos servidores municipais, pois estes ameaçam a possibilidade de um comando de greve, caso a negociação do sistema de previdência privado seja implementado.

No excerto 1 – “o prefeito de São Paulo e candidato à reeleição, Fernando Haddad (PT), fez *aceno* ao funcionalismo em encontro com educadores da rede pública” –, o referente *prefeito* aparece e, para evitar a sua repetição, o jornal substitui por uma anáfora direta: *candidato à reeleição*. Em seguida, apresenta ao leitor o nome do candidato: Fernando Haddad.

Os referentes construídos no texto são atores articulados ao processo material, representado pelo aceno do prefeito aos servidores municipais.

Consoante ao excerto 2 – *o prefeito anunciou que vai deixar para depois da eleição a discussão sobre o projeto de lei que prevê, entre outras coisas, a criação do Sampaprev* –, representando o *referente* e *dizente* na figura do prefeito e candidato à reeleição Fernando Haddad, inserido no processo verbal em que é o principal participante e responsável pelo andamento da mudança do sistema previdenciário do município, porém não quer se comprometer com essa a transição do sistema previdenciário municipal para um sistema de previdência complementar.

A ação do candidato é criticada pelo jornal de forma implícita e apontando ao leitor a fragilidade da administração paulista conduzido pelo candidato filiado ao governo do PT. Isso só reforça a ideia da má administração e influência no voto dos leitores e futuros eleitores na escolha do seu candidato.

Diante do exposto, a declaração do prefeito subsidia o discurso de oposição do jornal: não há responsabilidade do prefeito para resolver o problema apontado no trecho *“que vai deixar para depois da eleição a discussão sobre o projeto de lei que prevê, entre outras coisas, a criação do Sampaprev”* a verbiagem que declara a falta de compromisso com os servidores municipais e a cidade a qual administra. A partir dessa declaração, o jornal enuncia um candidato despreparado para o cargo que persiste em se manter.

No excerto (3) – *“a Prefeitura propõe a criação de um teto para as aposentadorias do funcionalismo público.”* –, o referente construído pelo jornal atribui ao candidato Fernando Haddad *a prefeitura*. Estabelece uma relação do local de trabalho do atual prefeito e candidato, o que resulta na consolidação da estratégia de representatividade em que o candidato simboliza a gestão da prefeitura de São Paulo em 2016, que diz respeito ao referente Prefeitura, ou seja, ao processo mental cognitivo.

Ainda, verifica-se, na construção do enunciado, um novo referente: *a Prefeitura*, classificada por *dizente* e inserida no processo verbal marcado pelo verbo *propõe*, destacando-se na oração e apagando os referentes relacionados ao nome do prefeito.

Em síntese, atribuindo a decisão de um valor máximo para o pagamento das aposentadorias dos servidores municipais, uma vez que, nos trechos anteriores, foram construídos enunciados relativos à indecisão do prefeito na alteração do sistema previdenciário e a voz atribuída à prefeitura é usada de forma estratégica, apagando o nome do atual prefeito.

Novamente, a proposta articulada pela equipe que compõe a prefeitura enunciada pelo jornal apaga o ator, Haddad e evidencia a prática da Prefeitura sem levar em consideração quem está à frente da gestão durante o período de 2016.

Já no excerto 4 – “Segundo Haddad, o recuo em relação à Sampaprev *foi motivado* pela ameaça do Sindicato dos Profissionais em Educação do Ensino Municipal (Sinpeem)” –, o jornal constrói um novo referente e anáfora direta, *Haddad* – e marcando como *circunstância de fonte* no discurso jornalístico.

Assim sendo, o processo verbal marcado pelos verbos *foi motivado* enuncia a ação do Sindicato dos Profissionais em Educação do Ensino Municipal (Sinpeem), que é o ator responsável pela ação realizada contra o prefeito em não mudar o sistema de previdência municipal, no entanto, ela não ocorreu por medo de perder os votos dos servidores municipais e outros eleitores.

Dessa forma, *Sampaprev* denominado *meta* na construção do enunciado em que o referente, Haddad enuncia o seu posicionamento referente à mudança, após a atitude do Sindicato dos Profissionais em Educação do Ensino Municipal, colaborando para o adiamento da votação do novo regime de previdência complementar chamado Sampaprev na cidade de São Paulo.

No excerto 5 – “o prefeito *disse* que o projeto de lei foi apresentado para cumprir uma exigência do Ministério da Previdência” –, o referente, *o prefeito*, é retomado no corpo da notícia e atribuída a voz ao candidato.

Logo, *prefeito* é constituído também na figura de *dizente*, no processo verbal marcado pelo verbo *disse*, quando enuncia a importância do projeto, corroborando para cumprir uma determinação do Ministério da Previdência para a contenção de gastos, bem como para evitar um possível colapso nas contas municipais. Com isso, o jornal direciona a responsabilidade ao *dizente*. Esse justifica que está cumprindo as orientações do Ministério da Previdência, mas distancia-se dela pela pressão do Sindicato.

Ademais, quando o jornal enuncia que o prefeito cumpre uma exigência do Ministério da Previdência, deixa claro a falta de posicionamento do prefeito, porque foi necessária a intervenção e decisão do Ministério da Previdência para a consolidação do Sampaprev, o que é criticado pelo jornal, pois um representante da maior metrópole da América Latina deve ter clareza e firmeza nas suas decisões o que falta, na visão do jornal, para Haddad.

No excerto 6 – “o prefeito *mudou* o discurso e *disse* ter conversado com o presidente do sindicato sobre a paralisação” –, o jornal retoma o referente, *prefeito*, representado por *dizente* no processo verbal marcado pelos verbos *mudou* e *recuou* apontando uma postura despreparada do candidato.

Ainda na escolha lexical desse segmento, o jornal deixa clara a sua falta de apoio ao candidato e de forma implícita persuade o leitor a refletir sobre a possibilidade de escolha de um outro candidato.

Retomando o excerto, é apontado o diálogo estabelecido entre o prefeito e o presidente do sindicato dos servidores municipais, mas o jornal ressalta a falta de acordo quanto às possíveis alterações no sistema de previdência municipal ao qual os servidores estão ligados.

Ademais, a figura do prefeito se associa a uma imagem negativa, pois não há diálogo, como se pode verificar no excerto (5), em que o candidato afirma estar diante de uma exigência a ser cumprida, conforme as orientações do Ministério da Previdência para que haja corte de gastos. Contudo o seu discurso muda ao conversar com o presidente do sindicato dos servidores municipais, revelando o receio de perder votos.

Novamente, o jornal critica a postura do candidato e a argumentação insuficiente para poder chegar a uma solução diante do presidente do Sindicato dos Professores Municipais (SINPEEM), Cláudio Fonseca que não aceita a proposta do candidato petista.

No excerto (7) – “Continua sendo uma exigência do Ministério da Previdência, mas durante o período eleitoral nós não queremos confundir como que nos interessa que é barrar a PEC 241” *explicou* Haddad –, o jornal traz a voz do candidato e a *anáfora direta* faz alusão à Haddad e ao *dizente*, compondo o processo verbal marcado pelo verbo *explicou* que enuncia o motivo da alteração do sistema previdenciário.

Ainda sobre o excerto 7, o prefeito enuncia as orientações do Ministério da Previdência quanto aos gastos referentes aos vencimentos pagos aos servidores, entretanto o jornal apresenta a negociação com o presidente do Sindicato. Se é uma orientação do Ministério da Previdência e deve ser implementada, por que negociar? E por que há receio do prefeito em perder votos e desagradar a categoria dos servidores municipais? Para o veículo de comunicação, um administrador público deve tomar a melhor decisão para reduzir os gastos públicos e manter o caixa público em alta.

A partir da exposição da notícia, o jornal O Estado de S. Paulo incita o leitor a construir uma opinião contrária ao mandato de Haddad e reforçando a imagem de um péssimo administrador.

Por sua vez no excerto 8 – “Como a rede expandiu muito, na semana que vem vamos celebrar mais de 400 creches abertas, precisa de um trabalho de supervisão. Havia dúvida se eu podia encaminhar em ano eleitoral e chamar os diretores concursados. O Jurídico entendeu que eu posso. Não há impacto orçamentário, porque vamos substituir temporário por concursado”, *afirmou* o prefeito”. Verifica-se que a voz do referente traz objeção subentendida por parte do prefeito e valida a sua decisão em não alterar o sistema de previdência municipal ao enunciar a contratação de novos concursados para o cargo de diretores na área da Educação.

O *referente* e o *dizente* relacionam-se ao prefeito, marcando o processo verbal pelo verbo *afirmar* ao propagar a necessidade de novas contratações no setor público, o que dialoga com as declarações dadas anteriormente pelo referente. Isso consolida uma posição desfavorável para o candidato à reeleição em relação à política do teto dos gastos defendida pela reforma da previdência e pelo posicionamento do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Ainda diante da declaração do prefeito, o jornal mostra mais uma vez a contradição do prefeito: por que contratar mais servidores municipais via concurso público se o orçamento municipal está em déficit? Se as orientações dadas pelo Ministério devem vigorar não há necessidade dessas contratações, e sim fazer a economia de proventos públicos.

Para o jornal, o discurso articulado à economia de gastos públicos demonstra a incompreensão do prefeito e evidencia o seu despreparo para o cargo para o qual foi eleito e que pretende pleitear para as próximas eleições. Haddad não exerce nenhum tipo de poder que lhe é conferido por seu cargo e essa atitude pode prejudicar a administração da cidade de São Paulo.

Ademais, Haddad se torna um subordinado do Ministério da Previdência e não tem a capacidade de escolher e decidir a melhor solução para a cidade de São Paulo: chamar novos concursados com um orçamento pequeno compromete o andamento das contas públicas e onera o contribuinte o que acarreta aumento de impostos, por exemplo, o IPTU.

Na notícia “Haddad recua de alterar previdência”, verificamos a voz do referente nos discursos materializados na tessitura do texto. O referente foi marcado ora como ator social, por meio de referentes correlatos e de forma linear, a saber: *Haddad, prefeito, Fernando Haddad, prefeito, a Prefeitura, ora como ator e dizente* – participantes marcados pela transitividade sempre na posição de decisões péssimas e que comprometem o andamento da cidade.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, ao enunciar a voz do prefeito referente ao final da notícia, enuncia a relação credibilidade versus dúvida revelando que o prefeito não transmite segurança na gestão pública ao eleitor e contribuinte da cidade de São Paulo, distorcendo a imagem do prefeito em não eleger a transição do sistema previdência municipal para o sistema previdenciário complementar chamado Sampaprev.

A fonte jornalística apresenta fatos para que o leitor comprove a veracidade das notícias, a fim de que perceba o discurso jornalístico construído, evidenciando a indecisão e a falta de posicionamento do candidato.

Por último, cabe dizer que o jornal *O Estado de S. Paulo* mobiliza a estratégia de manipulação, apresentando a voz do candidato a partir das ações e das falas contrárias do

candidato. Logo, o poder dado a ele pela população paulista não se consolida, porque ele não sabe pensar e agir para encontrar soluções para a melhoria da cidade de São Paulo.

A representação das ações e atitudes de Haddad estão relacionadas à metafunção experiencial, ligada à representação dos atores sociais no discurso jornalístico e articuladas ao sistema de transitividade que envolve os processos, os participantes e as circunstâncias recorrentes no contexto social. Na composição dos processos materiais, marcados pelo verbos *recuar* e *mudar*, e verbal, *anunciou*, *afirmou*, *explicou*, tem-se referência ao prefeito quanto à decisão de não alterar o sistema previdenciário.

Considerações finais

Os resultados deste estudo são parciais, já que este capítulo é um recorte de nossa pesquisa de mestrado, em andamento. Os primeiros resultados indicaram o posicionamento do jornal quanto ao candidato Fernando Haddad e a forma como, discursivamente, a mídia influencia os leitores no período de eleição municipal e outros eventos noticiados pelo jornal e de grande importância, seja nacional ou internacional.

Os discursos – concernentes ao candidato à reeleição e prefeito da cidade de São Paulo – apontam uma gestão inapropriada para a cidade. Além disso, há uma substituição do referente, *Fernando Haddad* pelo referente *Prefeitura*, denotando que nenhuma ação assertiva é tomada pelo prefeito e pela sua equipe administrativa.

No que tange aos processos de transitividade, nos excertos 2 e 3, pode-se dizer que eles são marcados pelo sintagma verbal *dizer* e o verbo *mudou* pelo mental cognitivo, reforçando a indecisão do prefeito. Dessa forma, o jornal estrutura seu posicionamento de uma forma explícita, apresentando falhas na gestão quando opta por verbos *mudou* e *recuou* quanto à implementação do sistema previdenciário.

Com essas escolhas, o jornal vai construindo um candidato sem poder de decisão, que não sabe o que faz e revela que as suas ações estão articuladas às decisões de outros órgãos indiretamente ligados ao município. Segundo o jornal, Haddad não está preparado para continuar à frente da cidade. No que diz respeito à sua filiação (PT), o jornal deixa claro que o seu partido sofre denúncias de corrupção.

Diante disso, fica implícita a orientação do jornal para a escolha de um outro candidato para o cargo de prefeito da cidade de São Paulo.

Em síntese, de acordo com a análise do *corpus*, é possível sustentar o posicionamento do jornal em relação às escolhas lexicais, à construção de processos constituídos pelo Sistema de Transitividade e ao discurso desfavorável em torno da candidatura de Fernando Haddad.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. Os aparelhos ideológicos do Estado. *In: Ideologias e aparelhos ideológicos do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 1970. p. 41-51.
- BATISTA JR., José R. L.; SATO, Denise T. B.S.; MELO, Iran F. (org.) **Análise do discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.
- CAVALCANTI, Ana Rodrigues Alves. O conceito de hegemonia: de Gramsci à Laclau e Mouffe. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 80, p. 71-96, jan./jul 2010. Disponível em: www.scielo.com.br. Acesso em: 24/abr./2020.
- CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado; Souza, Maria Medianeira. **Transitividade e seus contextos de uso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2011.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. 2. ed. Brasília: UnB, 2003.
- FONTANA, Marie Josiane. A anáfora direta: uma estratégia de progressão discursiva. **E-escrita**: Revista do Curso de Letras da UNIABEU, Nilópolis, v. 5, n. 2, p.139-150, maio/ago. 2014. Disponível em: www.revista.uniabeu.edu.br. Acesso em: 25/abr./2020.
- FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. **Introdução à Gramática Sistemico-Funcional em Língua Portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.
- GONÇALVES SEGUNDO, Paulo Roberto. Convergências entre a Análise Crítica do Discurso e a Linguística Cognitiva: Integração Conceptual, Metáfora Dinâmica de Forças. **Revista Veredas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 32-50, abr./maio. 2014. Disponível em: www.periodicos.ufjf.br. Acesso em: 24/nov./2019.
- GOUVEIA, Carlos. Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistemico-Funcional. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, p. 13-47, jan./jun. 2009. Disponível em: www.e-publicacoes.uerj.br XXX. Acesso em: 20/jan./2019.
- KOCH, Ingedore Villaça. **As tramas do texto**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008.
- KOCH, Ingedore Villaça, ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça. **Introdução à Linguística Textual**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- LAGES, Nilson. **A estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2006.

MAGALHÃES, Izabel. Introdução: a Análise de Discurso Crítica. **D.E.L.T.A**, São Paulo, v. 21, n. spe xx, p. 1-9, 2005. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502005000300002&script=sci_abstract&tlng=pt XXX. Acesso em: 20/abr./2019.

MELO, Iran Ferreira. Por uma análise crítica do discurso. In: MELO, Iran Ferreira (org). **Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática**. São Paulo: Pontes, 2012, p.53-97.

MELO, José Marques de; Assis, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, jan-jul, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/rbcc.v39i1.2354>. Acesso em: 23/ago./2020

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes, 2011.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise do discurso crítica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

SILVA, Milton Francisco. **Haitianos no Brasil: uma leitura crítica da notícia no jornalismo impresso**. 2016. Tese (Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/t.82016.tde-21122016-125247>. Acesso em: 26/jan./2020.

THOMPSON, B. JOHN. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. São Paulo: Vozes, 2018.

VAN DIJK, Teun. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

WODAK, Ruth. Do que se trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem e (Dis) curso – LemD, Tubarão**, v. 4, n. esp., p. 223 -243, 2004. Disponível em: www.portalperiodicos.unisul.br. Acesso em: 22/nov./2019.

Modos verbais na *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1822)

Jordana Tavares Silveira Lisboa

Introdução

Este artigo trata dos modos verbais descritos na *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1822), de Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816), um dos assuntos da nossa tese doutoral, cujo título é *Um estudo da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza: uma história do panorama do horizonte de restrospecção de JSB*,¹ orientada pela prof.^a Dr.^a Marli Quadros Leite, que também coordena o grupo de pesquisa *Gramáticas: história, descrição e discurso*, inserido no programa de pós-graduação do DLCV-USP.

A composição de gramáticas filosóficas em Portugal foi tardia se comparada com as da França, cuja produção inicial é datada em 1660 com o título *Grammaire Générale et Raisonnée*, de autoria de Arnauld e Lancelot. As gramáticas filosóficas portuguesas foram publicadas posteriormente à reforma pombalina no ensino (1759 a 1772), a qual foi inspirada no movimento iluminista. Bacellar, participante da ordem franciscana entre os anos de 1770 a 1787, publicou a *Grammatica philosophica, e orthographia racional da lingua portugueza*, em 1783; Souza, pedagogo português, escreveu a *Gramatica Portugueza*, em 1804; e, Barbosa, professor de retórica no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, publicou, postumamente, a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (doravante GPLP), em 1822.

A GPLP segue orientação metodológica racionalista, guiada por métodos analíticos, tendo por finalidade simplificar as regras da língua e explicá-las com clareza e exatidão, para que essas regras não sejam simplesmente decoradas pelos discentes, mas compreendidas pela razão. A clareza e a exatidão no ensino de língua são evidenciadas pela estrutura da proposição, na qual o verbo é parte essencial, pois faz a ligação do sujeito com o seu atributo, ou seja, é o operador por excelência de todas as proposições (BARBOSA, 1822). O autor sustenta a ideia de que o verbo “ser” é “o verbo” capaz de formar qualquer proposição, uma vez que com esse verbo “(...) podem formar todas as sortes de orações; e todas as que se fazem por outros verbos, se resolvem per este em ultima analyse” (BARBOSA, 1822, p.192).

¹ Tese relacionada aos trabalhos de pesquisa do GT Gramática: História, descrição e discurso, coordenado pela professora Marli Quadros Leite. Esse GT, por intermédio da coordenadora contribui com o *Corpus de textes linguistiques fondamentaux* (CTLF), tanto descrevendo gramáticas brasileiras do século XIX quanto publicando-as digitalizadas, para consulta da comunidade científica interessada em pesquisas metalinguísticas históricas.

Barbosa (1822) afirma que estabelece o sistema etimológico das classes de palavras baseado nos princípios da gramática geral, porém promete trazer em sua gramática um sistema de modos e tempos mais simples que seus antecessores. O autor da GPLP aponta a necessidade de apenas três modos (indicativo, subjuntivo e infinito) e exclui os demais modos apresentados pelos “outros gramáticos” (supositivo, imperativo e optativo). Barbosa (1822, p.200) ratifica que “(...) sendo o verbo huma oração recopilada, tantos devem ser, nem mais, nem menos, os modos do verbo, quantas são as especies de orações ou proposições por ordem á sua syntaxe, e contextura no discurso”.

A pesquisa tem como suporte teórico os pressupostos da História das ideias linguísticas (HIL), segundo Auroux (2008, 2009a, 2009b) e Colombat, Fournier e Puech (2017). A HIL se ocupa dos “(...) fatos ocorridos na longa duração do tempo (...)” (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017, p.16). O objeto dos estudos nesse campo são ideias relativas à língua e à linguagem, construídas em diferentes épocas, observando-se sempre a diversidade do saber linguístico em diferentes culturas, espaços e tempo. A recuperação da causalidade da mudança do pensamento linguístico, que leva à proposição de diferentes conceitos para os fatos linguísticos é o que direciona a investigação.

Conforme Colombat, Fournier e Puech (2017), há duas peculiaridades que podem provocar mudanças no objeto de conhecimento: a) existe uma determinada acumulação dos saberes linguísticos na longa duração do tempo, porém, b) ocorre também um esquecimento desses conhecimentos gerado por “vazios na memória acumulativa”. O esquecimento e a acumulação dos conhecimentos linguísticos são interpretados pelo historiador, o qual terá de reconhecer no objeto de estudo esses dois aspectos. Para identificar tanto a conservação quanto o vazio das ideias linguísticas, o investigador precisa conhecer/estudar o objeto de pesquisa e o seu horizonte de retrospectiva.

O horizonte de retrospectiva é um conjunto de conhecimentos obtido por alguém para realizar um determinado trabalho intelectual. Nas palavras de Auroux (2008, p. 141):

Quando [alguém] se propõe a resolver um problema, dispõe igualmente de conhecimentos; ora, estes conhecimentos necessariamente foram produzidos *antes* da atividade cognitiva em questão. Nós nomeamos horizonte de retrospectiva o conjunto destes conhecimentos antecedentes.

Na GPLP, o horizonte de retrospectiva do gramático português é resgatado pelo método de *referência direta e nominal* a autores ou a gramáticas, *referência direta e anônima* por meio de generalizações como “gramáticos modernos”, “antigos gramáticos”, “os gramáticos”, “muitos gramáticos”, e por *referências indiretas*, implícitas no texto, para concordar ou

discordar de diferentes orientações linguísticas por ele interpretadas diretamente, ou, apenas, memorizadas. O estudo do horizonte de retrospectão é um método para que se distinga a tradição da inovação.

Por meio de descrições, análises e comparações entre a GPLP e as gramáticas gerais e filosóficas anteriores a ela, procuramos responder aos seguintes questionamentos: Quais os critérios utilizados na GPLP para a definição de modo verbal? Houve mudanças do conhecimento sobre essa categoria, tendo em vista as obras anteriores à GPLP, constantes do horizonte de retrospectão do autor? As comparações e descrições terminológicas e conceituais sobre os modos verbais entre a GPLP e as gramáticas francesas e portuguesas que têm contido em seus títulos os termos “geral”, “filosófica” ou “racional” e com publicação anterior a GPLP nos propiciou uma base documental para compreendermos as causas que suscitaram alterações gramaticais no sistema verbal da GPLP.

Este artigo está dividido em três partes: na primeira parte, descrevemos e analisamos as concepções dos modos verbais nas seguintes obras: a) *Gramática Geral de Port-Royal*, de Arnauld e Lancelot (2001[1660]); b) artigo *Tems* de Beauzée et al. (1751) de *L'Encyclopédie*; e, c) *Grammaire*, de Condillac (1775); na segunda parte, descrevemos e analisamos as concepções dos modos verbais na *Grammatica philosophica* de Bacellar (1783) e na *Gramatica Portuguesa* de Souza (1804), por serem gramáticas filosóficas portuguesas publicadas anteriormente à de Barbosa; e na terceira parte, descrevemos e analisamos os modos verbais presentes na GPLP, posteriormente, comparamos essas concepções com as anteriormente descritas a fim de analisarmos semelhanças e diferenças entre os sistemas verbais dessas obras. Concluímos que o sistema de modos verbais na GPLP é reorganizado a partir do critério funcional-sintático, o que resulta na distribuição dos tempos em apenas três modos verbais: infinito, indicativo e subjuntivo. Beauzée e Condillac denominam os modos indicativo e subjuntivo pelo critério funcional-sintático, porém utilizaram o critério semântico para estabelecer os modos imperativo, condicional e supositivo; Barbosa, por sua vez, opta pelo critério funcional-sintático para todo o sistema verbal, resultando em uma inovação.

1 Modos verbais na teoria da gramática geral

No capítulo dedicado aos modos, Barbosa (1822, p.200) apenas declara que “Os Grammaticos se dividem sobre a natureza e numero destes modos (...)” e propõe um sistema de modos verbais mais “simples”, reduzindo-os em apenas três: infinito, indicativo e subjuntivo. Como nenhum conhecimento é repentino e, em vez disso é adquirido na longa duração do tempo, pelas experiências e leituras feitas pelos autores, consideramos necessário explorar

parte do horizonte de retrospectiva do gramático português, para interpretarmos justamente suas ideias. Para tanto, inicialmente, descrevemos e analisamos as concepções dos modos verbais nas seguintes obras: a) *Gramática Geral de Port-Royal* (2001[1660]), de Arnauld e Lancelot; b) artigo *Tems* de Beauzée et al. (1751) de *L'Encyclopédie*; e, c) *Grammaire*, de Condillac (1775).

1.1 Modos verbais segundo os autores de Port-Royal

Os modos verbais, na *Gramática Geral de Port-Royal*, doravante GGP-R, estão relacionados à maneira e a forma de nossos pensamentos. Assim, os modos são: o modo indicativo – significa a afirmação; o subjuntivo – significa a afirmação modificada; o optativo – expressa aspiração, desejo; o concessivo – tem o sentido de concessão de algo; o imperativo – expressa ordem, pedido, sendo que estes três últimos expressam o “querer”. Como o modo imperativo se refere a uma ordem ou pedido que o interlocutor irá atender no futuro, muitos gramáticos classificam o modo imperativo como um futuro. Os autores de Port-Royal abordam o tempo verbal separadamente do modo verbal, e não deixam claro quais são os tempos correspondentes a cada modo. A obra não é um manual prático, mas um texto teórico, provavelmente, por isso não traz os paradigmas das conjugações.

O infinitivo é caracterizado como “verbo impessoal”, pois indica ação sem flexão de número e pessoa. Com essa declaração, Arnauld e Lancelot (2001[1660]) discordam dos gramáticos que classificam os verbos defectivos, os quais apresentam apenas a 3ª pessoa como impessoais, pois o sujeito está expresso no verbo por meio da flexão de pessoa e número. Porém, na língua francesa, não há propriamente verbos impessoais, visto que quando se diz *il faut* o pronome *il* assume a função de nominativo do verbo (ARNAULD; LANCELOT, 2001[1660]). O mesmo ocorre com as expressões *on aime*, *on court*, em que o pronome *on* exerce a função de nominativo do verbo.

Quanto ao particípio e ao gerúndio, os Senhores de Port-Royal afirmam que não são verbos, pois, aquele é adjetivo, e este, substantivo. Os particípios têm o mesmo significado dos verbos, com exceção da afirmação e da pessoa verbal, e, por isso, são classificados como nomes adjetivos, embora tragam consigo o sentido do atributo com a designação de tempo (presente, passado e futuro). Os particípios também podem ser ativos ou passivos, conservando o regime do verbo quando for ativo. O gerúndio, por sua vez, diferencia-se do infinitivo e do particípio em razão de acrescentar à ação verbal o sentido de necessidade ou de dever, isto é, expressa a ação do que se deve fazer.

Os modos são definidos como uma categoria que expressa a “(...) maneira e forma dos nossos pensamentos (...)” (ARNAULD; LANCELOT, 2001 [1660], p.94). Segundo Leite (2019, p.22), “A relação pensamento e linguagem articulada é, pois, uma característica saliente das gramáticas filosóficas.” E, ao distinguir os modos verbais, os autores da GGP-R associam língua e pensamento e empregam os seguintes critérios²: a) semântico – pois pode significar ordem, pedido, condição, aspiração, desejo, como é o caso dos modos optativo, concessivo e imperativo; b) funcional-lógico – porque tem a função de ligar os dois termos de uma proposição de maneira afirmativa (indicativo) ou afirmativa modificada (subjuntivo), e, c) morfológico – porque expressam afirmação com a flexão de pessoa e número, com exceção do modo infinitivo.

1.2 Modos verbais conforme Beauzée

Para Beauzée et al. (1751, p.108), “(...) modes qui répondent aux différens aspects sous lesquels on peut envisager la signification formelle des verbes (...)”, subdividindo-se em seis modos, a saber:

a) Indicativo – é o modo indispensável e mais natural para a construção da proposição principal; também é aquele que tem todos os tempos possíveis em cada língua (BEAUZÉE et al., 1751);

b) Imperativo – pode significar uma ordem, um desejo, um pedido, um conselho, por isso, é caracterizado pelo aspecto semântico;

c) Supositivo – expressa hipótese ou suposição, e, como o modo anterior, também é reconhecido pelo caráter semântico. Todos os tempos do supositivo expressam uma indefinição quanto ao tempo de existência, e, conseqüentemente, não há necessidade de acrescentar-lhe essa distinção;

d) Subjuntivo – contém os mesmos tempos do indicativo, porém expressa um sentido indefinido; é o modo utilizado em proposições incidentes. O modo indicativo tem duas relações: a de existência e a de tempo de existência da fala; o subjuntivo, por sua vez, dispõe de três relações: a de existência; a de tempo com o momento determinado pelo verbo da oração principal; e a de tempo da existência da fala;

² “Critérios de análises”, segundo Auroux (2009a, p.105-110), são características que distinguem uma categoria de outra. No critério morfológico, a categoria é identificada a partir da estrutura e variações; no semântico, com base no significado da palavra; no semântico-ontológico, segundo a relação semântica de existência dos objetos do pensamento; no funcional-sintático, conforme a relação das palavras na constituição de uma oração; e, funcional-lógico, a partir da relação dos termos na formação de uma proposição.

e) Infinitivo – discordando de Brozas quanto a inexistência de tempo para o infinitivo, Beauzée et al. (1751) afirma que o Brocense confundiu a relação de tempo com a de existência. Beauzée assegura que o infinitivo tem tempos indefinidos, uma vez que é indeterminada a época de comparação;

f) Particípio – o enciclopedista apenas declara que o mesmo que foi dito sobre os tempos do infinitivo também corresponde para o particípio (BEAUZÉE et al., 1751).

O sistema apresentado pelo enciclopedista analisa a formação dos modos por meio do critério semântico quando assegura que a ideia do verbo, o sentido ou significado do verbo se encontra na raiz, e critério semântico-morfológico quando assegura que as ideias acessórias de simultaneidade, anterioridade e posterioridade se realizam nos acréscimos, que, atualmente, entende-se por desinência de modo-tempo. É também um sistema pensado por meio do critério funcional-sintático, pois os modos indicativo e subjuntivo são caracterizados pela função que exercem na construção de proposições; este para as incidentes, e aquele para as principais. Ao distinguir o imperativo e o supositivo, o gramático faz uso do critério semântico, pois se trata do sentido de ordem, desejo, hipótese e etc.

1.3 Modos verbais segundo Condillac

Condillac (1775) entende os modos verbais como as diferentes maneiras de se expressar a coexistência do atributo com o sujeito, subscrevendo-os em cinco modos, a saber:

a) indicativo – “(...) affirme la coexistence de l’attribut avec le sujet” (ibidem, p.178). Condillac vincula o sentido de *afirmação* à coexistência do sujeito e do atributo. O sensista explica também que a afirmação se encontra em todos os tempos desse modo como uma característica acessória;

b) imperativo – quando a afirmação é substituída por um comando ou uma ordem, que será realizada no futuro, o modo não será mais indicativo, e, sim, imperativo; a coexistência do atributo com o sujeito é enunciada em forma de uma ordem;

c) condicional – neste modo, a afirmação é uma condição que pode ocorrer no presente, no passado ou no futuro, o que depende da circunstância expressa no discurso;

d) subjuntivo – neste modo, os verbos das proposições subordinadas expressam indeterminação em relação ao tempo. Se é dito *qu’il parte*, o tempo é

indeterminado, porque pode ser ou presente ou futuro, o que torna necessário as circunstâncias do discurso para fazer essa definição;

e) infinitivo – este modo tem uma indeterminação mais evidente que o modo subjuntivo e, por isso, não se relaciona a nenhuma época. Há um abstração de todos os acessórios vistos nos outros modos, portanto, o infinitivo não expressa relação de atualidade, de anterioridade e de posterioridade. Essa descrição contraria a de Beauzée, o qual afirma que esse modo tem tempos indefinidos.

Condillac faz distinção dos modos segundo o que se descreve hoje como critério semântico-morfológico, quando declara que o falante deve observar na distinção de sentidos que há nas diferentes formas e terminações do verbo. O critério semântico é mais uma vez utilizado quando observa o sentido de ordem ou comando do modo imperativo e de condição no modo condicional. O sensista se diferencia de Beauzée ao usar o critério funcional-lógico, pois declara que a afirmação é uma característica acessória do modo indicativo.

O critério funcional-sintático é utilizado para fazer distinção dos modos na composição das proposições principais e das subordinadas. A proposição principal deve ser construída com o verbo no modo indicativo ou no modo condicional, uma vez que expressa uma afirmação positiva ou condicional. Beauzée, no entanto, não identifica o modo condicional, e restringe a relação da proposição principal ao indicativo, o que diferencia os dois gramáticos. As proposições subordinadas, por sua vez, segundo Condillac (1775), são construídas com os verbos no modo subjuntivo, pois, nessas proposições, as circunstâncias de tempo são subordinadas às determinações expressas no discurso.

2 Modos verbais nas gramáticas filosóficas portuguesas

Barbosa (1822, p.99) afirma que, sob os princípios da Gramática Geral, estabeleceu o sistema etimológico das partes do discurso. Entretanto, ao propor um sistema de modos e tempos verbais mais “simples”, com número reduzido de modos, fez-nos questionar se esse sistema se diferenciava dos já apresentados por outras gramáticas filosóficas portuguesas. Por isso, nessa seção, descrevemos e analisamos as concepções dos modos verbais na *Grammatica philosophica* de Bacellar (1783) e na *Gramatica Portuguesa* de Souza (1804), por serem gramáticas filosóficas portuguesas publicadas anteriormente à de Barbosa.

2.1 Modos verbais na *Grammatica Philosophica* de Bernardo de Lima e Melo Bacellar (1783)³

Bacellar (1783) define o modo verbal como “as maneiras de significar” (p.53), subdividindo-se em: a) indicativo – quando a ação indica ou representa algo; b) imperativo – compreende o sentido de mandar, dar ordens (há duas observações sobre esse modo: a ordem sempre ocorre no presente; e, não há primeira pessoa, pois ninguém ordena para si mesmo); c) optativo conjuntivo – modo regido pela interjeição *oxalá* ou pelas conjunções ou locuções conjuntivas⁴ *ainda que, como, posto que, se e as vezes que*; e, d) infinito – enuncia o significado do verbo de maneira infinita.

Sobre o modo infinito, Bacellar (1783) faz, em nota de rodapé, uma observação, na qual explica que *amar, estar* etc. “não são linguagens portuguesas” e, sim, nomes, por isso não lhes são atribuídas pessoas verbais. Há uma associação de conceito entre os termos *linguagem* e *pessoa* quando se trata do modo infinito. Em outra nota de rodapé, o gramático explica que os tempos presente, pretérito imperfeito, pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito e futuro desse mesmo modo recebem todas as terminações de pessoa e tempo dos modos indicativo e optativo conjuntivo, porém não são apresentadas regras de uso desses tempos.

Para construir o sistema verbal português, Bacellar (1783) emprega, segundo o que se descreve hoje, alguns critérios de classificação. São eles: a) morfológico: quando faz uso das diferentes terminações verbais e também quando assegura que o infinito não possui terminações para pessoa e tempo; b) semântico: quando define o modo imperativo pelo sentido de ordem; c) funcional-sintático: quando faz relação a interjeição e conjunções para a formação do modo optativo conjuntivo; e, d) semântico-ontológico: quando afirma haver uma duração de existência do sujeito no presente do indicativo.

A gramática de Bacellar se diferencia das demais gramáticas orientadas pela teoria da gramática geral em relação à terminologia e conceito dos modos. Apesar de os critérios de classificação serem quase os mesmos de Condillac (1775), a definição de Bacellar de modos diferencia do filósofo francês. O modo indicativo representa ação, e, com essa definição, o gramático português abandona a dos autores de Port-Royal, *afirmação*, e o conceito de Beauzée, *existência*. Outra distinção nessa gramática é o modo optativo conjuntivo. O autor não

³ Para o presente estudo, utilizamos a primeira edição da *Grammatica philosophica, e orthographia racional da lingua portugueza (1783)*, disponível na página eletrônica do projeto *Corpus de textes linguistiques fondamentaux* (CTLF), do Laboratoire d'Histoire et des Théories linguistiques (UMR 7597), da Université Paris 7, Denis Diderot.

⁴ Nessa obra são usados os termos “conjuntivo” e “partículas” para conjunções e locuções conjuntivas (BACELLAR, 1783, p.70-71).

descreve os tempos verbais referentes ao modo, apenas, em uma nota de rodapé resumida sobre a composição desses tempos, diz-se “Veão-se as notas do indicativo” (BACELLAR, 1783, p.71). Nessa nota, somente lista-se conjunções para ser usadas para compor o modo optativo. O sistema verbal de Bacellar não se equipara também aos das demais gramáticas portuguesas desta pesquisa. O gramático faz descrições e explicações lacônicas e define o modo em notas de rodapé.

2.2 Modos verbais na Gramática Portuguesa de Manuel Dias de Souza (1804)⁵

Segundo Souza (1804), o verbo possui diferentes modos de significar, com diversos tempos, pessoas e números. São eles:

a) *infinito*: expressa de forma indeterminada as ações, sem designação de pessoa, nesse caso, fala-se de infinito impessoal. Se houver forma correspondente para as pessoas, então, fala-se de infinito pessoal. A este modo, pertencem as formas do presente pessoal dos participios ativos e do participio passivo;

b) *indicativo*: expressa “uma coisa” conforme a diversidade dos tempos por meio de uma afirmação;

c) *imperativo*: expressa ordem ou pedido de algo. O gramático afirma que esse modo se realiza apenas na segunda pessoa do singular e do plural, no tempo futuro (*sê tu manso/ sede vós mansos*). Para formar a primeira pessoa do plural e a terceira pessoa do singular e do plural, este modo faz empréstimo do modo conjuntivo sem preceder de conjunção. Também pode formar o modo imperativo a partir dos verbos reflexos quando se coloca o pronome após o verbo;

d) *condicional*: expressa uma condição para se realizar algo. Apresenta-se apenas no presente, pois, não há necessidade de diversidade de tempo para expressar uma condição (eu seria manso, *se fosse bem educado*);

e) *conjuntivo*: modo conjuntivo ou modo subjuntivo é uma forma de significar com dependência de outras palavras, como as conjunções *posto que*,

⁵ Para o presente estudo, utilizamos a primeira edição da *Gramática Portuguesa ordenada segundo a doutrina dos mais celebres Grammaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros, para facilitar á mocidade Portuguesa o estudo de lêr e escrever a sua propria Lingua, e a intelligencia de outras em que quizer instruir (1804)*, disponível na página eletrônica do projeto *Corpus des textes linguistiques fondamentaux* (CTLF), do Laboratoire d'Histoire et des Théories linguistiques (UMR 7597), da Université Paris 7, Denis Diderot.

ainda que e outras. Esse modo tem os tempos presente, passado indefinido e futuro;

f) *optativo*: serve para expressar desejos, porém não tem tempos próprios no português, sendo necessário usar palavras como *oxalá*, *praza a Deus* e uni-las às formas do modo conjuntivo para formar frases no modo optativo (*oxalá que meu coração fosse inocente*).

Para Souza (1804), o infinito pertence aos nomes e o particípio aos adjetivos. Essas duas formas nominais não formam sozinhas uma proposição, pois, como não têm terminação para designar a pessoa do sujeito, são impessoais. Já os modos indicativo, imperativo e condicional expressam a ideia principal da frase; o conjuntivo, uma proposição incidente (atualmente, nomeada como uma das subordinadas). Os modos indicativo, infinito e particípio são considerados puros por não associarem a ideia do verbo a nenhuma ideia acessória ou estranha à sua significação; o imperativo, o condicional e o conjuntivo são considerados modos mistos, pois além da significação do verbo, há agregado as ideias de ordem, de condição e de dependência, respectivamente.

Na construção do sistema verbal português, Souza (1804) usa alguns critérios de classificação conhecidos atualmente como: a) morfológico: quando afirma que há designação de pessoa na forma do verbo; b) semântico: quando observa o sentido expresso de ordem e desejo do modo imperativo, o sentido de condição do modo condicional e o sentido de desejo do modo optativo; c) funcional-sintático: quando afirma que o modo conjuntivo é formado a partir da associação de conjunções com os tempos verbais e que o modo condicional é composto por meio de outras palavras que se relacionam com o verbo para obter o sentido de presente atual ou posterior; e, d) funcional-lógico: quando declara que o modo indicativo expressa a diversidade dos tempos por meio de uma afirmação.

3 Modos verbais na Grammatica Philosophica de Jerônimo Soares Barbosa (1822)⁶

Barbosa define o modo verbal como sendo “(...) as diferentes maneiras de enunciar a coexistência do atributo no sujeito da proposição” (BARBOSA, 1822, p. 200), admitindo a existência de três tipos de modo: indicativo, subjuntivo e infinito. Essa classificação evidencia a

⁶ Para o presente estudo, utilizamos a primeira edição da *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou Principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem* (1822), disponível na página eletrônica do projeto *Corpus des textes linguistiques fondamentaux* (CTLF), do Laboratoire d'Histoire et des Théories linguistiques (UMR 7597), da Université Paris 7, Denis Diderot.

discordância de Barbosa com a de outros gramáticos, os quais, além desses três modos, acrescentam o supositivo, o imperativo e o optativo.

Na GPLP, Barbosa tem a preocupação de explicar os modos verbais, para depois apresentar os paradigmas de conjugação. Esse método de trabalho é fiel aos princípios do racionalismo, pois seu objetivo é o de que o falante primeiro *perceba* (adquira o conhecimento); segundo, *conceba* (compreenda a ideia); e, terceiro, *julgue* (expresse seus pensamentos por meio de proposição). No processo dessa operação mental, o falante escolhe o tempo e o modo mais adequados para expor os pensamentos.

Partindo dos critérios funcional-sintático e semântico-ontológico, Barbosa explica que a quantidade dos modos verbais é proporcional aos tipos de orações, que são: a principal, as subordinadas (incluindo as incidentes) e as regidas. O primeiro critério é utilizado para relacionar os modos à composição das orações; e, segundo, para relacionar as orações à forma de proferir “(...) a coexistência do atributo no sujeito da proposição (...)” (BARBOSA, 1822, p. 201). O gramático português, mesmo quando declara que irá fazer um sistema de modos mais simples que os “outros gramáticos”, recorre aos conhecimentos de Beauzée e Condillac para estruturar esse sistema quando relaciona modos às orações e também quando emprega o critério semântico-ontológico, o que atesta a presença dos gramáticos filósofos no seu horizonte de retrospectiva.

Depois de apresentar seus argumentos para fazer um sistema verbal diferente dos outros gramáticos, Barbosa conceitua cada modo verbal: o primeiro, o modo infinito é a “(...) forma primitiva de qualquer verbo (...)” (BARBOSA, 1822, p. 201); o segundo é o modo indicativo, que “(...) he o principal e dominante no discurso, a que todos os mais verbos do periodo se referem; e que he a Linguagem directa, afirmativa, e determinante (...)” (ibidem, p.202); e, por fim, o modo subjuntivo ou conjuntivo, que liga o sujeito ao seu atributo de “(...) modo afirmativo, mas sempre precario, e dependente da afirmação de outro verbo, em cuja significação vá preparada a indecisão e incerteza, propria da Linguagem subjunctiva” (ibidem, p.202). Os modos imperativo e supositivo ou condicional são incluídos no indicativo, pois formam orações independentes; e o modo optativo, no subjuntivo, já que não apresenta uma ideia absoluta, mas de caráter opcional.

Barbosa faz uso do critério funcional-sintático para organizar o sistema verbal. O modo subjuntivo tem por função ligar sujeito e atributo e construir as orações subordinadas; o modo infinito é usado na oração regida; e, o indicativo, na oração principal e independente. Beauzée e Condillac conceituaram os modos verbais por meio da função sintática: para o primeiro, o modo indicativo é essencial para a construção da oração principal e o modo subjuntivo para as proposições incidentes (BEAUZÉE et al., 1751); e, para o segundo, os modos indicativo e

condicional são usados para construir a proposição principal e o modo subjuntivo para as proposições subordinadas (CONDILLAC, 1775). O modo infinito, para Barbosa, é caracterizado pelos critérios morfológico e semântico, pois recorre à forma, à terminação, "sempre em -R", e à abstração de tempo (semântico), número e pessoa como mais uma particularidade desse modo.

Quando o autor declara que o modo indicativo significa uma afirmação e o modo subjuntivo uma afirmação dependente da afirmação de outro verbo, vê-se por trás das definições o critério funcional-lógico. Esse é também o critério que subsiste à definição do modo indicativo na GGP-R, na qual o modo indicativo significa afirmação, e na *Grammaire* (1775), de Condillac, que configura a afirmação como uma característica acessória do modo indicativo. Barbosa constrói sua descrição gramatical com forte fundamento na teoria da gramática geral e, no tocante ao sistema verbal, a presença mais forte é a teoria de Beauzée.

Barbosa afirma que o modo infinito não possui tempos e, sim, *linguagem*, pois não há aceção de tempo, número e pessoa (BARBOSA, 1822, p.207). O termo linguagem era usado na gramaticografia portuguesa não somente para se relacionar ao infinitivo, como visto na *Grammatica Philosophica* (1783) de Bacellar, como também para falar sobre as *linguagens* dos verbos, como na *Gramatica Portuguesa* (1804) de Souza. Na GPLP, *linguagem* é entendida como "modo de dizer", ou seja, a forma de registro, como, por exemplo: *Sou, Hei de ser e Estou sendo* são "linguagens" do presente imperfeito absoluto. O gramático não explica o porquê do uso do termo, apenas recorre a ele para determinar esses "diferentes modos de dizer" de um mesmo tempo verbal, fatos da língua que não enquadravam em nenhuma terminologia em vigor. Segundo Barbosa (1822), as linguagens do modo infinito são:

a) Infinito impessoal – forma terminada sempre em R, que enuncia vagamente a coexistência de uma ideia em outra, e, que pode exercer a função de sujeito ou atributo de outro verbo (BARBOSA, 1822). Como exemplo, tem-se: *Ser, haver de ser, estar sendo, ter sido*;

b) Infinito pessoal⁷ – linguagem com as mesmas características do infinito pessoal, porém enuncia a coexistência de um atributo em um sujeito distinto da primeira oração. Como exemplo, tem-se: *Ser eu, Seres tu, Ser elle, Sermos nós, Serdes vós, Serem eles*;

⁷ Said Ali (2008), em *Dificuldades da língua portuguesa: estudos e observações*, afirma que Barbosa foi o primeiro gramático a formular as regras de uso do infinitivo pessoal. Almeida (1999), em sua *Gramática metódica da língua portuguesa*, também declara que Barbosa foi "(...) o primeiro gramático que tentou regular o problema da flexão do infinitivo" (p.542).

c) Particípio imperfeito – linguagem originada do ablativo latino. Em nossa língua, é considerada como “adjetivo verbal indeclinável”, possuindo dois usos: “(...) o primeiro o de compor Linguagem com o auxiliar Estar (...). O segundo o de fazer por si huma oração á parte, porém sempre subordinada a outra principal, e dependente della ou como circunstancia, ou como modo, ou como causa” (BARBOSA, 1822, p.209, *grifo nosso*). Como exemplo tem-se: *Estou sendo amante, Estou amando, Sendo, Havendo de ser, Estando sendo, Tendo sido; e,*

d) Particípio perfeito – constituído por meio da junção com o auxiliar ter. Essa linguagem expressa uma existência acabada, concluída ou anterior, ou atual ou posterior ao ato de fala. Como exemplo tem-se: *Sido, Havido, Estado, Tido.*

Apesar de todas as gramáticas admitirem o modo infinitivo, não há um consenso com relação ao conceito. Alguns gramáticos admitem tempos para esse modo e outros não. Barbosa se diferencia de seus antecessores tanto no conceito geral do modo infinitivo quanto em relação ao tempo. Porém, há uma semelhança entre a GPLP e a Gramatica Portuguesa (1804) de Souza quanto à construção desse modo, como podemos ver abaixo:

Imagem 1 – Modo infinitivo para Souza

Prezente impessoal	- - - - -	<i>Ser.</i>
Pessoal no singular		No plural
<i>Ser eu</i>		<i>Sermos nós</i>
<i>Seres tu</i>		<i>Serdes vós</i>
<i>Ser ele</i>		<i>Serem eles</i>
Participios activos.		<i>Este, sendo</i>
Participio passivo.		<i>Sido,</i>

Fonte: Souza (1804, p.50)

Imagem 2 – Modo infinitivo para Barbosa

MODO INFINITO											
IMPESSOAL.											
		Ser.	Haver de ser.	Estar sendo.		Ter sido.					
<i>Pessoal.</i>											
S.	{	1. ^a Ser.	Haver	}	Estar	}	Ter			}	
		2. ^a Seres.	Haveres		Estardes		Terdes				
		3. ^a Ser.	Haver		Estarem		Terem				
P.	{	1. ^a Sermos, Havermos		}	de Ser.		}	Sendo.			}
		2. ^a Serdes, Haverdes			Estarmos	Teremos					
		3. ^a Serem, Haverem			Estardes	Terdes					
								Terem			
<i>Participio Imperfeito.</i>											
		Sendo.		Haverido de ser.		Estando sendo. (1)					
<i>Participio Perfeito.</i>											
						Tendo sido. (2)					
M O.											

Fonte: Barbosa (1822, p.230).

Tanto Souza quanto Barbosa admitem que há o infinito pessoal e o impessoal, o que Barbosa (1822, p.208) explica como um "(...) idiotismo singular, so proprio da Lingua Portugueza, que conjuga a fôrma primitiva de seus verbos por numeros e pessoas, dizendo no singular (...)". Porém, o que Souza chama de tempos do modo infinito, por isso é *presente pessoal e presente impessoal*, Barbosa chama de linguagens do modo infinito, exatamente porque linguagem não quer dizer tempo, e denomina-as de *infinito pessoal e infinito impessoal*. Quanto aos participios, os dois gramáticos afirmam que são adjetivos que, unidos a um verbo auxiliar, formam uma proposição.

O modo indicativo da GPLP se difere de todas as gramáticas gerais e filosóficas desta pesquisa pelo fato de Barbosa (1822) ter privilegiado o critério funcional-sintático em detrimento do semântico como os demais gramáticos fizeram para classificar os modos imperativo, optativo, concessivo, supositivo e condicional. Por isso, na GPLP, esses modos são apenas tempos do modo indicativo, pois os verbos enunciam a coexistência do atributo no sujeito de orações diretas, afirmativas, absolutas e independentes.

A construção do sistema verbal português na GPLP não reproduz a mesma quantidade de modos das gramáticas que fazem parte do horizonte de retrospectão de Barbosa, e nem também das gramáticas portuguesas, integrantes de nosso corpus, que o precederam. Percebe-se que a escolha do critério funcional-sintático em detrimento ao semântico é que proporcionou a construção de apenas três modos. Barbosa optou não seguir a escolha dos outros gramáticos

que por critério semântico classificaram os modos imperativo, supositivo e condicional. Barbosa (1822, p. 200) afirma "(...) sendo o verbo huma oração recopilada, tantos devem ser, nem mais, nem menos, os modos do verbo, quantas são as especies de orações ou proposições por ordem á sua syntaxe, e contextura no discurso". Por isso, transformou os modos imperativo, supositivo e condicional nos tempos do modo indicativo *presente imperfeito imperativo*, *pretérito imperfeito condicional* e *pretérito perfeito condicional*, respectivamente. Para Beauzée et al. (1751, p.103), o que corresponde ao modo condicional é o *prétérit postérieur*; Barbosa faz o mesmo ao definir o condicional como *pretérito perfeito condicional*.

Nesta seção, por meio da descrição, análise e comparação da GPLP com as obras que compõem o horizonte de retrospectiva de Barbosa e com gramáticas portuguesas de nossa fonte, concluímos que o que distinguiu o sistema verbal da GPLP com as demais foi a escolha do aspecto funcional-lógico como fio condutor para a reestruturação do sistema dos modos e tempos. No entanto, Barbosa não apresentou uma nova teoria para o sistema verbal, porque apenas se beneficiou da teoria da gramática geral, principalmente da teoria do sistema verbal de Beauzée, para realizar essa reorganização.

Considerações finais

Nossa indagação sobre a construção da ideia de modo verbal na GPLP começou a partir da refutação de Barbosa aos outros gramáticos com relação à divisão dos modos e, conseqüentemente, a quantidade de tempos existentes nas outras gramáticas, o que o fez propor um sistema de modos mais "simples" que seus antecessores. A nossa pesquisa comprova que a grande diferença apontada por Barbosa em relação ao sistema verbal apresentado na GPLP foi ocasionada pela escolha do critério funcional-sintático.

Primeiramente, destaca-se que, na GPLP, há apenas três modos (infinito, indicativo e subjuntivo), porque, por meio do critério funcional-sintático, o autor inclui os modos imperativo e supositivo no modo indicativo por formarem orações independentes, e, o modo optativo no modo subjuntivo, por apresentar dependência a outra oração. Beauzée et al. (1751) e Condillac (1775) também estabelecem o critério funcional-sintático para caracterizar os modos indicativo e subjuntivo, porém os modos imperativo, supositivo e condicional são classificados pelos gramáticos franceses pelo critério semântico, o que atesta que a divisão de modos da GPLP é própria de Barbosa.

Comparando o sistema verbal da GPLP com os das outras gramáticas filosóficas portuguesas, é evidente que há diferenças concernentes à concepção de modo, tais como: Bacellar (1783) e Souza (1804) atribuem tempos ao modo infinito, enquanto Barbosa (1822)

afirma que esse modo não tem tempo e, sim, *linguagens* (“modos de dizer”, “forma de registro”), porém, tanto Souza quanto Barbosa admitem infinito pessoal e impessoal.

Por fim, a pesquisa demonstra que o fator que gerou a diferença do sistema verbal apresentado por Barbosa em relação a outras concepções descritas nas gramáticas gerais e filosóficas até aquele momento publicadas para a língua portuguesa foi o fato de o critério funcional-sintático ter sobrepujado o critério semântico para a definição de modos, o que levou Barbosa a definir um número menor de modos que são: Infinito, indicativo e subjuntivo. Apesar de Barbosa se basear nos princípios de Arnauld e Lancelot, de Beauzée e de Condillac, o sistema verbal apresentado na GPLP não é apenas uma simples cópia do que disseram esses autores, mas uma interpretação crítica dos sistemas apresentados em suas obras.

Referências bibliográficas

Fonte

BARBOSA, Jerônimo Soares. **Grammatica philosophica da língua portuguesa ou Principios da grammatica geral aplicados à nossa linguagem**. Lisboa: Tipographia da Academia das Sciencias, 1822. Edição semi-diplomática de Carlos Assunção & Gonçalo Fernandes, 2017. Disponível em: CID ENS de Lyon/CTLF: Analyse et Traitement Informatique de la Langue Française – ATILF/CTLF (Grammaires portugaises et brésiliennes), Textes de Grammatica philosophica, de Jerónimo Soares Barbosa, código 3317_pt_Barbosa_T01 < http://ctlf.ens-lyon.fr/t_texte.asp?t=811 > e código 3317_pt_Barbosa_T02 < http://ctlf.ens-lyon.fr/t_texte.asp?t=812>.

Estudos

ALI, Said. **Dificuldades da língua portuguesa**. Coleção Antônio de Morais Silva, v. 7. 7ª ed. Rio de Janeiro: ABL: Biblioteca Nacional, 2008.

ALMEIDA, Napoleão Mendes. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 44ªed. São Paulo: Saraiva, 1999.

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude [1660]. **Gramática de Port-Royal, ou gramática razoada**. 2ªed. Trad. Bassetto, Bruno Fregni; Murachco, Henrique Graciano. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001.

AUROUX, Sylvain. **A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências**. Trad. Mariângela Peccioli Gali Joanilho. Campinas: Editora RG, 2008.

AUROUX, Sylvain. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009a.

AUROUX, Sylvain. **Filosofia da linguagem**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo, SP: Parábola, 2009b.

BACELLAR, Bernardo de Lima e Melo. **Grammatica philosophica e orthographia racional da Lingua Portuguesa**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1783. Disponível em: CID ENS de Lyon/CTLF: Analyse et Traitement Informatique de la Langue Française – ATILF/CTLF (Grammaires portugaises et brésiliennes), Textes de Grammatica philosophica, de Bernardo Bacelar, código 3306_por_Bacelar_01_1783_T01 < http://ctlf.ens-lyon.fr/t_texte.asp?t=793>.

BEAUZÉE, N. et al. Tems. In.: D’ALEMBERT, Jean Le Rond; DIDEROT, Denis (ed.). **L’Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**. 1ª ed. Paris, 1751, Vol. 16, p. 93-122.

Disponível

em

<https://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/1re_%C3%A9dition/TEMS>.

Acesso em 13 abr. 2018.

BROZAS, Francisco Sanches de Las [1587]. **Minerva: o de la propiedad de la lengua latina**. Trad. Fernando Riveras Cárdenas. Madri: Ediciones Cátedra, 1976.

CONDILLAC, Étienne de. Grammaire. Tome premier. **Cours d’étude pour l’instruction du prince de Parme**. Parma: Imprimerie Royale, 1775.

COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. **Uma história das ideias linguística**. Trad. Jacqueline Léon e Marli Quadros Leite. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

LEITE, Marli Quadros. Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes de palavra seguidos de immediata applicação pratica: Francisico Sotero dos Reis (2ª edição – 1871). In.: LEITE, Marli Quadros; PELFRÊNE, Arnaud (Orgs.). **Coleção Gramáticas do Brasil – século XIX**. Série 1, v.3, PDF. São Paulo: FFLCH/USP, 2019.

LISBOA, Jordana Tavares Silveira. **Um estudo da Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa: uma história do panorama do horizonte de retrospectão de JSB**. Tese (Doutorado em Letras – Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filologia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo – SP, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.2020.tde-05082020-120524>.

SOUZA, Manoel Dias de. **Gramatica Portuguesa ordenada segundo a doutrina dos mais celebres Gramaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros, para facilitar á mocidade Portuguesa o estudo de lêr e escrever a sua propria Lingua, e a inteligencia de outras em que quizer instruir**. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1804. Disponível em: CID ENS de Lyon/CTLF: Analyse et Traitement Informatique de la Langue Française – ATILF/CTLF (Grammaires portugaises et brésiliennes), Textes de Gramatica portugueza, de Manuel Dias de Sousa, código 3311_por_Sousa_01_1804_T01 < http://ctlf.ens-lyon.fr/t_texte.asp?t=801>.

***Epítome da Grammatica Portugueza:* o modo de sua historicização e seu modelo gramaticográfico**

Francivaldo Lourenço da Silva

Introdução: o caso do *Epítome* de Moraes Silva

De acordo com Cavaliere (2014) tem havido um paulatino movimento de reparação do desapareço a que estava relegada a obra gramatical de Moraes Silva, muito em função de certa revitalização dos estudos historiográficos no campo das ciências da linguagem, particularmente no Brasil a partir da emergência das disciplinas *Historiografia (da) Linguística* e *História das Ideias Linguísticas*. Moraes Silva já ocupa um importante lugar na tradição brasileira dos estudos da linguagem: é apreciado, sempre o foi, como importante lexicógrafo. Seu *Dicionário da Língua Portuguesa*, publicado em 1789, tornou-se desde logo um clássico (MARTINS, 2010, p. 545).

Este debruçar-se sobre o trabalho gramatical de Moraes Silva é efeito, a nosso ver, de um processo conhecido em História das Ideias Linguísticas como *historicização*; a saber, o modo como certo domínio de objetos é afetado pela temporalidade (AUROUX, 2006); o que significa dizer que o objeto intelectual *Epítome da Grammatica Portugueza*, inscrito no tempo *início do século XIX*, sofre os efeitos do processo crítico de sua inscrição na história da produção gramatical em língua portuguesa sobre a Língua Portuguesa empreendido, atualmente, pelas referidas disciplinas.

A revitalização a que alude Cavaliere (2014) inscreve-se, assim, no esforço mais amplo de historiar as ciências da linguagem no Brasil; para tanto, não podemos abordar seriamente a questão da história das ciências sem estudar a constituição e a estrutura dos *horizontes de retrospectão*, ou seja, a relação de obras e de conhecimentos prévios mobilizados pelos estudiosos, no momento de sua atuação junto aos problemas de sua especialidade, de modo a resolvê-los dentro de um quadro epistemológico válido; é, precisamente, importante observar neste processo a maneira como o *domínio dos objetos* é afetado pela temporalidade, ou seja, os *modos de historicização* – em outros termos, como os objetos (instrumentos, documentos, monumentos, instituições etc.) são afetados pelo tempo, bem como seu modo de ser na “história real” (AUROUX, 2006, p. 111).

As disciplinas historiográficas aludidas acima, em alguma medida, trabalham para a constituição do horizonte de retrospectão mais amplo da tradição brasileira de estudos da

linguagem; é nesta perspectiva de alargamento que o *Epítome da Grammatica Portugueza*, de Moraes Silva, adquire um valor novo, e seu autor é reposicionado nesta tradição que trabalha por historiar-se. A questão então que se nos coloca é: como isto se dá, ou em melhores termos, qual o *modo de historicização* utilizado para este realojamento? Para responder a esta questão é preciso notar que grande parte do esforço deste novo movimento historiográfico tem resultado em novas propostas de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. Assim, encontramos em Polachini (2013) o seguinte quadro síntese das propostas de periodização, incluindo também a sua:

Quadro 1 – Síntese das periodizações da gramaticografia brasileira do século XIX

Nascentes (1939)	Elia (1975)	Cavaliere (2002)	Parreira (2011)	Polachini (2013)
		Moraes Silva (1806)	Moraes Silva (1806)	Moraes Silva (1806)
Coruja (1835)				
			Freire da Silva (1875)	
Ribeiro (1881)	Ribeiro (1881)	Ribeiro (1881)	Ribeiro (1881)	Ribeiro (1881)
			Maciel (1894)	Maciel (1894)

Fonte: Extraído de Polachini (2013, p. 29).

A inclusão de Moraes Silva neste gênero historiográfico que é a periodização deu-se com o trabalho do próprio Cavaliere (2001) ao tomá-lo como marco inaugural do Período Racionalista (de 1802 a 1881). Já antes, Clóvis Monteiro (1958) considerava-o o primeiro gramático brasileiro, como aponta-nos Vieira (2018), ressaltando, no entanto, que tanto sua gramática como a de todos os que antecederam a de Júlio Ribeiro (1881) “são apenas escritos por brasileiros, mas não são gramáticas brasileiras do português” (VIEIRA, 2018, p. 151). A perspectiva na qual Vieira se coloca, a saber, a da história da língua, pode ser pertinente para uma história da inserção da variedade brasileira na gramatização da língua portuguesa, no entanto, dadas as características da conformação da língua no Brasil, os instrumentos linguísticos produzidos por brasileiros, independentemente de sua coloração local, são relevantes para a história do pensamento linguístico brasileiro, pois revelam as correntes histórico-epistemológicas nas quais a civilização brasileira se engajou de algum modo significativo.

Em artigo posterior, no qual analisa mais detidamente o *Epítome*, Cavaliere (2014, p. 60) afirma que o texto gramatical de Moraes Silva constitui a primeira tentativa de descrição sistêmica do português edificada por um brasileiro, fato que confere a esse trabalho especial valor historiográfico, a par da relevância que possa auferir quanto ao mérito do conteúdo. Encontramos em Cavaliere (2001, 2006) os tópicos que mais interessaram aos pesquisadores que se detiveram numa análise mais atenta do trabalho gramatical de Moraes Silva até hoje: a) a qual tradição pertence este trabalho, à portuguesa ou à brasileira; b) sua adesão à doutrina racionalista; e c) seu valor historiográfico (CAVALIERE, 2014; FÁVERO, 2002; FÁVERO & MOLINA, 2006, 2008; PARREIRA, 2011; POLACHINI, 2013, 2018).

É, portanto, por meio da revisão e proposição de periodizações dos estudos linguísticos no Brasil que o *Epítome* reaparece aos nossos estudiosos da linguagem como um documento válido. Em decorrência das questões apontadas no parágrafo anterior, o *Epítome* tem sido representado, sobretudo, como marco histórico, como gramática racionalista e como objeto de disputa. Com o intuito de ir além destas representações, os apontamentos que seguem estão fundamentados na proposta epistemológica do *empirismo externalista* de Sylvain Auroux (1998), numa perspectiva histórica transnacional (STRUCK; FERRIS; REVEL, 2011) e nos apontamentos metodológicos propostos por Leite (2019) no âmbito da *História das Ideias Linguísticas*.

1 Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro; Brasil, colônia portuguesa

Na folha de rosto da edição de 1806, publicada em Lisboa, o *Epítome* traz, sob o nome de seu autor, a inscrição “Natural do Rio de Janeiro”. Situando geopoliticamente os elementos desta sentença, temos a metrópole Portugal, onde o livro foi publicado, e a colônia Brasil, terra natal de Moraes Silva. Estes fatos situam nosso gramático no processo histórico mais amplo do colonialismo português, que em fins do século XVIII e início do século XIX, no Brasil, estava prestes a sofrer significativas mudanças. É neste enquadramento que se coloca a questão de a qual tradição pertence Moraes Silva. Martins (2010, p. 552) pondera, no entanto, que, na verdade “toda essa época deve ser vista e analisada em termos de uma transformação modernizante, nos dois lados do Atlântico, e não nos termos da habitual polarização antagônica entre Portugal e Brasil”.

Nesta perspectiva, acreditamos que, de um ponto de vista teórico-metodológico, o mais acertado seja considerar que “historical and social processes cannot be apprehended and understood exclusively within customary, delineated spaces or containers, might they be states,

nations, empire or regions¹” (STRUCK; FERRIS; REVEL, 2011). A própria condição colonial do Brasil no período, condição esta que logo mudaria, bem como a natureza transnacional dos saberes linguísticos que não são nunca exclusividade de um estado, de um império ou de uma região, mas transitam e ao transitar geram novos saberes; ambos nos levam a prescindir das categorias históricas tradicionais. Consideremos ainda que Moraes Silva transitou por diversos países da Europa², em especial pela Inglaterra, onde produziu seus trabalhos mais importantes. Temos assim o território brasileiro, o centro universitário português e o ambiente inglês a influir na trajetória intelectual de Moraes Silva.

Um fato reiterado pelos estudiosos que anotaram fatos da biografia de Moraes Silva refere-se à atitude linguística de seus colegas portugueses na Universidade de Coimbra frente à sua maneira de falar a língua portuguesa. Tavares (1917) que relata o período final da vida de Moraes Silva, quando este vivia em Pernambuco e teve certa atuação na Revolução Pernambucana de 1817, registra que Pereira da Costa na biografia que escreveu do importante filólogo brasileiro, publicada em *Almanach de Pernambuco* (1907) “recorda a tradição que o faz haver compreendido tal estudo [da língua vernácula] movido pelo despeito causado pelas zombarias de que fôra alvo a incorrecção da sua linguagem e da sua pronuncia” (TAVARES, 1917, p. 157).

Referenciando também o trabalho de Pereira da Costa, Martins (2010, p. 546) acrescenta:

*Morais tornou-se, pois, o maior dicionarista da língua, comentava Otávio Tarquínio de Sousa [em seu **História dos Fundadores do Império do Brasil**, IX, p. 90], “por uma espécie de reação nativista ou oposição ao meio português”, - o que de sua parte, digamos desde logo, não correspondia a nenhum pendor nacionalista no sentido político do vocábulo, nem ainda a qualquer atitude de hostilidade contra Portugal (...)*

Esta anedota biobibliográfica simboliza um dado estado de coisas que se manifestou em diversos planos das relações entre Portugal e Brasil no período em questão: no plano político, vide os embates nas Cortes Gerais em 1820; no plano social, vide a hostilidade dos brasileiros para com os comerciantes portugueses; e linguístico, vide as inúmeras polêmicas travadas entre escritores daqui e d’além mar em torno do purismo linguístico; enfim, este estado de coisas era

¹ Minha tradução: “processos históricos e sociais não podem ser apreendidos e compreendidos exclusivamente nos espaços ou contornos costumeiros, sejam eles estados, nações, impérios ou regiões”.

² Ver TAVARES (1917, p. 158): “Viajou muito demoradamente, de 1779 a 1787, pela Europa, familiarizando-se com as principais litteraturas, do que são prova suas traducções de uma Historia de Portugal em inglez e da obra de Arnaud sobre as Recreações do homem de senso”.

uma espécie de tensão entre a civilização colonizadora que perde seu mais importante domínio e a civilização emergente neste domínio.

Uma das teses fortes do *empirismo externalista* é a de que o conhecimento é um processo *material, social e coletivo*, jamais limitado, fechado, preservado ou produzido por competências individuais que concernem apenas a momentos e a fragmentos. Em suma, a inteligência humana é de algum modo uma certa organização do mundo do qual os homens são uma parte (AUROUX, 1998, p.7). A construção do conhecimento por parte de Moraes Silva, bem como a elaboração dos instrumentos linguísticos de sua autoria, são um exemplo deste postulado.

No Prólogo à 1ª edição do seu *Dicionário*, encontramos o registro do contexto material de que Moraes Silva se serviu para a construção de seu conhecimento linguístico. Vejamos:

*A ignorancia, em que eu me achava das coisas da Patria, fez que **lançasse mão dos nossos bons Autores**, para nelles me instruir, e por seu auxilio me tirar da vergonha, que tal negligencia deve causar a todo homem ingenuo. Appliquei-me pois á lição delles, e **succedia me isto em terra estranha, onde me levarão trabalhos, desconhecido, sem recommendação, e marcado com o ferrete da desgraça, origem de ludibrios, e vituperios**, com que se afoitão aos infelices as almas triviães. Não é porém do toque destas a do *Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Luiz Pinto de Sousa Coutinho, Senhor de Balsemão, Tendães, e Ferreiros, Varão benemerito da Humanidade, e da Patria, a quem sobre infinitos beneficios, e os mayores que se podem pretender neste mundo, devo o de me franquear a sua mui escolhida e copiosa Livraria. // Nella achei boa copia dos nossos Livros Classicos, de cuja leitura vim a conhecer me era necessario estudar a Lingua materna, que eu, como muita gente, presumia saber arrazoadamente. Entendi tambem, que conversando muito os taes Autores é que poderia fazer alguns progressos, e fui continuo em os revolver por mais de seis annos. Acompanhei este estudo com os auxilios de Bluteau, que achei muitas vezes em falta de vocabulos, e frases; e mui frequentemente sobejo em dissertações desapropositadas, e estranhas do assumpto, que fazem avolumar tanto a sua Obra* (Destaques nossos. MORAES SILVA [8ª ed.], 1890, p. 7).*

A “terra estranha” a que alude o autor era a Inglaterra, onde, à época, o Visconde de Balsemão servia como embaixador. O franqueamento de sua biblioteca ao desterrado Moraes Silva é o fato determinante da largueza de vistas com que, inicialmente, o lexicógrafo trabalhou sua matéria, a língua portuguesa culta; bem como, acumulou dados para o seu posterior trabalho como gramático, realizado no ano de 1802³ em seu Engenho Novo de Moribeca, PE. Ambos projetos estão ancorados, a nosso ver, numa experiência de vida⁴ marcante, ou melhor dito, fundante, considerando a produtividade desta inquietação existencial. No relato acima

³ Consta que foi retocada pelo autor em 1821 (MORAES SILVA [8ª ed.], 1890, p. 40).

⁴ Esta noção foi colhida na filosofia de Eric Voegelin ao tratar da anamnese como elemento fundante da atividade filosófica. Ver: VOEGELIN, 2009, p. 107-128.

vemos a representação desta experiência na sentença que abre o prólogo: uma ignorância pessoal da língua pátria que o autor pretende corrigir com o *Dicionário* e, também, com a gramática; esta conterà “ideias mais claras e exatas do que comumente se acham nos livros deste assunto” (MORAES SILVA, 1806, p. iii).

Como pretendemos discutir nas seções que seguem, o trânsito de Moraes Silva pelos espaços de tradições diversas – Brasileira, Portuguesa, Inglesa e Francesa – deixaram marcas indeléveis em sua produção gramaticográfica e constituem um exemplo anacrônico e isolado daquilo que viria, no futuro, caracterizar a Linguística brasileira, ou seja, a sua imagem de ‘receptividade’, que consistia em derivar ideias linguísticas da Europa e dos Estados Unidos e aplicá-las na descrição do Português (ALTMAN, 1998, p. 102)⁵.

2 O *Epítome* e seu modelo gramaticográfico

Auroux (2014) categoriza *gramática e dicionário* como tecnologia, cuja funcionalidade é descrever e instrumentar uma língua. Nesta perspectiva, propõe sua *Hypothèse des outils linguistique*⁶ (Hipótese dos Instrumentos Linguísticos) da qual extraí o seguinte corolário: “Les pratiques langagières observables ne sont pas les mêmes selon dans une culture donnée existant ou non des outils linguistiques; elles varient également en fonction de la nature de ces outil⁷” (AUROUX, 1998, p. 265).

Lehmann & Maslova (2004), por outro lado, afirmam que

the term ‘grammar’ is ambiguous in designating both a sector of the object area of linguistics and also a scientific account of this sector. Grammar₂ is, thus, at a meta-level with respect to grammar₁, which is its object. The grammar₁ of a language is the systematic part of the way the language maps meanings onto expressions⁸.

⁵ Esta é uma comparação analógica de situações com os mesmos traços definidores, não implicando qualquer identidade epistemológica entre a gramática racional praticada por Moraes Silva e a Linguística brasileira contemporânea.

⁶ “Une grammaire, un dictionnaire, et les autres objets de ce type, tels qu’on les rencontre, en particulier, dans la société occidentale, sont des objets techniques qui prolongent le comportement “naturel” humain et le transforment de manière analogue à ce que produisent les objets techniques matériels courants (...) (AUROUX, 1998, p. 265). Minha tradução: “Uma gramática, um dicionário e outros objetos deste tipo, tal como os encontramos, em particular, nas sociedades ocidentais, são objetos técnicos que prolongam o comportamento ‘natural’ humano e o transforma de modo análogo ao que fazem os objetos técnicos materiais correntes (...)”.

⁷ Minha tradução: “As práticas linguísticas observáveis não são as mesmas segundo numa cultura dada exista ou não instrumentos linguísticos; elas variam igualmente em função da natureza desses instrumentos”.

⁸ Minha tradução: “o termo ‘gramática’ é ambíguo ao designar tanto um setor da área objeto da linguística quanto o relato científico deste setor. Gramática₂ está, então, num meta-nível com respeito à

Temos assim as dimensões representadas pelas Gramática₁, apreendida da língua objeto, e Gramática₂, a representação científica da Gramática₁. A dimensão descortinada por Auroux, a que chamaremos aqui de Gramática₃, é a da conformação externa desta Gramática₂ em objetos materiais como livros, programas de computador e outros meios. Dimensão esta que na discussão conceitual sobre gramaticografia de Lehmann & Maslova (2014) é incorporada à Gramática₂; no entanto, com base na *Hipótese dos Instrumentos Linguísticos* podemos argumentar que a Gramática₂ ainda é um domínio cognoscitivo e não tecnológico⁹.

Esta é uma distinção válida na medida em que o próprio Moraes Silva revela-nos não só ter consciência da Gramática₁: “Nella achei boa copia dos nossos Livros Classicos, de cuja leitura vim a conhecer me era necessario estudar a Lingua materna, que eu, como muita gente, presumia saber arrazoadamente.” (MORAES SILVA [8ª ed.], 1890, p. 7); como também da Gramática₂ “Propuz me nesta Grammatica dar te idéyas mais claras, e exactas, do que cõmummente se achão nos livros d'este assumpto, que tenho visto no nosso idioma, tanto á cerca das Partes Elementares da Oração, como da sua emendada composição” (MORAES SILVA, 1806, p. III). Mas o que nos interessa nesta seção é analisar o modelo gramaticográfico, ou gramática₃, adotado por Moraes Silva; encontramos indicações desta escolha no trecho seguinte:

Quasi todos os Grammaticos, que tenho visto, engrossão os seus livros com conjugações: as regras da composição, parte tão principal das Grammaticas, reduzem nas a mûito poucas. Eu cuido que te expliquei esta parte da Grammatica com assás curiosidade, propondo-te o que nella é mais recondito, e mûitos exemplos dos bons autores, que seguramente imites, porque tambem a copia delles te fará cair mais facilmente na intelligencia, e applicação das regras. Ajuntei algûas observações á cerca de frases, e construcções erradas, ou menos seguidas, para que imitando o bom dos livros Classicos, não sigas tambem os erros, e descuidos, ou o que já hoje se não usa geralmente (MORAES SILVA, 1806, p. IV).

Em nota de rodapé referencia três instrumentos linguísticos no qual encontrou tal modelo: LOWTH, Robert (1799)¹⁰ *A short introduction do english grammar*; PRIESTLEY, Joseph (1772) *The rudments of english grammar*; e DE WAILLY, M. (1806) *Abrégé de la grammaire française*. Estes instrumentos linguísticos compartilham com o *Epítome* não só o objetivo de ir

Gramática₁, que é seu objeto. A Gramática₁ de uma língua é a parte sistemática por meio da qual a língua transforma significados em expressões”.

⁹ Há ainda uma quarta compreensão do termo gramática, como método científico. Ver McLuhan (2012, p. 31): “Os estudiosos do período clássico têm se mostrado indiferentes ao extraordinário papel desempenhado pela gramática clássica na ciência e tecnologia do medievo, mostrando-se confusos, portanto, acerca da natureza do Renascimento”.

¹⁰ Ano da edição consultada.

ao essencial da gramática da língua, o que os títulos evidenciam, mas também despojar a gramática vernácula do sobrepeso gramatical latino. Outras características que o *Epítome* apresenta advindas deste modelo são: a atenção dada à composição (sintaxe), o exemplário retirado dos clássicos da língua e o destaque dado a construções erradas.

O primeiro traço definidor do modelo gramaticográfico em jogo nestes instrumentos linguísticos é sua *curta extensão*, justificada pela intenção de alcançar uma objetividade fundamentada no essencial à uma prática eficaz; também pelo caráter introdutório e elementar de suas pretensões. Já nos títulos, os autores afirmam este traço:

QUADRO 2 – Significados dos termos chave dos títulos dos instrumentos linguísticos referenciados

EPÍTOME	SHORT	RUDMENTS	ABRÉGÉ
sm. 1. Resumo de obra literária, histórica ou científica, ger. destinada ao uso didático 2. Resumo ou síntese de qualquer natureza 3. Aquilo que representa o resumo, a síntese, o exemplo, o modelo de algo ¹¹ .	adjective (DISTANCE) Short books, letters, and other examples of writing do not contain many words and do not take much time to read ¹² .	noun [plural] the simplest and most basic facts about a subject or activity ¹³ :	nom masculin 1 Discours ou écrit réduit aux points essentiels. 2 Ouvrage présentant le résumé d'une connaissance, d'une technique ¹⁴ .

Tanto Priestley quanto Wailly são autores, ao lado destas gramáticas menores, de gramáticas maiores, às quais remetem os leitores para maiores aprofundamentos; são elas respectivamente: *A course of lectures on the theory of language, and universal grammar* (1762); *Principes généraux et particuliers de la langue française* (1772). Lowth não escreveu gramáticas maiores, no entanto, referenciou com entusiasmo a *universal grammar* de James Harris:

Those, who, would enter more deeply into this subject, will find it fully and accurately handled, with the greatest accuteness, of investigation, perspicuity of explication, and elegance of method, in a treatise entitled HERMES, by

¹¹ AULETE DIGITAL in: <http://www.aulete.com.br/index.php>

¹² CAMBRIDGE DICTIONARY online in: <https://dictionary.cambridge.org/pt/> Minha tradução: “Livros e cartas curtos e outros exemplos de escritos que não contém muitas palavras e não demandam muito tempo para serem lidos”.

¹³ CAMBRIDGE DICTIONARY online in: <https://dictionary.cambridge.org/pt/> Minha tradução: “Os fatos mais simples e básicos sobre um assunto ou uma atividade”.

¹⁴ LE ROBERT DICO EN LIGNE in: <https://dictionnaire.lerobert.com/> Minha tradução: “1-Discurso ou escrito reduzido contendo as partes essenciais. 2 – Obras que apresentam o resumo de um conhecimento, de uma técnica”.

JAMES HARRIS, Esq. the most beautiful and perfect example of analysis, that has been exhibited since the days of Aristotle¹⁵ (LOWTH,1779, p. X).

Não encontramos em Moraes Silva este tipo de referência. Seu entusiasmo maior é quanto aos escritores literários:

Não te contentes toda via com as noções elementares deste compendio: Sirvão te sómente de guia para leres os bons autores, que desde os annos de 1500 fixarão, e aperfeiçoarão a nossa lingua, e começarão a escrever tão cultamente, ao menos os seus Dramas (...) (SILVA, 1806, p. V).

É do *corpus* de autores clássicos da literatura que ele extrai a língua portuguesa a ser gramatizada. A análise que empreende é ampla e acurada, merecendo um estudo a parte, sobretudo a partir das notas de rodapé. O que nos interessa, no entanto, neste momento, como índice da sujeição de Moraes Silva à tradição literária é a personalização desta tradição em frases como esta: “os classicos dicérão”. Em busca feita na versão online¹⁶ do *Epítome* encontramos 31 ocorrências do termo “clássicos” em três variantes: “autores clássicos”, “os clássicos” e “livros clássicos”. O uso de corpus literário encontra-se igualmente em Priestley, com atitude, no entanto, diferente do escrúpulo filológico demonstrado por Moraes Silva:

I think there will be an advantage in my having collected examples from modern writings, rather than from those of Swift, Addison, and others, who wrote about half a century ago, in what is generally called the classical period of our tongue. By this means we may see what is the real character and turn of the language at present; and by comparing it with the writings of preceding authors, we may better perceive which way it is tending, and what extreme we should most carefully guard against¹⁷ (1772, p. XI).

Outro traço definidor que une estes instrumentos linguísticos é a rejeição dos resquícios da gramática latina no tratamento das gramáticas dos vernáculos. São unânimes em apontar a

¹⁵ Minha tradução: “Aqueles que desejarem conhecer mais profundamente este assunto, o encontrará completa e cuidadosamente tratado, com a maior precisão de investigação, clareza de explicação e elegância de método num tratado intitulado HERMES, de JAMES HARRIS, o mais belo e perfeito exemplo de análise que tem sido exibido desde os dias de Aristóteles”.

¹⁶ In: CORPUS DE TEXTES LINGUISTIQUES FONDAMENTAUX (CTLF): http://ctlf.ens-lyon.fr/t_texte.asp?t=805

¹⁷ Minha tradução: “Acredito que será mais vantajoso para minha coleta de exemplos colhê-los nos escritos modernos mais que naqueles de Swift, Addison e outros, que escreveram por volta de um século atrás, naquilo que é chamado, geralmente, de período clássico de nosso idioma. Por este meio podemos ver qual é o real caráter e o curso da língua presente; e comparando-a com os escritos dos autores precedentes, nós podemos perceber melhor qual o caminho a que tende, e o que devemos, em extremo, cuidadosamente, evitar”.

inadequação da terminologia da gramática latina para a descrição dos fatos gramaticais de suas respectivas línguas. Em contrapartida, fundamentam-se, de acordo com alguns analistas, nos postulados da *gramática geral* para empreender suas análises e produzir seus instrumentos. Santos (2015, p. 85) afirma que

os autores de grande parte dos textos metalinguísticos do português dados à estampa em Portugal na centúria de Oitocentos se inscrevem no grande movimento da gramática geral, prevalecendo - não obstante o ecletismo - a vertente iluminista, ora tendencialmente empirista, na linha de Nicolas Beauzée, ora explicitamente empirista, na linha de Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780) e, de forma mais radical, na linha dos Ideólogos franceses.

A epígrafe¹⁸ que Moraes Silva utiliza no *Építome* é índice destes dois traços: da rejeição da gramática latina e do empirismo na linha de Condillac. No entanto, ainda é preciso que surjam estudos mais aprofundados da aplicação desta postura filosófica nas análises linguísticas de Moraes Silva. No escopo deste trabalho, no entanto, podemos observar uma semelhança maior entre o *Építome* e a *Short Grammar*, o que nos leva a especular que Moraes Silva esteve bem mais atento ao modo inglês de pensar as questões metodológicas da gramática do que ao modo francês, ou mesmo ao modo português.

QUADRO 3 – Conceito de gramática nos instrumentos linguísticos referenciados

EPÍTOME	SHORT	RUDMENTS	ABRÉGÉ
A grammatica é arte, que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meyo de palavras (MORAES SILVA, 1806, p. 9).	Grammar is the art of rightly exprefimg our thoughts by words ¹⁹ (LOWTH, 1799, p. 1).	LANGUAGE is a method of conveying our ideas to the minds of other persons; and the grammar of any language is a collection of observations on the structure of it, and a system of rules for the proper use of it ²⁰ (PRIESTLEY, 1772, p. 1).	LA Grammaire est l'art de parler et d'écrire correctement ²¹ (DE WAILLY, 1806, p. 9).

¹⁸ “Nous avons compliqué nôtre Grammaire, parce que nous l'avons voulu faire d'apres les Grammaires Latines. Nous ne la simplifierons, qu'autant que nous rappellerons les expressions aux élémens du discours” (CONDILLAC, Gramm. p. 2. Chap. 21. note (*) p, 205 édit, de 1780 à Genève). Minha tradução: “Nós complicamos nossa gramática, porque queríamos fazê-la nos moldes da gramática latina. Nós apenas a simplificaremos na medida em que lembrarmos as expressões dos elementos da fala”.

¹⁹ Minha tradução: “Gramática é a arte de expressar corretamente nossos pensamentos por palavras”.

²⁰ Minha tradução: “Linguagem é um método de transmitir nossas ideias para a mente de outras pessoas e a gramática de qualquer língua é a coleção de observações sobre sua estrutura e um sistema de regras para seu uso apropriado”.

²¹ Minha tradução: “Gramática é a arte de falar e escrever corretamente”.

O *Epítome*, como vimos, tem sido classificado, doutrinariamente, como gramática racionalista, no entanto, é preciso, a nosso ver, determinar de que racionalismo serviu-se Moraes Silva em sua reflexão linguística. É o que discutiremos na próxima seção à partir da análise do conceito de gramática presente no *Epítome*.

3 O conceito de *gramática* em Moraes Silva

Duas correntes filosóficas bastante fortes para gerar quadros epistemológicos duradouros foram: o racionalismo cartesiano, cuja teoria linguística foi configurada por Port-Royal, e o realismo aristotélico, representado na teoria linguística mais ao alcance de Moraes Silva, por James Harris. Stavelas (2018) num estudo sobre o conceito de *gramática universal* no *Hermes*, começa por distingui-lo dos conceitos seus contemporâneos *gramática filosófica* e *gramática geral*:

Universal grammar should be distinguished from the above mentioned species of grammatical study. It suggests a real existence of certain concepts (realia) in a certain metaphysical realm, and a natural subjection of our mental concepts to these original prototypes²² (STAVELAS, 2018, p. 6).

Este conceito de *gramática universal* originou-se, segundo Stavelas (2018), da seguinte passagem do *De Interpretatione* de Aristóteles:

Há os sons pronunciados que são símbolos das afecções na alma, e as coisas que se escrevem que são os símbolos dos sons pronunciados. E, para comparar, nem a escrita é a mesma para todos, nem os sons pronunciados são os mesmos, embora sejam as afecções da alma – das quais esses são os sinais primeiros – idênticas para todos, e também são precisamente idênticos os objetos de que essas afecções são imagens (Tradução de José Veríssimo Teixeira da Mata, 2013, p. 3).

Esta concepção de teoria gramatical, elaborada por Harris, difundiu-se com muita rapidez, provocando entusiasmos e, também, críticas, por toda a Europa. Interessa-nos, no entanto, seu impacto na gramática de Lowth que, como vimos, referia-se ao trabalho de Harris com bastante entusiasmo; interessa-nos, sobretudo, porque Moraes Silva, decalcou a estrutura teórica e textual da *Short Grammar* para seu *Epítome*.

²² Minha tradução: “Gramática Universal deve ser distinguida das espécies de estudos gramaticais mencionados acima. Ela sugere uma existência real de certos conceitos (realia) num certo campo metafísico e uma sujeição natural de nossos conceitos mentais a estes protótipos originais”.

Stavelas (2018, p. 9) ressalva, ao acentuar a influência exercida por Harris sobre os gramáticos ingleses posteriores, que os trabalhos destes gramáticos incluem, além da noção de gramática universal²³, o estudo linguístico da linguagem; pertencem eles à nova era do moderno estudo científico e linguístico da gramática. É este aspecto, parece-nos, que Moraes Silva buscou reproduzir em sua gramática, a saber, não uma abordagem filosófica, mas prática do uso da língua gramatizada.

Polachini (2013, p. 67) já notara que o *Hermes*, citado diversas vezes no *Epítome*, alguma influência exerceu, sobretudo, nas concepções de *gramática* e de *sentença*²⁴ adotadas por Moraes Silva em sua gramática. No entanto, do ponto de vista gramaticográfico, a definição de gramática que Moraes Silva enuncia é quase que inteiramente uma tradução do texto da *Short Grammar*:

Grammar is the art of rightly expressing our thoughts by words.
Grammar in general, or universal grammar, explains the principles, which are common to all languages.
The grammar of any particular language, **as English Grammar**, applies those common principles to the particular language, **according to established usage or custom of it.**
Grammar treats of sentences; and of the several parts of which they are compounded. (1799, p. 1)

A Grammatica é arte, que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meyo de palavras.
A Grammatica Universal ensina os methodos, e principios de falar communs a todas as linguas.
A Grammatica particular de qualquer lingua v. g. **da Portugueza**, applica os principios communs de todos os idiomas ao nosso, **segundo os usos adoptados polo que melhor o falão.**
Trata pois a Grammatica das Sentenças, **(isto é, ensina a fazer proposições, ou sentidos perfeitos)** e das diversas partes, de que ellas se compõem.
(1806, p. 9)

Podemos notar aí não apenas o decalque, mas também os reparos metodológicos de Moraes Silva em dois pontos importantes: o modelo linguístico de correção, “segundo os usos adoptados polo que melhor o falão”, e o destaque de notas especificadoras do conceito de sentença, “proposições, ou sentidos perfeitos”. Este fundar o conhecimento gramatical nos “melhores” já encontrava-se no *Dicionário* de Moraes Silva:

²³ Noção filosófica, portanto.

²⁴ A conceituação da *ideia de frase* presente no *Epítome* através do emprego do termo sentença demanda um estudo específico, por isso não o desenvolvemos aqui.

GRAMMATICA, f. f. arte, que ensina a fallar, e escrever qualquer lingua correctamente, segundo o modo porque a fallarão os melhores escritores, e as pessoas mais doudas, e polidas (MORAES SILVA, 1789, p. 667).

Esta concepção de Gramática como arte, portanto, como um modo de saber prático caracteriza o *Epítome*, em última instância, como um instrumento linguístico voltado para o uso, na leitura e imitação dos clássicos da língua. O movimento de inovação epistemológica voltado para os vernáculos sobre bases linguísticas, ou seja, de modo a conhecer e atuar linguisticamente a partir da língua materna, caracteriza o *Epítome* como um instrumento linguístico inovador, ainda que não se furte a inscrever-se numa tradição antiga que remonta à semiótica aristotélica, passando pela gramaticografia greco-latina.

Considerações finais

Considerando a discussão elaborada até aqui e à luz dos fatos e reflexões apresentados, concluímos este relato, afirmando que a experiência de vida de Moraes Silva, aquela que o levou a perceber-se estrangeiro em sua própria língua, motivando-o ao estudo devotado dos clássicos do idioma, caracteriza o *Epítome* como o esforço construtivo de um autor desejoso de inserir-se na tradição linguística do idioma prestigiado em seu ambiente intelectual. O *Epítome* permanece um instrumento linguístico preñado de aspectos a serem historicizados pelas diversas vertentes de uma abrangente História das Ciências da Linguagem no Brasil.

Referências bibliográficas

- ABRÉGÉ. In: Le Robert Dico en Ligne. Paris: Éditions Le Robert, 2021. Disponível em: <https://dictionnaire.lerobert.com/definition/abrege> Acesso em: 16 ago. 2021.
- ALTMAN, Cristina. **A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 1998.
- ARISTÓTELES. **Da interpretação**. Tradução José Veríssimo Teixeira da Mata. São Paulo: UNESP, 2013.
- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Ed. Unicamp, 2014.
- AUROUX, Sylvain. **La raison, le langage et les normes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998. (Collection Sciences, Modernités, Philosophies)
- AUROUX, Sylvain. Les modes d'historicisation. In.: **Histoire Épistémologie Langage**, Histoire des idées linguistiques et horizons de rétrospection, tome 28, fascicule 1, pp. 105-16, 2006.

- CAVALIERE, Ricardo. **A gramática no Brasil**: ideias, percursos, parâmetros. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- CAVALIERE, Ricardo. Antônio de Moraes Silva e os estudos gramaticais do século XVIII. In.: THIELEMANN, Werner (ed.). **Século das Luzes**: Portugal e Espanha, o Brasil e a Região do Rio da Prata. Frankfurt am Main: Verlag TFM - Teo Ferrer de Mesquita, 2006.
- CAVALIERE, Ricardo. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. In.: **Alfa**, São Paulo, 45, pp. 49-69, 2001.
- CAVALIERE, Ricardo. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. **Confluência**, n. 23, p. 102-120, 1º sem. 2002.
- DE WALLY, François. **Abrégé de la grammaire française**. Paris: J. Barbou, 1806.
- DE WALLY, François. **Principes généraux et particuliers de la langue française**. 6 ed. Paris: J. Barbou, 1772.
- ELIA, Silvio. Os estudos filológicos no Brasil. In: **Ensaio de Filologia e Linguística**. 2 ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1975. p. 117-176.
- EPÍTOME. In: Aulete Digital. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/ep%C3%ADtome> Acesso em: 16 ago. 2021.
- FÁVERO, Leonor Lopes. Epítome da Grammatica Portugueza: uma gramática portuguesa ou brasileira. In: B. J. Caniato; E. Miné. (Org.). **Abrindo Caminhos**. São Paulo: EDUSP, 2002, v. 1, p. 267-276.
- FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G. A gramática luso-brasileira e o método científico. In: **Filologia e Lingüística Portuguesa**, v. 9, p. 27-42, 2008.
- FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G. **As concepções lingüísticas no século XIX**: a gramática no Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- HARRIS, James. **Hermes**: or a philosophical inquiry concerning universal grammar. 4 ed. Dublin: James Williams, 1773.
- LEHMANN, Christian; MASLOVA, Elena. Grammaticography. In: BOOIJ, Greert et. al. (ed.) **Morphologie**. Ein Handbuch zur Flexion und Wortbildung. Berlin; New York, W. de Gruyter, 2004.
- LEHMANN, Christian; MASLOVA, Elena. Grammaticography. In: BOOIJ, Greert et. al. (ed.) **Morphologie**. Ein Handbuch zur Flexion und Wortbildung. Berlin; New York, W. de Gruyter, 2004.
- LEITE, Marli Quadros. Historiografia da linguística e história das ideias linguísticas: aproximação e distanciamento. In.: BATISTA, Ronaldo de Oliveira (org.). **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019.
- LOWTH, Robert. **A short introduction to english grammar**. Philadelphia: Aitken, 1799.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. Volume I (1550-1794). 3 ed. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

McLUHAN, Marshall. **O Trivium Clássico: o lugar de Thomas Nashe no ensino de seu tempo**. Trad. Hugo Langone. São Paulo: É realizações, 2012.

MONTEIRO, Clóvis. **Fundamentos clássicos do português do Brasil**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Colégio Pedro II, 1958.

MORAES, Jorge Viana de. **Unidade na diversidade: as ideias de Serafim da Silva Neto com subsídios para a constituição de uma teoria da variação linguística**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.2016.tde-23032016-131430>

MORAES SILVA, Antonio de. **Diccionario da lingua portugueza** (Volume 1: A - E). 8 ed. rev. e Melh. Rio de Janeiro: Empreza Litteraria Fluminense, 1890.

MORAES SILVA, Antonio de. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro** (Volume 1: A - K). Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

MORAES SILVA, Antonio de. **Epitome da grammatica da lingua portugueza**. Lisbonne, Simão Thaddeo Ferreira, 1806.

MORAES SILVA, António de. Epitome da grammatica da lingua portugueza. In: **Corpus de textes linguistiques fondamentaux**. Lyon: École normale supérieure de Lyon, 2019. Disponível em: http://ctlf.ens-lyon.fr/t_texte.asp?t=805 Acesso em: 16 ago. 2021.

PARREIRA, Andressa Dorásio. **Contribución a la historia de la gramática brasileña del siglo XIX**. Tesis Doctoral. Faculdade de Filología. Departamento de Lengua Española. Universidad Salamanca. 2011. DOI: <https://doi.org/10.14201/gredos.110655>

POLACHINI, Bruna Soares. **O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras do século XIX: estudo historiográfico**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 2013. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.2018.tde-06072018-120101>

POLACHINI, Bruna Soares. **Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de Língua Portuguesa**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.2018.tde-06072018-120101>

PRIESTLEY, Joseph. **The rudments od english grammar**. 3 ed. Londres: J. e F. Rivington, 1772.

- PRIESTLEY, Joseph. **A course of lectures on the theory of language, and universal grammar**. Warrington: W. Eyres, 1762.
- RUDIMENTS. In: Cambridge Dictionary. Canbridge: Cambridge University Press, 2021. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/rudiments> Acesso em: 16 ago. 2021.
- SANTOS, Maria Helena. A gramática racionalista em Portugal no século XIX. In: DUARTE, Sónia; LÉON, Rogelio Ponce de (org.). **A gramática racionalista na Península Ibérica** (séculos XVI-XIX). Porto: FLUP, 2015.
- SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario biobibliographico portuguez**. Tomo Primeiro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.
- STAVELAS, Apostolos N. **The Concept of Universal Grammar in the “Hermes” of James Harris, with Special Reference to his Classical Sources**. Ann Arbor: ProQuest, 2018.
- SHORT. In: Cambridge Dictionary. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/short> Acesso em: 16 ago. 2021.
- STRUCK, Bernhard; FERRIS, Kate; REVEL, Jacques. Introduction: Space and Scale. In: **Transnational History**, The International History Review, 33:4, 573-584.
- TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco em 1817**. Revista e anotada por Oliveira Lima. Recife: Imprensa Industrial, 1917.
- VIEIRA, Francisco Eduardo. **A gramática tradicional: história crítica**. São Paulo: Parábola, 2018. 256 p.
- VOEGELIN, Eric. **Anamnese: da teoria da história e da política**. Tradução Elpídio Mário Dantas da Fonseca. São Paulo: É Realizações, 2009.

Língua, metáfora do espaço

Clóvis Luiz Alonso Júnior

Introdução: Língua, metáfora do espaço

Despalavra

*Hoje eu atingi o reino das imagens, o reino da despalavra.
Daqui vem que todas as coisas podem ter qualidades humanas.
Daqui vem que todas as coisas podem ter qualidades de pássaros.
Daqui vem que todas as pedras podem ter qualidade de sapo.
Daqui vem que todos os poetas podem ter qualidades de árvore.
Daqui vem que os poetas podem arborizar os pássaros.
Daqui vem que todos os poetas podem humanizar as águas.
Daqui vem que os poetas devem aumentar o mundo com suas metáforas.
Que os poetas podem ser pré-coisas, pré-vermes, podem ser pré-musgos.
Daqui vem que os poetas podem compreender o mundo sem conceitos.
Que os poetas podem refazer o mundo por imagens, por eflúvios, por afeto.*

(BARROS, 2010, p. 383)

Não estou sozinho em dizer que a Língua — Língua como fenômeno, jamais epifenômeno¹, não como **um** sistema específico, portanto não **uma** língua — é construto imaterial no mais radical sentido. Essa afirmação dispensa dizer que as realizações fonéticas estão longe de compor a Língua, circunscrevendo-se propriamente à realização, ao acontecimento, ainda que reiterado e coletivo; atribuem-se à Língua como necessárias “materializações” do jogo de elementos geradores de distinção; acionam-se como inescapável atualização do conjunto de potências que compõem a estrutura fonológica, essa, sim, verdadeiramente sistêmica. Mesmo essa, porém, não propriamente compõe a Língua: há como que relação de pertença — razão pela qual se diga “estrutura fonológica **da** Língua” —, sem que, todavia, essa estrutura seja edificadora do **aparato relacional** que, aqui, define Língua no sentido que me parece o mais correspondente ao que pretendo, *scilicet* ao conjunto de cadeias metafóricas que, por sua vez, **por via do sentido** — continuamente (re)veiculado por essas cadeias —, formulam (e reformulam) o corpo morfológico e os entrelaçamentos sintáticos da Língua, ou seja, em expressão única, as construções.

Se para a prática da vida a língua é meio, para a Língua a estrutura fonológica também o é, e desse **meio estrutural** o **meio veiculador** são as realizações fonéticas; se me é permitido

¹ “(...) Fil. Em um processo, fenômeno secundário a um fenômeno essencial, sobre o qual não tem efeitos próprios
(...)” (DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital)

o neologismo, proponho aqui que a estrutura fonológica não seja nem intrínseca nem extrínseca à Língua, mas lhe seja “paratrínseca”, nem alheia nem constitutiva; se se me permite apelo a conceito antigo, proponho que essa estrutura seja vista como acidente, fazendo lembrar que, para Aristóteles (*Metafísica*, livro V, capítulo 30, 1025a14 ss.), *acidente*, aristotelicamente associado à matéria, não à forma, significa aquilo que pertence a algo e pode ser afirmado como verdade, mas, definido negativamente, **não necessariamente é**. As construções — agora, sim — , mais do que compor a Língua, representam aquilo que nela prescindiria de qualquer materialidade se a condição humana o permitisse.

Não permite. Nós, realizadores daquela condição, somos algo de imaterial e muito de material. Nossa materialidade é que exige que alguém articule realizações fonéticas para que outro as receba e, então, a mensagem possa dar-se²; isso, por seu turno, exige que haja arsenal prévio a articular, estrutura “paratrínseca” da Língua.

Dialeticamente, algo ligado àquela materialidade, à nossa materialidade, é o que enceta ou faz encetarem-se as cadeias metafóricas formuladoras das construções da Língua, porque se trata, segundo o que proponho aqui, de metáforas, como tais abstrativas, **motivadas pela percepção humana do espaço, físico, em que materialmente se situa e fisicamente se desloca o falante prototípico**, criador ideal da ontogênese da Língua — aqui epistemologicamente não definido —, lançada a proposição de que esse falante imitativamente reproduza na formulação das construções linguísticas os movimentos de deslocamento no espaço. Seria, então, a materialidade (corpórea) do falante, situado no espaço (físico), aquilo que lhe impõe a necessidade da vocalização (“material”) das representações linguísticas (abstratas), mimeticamente engendradas pela percepção³ daquele espaço, da situação naquele espaço, do

² “(...) Tudo se passa como se, nesse conjunto de imagens que chamo universo, nada se pudesse produzir de realmente novo a não ser por intermédio de certas imagens particulares, cujo modelo me é fornecido por meu corpo.” (BERGSON, 1999, p. 12)

³ “(...) Herder pode interpretar a linguagem tanto como um produto da sensação imediata, quanto, simultaneamente, como obra da reflexão: precisamente porque esta não é algo exterior que se agrega posteriormente ao conteúdo da sensação, sendo, ao contrário, um elemento constitutivo que integra este conteúdo. Somente a ‘reflexão’ transforma o efêmero estímulo sensorial em algo determinado e diferenciado, e, portanto, em um ‘conteúdo’ genuinamente espiritual. Aqui, portanto, diferentemente do que se verifica em Maupertuis e Condillac, a percepção não constitui um fato psíquico concluído e encerrado em si mesmo, ao qual apenas se agrega a expressão através [*sic*] de conceitos e palavras; trata-se, ao invés, de um único e mesmo ato, no qual as simples impressões se sintetizam em ‘idéias’ e recebem uma denominação. As percepções naturais já não se defrontam com um sistema artificial de signos; ao contrário, graças ao seu caráter espiritual, a percepção já encerra um momento formal específico que, quando inteiramente desenvolvido, se manifesta sob a forma da palavra e da linguagem. Eis por que a linguagem para Herder — embora ele continue a falar de sua ‘invenção’ — nunca constitui algo apenas *construído*, e sim algo intrínseca e necessariamente *desenvolvido*. Ela é um fator na estruturação sintética da consciência, graças ao qual o mundo das percepções sensoriais se torna um mundo da *intuição*: portanto, ela não é uma coisa produzida, e sim uma maneira específica do espírito na sua atividade de criar e formar.” (CASSIRER, 2001, p. 136)

deslocamento naquele espaço. Assim, conjugada com a materialidade do falante, a materialidade do espaço, uma vez percebida, inspira sua própria mimese para a constituição da gênese linguística, de que se deduz que a Língua seja constituída já como objeto metafórico, engendrado por metáforas que, inescapavelmente, partem do mais sensível-material para designar o mais abstrato-espiritual.

1 A inspiração material e a imaterialidade da Língua: um jogo dialético

É central no que proponho aqui o jogo entre materialidade e abstratividade, quer na dimensão do falante, quer na dos resultados linguísticos por ele criados: para a materialidade estão (1) a corporeidade do falante, (2) a fisicalidade do espaço, (3) a necessidade “material” da vocalização; para a abstratividade estão (1a) a inerente atividade simbólico-criadora do mesmo falante, (2a) a abstração por ele operada sobre o espaço físico e sobre seu próprio deslocamento — físico — nesse espaço, (2a’) a resultante reprodução mimética do deslocamento espacial no engendro das construções da Língua, por via da metáfora. A complexa operação cognitiva representada pela metáfora faz o conjunto do que sequenciei como “(2a)” e “(2a’)” equivaler ao que seria “(3a)”: o contraponto espiritual da necessidade “material” da vocalização — a qual indexei como “(3)” — pode ser locado no processo que se perfaz desde a abstração do espaço físico e do deslocamento que aí se dá (2a), até a imitação desse deslocamento, formalizada na metáfora (2a’), da qual formalizações linguísticas prototípicas podem ser construções como

ir a

e

vir de,

nas quais os movimentos de *lugar para onde* e de *lugar de onde* se plastificam na coerência que há entre os significados dos verbos e a carga semântica trazida pelas, assim chamadas, preposições.

Desse jogo dialético proponho que advenha outro. A parataxe, consabidamente característica primeva da Língua — e das línguas empiricamente observadas para o fim que aqui pretendo —, contém caráter que, em confronto com o paradigma da hipotaxe, se pode identificar como determinado **minimalismo** que proponho que se perceba como certa “materialidade”, certa **redução substantiva**, que, entretanto, justamente por prescindir das sofisticações hipotáticas, talvez represente a existência, ali, de uma gramática particularmente sofisticada, conforme se aprecia em reveladoras reflexões de Cassirer (2001):

“(...) [as línguas isolantes] muitas vezes foram citadas como prova evidente da possibilidade e da existência efetiva de línguas totalmente ‘desprovidas de forma’. (...) **A palavra parece possuir aquela independência, aquela ‘substancialidade’ genuína, graças à qual ela ‘é em si mesma**⁴, e deve ser compreendida tão-somente a partir dela própria. **As diversas palavras encontram-se simplesmente justapostas na frase, na qualidade de portadoras materiais de determinadas significações**⁵, sem que a sua relação gramatical receba qualquer espécie de destaque explícito [*sic*]. Na língua chinesa, que constitui a principal referência para este tipo de línguas isolantes, uma mesma palavra pode ser empregada ora como um substantivo, ora como um adjetivo, um advérbio ou verbo, sem que esta diferença da categoria gramatical possa de alguma forma ser identificada na própria palavra.⁶ (...) **nexos que, por assim dizer, não mais possuem em si mesmos um substrato de representação próprio, mas se dissolvem em relações puras**, (...) aparentemente podem ser indicados de maneira mais precisa e clara através [*sic*] do simples relacionamento de palavras e fonemas, manifesto na sua disposição, sem o subsídio de construções específicas dos mesmos⁷. (...) como enfatiza Humboldt, **quanto menos gramática exterior existe na língua chinesa, tanto maior é a presença de uma gramática interior**^{8:9} (...)” (p. 390-4);

“(...) **Nas primeiras etapas da formação da linguagem, que podemos reconstituir de um ponto de vista psicológico, a simples parataxe constitui a regra básica para a construção da frase.**¹⁰ A linguagem infantil é inteiramente dominada por este princípio. (...) As diversas frases, como que enfileiradas em um cordão, podem suceder-se umas às outras, mas ainda não estão interiormente [*sic*] interligadas e articuladas entre si, uma vez que não há, inicialmente, nenhum instrumento lingüístico para designar e diferenciar com precisão a subordinação e coordenação dos seus elementos. (...)” (p. 401).

Para o que proponho aqui, nem se há de falar de “instrumento lingüístico para designar e diferenciar com precisão a subordinação e coordenação”, tida “a subordinação e coordenação” [o negrito é meu] como par opositivo de categorias de que prescindo, em função daquilo que considero inocuidade epistemológica tanto na apreciação da ontogênese lingüística como, causalmente, no próprio fenômeno. A subordinação, talvez carente de *status* ontológico, ainda que — uma vez ela constituída — se lhe haja angariado a atribuição teórica que a fez percebida como categoria e instrumento de análise *sine quibus non*, é, consabidamente, inovação sucedente à parataxe, essa, sim, ontologicamente constitutiva: nela, em associações

⁴ O negrito é meu.

⁵ O negrito é meu.

⁶ “(...) Segundo G. v. d. Gabelentz, *Chinesische Grammatik*, pp. 168 s., também no chinês é freqüente frases inteiras serem simplesmente justapostas, sendo que somente o contexto permite deduzir se se trata de uma relação temporal ou causal, relativa ou concessiva.” (CASSIRER, 2001, p. 403, nota)

⁷ O negrito e as sublinhas são meus.

⁸ “(...) Podemos sorrir da ingenuidade dos europeus que, em face das línguas das sociedades orais ameríndias, acreditavam às vezes que elas não tinham gramática (...)” (AUROUX, 2001, p. 24)

⁹ O negrito e a sublinha são meus.

¹⁰ O negrito é meu.

como que justapostas, foram-se — e vão-se — agregando os elementos, fundamentalmente mórficos, mais do que sintagmáticos, **estruturados sintaticosse semanticamente a partir da metáfora espacial**; na parataxe é que esses elementos se encadearam — e encadeiam —, em certa linearidade que prescinde de toda noção de subordinativa hierarquia, porque **a estruturação que há aqui é *stricto sensu* relacional**, resultante da mimese dos movimentos formalizadora da Língua, *scilicet* produto metafórico da inspiração sensível-material que, exatamente na metaforização agora posta em cadeia, dá lugar às especializações discursivas, abstrativo-imateriais.

Justamente por “carecer” da expressão de nexos materiais, portadores de “substrato de representação próprio”, a parataxe contém nexos que “se dissolvem em relações puras”, o que, ao contrário da desqualificação, absolutamente lhes valida a qualidade de arranjadores de “uma gramática interior”, como que embutida, por exemplo, na atitude discursiva de aproximar conceitos e na conseqüente atitude propriamente linguística de formalizar a aproximação conceitual mediante a justaposição, no nível da representação. Em

ars longa, uita brevis,

justaposição típica do latim (e do grego) arcaico(s), a intenção discursiva de aproximar conceitos é mimetizada na Língua por meio da atitude linguística de aproximar signos. Assim vista, em relação dialética, **a substancialidade da parataxe** não só não a faz menos imbuída de gramática, como também, ao contrário, **mantém a presença de expressões formais entre as quais atua a “gramática interior”**, ou seja, **mantém suporte explícito para a atuação implícita, imaterial**, de relações puras, entretanto engendradas por metáfora sensível-espacial.

Dada a sujeição à materialidade que o compõe, o falante, em sua atuação, não apenas não prescinde da “materialidade” sônica para co-empreender a comunicação — a menos que ingresse em situação paralinguística —, como, todo ao contrário, lança mão de prerrogativas daquela “materialidade” para produzir efeitos de reformulação discursiva, de ênfase, de estratagemas lúdicos que tiram partido de equivalências fonéticas. Aí se está, entretanto, no exato terreno da *atualização*, em que — em franca apropriação de linguagem aristotélica — a formulação “materializante” *atualiza* as *potências* da “matéria abstrata”, sistêmica. Intrassistemicamente, porém, o jogo de relações, como tal, desconhece qualquer sorte de apoio sensível-material, embora (repise-se a dialética) a motivação primeva das metáforas formalizadoras da Língua (seguidas por cadeias de abstração) seja sensível-material, aqui *espacial*.

Não aquele falante, que qualifiquei como “epistemologicamente não definido”, mas suas possíveis apercepções da motivação físico-espacial e sobretudo as formalizações linguísticas resultantes são objetos de especulação aqui. Ora, perceber (1) o espaço físico, (2) a motivação criadora que esse espaço produz sobre o espírito de um ser que nele se desloca, (3) a possibilidade de **reprodução mimética** do espaço que aquela motivação representa, (4) a consequente **produção metafórica** que advém da reprodução mimética do espaço, (5) a “metaconsequente” constituição da Língua como objeto que nasce, pois, já metaforizado abstratamente pela motivação do espaço físico é, tudo isso, conjunto de apercepções sem as quais a Língua (mesmo que ainda assim fosse objeto metafórico, partindo-se de metáforas de outra natureza) talvez não contivesse construções como

ir a

e

vir de,

a -con-chegar-se *a*

e

de -rivar *de,*

possibilidade de difícil concepção em face do modo como o mundo parece organizar-se, já que o mundo é espaço físico mais aquilo que o compõe: seus pontos, “lugares” específicos; o grande desdobramento metafórico que é o tempo; os objetos circunstantes e os sujeitos.

De um lado, estão a materialidade dos sujeitos e a materialidade do espaço físico. De outro lado, estão a exigência da simbolização imposta pela natureza espiritual dos mesmos sujeitos e a metaforização a que o espaço físico se presta. Entre ambos, está o jogo dialético no qual aqui devo insistir, dada sua inescapabilidade: o sujeito físico-espiritual situa-se no espaço físico-metaforizante. Em corolário, a Língua — resultado representacional da metaforização abstrativa do espaço físico — é permeada por semelhante dialética, quer em função da necessidade do aparato físico acionado nas realizações fonéticas *versus* a essencial natureza relacional da própria Língua, quer em função de que essa natureza mesma é representada exatamente por aquilo que lhe parece contrário: a parataxe, que, na mesma dialética, é minimalismo substantivo, por isso mesmo altamente abstrato-relacional.

2 Percepção generosa

A percepção do espaço físico e dos movimentos realizados nesse espaço, empreendida pelo falante, construtor da Língua, abriga o reconhecimento das quatro possibilidades de movimento: o movimento de *lugar de onde*, o movimento de *lugar para onde*, o movimento de *lugar por onde* e o movimento de *lugar onde* — que é não-movimento, movimento *ex opposito*. Esse reconhecimento ultrapassa o nível genuinamente empírico daquele falante e alcança a consciência do discurso gramatical, o que se patenteia na metalinguagem morfossintática, haja vista a nominação de determinados advérbios, de seus correspondentes adjuntos adverbiais e de sintagmas que se reconhecem como adjuntos adverbiais dada a prerrogativa da explicitude relacional trazida pela extensão sintagmática. Se, porém, vêm à lembrança adjuntos de lugar, a obviedade apenas aponta para a proposição de que o que chamo “consciência do discurso gramatical” não deixa de ser consciência quanto àquilo que me parece, por princípio, caracterizar as consciências e, mais do que limite de alcance, corresponde a certa ausência de tematização: de fato, aquilo que se pode identificar como tradição gramatical bem parece não haver percebido, exatamente, o **alcance** daqueles quatro movimentos na constituição da Língua, quer em suas formulações sintáticas — para muito além do “adjunto adverbial de lugar para onde” —, quer em sua constituição lexical.

Afirmar a presença da percepção do espaço e dos movimentos espaciais — entendam-se deslocamentos — na compleição e, portanto, na gênese da Língua é afirmar que algo de generoso esteve e está presente na percepção do falante, ainda que, também aí, se careça de tematização, de “metaconsciência”, permanecendo-se em uma “epiconsciência” produtiva. Mimetizar na Língua a entidade física que é o espaço e a realização igualmente física que é a gestualidade dos movimentos é procedimento representacional, portanto imaterializante, que faz considerar a generosidade da percepção do espaço e dos movimentos, generosidade que proponho conceber, também, às avessas: trata-se de percepção ampla, globalizante, inespecífica, muito importando se se vai *daqui para lá* ou se se vem *de lá para cá*, o que resulta nas expressões correspondentes, porém não importando especificações ocorrenciais, ligadas à historicidade dos eventos, não à estrutura que redundava em Língua. Tanto é assim que a essa generosidade inespecífica, que é como que faísca inicial, corresponde a lata recorrência do processo de metaforização e, mais ainda, do processo de metaforização em cadeia, por meio do qual a metáfora, já realizada, gera outra, que pode gerar outra, não raro por relação de metonímia.

Associar à diversidade das percepções a diversidade das línguas, mais do que servir de argumento **contrário** à tese da arbitrariedade do signo, compõe o que estou chamando *generosidade inespecífica da percepção do espaço e dos movimentos*, considerando-se certa unidade metafórica dentro da diversidade empírica:

“(...) é precisamente na indeterminação que ainda predomina na linguagem, na elaboração e diferenciação insuficientes de suas diversas categorias, que se encontra um fator de sua própria maleabilidade e da essencial capacidade criadora que lhe é inerente. A expressão indeterminada ainda contém todas as possibilidades de fixar determinações e permite, por assim dizer, que cada língua em particular, no transcorrer de sua evolução, se decida pelas possibilidades que lhe sejam adequadas.

Certamente constituiria um esforço inútil a tentativa de estabelecer um esquema geral desta evolução, porquanto a sua riqueza concreta reside precisamente no fato de que cada língua procede de maneira *diversa* ao construir o seu sistema de categorias. **Apesar disso, sem exercer violência sobre esta abundância concreta das formas de expressão, é possível relacioná-la a determinados tipos fundamentais e agrupá-la ao redor dos mesmos.**¹¹ (...)” (CASSIRER, 2001, p. 335).

Trata-se do reconhecimento de certo *continuum* entre a **generalidade** da inspiração físico-espacial e a **generalidade** de resultados linguísticos, o que se deve entender como elemento **ge(ne)rador**, continuador da cadeia metafórica, que nasce, pois, de motivação inicial — “faísca inicial” — correspondente àquela inspiração **físico-espacial**, inspiração **genérica** o suficiente para que se possa extrair dela a primeira metaforização, que, por sua vez, pode desdobrar-se em outra metaforização, metaforizações abstrativas, componentes de processo não raro crescentemente **abstrativo**, e, ao mesmo tempo, metaforizações semanticamente especificantes, componentes de processo **especificativo**. Há, então, um processo duplamente marcado, **abstrativo e especificativo**, dialeticamente oriundo de inspiração inaugural **concreta e genérica**. Ora, como sói, a dialética é compreensível: **o abstrato exala-se do físico-concreto, ou de um traço aí presente, pela via da metaforização, que opera por contiguidade; o específico extrai-se da porção do genérico que guarda a especificidade potencial que há no conjunto**. É precisamente nesse sentido que afirmo a rentabilidade da metáfora do espaço na gênese linguística, em relações cumulativamente dialéticas: um mesmo campo semântico pode advir de redes metafóricas diversas, e uma mesma rede metafórica pode render campos semânticos diversos; a inspiração e a motivação iniciais físico-concreto-espaciais emprestam à metaforização a **materialidade a abstrair** e a **generalidade a especificar** — a metaforização abstrai e, ao abstrair, não raro especifica.

Nos discursos especializados sobre a origem, significados e extensões de significados das palavras, estabelecidos pelos dicionários gerais, já se nota, já ali, franca hesitação entre metaconsciência e epiconsciência quanto ao rendimento das extensões, o que diz muito sobre a debilidade da metaconsciência quanto ao alcance da atuação da metáfora. Veja-se em Torrinha (1945) o modo de exposição dos verbetes alomórficos

¹¹ O negrito é meu.

“**rētis**, is, m. e f. = rete.”;

“**rēte**, is, *muitas vezes no pl. rētīa*, ūm, n. **1.** Rêde; rêdes. **2.** Teia de aranha. **3.** Fig. Rêde; laço; esparrela.”,

em que a tematização da cadeia metafórica, limitada à expressão “figurado” (“Fig.”), parece facilitada pela modéstia da metáfora, quase a prescindir de si mesma, amparada, na exposição do dicionarista, pelo elo representado pelo significado “laço”, espécie de elemento intermediário entre a materialidade de “rede (física)” e a figuratividade de “esparrela”; ausenta-se, em absoluto, a tematização da frequência do plural (“*muitas vezes no pl.*”): note-se, entretanto, fora do dicionário, dentro da imagem de plural representada em língua, o desenho da rede e a conseqüente ideia de estrutura tentacular, estrutura particularmente plural.

No mesmo campo semântico mas com raiz diversa, veja-se metáfora semelhante, construída, pois, sobre “materialidade” linguística diversa, porém verificado, reiteradamente, o processo metafórico:

“**lax**, lacis [*relacionado com lacio*], f. Astúcia; fraude; sedução.”;

“**laciō**, is, ěre [*relacionado com lax*], tr. Atrair; seduzir.”;

lacĭō > “**lactō**, āvī, ātum, 1 [lacio]¹² {≠ “**lactō**, āvī, ātum, 1 [lac], tr. **1.** Amamentar (...)}”, tr. freq. Embalar; enganar (alguém) com bons modos, ou vãs esperanças; acariciar; seduzir; induzir.”;

ad + lacĭō > “**alliciō**, lexi, lectum, 3 — “**allicĕō**, ěs, ěre”¹³ — [ad + lacio], tr. Atrair; seduzir.”;

lacĭō > “**laquĕus**, ī [lacio], m. **1.** Laço; nó corredio. **2.** Laço, rêde (de caçador); armadilha (para a caça). **3.** Laços; ciladas; embaraços; labirinto; enrêdo; dédalo. (...)”;

laquĕus > “**laquĕō**, ās, āre¹⁴ [laqueus], tr. Atar; ligar; prender (com laços).”.

Jocosamente, pode-se dizer que a rede intralinguística representada pelo esquema

¹² étimo

¹³ alomorfe de *alliciō*, *allicĕre*

¹⁴ latim *laquĕāre* > português *laquear* > português *laqueadura*

lacĭō, 3 > *lactō*, 1
ad lacĭō > *allicĭō*, 3
allicĕō, 2
lacĭō > *laquĕus*, -ī (m.)
laquĕus > *laquĕō*, 1

“metaforize” a rede extralinguística que define a cadeia metafórica configuradora do campo semântico: “laço” > “en-laçar” > “se-duzir”, a perceber (1) a sugestividade do, assim chamado, prefixo *en-* (< *in*), indiciador da ideia de movimento para dentro, movimento de *lugar para onde*, efetivamente presente no gesto de *en-laçar*, fazer *en-trar*¹⁵ no laço (*em* o laço), bem como (2) a sugestividade da “materialização” da raiz **sē*, veiculadora da ideia de *se-paração*, de movimento de *lugar de onde*, efetivamente presente no ato de *se-duzir*, no efeito da *se-dução*, *con-dução* de alguém para *fora* de si mesmo, *ab-dução*, e (3) a sugestividade do, assim chamado, prefixo *ad-* (> *a*), indiciador da ideia de movimento de *a(d)-proximação*, movimento de *lugar para onde*, efetivamente presente no gesto de *a-liciar* — *ad lacĭō* > *allicĭō*, *allicĕō*.

Mesmo no processo de mudança representado pelo atuante fenômeno da gramaticalização, verifica-se a “opção pela manutenção de um traço etimológico”¹⁶, opção pela analogia:

“(...) [Giambattista Vico, em seus *Principi di scienza nuova d'intorno alla commune natura delle nazioni*] rejeita a teoria segundo a qual as palavras primitivas da linguagem [*sic*] remontam unicamente a acordos convencionais; também ele defende que entre estas palavras e suas significações deva existir uma conexão ‘natural’. (...) apesar do obscurecimento e da fragmentação que se verifica [*sic*] em nossos dias, o olhar verdadeiramente filosófico ainda consegue discernir **a conexão e o parentesco que, originariamente, uniam as palavras àquilo que significam**¹⁷. Considerando que **quase todas as palavras foram derivadas das propriedades naturais das coisas ou de impressões sensoriais e de sentimentos**¹⁸, não constitui uma temeridade a idéia de um ‘dicionário universal’ que indique as significações das palavras em todas as diversas línguas articuladas e busque mostrar **a origem de todas elas em uma unidade primeva das idéias**¹⁹. Indubitavelmente as tentativas que o próprio Vico empreendeu neste sentido evidenciam ainda todo o arbítrio ingênuo de uma ‘etimologia’ puramente especulativa, não cerceada por

¹⁵ português *entrar* < latim *intrāre* < latim *intrā* < latim *in*; note-se que, muito sugestivamente, tanto o verbo *intrāre* quanto o advérbio *intrā* (“dentro”) posto em função de “preposição” (“dentro de”; “**para** dentro de”) regem acusativo, caso indiciador da ideia de movimento de aproximação, movimento de *lugar para onde*

¹⁶ expressão utilizada pelo Professor Doutor Marcelo Módolo, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em aula ministrada no Curso “Processos de Cognição e de Linguagem: diálogos interdisciplinares”, no primeiro semestre de 2017

¹⁷ O negrito é meu.

¹⁸ O negrito e a sublinha são meus.

¹⁹ O negrito é meu.

nenhuma consideração crítica ou histórica. Todas as palavras primitivas possuíam [sic] raízes de uma única sílaba, que ou reproduziam, sob forma de onomatopéia, um som objetivo da natureza, ou, como puros sons emocionais, constituíam a expressão imediata de uma emoção (...). De acordo com Vico, à formação das interjeições segue-se a dos pronomes e das partículas_{i,j} que, na sua forma primitiva, igualmente remontam a raízes monossilábicas. Em seguida, ter-se-iam desenvolvido os substantivos e, a partir destes, os verbos, como última criação da linguagem. Do seu ponto de vista, ainda hoje a linguagem infantil e os casos de distúrbios lingüísticos patológicos [sic] evidenciam nitidamente [sic] que os substantivos precederam os verbos e pertencem a um estrato lingüístico mais antigo.

Por mais estranha e barroca que esta teoria possa parecer quando nos detemos apenas em determinadas passagens da sua argumentação, ela encerrava, não obstante, um enfoque importante e frutífero para a concepção geral da linguagem. A relação, por assim dizer, estática entre o som e a significação foi substituída por uma relação dinâmica: a linguagem foi vinculada à dinâmica da fala, e esta, por sua vez, relacionada à dinâmica do sentimento e da emoção. Quanto mais o século XVIII acentuava a importância do sentimento, quanto mais insistia em considerá-lo o verdadeiro fundamento e a força criadora original [sic] da vida espiritual, tanto mais, conseqüentemente, buscava-se fundamentar estas convicções nos ensinamentos de Vico, no que se refere à teoria da origem da linguagem. (...)" (CASSIRER, 2001, p. 129-31).

A permanência de traço etimológico é que permite a atuação da analogia na formulação da Língua, o que, sem paradoxo, equivale a dizer o exato contrário: é a atuação da analogia o que promove a permanência de traço etimológico. O processo, todavia, parece guardar a exigência de iniciar-se na percepção do falante, que reconhece a linha de contiguidade metonímica entre um significado já constituído e a possibilidade de constituição de outro, ou seja, percebe a possibilidade da atuação da analogia, se posta em acionamento; uma vez acionada, a analogia procede à extensão (*ex-tensão*) de traço etimológico de um significado para outro, de uma palavra para outra, estabelecendo-se a *parabola (para-bola)* de um objeto do mundo para a representação lingüística, de uma entidade lingüística para outra, de uma construção (morfo)sintática para outra, aqui postulado que as construções — elas mesmas — são semânticas, que a Sintaxe — ela mesma — significa: significa previamente ao estabelecimento da discursividade; significa como Sintaxe, propugnando-se que **na significação sintática da Sintaxe** — também aí — está **mantida a inicial inspiração sensível-material**, esta, por sua vez, emblemada na substantividade primeva da parataxe. O “produto” desemboca (1) na abstração implicada pela transição (metafórica) para significados lexicais figurados, (2) no estabelecimento de relações puras implicado pela atuação (metafórica) da “gramaticalidade” que há na parataxe, (3) na constituição da metalinguagem implicada pela necessidade de designação (metafórica) dos elementos de Língua que representam o mundo; ora, a medida da metaforização é exatamente sua base concreto-corpórea, em síntese do jogo dialético que me parece caracterizar a Língua.

Intralinguisticamente, o próprio aparato nomenclatório da metalinguagem diz sobre a espacialidade, ontogênica, que aqui se propõe como inspiradora da configuração da Língua. Não se prestam como exemplos expressões como *topicalização* — a que, aliás, corresponde fenômeno habitual em latim eclesiástico, estrutural em aramaico e em grego tardio —, que se referem à “espacialidade” **da representação linguística**, espécie de “espacialidade interna”, bem apontada por dizeres como “posição do sujeito”, “mais à esquerda” — expressão aplicável à modalidade escrita, portanto representação da representação —, que, em certo sentido, nada dizem sobre Língua, embora pareçam dizer muito: nada dizem porque dizem sobre o que há de menos linguístico na representação linguística, que é a linearidade, a ordem linear — à qual não se subordina a ordem estrutural —, o mero fato realizacional de que se têm de proferir as expressões linguísticas umas após as outras, em prospecção, o que, parcialmente, ocorre também na produção musical — em se tratando dos elementos rítmico e melódico, não harmônico nem propriamente contrapontístico —, em oposição à simultaneidade das artes visuais. As expressões que se prestam como exemplos do aparato nomenclatório da metalinguagem são aquelas sujeitas à crítica da mistura de critérios formais com critérios semânticos para a classificação linguística, como “adjunto adverbial de”, e aí está a revelação da frágil metaconsciência quanto ao alcance da atuação da metáfora: dizer “adjunto adverbial de causa”, para *morreu de fome*, em *João morreu de fome*, mais do que misturar critérios, é privilegiar critério semântico, certa semântica da discursividade, em detrimento do que proponho como **semântica da sintaxe**, esta, sim, uma semântica que se pretenda reveladora da semanticidade das construções, prévia à discursividade, discursividade que, entretanto, por essa semântica será acolhida ao longo da atualização histórica das línguas; dizer “adjunto adverbial de causa”, para *morreu de fome*, ao que parece, é não perceber o movimento de *afastamento* que há na formulação, o movimento de *lugar de onde*, inscrito já na dita preposição, indiciadora do movimento de separação, de “destacamento”, entre o comportamento de morrer e o **lugar** representado pela fome, mas, por atuação metafórica, a mesma noção de lugar acolhe, discursivamente, a noção de causa, uma vez que a causa, sobretudo a *causa eficiente*, é, com precisão, o **lugar** de onde parte o comportamento expresso pelo verbo, assim como o agente da passiva, outrora chamado, com propriedade, adjunto adverbial de *causa eficiente*, é o **lugar** de onde parte o comportamento, razão pela qual, sugestivamente, esse lugar-agente é revestido pelo caso *ab-lativo* em latim e pelo *genitivo* — caso da *gênese*, portanto da origem, da separação, do afastamento, do *lugar de onde* — em grego, inexistente o ablativo nessa língua. Aí está a mimese do mundo empreendida pela Língua, nomeadamente a mimese do espaço físico e dos movimentos, de que advém que a Língua seja ontogeneticamente metafórica.

Há, decerto, um percurso entre o “saber” epilinguístico e o saber metalinguístico, tal como na produção artística, em que penso ter de estar presente algo que se possa reconhecer como fator estético: quer intencionalmente produzido, ou seja, produzido “metaesteticamente”, quer desintencionalmente produzido, ou seja, produzido “epiesteticamente” — à maneira do artista “espontâneo” —, é preciso que esteja presente aquele fator, podendo haver — e havendo inescapavelmente — percurso de variação entre graus de consciência intencional, ainda que a intenção seja forjar sua ausência; forjar a ausência do fator estético já é pô-lo presente, procedimento que, à guisa do Modernismo, exige alto grau de consciência e domínio da técnica, cujo contrário são as produções que resultam prosaicas porque de fato o são, na carência quer do meta-, quer do epiestético, circunscrevendo-se na ingenuidade. Nesse percurso de variação entre graus parece estar a consciência linguística que atua nas construções em geral e na produção das regências²⁰, bem como na produção discursiva²¹. Em formulações verbais normativamente desabonadas como **sobressair-se* e **namorar com*, são carregadas as tintas da percepção do falante sobre o modo de dar-se dos comportamentos descritos: a pronominalização de *sobressair* poderia ter-se constituído com abonação normativa, tão simplesmente porque se trata de comportamento médio, portanto verbo de voz média, haja vista o comprometimento do sujeito mediante o pronome que o reflete; a regência dotada de expressão de lateralidade dada pela, assim chamada, preposição *com* para *namorar* poderia ter-se oficializado, se atendida a percepção da lateralidade que há no ato. Ora, a consideração de que tais abonações já se estejam logrando ou não de vir a lograr-se é aqui tão irrelevante quanto é incontestável a desnecessidade de abonação para as intuições humanas. A Língua entretanto as abona; incorre nessa desnecessidade e ali colabora para fazer de nós o que somos.

Considerações finais

²⁰ Apresentar casos de regências inovadoras, a poder vir a ser cristalizadas pela força do uso, e apenas assim tratar o fenômeno é renunciar a seu caráter de fenômeno. A força do uso é elemento sedimentador, não criador; é ato não de criação, mas de confirmação do que foi criado pela percepção semântica das possibilidades de constituição morfológico-lexical e de constituição frasal, possibilidades dadas pelo relacionamento semântico, conferido, por sua vez, pela atuação da metáfora, de inspiração material, e, na confecção (morfológica) do léxico, pelo desdobramento metonímico das relações de contiguidade. O que constitui regência inovadora é, pois, a percepção semântica; essa, sim, é força criadora; o uso é força sedimentadora, de relevância histórica, bem mais do que filosófica.

²¹ Vejam-se em *Hípias Menor*, de Platão, as considerações acerca da consciência do mentiroso sobre o próprio ato de mentir. Anacronicamente, acrescento que, assim como o artista ficcionaliza, assim como o poeta “finge”, aquele que mente forja um discurso cuja inverdade pode sujeitar-se a diversos graus de consciência, o que se “materializa” na construção discursiva e em dados propriamente linguísticos.

Espero deixar aqui, e em textos posteriores, alguma contribuição para os estudos linguísticos, quanto à possibilidade radicalizada de entender o aspecto metafórico da Língua, que proponho motivado físico-espacialmente, efetivado na abstratização própria do processo metafórico, abstratização em que, dialeticamente, a concretividade se mantém e como que se emblema na parataxe das relações.

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Edição bilíngue. Trad. G. Reale. São Paulo: Loyola, 2001 [século IV a. C.].
- AULETE, Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Delta, 1958.
- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1992. Reimpressão: 2001. (Coleção Repertórios.)
- BARROS, Manoel de. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2. ed. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1939]. (Coleção Tópicos.)
- CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas**: a linguagem. Trad. Marion Fleischer. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1923-1929]. (Coleção Tópicos.)
- DICIONÁRIO CALDAS AULETE Digital. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br>>. Acesso em: 1.12.2020.
- GAFFIOT, Félix. **Dictionnaire illustré latin-français**. Paris: Hachette, 1970.
- INGOLD, Tim. Evolving skills. In: ROSE, H.; ROSE, S. (editores) **Alas, poor Darwin**: arguments against evolutionary psychology. Londres: Vintage, 2000.
- PLATÃO. **Hípias Menor**. 1. ed. Coimbra: Edições 70, 1999. (Coleção Clássicos Gregos e Latinos.)
- TORRINHA, Francisco. **Dicionário latino-português**. 3. ed. Porto: Marânus, 1945.

Sobre os organizadores

Beatriz Daruj Gil

Professora da área de Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). Realizou seus estudos de pós-graduação na Universidade de São Paulo em 1997 (Mestrado em Didática) e 2002 (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral), e pós-doutorado na Universidade Federal de São Carlos, em 2018. Atua também como professora e orientadora do ProfLetras-USP (Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional). Integra a comissão coordenadora do subprojeto Língua Portuguesa do PIBID-USP (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - CAPES). Dedicar-se ao estudo da Lexicologia, com ênfase ao ensino do léxico, além de outras áreas como Formação de professores de língua portuguesa e Letramento acadêmico.

Elis de Almeida Cardoso

Professora associada da Universidade de São Paulo. É mestra (1994) e doutora (2001) em Filologia e Língua Portuguesa. Fez pós-doutorado na Universidade de Lisboa (2008-2009) e na Universidade Nova de Lisboa (2018). Fez livre-docência na Universidade de São Paulo (2016). Orienta em nível de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa e em nível de mestrado no Profletras/USP. É autora dos livros *Drummond: um criador de palavras* (São Paulo, Annablume, 2013) e *O léxico no discurso literário: a criatividade lexical na poesia moderna e contemporânea* (São Paulo, EDUSP, 2018).

Marcelo Módolo

Professor pesquisador da Universidade de São Paulo e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq – nível 2 (processo número 308793/2019-6). É mestre (1998) e doutor (2004) em Filologia e Língua Portuguesa pela mesma Universidade. Cumpriu estágio de pós-doutorado (2006) em Linguística Histórica e Semântica Cognitiva no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Atualmente, é professor de Filologia e Língua Portuguesa no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Maria Inês Batista Campos

Professora doutora, pesquisadora, orientadora do Programa de Pós-Graduação de Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo. Desenvolveu estudos de pós-doutorado na Universidade de Paris 8, França; Líder do

grupo "Linguagens, Discurso e Ensino" (FFLCH-USP) e do subgrupo "Redes bakhtinianas" que integra o Grupo de Pesquisa GEDUSP (Grupo de estudos do discurso da USP) e integrante do Grupo de Pesquisa "Linguagem, identidade e memória" (PUC-SP/CNPq). Algumas publicações: *Gêneros em rede: leitura e produção de texto*; *Esferas das linguagens* (coleção didática em 3 volumes, aprovada no PNLD 2918), *Ensinar o prazer de ler*; *A construção da identidade nacional nas crônicas da Revista do Brasil*.

Phablo Roberto Marchis Fachin

Professor associado do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo. Pesquisador nas áreas de filologia, paleografia e história da língua portuguesa, publicou *Descaminhos e dificuldades: leituras de manuscritos do século XVIII* (Trilhas Urbanas, 2008) e, com Sílvia Hunold Lara, organizou *Guerra contra Palmares: o manuscrito de 1678* (Chão editora, 2021).

Sobre os autores

Antonio Ackel

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo e da Universiteit Leiden com bolsa CAPES/PrInt (2021). Início em 2020. Pesquisador visitante na Katholieke Universiteit Leuven (2016). Título da tese em andamento: *Cartas coloniais do Brasil holandês (1637-1654): estudos de paleografia social e micro-história*. Orientador: Prof. Dr. Marcelo Módolo.

Beatriz de Freitas Cardenete

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2020. Pesquisadora do Projeto "Mulheres na América Portuguesa" (M.A.P.) desde 2019. Título da dissertação em andamento (Bolsa Fapesp): *Punho de mulher: um trabalho filológico a partir das cartas de mulheres na América Portuguesa (1778-1821)*. Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Martins do Monte.

Carla Regiane Dias

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2019. Professora do Ensino Médio na Escola e Faculdade Fortec (Baixada Santista). Título da tese em andamento: *Edição semidiplomática de processos criminais*

produzidos na cidade de Campinas no século XIX e análise de estruturas de passividades.

Orientadora: Profa. Dra. Verena Kewitz.

Clóvis Luiz Alonso Júnior

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2017. Título da tese em andamento: *Gramática Movimental: ontogênese da forma*. Orientadora: Profa. Dra. Marli Quadros Leite.

Edgard Murano Fares Filho

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2016. Título da tese em andamento: *As emendas invisíveis de O Ano da Morte de Ricardo Reis, de José Saramago*. Orientador: Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida.

Érica Alves Soares

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2019. Título da dissertação em andamento: *Os discursos da mídia impressa no jornal O Estado de São Paulo nas eleições de 2016: um estudo da representação dos atores sociais políticos*. Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade.

Francivaldo Lourenço da Silva

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2020. Título da tese em andamento: *A sintaxe na tradição gramatical e linguística do Brasil (séculos XIX e XX)*. Orientadora: Profa. Dra. Marli Quadros Leite.

Gabriele Franco

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2018. Título da tese em andamento: *Representação de vozes femininas em documentos do Santo Ofício na América Portuguesa*. Orientadora: Profa. Dra. Maria Clara Paixão de Sousa.

Giulia C. Gramuglia Araújo

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2020. Título da dissertação em andamento: *Reportagem em*

convergência: a cobertura inicial da Covid-19 nos sites e nos impressos da Folha de S. Paulo e de O Estado de S. Paulo. Orientadora: Profa. Dra. Sheila Vieira de Camargo Grillo.

Ivan Douglas de Souza

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2018. Título da tese em andamento: *Atas de câmaras paulistas (sécs. XVII-XIX): materialidade e tipologia documental.* Orientador: Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto.

Jordana Tavares Silveira Lisboa

Doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (2020). Título da tese: *Um estudo da Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa: uma história do panorama do horizonte de retrospectção de JSB.* Professora Assistente IV da Universidade do Estado do Pará/UEPA, no Departamento de Língua e Literatura, Campus São Miguel do Guamá, e professora Classe III da Secretaria de Estado de Educação/SEDUC-PA.

Kathlin Carla de Moraes

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2019. Título da tese em andamento: *Atas da Câmara de Jundiá de 1732 a 1744: Edição fac-similar e semidiplomática e estudo das macroestruturas do texto.* Orientadora: Profa. Dra. Verena Kewitz.

Marcus Vinícius Pereira das Dores

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo e em Linguística pela Universidade de Évora. Início em 2019. Investigador do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora. Título da tese em andamento: *Língua portuguesa e cultura popular nos ex-votos brasileiros e portugueses dos séculos XVIII e XIX.* Orientadora: Profa. Dra. Verena Kewitz.

Maria de Fátima Nunes Madeira

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2020. Título da dissertação em andamento: *Filologia e curadoria: os prováveis caminhos de uma documentação colonial.* Orientador: Prof. Dr. Marcelo Módolo.

Maria Eugênia Duque Caetano

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2019. Título da dissertação em andamento: *Os diários políticos de Caio Prado Jr.: de arquivos pessoais a fontes documentais*. Orientador: Prof. Dr. Phablo Roberto Marchis Fachin.

Marina Pessoa Silva

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Título da dissertação em andamento: *Correspondências passivas de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador Geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759): um estudo filológico*. Orientador: Prof. Dr. Phablo Roberto Marchis Fachin.

Priscila Starline Estrela Tuy Batista

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Início em 2018. Título da tese em andamento: *Rede de relações: aplicação no corpus eletrônico de documentos históricos do sertão* (Bolsa CNPq). Orientadora: Profa. Dra. Maria Clara Paixão de Sousa.